



SUAC/CGA

Fls.: _____

Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

EDITAL DE LICITAÇÃO (RETIFICADO)**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2021****PROCESSO Nº 183616/2021/SEDUC****TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE****LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Regido pelo Decreto Estadual Nº 840/2017 Consolidado, Decreto Federal nº. 10.024/2019, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº. 7.892/2013 consolidado com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

ÓRGÃO:**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO****Objeto:**

Contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso, para atender as unidades escolares estaduais e sedes administrativas vinculadas da Secretaria de Estado de Educação, acrescido do BDI.

Data da Abertura: **21/12/2021****Horário:** **09h00** - HORÁRIO LOCAL (UTC/ GMT -04:00)**Local:**

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no "Portal de Aquisições", constante da página eletrônica da Secretaria de Estado de Gestão - SEGES – <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>.

End. para retirada do Edital:

O Edital completo poderá ser retirado no site <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/> e <http://www2.seduc.mt.gov.br/>

Informações:

SUAC – Superintendência de Aquisições e Contratos - Secretaria de Estado de Educação- Telefone: (65) 3613-2512 ou 3613-6365 - E-mail: licitacao@educacao.mt.gov.br

Pregoeiro (a):**ANDRE FELIPE CARMO VILARINDO**



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ÍNDICE

1. PREÂMBULO	3
02. DO OBJETO	4
3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS	5
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	6
5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	7
6. DO CREDENCIAMENTO.....	9
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS.....	10
8. DA PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA.....	11
9. DA HABILITAÇÃO	14
10. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	27
11. DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS	28
12. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES	28
13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	31
14. DOS RECURSOS.....	32
15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	33
16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	34
17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	35
18. DO CONTRATO	38
19. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES	40
20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	41
21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	42
22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	42
23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	44
ANEXO I - PLANILHA DEMONSTRATIVA DE DETALHAMENTO DO SIAG	47
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	55
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA	56
ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	57
ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO	65



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SEDUC/MT		
EDITAL DE LICITAÇÃO (RETIFICADO)		
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2021		
DATA: 21/12/2021	HORA: 09h00min (UTC/ GMT -04:00)	Processo nº 183616/2021

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

1. PREÂMBULO

1.1. O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, mediante o(a) **PREGOEIRO(A) OFICIAL da SEDUC/MT**, designada pela Portaria nº 419/2021/GS/SEDUC/MT publicada no Diário Oficial do Estado/MT nº 28.025, em 22/06/2021, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do **TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE**, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017, Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Federal nº 7.892, de 23/01/2013, Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 e Lei Complementar Estadual nº 605, de 29/08/2018, Decreto Estadual nº 8.199, de 16/10/2006, Instrução Normativa nº 01, de 17/01/2020 - SEPLAG e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado.

1.2. O Edital e seus anexos poderão ser retirados na página eletrônica: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, bem como, estará disponível para consulta na Secretaria de Estado de Educação - Superintendência de Aquisições e Contratos, Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A, Centro Político Administrativo, CEP 78049-906, Cuiabá –MT, de segunda a sexta feira das 08h00 – 12h00 e 14h00 às 18h00 e, ainda, no site da SEDUC <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/13758092-licitacoes?ciclo=>.

1.3. A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO abrirá prazo para o cadastramento eletrônico das PROPOSTAS DE PREÇOS, pelo Sistema de Informações para Aquisições Governamentais – SIAG, compreendido entre **10/12/ 2021 a 21/12/2021**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão que o horário máximo de aceitação estará condicionado a 30 (trinta) minutos antes do início da mesma, ou seja, até as 08h30min (Horário de Cuiabá-MT). **A abertura das propostas será no dia 21/12/2021 às 09H00min.**

1.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) integrante do quadro efetivo da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, denominado (a) Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal de Aquisições, constante da página eletrônica: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

1.5. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário local de Cuiabá-MT (UTC/GMT-4) e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

1.6. O (a) Pregoeiro (a) deverá consultar os meios oficiais do Governo do Estado de Mato Grosso a respeito de restrição ou impedimento para contratação com a Administração Pública relativamente ao vencedor provisório do certame, conforme artigo 21, § 5º do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017.

1.6.1. Constatando que empresa licitante possui mesmo objeto social, mesmos sócios ou mesmos elementos constitutivos que demonstrem inequívoca intenção de burlar as restrições impostas à pessoa jurídica diversa, é possível ao pregoeiro proceder à desconsideração da personalidade jurídica na esfera administrativa, estendendo as restrições à pessoa jurídica criada com abuso de forma e fraude à lei. A adjudicação do objeto ficará suspensa até a decisão do pregoeiro a respeito da hipótese prevista no parágrafo anterior, com fulcro no conforme artigo 21, § 6º e 7º respectivamente do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017.

02. DO OBJETO

2.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto **“Contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso, para atender as unidades escolares estaduais e sedes administrativas vinculadas da Secretaria de Estado de Educação, acrescido do BDI”.**

2.2. A descrição detalhada, contendo as especificações dos materiais/serviços e a quantidade, está discriminada no **Anexo I - Das especificações técnicas** e no **ANEXO XI - Termo de Referência/Projeto Básico**, deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

2.2.1. A Secretaria de Estado de Educação possui imóveis distribuídos em todo o estado de Mato Grosso. A licitação está dividida em 25 (vinte e cinco) lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, **podendo cada licitante consagrar-se vencedor de até 03 (três) lotes**, devendo oferecer o desconto (%) para todos os lotes que participar.

2.3. O objeto do presente edital é considerado comum, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, bem como estabelecido no Anexo I do Decreto Estadual nº 4.733, de 02/08/2002, ao qual define e classifica os bens e serviços comuns.

2.4. É permitida a subcontratação de Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP de forma parcial, até o limite de 30,00%(trinta por cento) do valor total da O.S. (Ordem de Serviço), nas seguintes condições:

2.4.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

2.4.2. É permitida somente em caso de serviço que necessita de empresa ou profissional especializado.

2.4.3. A subcontratação depende da autorização prévia da Contratante, a quem incube avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

2.4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

2.5. Para a execução do objeto deste Edital será necessário a formalização de contrato administrativo, conforme ANEXO III.

2.6. Em virtude da natureza do serviço, esta licitação será por **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** considerando o LOTE, motivo pelo qual o Pregoeiro deverá considerar cada item para a Adjudicação do Lote, considerando o art. 19, do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017.

2.7. Este pregão possui lotes para **AMPLA CONCORRÊNCIA**, resguardados os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006.

3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS

3.1. Para participação da licitação ou simples acompanhamento, o interessado deverá acessar, na internet, a página do SIAG – <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, onde se encontra o link para o “Acesso Identificado”;

3.2. Os interessados em participar deste pregão, para ter acesso ao SIAG, deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, após clicar no link “Portal de Aquisições”, no menu do Portal SEGES-MT/SIAG clicar em “Fornecedores”, em seguida em “cadastro”.

3.2.1. Em caso de dúvidas telefonar para o atendimento Help Desk – Fone: (65) 3613-3606.

3.3. Os ofícios de encaminhamento da solicitação de cadastro, além da relação de documentos necessários, estão disponibilizados no site supramencionado através do menu “Fornecedores”. O “passo-a-passo” para efetivação do cadastro encontra-se logo abaixo em Downloads, contendo manuais em formato PDF.

3.4. Os documentos de credenciamento ao Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG não substituem os documentos para HABILITAÇÃO e todos os outros dispostos neste EDITAL.

3.5. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, no link “Portal de Aquisições” no menu Fornecedores – “Área do Licitante”, mediante digitação de login e senha pessoal (intransferível) do Representante Legal, devidamente credenciado.

3.6. No caso de desconexão do (a) Pregoeiro (a) com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos seus lances. Retornando a conexão do (a) Pregoeiro (a) ao sistema, todos os atos praticados pelos licitantes junto ao sistema, serão considerados válidos.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

3.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes. (Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017 – art. 43, IX)

3.7. Até a data e horário previstos no Preâmbulo os interessados poderão se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de preços e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletrônico, após esse prazo as propostas não poderão ser alteradas ou retiradas pelos participantes.

3.8. O licitante deverá acompanhar as operações no SIAG durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.9. O pregão eletrônico será conduzido pela Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado de Gestão - SEGES/MT.

3.10. Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3616/ 3606.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A Sessão deste PREGÃO ELETRÔNICO será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

4.2. Poderão participar deste certame pessoas jurídicas, nas suas mais diversas constituições (LTDA, ME, EPP, S/A etc), que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam às exigências deste edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.3.1. Os licitantes que estejam sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissoluções ou liquidações (Acórdão nº 1214/2013. TCU – Plenário);

4.3.1.1. Será aceita a participação de empresa em falência, concordata, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente ou decisão judicial autorizando a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993. (Acórdão 1.201/2020 - TCU – Plenário)

4.3.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com o órgão ou entidade promotora da licitação;

4.3.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

4.3.4. Cooperativas em processos licitatórios afins à prestação de serviços, quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

4.3.4.1. Justifica-se esta vedação, pois no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, de 05 de junho de 2003, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.

4.3.5. Os licitantes que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua constituição;

4.3.5.1. Justifica-se esta vedação, pois não se trata de objeto complexo, e dada as características do mercado, as empresas interessadas podem, de forma isolada, atender as condições e os requisitos de habilitação previstos neste Edital e posteriormente fornecer o serviço. As empresas atuantes do ramo ora licitado, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

4.4. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelas licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.

4.5. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/> no menu Fornecedores – “Área do Licitante”, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão e envio de sua proposta de preços e demais documentos de habilitação, até a data e hora prevista no preâmbulo deste Edital.

4.6. Os interessados em acompanhar a licitação deverão acessar o link “Ata da Sessão Pública”, em seguida clicar na opção “Confirmados”, “Em realização”, “Encerrados” e “Suspendidos”, de acordo com a situação da licitação, e preencher uma das opções de pesquisa disponíveis para localizar a licitação.

4.6. As licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimento, requerer providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, mediante requerimento fundamentado ao (à) pregoeiro (a), a quem caberá decidir até o dia útil anterior à data de abertura da sessão da Licitação (Art. 25 § 1º do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017).



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

5.1.1. As petições de impugnação e de pedido de esclarecimento deverão ser encaminhadas, devidamente instruídas com as seguintes informações: número do processo e do pregão ao qual se refere, qualificação da Requerente, endereço de correspondência, endereço de e-mail para os fins de que trata o item 5.3 do Edital, telefone para contato e a assinatura do representante/Requerente. No caso de pessoa jurídica, informar a razão social da empresa. E em sendo a Requerente pessoa física, apresentar cópia dos documentos pessoais.

5.1.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade, ou seja, serão contados somente os dias úteis consecutivos de modo contínuo.

5.2. As petições de Impugnação e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@educacao.mt.gov.br; no prazo previsto no item 5.1, podendo também, alternativamente serem protocoladas no seguinte endereço Secretaria de Estado de Educação, Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A, Centro Político Administrativo, CEP 78049-906, Cuiabá –MT, setor Superintendência de Aquisições e Contratos, igualmente respeitado o prazo previsto no item 5.1 desta seção.

5.3. Todas as petições e pedidos de esclarecimentos serão respondidos por e-mail para a empresa solicitante, bem como, lançado no endereço eletrônico <https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, no Sistema de Aquisições Governamentais - SIAG - junto ao Edital, para conhecimento da empresa solicitante/impugnante e de quaisquer interessados.

5.3.1. Nos sites acima, estarão todas as informações que o (a) Pregoeiro (a) julgar importantes, razão pela qual os licitantes interessados deverão consultá-los freqüentemente.

5.4. Decairá o direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis, antes da data designada para a realização do Pregão Eletrônico, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entender viciarem o mesmo.

5.5. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, providências e/ou impugnações, interpostas após o decurso do prazo legal bem como, enviadas por fax-símile.

5.6. Não sendo formulados até o prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da Proposta de Preços e dos Documentos de Habilitação, não cabendo, portanto, aos Licitantes, direito de qualquer reclamação posterior.

5.7. Acolhida a petição de impugnação e/ou de pedido de esclarecimento, será designada nova data para realização do certame se ocorrer modificação no Edital e seus anexos, devendo ser cumprido devido prazo legal entre a publicação e a sessão, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas (Art. 25, §2º, Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017).

5.8. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

5.9. Na ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02 e legislação vigente.

5.10. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, sem prejuízos das demais sanções previstas neste edital.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>, sendo acessado pelo link “FORNECEDOR” => **Acesso ao sistema**”, localizado no menu lateral esquerdo do portal, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado.

6.1.1. Caso a licitante ainda não possua login e senha, poderá providenciar o cadastro acessando o menu superior do Sistema de Aquisições “FORNECEDORES” => Informações e Serviços aos Fornecedores => Cadastro. Os procedimentos para o cadastro estão disponibilizados para download através do arquivo denominado “**COMO CRIAR LOGIN E SENHA**”.

6.1.1.1. As licitantes ou os seus representantes legais terão **o prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão** para estar previamente cadastradas junto ao órgão provedor.

6.1.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo a SEGES a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.1.3. **O cadastro deverá ser realizado com a utilização do CNPJ da empresa que participará do certame, não sendo permitido o uso do CPF do representante legal da licitante.**

6.2. Ao acessar o sistema, a licitante deverá:

6.2.1. Localizar o Pregão de interesse, acessando a opção “PREGÕES” – “LANÇAR PROPOSTA”, no **menu lateral esquerdo do portal**;

6.2.2. Após localizar o Pregão pelo número do Edital ou número do Processo Administrativo, clicar em visualizar;

6.2.3. Em seguida, deverá optar pela declaração de enquadramento ou não, de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.2.3.1. **A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar Federal nº**



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

123, 14/12/2006 - em especial quanto ao seu artigo 3º.

6.2.3.2 A licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.

6.3. Realizadas as devidas marcações, a licitante procederá à confirmação no botão “CREDENCIAMENTO”, e então, poderá aceitar ou recusar os conteúdos do Termo de Credenciamento e Declaração de Habilitação, bem como imprimir referidos Termos, se assim preferir.

6.3.1. Recusando os termos, a licitante não participará do certame;

6.3.2. Aceitando os termos, a licitante declara automaticamente que cumpre todos os requisitos exigidos neste Edital.

6.4. A solicitação de credenciamento do responsável para representar os interesses da licitante junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. O login e a senha criados pela licitante poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico administrado por esta Superintendência de Aquisições Governamentais/SEPLAG.

6.6. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

6.7. A quebra de sigilo ou perda da senha poderá ser regularizada através de acesso ao menu superior “FORNECEDORES” => Informações e Serviços aos Fornecedores => “Alterar Cadastro” ou “Esqueci minha Senha”, desde que o e-mail da licitante cadastrado esteja atualizado no Cadastro de Usuários.

6.8. Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas no Manual “**COMO LANÇAR PROPOSTA NO PREGÃO ELETRÔNICO**”, cujo download do arquivo encontra-se disponível no menu superior “FORNECEDORES”, ou ainda pela equipe de suporte ao Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, através do telefone (65) 3613-3606.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

7.1. Efetuado o Credenciamento, a licitante deverá **PREENCHER** sua proposta de preços e incluir os demais documentos solicitados na Sessão 8 deste Edital, até a data e horário previstos no subitem 1.6, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1.1. Ao apresentar sua proposta, a licitante aceita plenamente e concorda especificamente com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

7.1.2. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada, desde que durante o prazo estipulado no subitem 1.3 deste Edital

7.2. Para cadastrar a Proposta Eletrônica de Preços, a licitante deverá clicar na opção “CRIAR PROPOSTA” e:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

7.2.1. Selecionar o lote para o qual fará a proposta;

7.2.1.1. A descrição do objeto será automaticamente preenchida pelo Sistema conforme cadastrado na oportunidade de abertura do processo licitatório.

7.2.2. Preencher o prazo da entrega do lote observando o previsto no Edital, podendo colocar “conforme o Termo de Referência”;

7.2.3. Preencher o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública;

7.2.4. Ao cadastrar sua proposta no Sistema de Informações de Aquisições Governamentais (SIAG) o licitante poderá, atendendo ao princípio da impessoalidade, preencher o campo MARCA, com a expressão “Marca Própria” ou deixar em branco, sem o risco de ter sua proposta desclassificada.

7.2.5. O objeto não exige catálogo/ ficha técnica, mantendo-se em branco e sem documento o item <FICHA/CATALOGO>.

7.2.6. Preencher o desconto ofertado.

7.2.7. Após preencher todos os campos solicitados, clicar em **SALVAR e em seguida ENVIAR**.

7.3. O envio da proposta digital pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

7.3.1. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.4. Após a abertura da proposta, pelo (a) Pregoeiro (a), não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

7.5. Qualquer elemento que possa identificar à licitante importa em **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA

8.1. Salvada a Proposta Eletrônica de Preços, a licitante **deverá** clicar em “**ANEXO DA PROPOSTA**” para fins de anexar e enviar a **PROPOSTA DE PREÇO DE FORMA ESCRITA**, obedecendo aos requisitos constantes no subitem 8.2.

8.1.1. A licitante **deverá anexar uma proposta, conforme modelo do ANEXO II, para cada lote que deseja participar, com as informações apenas do lote pretendido.**

8.1.2. O não cumprimento do disposto no **item 8.1 e 8.1.1** implicará na **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proposta da licitante para o lote.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

8.1.3. É terminantemente VEDADO às licitantes que participarem de mais de 01 (um) lote, anexar proposta (s) de forma escrita de outro (s) lote (s), não correspondente (s) ao lote em que está cadastrando a proposta eletrônica; **sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA** no lote e se estende também para os lotes referentes àquelas propostas anexadas indevidamente, por configurar identificação indevida da licitante no decorrer da disputa de lances.

8.2. Os licitantes deverão anexar também em campo próprio (anexos da habilitação) via SIAG, dentro do prazo estabelecido para envio das propostas, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, todos os documentos de habilitação exigidos na seção 9 deste edital, em arquivo (s) de até 8mb (oito megabytes). Caso o licitante queira participar de mais de 1 (um) lote, o mesmo deve, obrigatoriamente, anexar em todos os lotes interessados os documentos de habilitação, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

8.2.1. Ao selecionar a opção “Documentos de Habilitação”, o sistema habilita algumas opções de anexo. Caso o documento exigido não esteja na relação de documentos fornecidos pelo Sistema, selecione a opção (Outros).

8.3. A PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA deve ser elaborada observando o Formulário Padrão de Proposta - ANEXO II e Especificação – ANEXO I e conter obrigatoriamente:

8.3.1. Descrição do objeto conforme especificação consignada no **Anexo I** e **Termo de Referência – Anexo III** deste Edital;

8.3.2. Uma única Marca/ Fabricante/ Modelo;

8.3.3. VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL DO LOTE;

8.3.4. O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública;

8.3.5. Declaração expressa de que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;

8.3.6. CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato, inclusive endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco, e **ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.**

8.3.7. A Proposta de Preços deverá ser impressa, devendo ser entregue numerada e de preferência por ordem de lote, conforme Formulário Padrão de Proposta, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada, com identificação do representante legal da licitante.

8.3.8. Atentar ao previsto no item 15 do Termo de Referência devendo também anexar os documentos ali previstos.

8.4. O sistema eletrônico somente permitirá a visualização da Proposta de Preços de Forma Escrita



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXADA (uma proposta para cada lote que deseja participar) e os Documentos de Habilitação, após o término da etapa de lances.

8.5. A empresa licitante deverá executar os serviços dentro das quantidades e das especificações constantes do **ANEXO I do Edital**.

8.6. O não atendimento às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos implicará na DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA, nos termos do item 12.2.

8.7. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas diretas e indiretas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas, materiais, equipamentos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

8.7.1. As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão prestar os serviços sem ônus adicionais.

8.7.2. Nos casos em que as empresas se negarem a prestar os serviços estas estarão sujeitas às sanções administrativas previstas neste edital.

8.7.3. Não serão admitidas propostas com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os de mercado, ainda que não tenha estabelecido limites mínimos.

8.8. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.9. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.10. Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

8.11. O (a) Pregoeiro (a) considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem nulidade do procedimento, como sendo erros materiais ou formais e, consequentemente, classificará a empresa.

8.12. O (a) Pregoeiro (a) poderá, no interesse da administração pública, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da Licitação.

8.13. Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos, será considerada.

8.14. A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

8.15. Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, sejam com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvados os casos que se enquadrem no previsto do item 8.11.

8.16. As licitantes quando convocadas pelo (a) Pregoeiro (a) em Sessão Pública a ser designada para este fim, deverão enviar a Proposta de Preços realinhada, os documentos de habilitação e planilhas, em original ou cópia autenticada, ao endereço definido no item 16.2 do edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO ANEXAR E ENVIAR TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, EM CAMPO PRÓPRIO VIA SISTEMA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS – SIAG ATÉ A DATA E HORÁRIO INDICADOS NO PREÂMBULO DESTE EDITAL, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

9.1.1. A Empresa Licitante que deixar de anexar e enviar os documentos de Habilitação ao Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG será INABILITADA.

9.2. Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

9.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1.1. Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto), do representante legal;

9.2.1.2. Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

9.2.1.3. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.1.3.1. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

9.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

9.2.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ;

9.2.2.2. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site da Receita Federal



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

(<http://www.receita.fazenda.gov.br/>);

9.2.2.3. Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) do Estado de Mato Grosso específica para participar de licitações, a mesma poderá ser retirada no site da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso (<http://www.sefaz.mt.gov.br/>), e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo domicílio tributário;

9.2.2.4. Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário ou sede da empresa;

9.2.2.4.1. Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nos itens 9.2.2.3 e 9.2.2.4, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário da licitante, caso no qual será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, podendo ser, caso necessário diligenciado pelo (a) Pregoeiro (a) a confirmação da existência da legislação.

9.2.2.5. Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário ou sede da empresa;

9.2.2.6. Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, a mesma poderá ser retirada no site da Caixa Econômica Federal (<http://www.caixa.gov.br/>);

9.2.2.7. Certidão negativa de débitos trabalhista (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho, que comprove a inexistência de débitos inadimplidos, conforme disposto no art. 29, V da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, a mesma poderá ser retirada no site do Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/>);

9.2.2.8. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.

9.2.2.9. Será assegurado o benefício previsto no § 1º, artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006.

9.2.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.2.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

9.2.3.1.1. Será aceita a participação de empresa em falência, concordata, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente ou decisão judicial autorizando a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993. (Acórdão 1.201/2020 - TCU – Plenário)



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

9.2.3.1.2. Será aceita a certidão negativa emitida pelo órgão emissor, sem o termo concordata, em razão deste instituto ter sido revogado pela Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005 e alguns tribunais não emitirem mais a certidão de falência concordata e recuperação judicial e extrajudicial, para participar em licitação, com o termo concordata.

9.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do **último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir, (salvo os casos previstos no subitem 9.2.3.4).

9.2.3.2.1. Serão considerados como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.2.3.2.1.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

9.2.3.2.1.1.1. Publicados em Diário Oficial; ou

9.2.3.2.1.1.2. Publicados em jornal de grande circulação; ou

9.2.3.2.1.1.3. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.2.3.2.1.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA.): acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.2.3.2.1.3. Microempreendedor Individual e Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.2.3.2.1.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas;

9.2.3.2.1.5. O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado;

9.2.3.2.1.6. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital ECD, consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022, de 22/01/2007, regulamentado por meio da Instrução Normativa nº 787, de 19/11/2007 da Receita Federal do Brasil e disciplinado pela Instrução Normativa nº 109, de 28/10/2008 do Departamento Nacional do Registro do Comércio, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital Sped ou por meio do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

9.2.3.2.1.6.1. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido por meio do Sistema Público de Escrituração Digital Sped;

9.2.3.2.1.6.2. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

9.2.3.2.1.6.3. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

9.2.3.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa, por uma das seguintes opções, (salvo os casos previstos no subitem 9.2.3.4):

9.2.3.3.1. Obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1, 0 (um), a partir da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço patrimonial apresentado na forma do inciso anterior:

Liquidez Geral (LG)
Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo ----- Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Solvência Geral (SG)
Ativo Total ----- Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Liquidez Corrente (LC)
Ativo Circulante ----- Passivo Circulante



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

9.2.3.3.1.1. Justifica-se, portanto, a exigência dos índices, pois é a forma da Secretaria de Estado de Educação de avaliar sob a luz da capacidade econômico-financeira da empresa se tem capacidade de suportar eventuais atrasos no pagamento, possíveis execuções contratuais ou mesmo honrar com o objeto a ser contratado.

9.2.3.3.1.2. Considerando que a presente licitação objetiva a contratação do objeto constante no item 2.1 deste edital, as empresas licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no item anterior, deverão comprovar patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor estimado ou do valor total de sua proposta de preço (após a fase de lance), o que for menor, e com relação a cada lote em que for classificada em primeiro ou segundo lugar, conforme o artigo 31, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93, sob pena de inabilitação.

9.2.3.3.1.3. Para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que apresentarem no lugar do Balanço Patrimonial a Declaração Anual de Rendimentos ou Declaração de Imposto de Renda, a comprovação da boa situação financeira da empresa deverá ser atestada através de comprovação de capital social mínimo ou de patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total de sua proposta de preço após a fase de lances, sob pena de inabilitação.

9.2.3.3.2. Patrimônio líquido, indicado no balanço patrimonial apresentado na forma do inciso anterior, de no mínimo 5% do valor estimado ou do valor total de sua proposta de preço (após a fase de lance), o que for menor, e com relação a cada lote em que for classificada em primeiro ou segundo lugar, conforme o artigo 31, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993;

9.2.3.3.3. Junto com o balanço patrimonial exigido no item 9.2.3.3.2 poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.

9.2.3.3. O balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

9.2.3.4. A empresa interessada em participar do certame licitatório, poderá ser contratada, para tantos Lotes, desde que seu limite de patrimônio líquido permita, conforme termos do §3º do art. 31 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993;

9.2.3.4.1. Caso a Empresa não comprove que seu patrimônio líquido não supere a 10% (dez por cento) do valor estimado do Polo somados aos saldos dos seus contratos vigentes, esta será desclassificada e, imediatamente, será convocada a Empresa subsequente. Para embasar este subitem a empresa deverá apresentar a relação de contratos vigentes (com qualquer Entidade



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

pública ou privada), com os respectivos valores e saldos contratuais (passíveis de conferência pelo Poder Judiciário para atestar a veracidade da informação):

Empresa:		XXXXX LTDA	(A)Capital Social:	R\$ 00,00
Item	Contrato nº	Nome_Entidade	Valor	
			Contrato	Saldo
1	XX/2018	Secretaria de ...	R\$ 00,00	R\$ 00,00
2	XX/2019	Tribunal de...	R\$ 00,00	R\$ 00,00
3	XX/2019	Supermercado ...	R\$ 00,00	R\$ 00,00
TOTAL			R\$ 00,00	(B) R\$ 00,00

9.2.3.5. No caso de a habilitação do licitante não atingir as exigências cumulativas para todos os Lotes para os quais concorreu, então o licitante deverá ser inabilitado em algum ou alguns deles, e a escolha deve recair sobre aquele ou aqueles que representarem o menor gravame para o licitante, ou seja, os de menor valor, e só deve recair sobre os que forem suficientes para que a habilitação do licitante atinja as exigências cumulativas do (s) Lote(s) remanescentes.

9.2.3.6. A licitante que se enquadrar na condição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual a qualificação econômicofinanceira poderá ser comprovada de acordo com o art. 7º da Lei Estadual nº 10.442, de 03/12/2016, sendo:

9.2.3.6.1. Apresentação de certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física;

9.2.3.6.2. Apresentação de cópia da declaração anual de rendimentos/imposto de renda;

9.2.3.6.3. Havendo alguma restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis nos moldes da Lei Complementar nº. 123/2006, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.2.3.6.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

9.2.3.6.5. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: apresentar o Balanço Patrimonial na mesma forma das demais empresas licitantes.

9.2.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.4.1. Prova de inscrição ou registro do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU competente, que comprove atividade relacionada com o objeto com a devida regularidade;

9.2.4.1.1. No caso de a empresa proponente ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado de Mato Grosso, deverão ser providenciados os respectivos registros e/ou vistos deste órgão regional na ocasião da assinatura do contrato.

9.2.4.2. Para atendimento à **qualificação técnico-operacional**, Atestados de Qualificação Técnico-Operacional, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que servirá como comprovação que a licitante executou obra de engenharia, compatível em características e quantidades com o objeto da presente licitação, devidamente anexadas com a planilha do atestado com descrição e quantificação dos serviços executados, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

9.2.4.2.1. O registro de atestado será efetivado por meio de sua vinculação à Certidão de Acervo Técnico – CAT, do respectivo contrato.

9.2.4.2.2. No caso de obra própria, o atestado deve estar acompanhado de documento público que comprove a conclusão da obra ou serviço expedido, conforme Resolução nº 1.025, de 30/10/2009 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

9.2.4.2.3. A(s) certidão(ões) e o atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

9.2.4.2.2.1. Nome do contratado e do contratante;

9.2.4.2.2.2. Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);

9.2.4.2.2.3. Localização do serviço (município, comunidade, gleba);

9.2.4.2.2.4. Serviços executados (discriminação e quantidades).

9.2.4.2.4. Os serviços de execução de construção civil relevantes ao objeto da contratação, é a execução da cobertura e instalações elétricas que compreende todos os serviços de fornecimento e execução. A empresa



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

participante deve apresentar para cada lote atestados equivalentes ao objeto acima disposto em medida não inferior a 40% da área total licitada, conforme quantitativos demonstrados no ANEXO XIX do Termo de Referência Termo.

9.2.4.2.4.1. A empresa que desejar participar de mais de um lote deverá apresentar quantitativo equivalente a somatória dos lotes que deseja participar.

9.2.4.3. Para atendimento à **qualificação técnico-profissional**, será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

9.2.4.3.1. Declaração de disponibilidade de equipe técnica responsável, **conforme modelo abaixo**, acompanhado de atestado (s) e certidão (ões) de responsabilidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, por execução de serviços compatíveis com o objeto e itens relevantes do contrato, devidamente anexadas com a planilha do atestado com a descrição e quantificação dos serviços executados, , estes deverão estar identificados de forma destacada, em concordância com o responsável técnico necessário.

DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (N.º DO CNPJ)____, sediada (ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital do Pregão Eletrônico – SRP N.º XXX/2016/SEDUC, indica o Senhor(a) (NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO)_____, (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da Cédula de Identidade n.º (N.º DOCUMENTO) emitido por (ÓRGÃO EMISSOR/ESTADO), e do C.P.F. n.º (N.º DO CPF), residente à (ENDEREÇO COMPLETO, CIDADE/ESTADO), inscrito sob n.º (N.º DO CREA OU CAU) no (CREA OU CAU/ESTADO), pertencente ao quadro permanente da empresa, como Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto da licitação.

O Responsável Técnico, supra indicado e pertencente ao quadro permanente da empresa, DECLARA, expressamente, sua disponibilidade profissional para a execução dos serviços da licitação.

(LOCAL E DATA).

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)

(Nome, identidade e assinatura do profissional indicado como Responsável Técnico)

9.2.4.3.2. Para garantir a boa execução da obra, deverá estar presente no



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

canteiro de obras durante todo o período de execução, Engenheiro Civil ou Arquiteto como responsável (is) técnico (s). Deverá ser relacionado conforme Declaração de equipe técnica responsável presente em anexo.

9.2.4.3.3. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição nos termos do artigo 30, §10, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia desta administração.

9.2.4.3.4. A Comprovação do vínculo do(s) profissional(is) relacionado (s) no item 9.2.4.3.2, será feita por meio da apresentação dos seguintes documentos no momento da assinatura do contrato:

9.2.4.3.4.1. Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente, e certidão do CREA e CAU devidamente atualizado;

9.2.4.3.4.2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima, e certidão do CREA e CAU devidamente atualizado;

9.2.4.3.4.3. Empregado da empresa: cópia da carteira de trabalho, ou ficha de registro de empregados (FRE), ou guia de recolhimento do FGTS, onde conste o(s) nome(s) do (s) profissional(s) e demonstrem a identificação do mesmo;

9.2.4.3.4.4. Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e o licitante de acordo com a legislação civil comum.

9.2.4.3.4.5. O profissional deverá constar como responsável técnico do licitante junto ao CREA-MT, obrigatoriamente.

9.2.4.3.4. Nenhum engenheiro e/ou arquiteto, ainda que credenciado na licitação, poderá representar mais de uma licitante.

9.2.4.3.5. Os documentos de habilitação referente a qualificação técnica serão avaliados pela equipe técnica da Superintendência de Obras - SUOB, a qual emitirá parecer técnico.

9.2.4.4. A licitante poderá a seu critério realizar ou não visita técnica nos locais de obra, devendo apresentar declaração assinada pelo representante legal, informando que conhece o local onde serão executados os serviços, tendo pleno conhecimento das condições e da natureza das atividades a que se propõe. Em caso de realização da visita esta não será acompanhada por servidor da SEDUC.



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob Nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para efeito legais, que tem conhecimento de todas as condições do projeto executivo, referente a CONCORRENCIA Nº _____, realizada pela SEDUC, e que faz a opção de se abster da visita, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, nem tão pouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier firmar.

(LOCAL E DATA).

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Declaro para fins de participação na CONCORRENCIA Nº _____, que a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, vistoriou as áreas onde serão executados os serviços _____, de maneira que tomou pleno conhecimento de suas instalações (condições físicas) e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro, constatando as peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não cabendo posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento ou solicitação de acréscimo no preço por falta de informação

(LOCAL E DATA).

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)

9.2.4.4.1. O Licitante poderá solicitar informações do projeto, com a equipe técnica mediante prévio agendamento.

9.2.4.4.2. A licitante poderá optar por não realizar a visita técnica, caso isso



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ocorra, a mesma deverá emitir DECLARAÇÃO que fará parte da Documentação de HABILITAÇÃO, de que conhecem todas as condições estruturais existentes, demais documentos e exigências inerente a execução do Objeto, e, no caso de ser declarada vencedora que tem totais condições de realizar/ executar os serviços ora pretendido, sem prejuízos algum na sua efetiva execução. (Modelo citado acima).

9.2.4.4.3. A empresa não poderá alegar a posteriori, desconhecimento de qualquer fato relativo às condições do local de execução dos serviços, podendo incorrer em sanções administrativas previstas no Edital em consonância com a LEI 8666/93.

9.2.5. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

9.2.5.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993.

9.2.5.2. Declaração que não possui em seu quadro de empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

9.2.5.3 Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;

9.2.5.4. O modelo da declaração acima apontada será o seguinte:

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021/SEDUC

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021/SEDUC, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 04, de 15/10/1990



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)

9.2.5.5. Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o Poder Público:

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

Assunto: Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público.

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações.

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)

9.2.6. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, EXIGÍVEL NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 14/12/2006:

9.2.6.1. Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006)

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que na participação no PREGÃO Nº 004/2019/SAAF/SEFAZ, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

- () Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;
() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

103, de 30/04/2007 do Departamento Nacional do Registro do Comércio.

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)

9.2.6.2. Certidão de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial;

9.2.6.3. Quando **optante pelo SIMPLES NACIONAL** a Licitante deverá apresentar Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

9.2.6.4. Quando **não optante pelo SIMPLES NACIONAL** a Licitante deverá apresentar Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

9.3. Os licitantes inscritos no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Mato Grosso poderão apresentar o respectivo Certificado de Inscrição e a Certidão de índices de qualificação econômico-financeira, em plena validade e devidamente atualizados, em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica (item 9.2.1), regularidade fiscal e trabalhista (item 9.2.2) e qualificação econômico-financeira (item 9.2.3).

9.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

9.4.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou;

9.4.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.4.3. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.4.4. Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

9.5. Os documentos de HABILITAÇÃO apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.

9.5.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

9.6. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

9.7. O (A) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

tiver dúvida e julgar necessário.

9.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o (a) Pregoeiro (a) considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do artigo 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006.

9.10. Poderá o (a) Pregoeiro (a) declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

9.11. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o (a) Pregoeiro (a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

9.12. Somente serão solicitados os documentos de habilitação da licitante vencedora, no entanto, o (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar os documentos de habilitação das demais licitantes quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recursos administrativos ou desde que estes estejam implicados na questão.

9.13. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, a licitante classificada em primeiro lugar, será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.14. Se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências editalícias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e, após negociação, os documentos de habilitação.

9.15. O (A) Pregoeiro (a) poderá habilitar mais de 01 (uma) licitante por lote, desde que devidamente classificada na etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017.

10. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.1. A microempresa e empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 deverá optar, no sistema, ser: <microempresa ou empresas de pequeno porte>, antes do envio da proposta; e no momento da **Habilitação** deverá comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados neste edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.

10.2. A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta, acarretará em preclusão dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006.

10.3. Em caso de Lote com cota reservada à microempresa e/ou empresa de pequeno porte, para a participação do lote, é obrigatório a identificação no sistema da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

10.4. SERÁ INABILITADA a microempresa ou empresa de pequeno porte que se identificar como tal e não apresentar os documentos mencionados exigidos para tal.

10.5. Documentação Complementar, exigível nos termos da LC 123/2006:

10.5.1. Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

10.5.2. Certidão de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial; sem prazo de validade, devendo estar de acordo com as informações constantes no contrato social consolidado, nos moldes da Instrução Normativa DREI nº. 20, de 05 de Dezembro de 2013;

10.5.3. Quando **optante** pelo SIMPLES NACIONAL a licitante deverá apresentar **Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal**;

10.5.4. Quando **não optante** pelo SIMPLES NACIONAL a licitante deverá apresentar **balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/2006.**

11. DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do (a) Pregoeiro (a), com a divulgação das propostas eletrônicas de preços recebidas, sem identificação das licitantes por parte do sistema eletrônico.

11.2. As licitantes deverão utilizar sua chave de acesso e senha para participar da sessão pública na internet.

11.2.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

11.3. A comunicação entre o (a) Pregoeiro (a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Aberta a sessão, o (a) Pregoeiro (a) passará à análise e acolhimento das propostas eletrônicas e em seguida a sua divulgação.

12.1.1. O (A) Pregoeiro (a) ao abrir a sessão analisará as propostas eletrônicas, verificando ao que atende o § 2º do art. 29 do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017: A apresentação de propostas de percentuais inferiores a 10% (dez por cento) relativamente à de maior valor não serão desclassificadas por tal motivo, para ampliação da competitividade do certame.

12.2. O (A) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

12.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

12.2.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes.

12.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.3. A decisão sobre classificação de propostas será disponibilizada no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelas licitantes.

12.4. Classificadas as propostas, iniciar-se-á a fase de lances, na qual os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances, obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, **MAS SEMPRE SUPERIOR AO PERCENTUAL DE DESCONTO INICIAL DO LICITANTE.**

12.5. A cada lance ofertado, o participante conectado será imediatamente informado de seu recebimento com seu respectivo horário de registro e valor. O lance vencedor será identificado pela cor verde, sendo este de sua autoria.

12.5.1. Os lances apresentados deverão referir-se ao percentual de desconto do VALOR TOTAL.

12.5.1.1. Não serão aceitas cotações com valores unitários com mais de duas casas decimais. Caso ocorra o valor deverá ser arredondado para maior

12.6. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do valor ofertado.

12.7. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas manifestamente inexequíveis, na forma da lei, bem como negociar a redução do preço ofertado, a fim de adequá-lo ao valor estimado para a contratação.

12.8. Na hipótese de haver lances ou propostas iguais prevalecerá como de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA TARIFA, POR LOTE o lance que tiver sido primeiramente registrado.

12.8.1. Em caso de não haver lances prevalecerá o descrito no item anterior.

12.8.1.1. Na hipótese de haver propostas lançadas inicialmente com valores iguais, o sistema registrará por ordem de inserção, e o desempate será efetivado através dos lances franqueados.

12.8.1.2. Caso, não haja lances, será aplicada a regra prevista no art. 45, § 2º, da Lei 8.666/1993.

12.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

aceitação dos mesmos.

12.10. Durante o transcurso da sessão de lances, os participantes serão informados em tempo real, do valor do maior lance registrado.

12.11. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

12.12. Por iniciativa do (a) Pregoeiro (a), o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início do tempo aleatório (randômico) que ficará caracterizado no sistema pela palavra DOU-LHE 1, DOU-LHE 2, DOU-LHE 3 e logo em seguida a mensagem “início do tempo randômico”, findado este tempo, estará automaticamente encerrada a recepção de lances. O tempo randômico vai de 0 (zero) até 30 (trinta) minutos, nesta fase o sistema poderá encerrar a disputa a qualquer momento desse intervalo, sem a possibilidade de intervenção do Pregoeiro (a) respeitando o limite máximo.

12.13. Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante que tenha apresentado o lance de maior percentual, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

12.14. No caso do item anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado o lance de maior percentual, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

12.15. Em face da impossibilidade de determinação da finalização do tempo aleatório/randômico recomendam-se aos licitantes estabelecer o valor mínimo de lance antes de seu acionamento, evitando assim frustração por falta de tempo hábil para calculá-lo e apresentá-lo durante o tempo aleatório.

12.16. O sistema informará a proposta de maior percentual imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

12.17. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

12.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, o pregão será suspenso e terá reinício somente após COMUNICADO expresso aos participantes por meio do Sistema de Aquisições Governamentais no mesmo local de disponibilização do Edital. Ficando o licitante responsável pelo acompanhamento.

12.18.1. Ocorrendo à situação a que se refere o subitem anterior, o (a) Pregoeiro (a) poderá caso entenda necessário realizar COMUNICADO através de Aviso no Diário Oficial do Estado – DOE/MT.

12.19. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o sistema verificará e classificará a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

12.20. Erros relativos a operações matemáticas poderão ser corrigidos na etapa de negociação no caso de valores inferiores ao já ofertado.

12.21. Casos não se realizem lances serão verificados a conformidade entre a proposta de maior percentual e o valor estimado da contratação.

12.22. Todos os avisos de suspensão em decorrência de horário de expediente ou fatos supervenientes serão disponibilizados no sistema utilizado, sendo de inteira responsabilidade o acompanhamento por parte do licitante.

12.23. Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame serão postados no chat e/ou anexados no campo “DOCUMENTOS” no sistema. Não podendo o licitante alegar desconhecimento da informação, sob pena de preclusão.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **CRITÉRIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO DO LOTE**, observando os demais requisitos estabelecidos neste Edital.

13.2. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos insanáveis capazes de dificultar o julgamento.

13.3. Deverá ser apresentada proposta que atenda todas as especificações solicitadas não podendo ser alterada, sob pena de desclassificação;

13.4. Falhas meramente formais poderão, após análise, serem sanadas pelo (a) Pregoeiro (a), desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação às demais licitantes.

13.5. Se a proposta ou lance de menor valor, não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

13.5.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o (a) Pregoeiro (a) poderá por meio do sistema eletrônico, negociar com a licitante para que seja obtido o valor desejado.

13.6. Finalizada a sessão pública não poderá haver desistência da proposta ou dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes na legislação vigente.

13.7. Após a fase de lances será analisada a **PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA** (em formato pdf), a qual fora anexada no sistema conforme o item 08, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação conforme determinado neste Edital e seus anexos.

13.8. Sendo aceitável a proposta de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE**, será conferida a documentação de HABILITAÇÃO (conforme item 09 do Edital) da Empresa Licitante, que tiver anexado ao SIAG, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nos dados cadastrais.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

13.9. Se a proposta não for aceitável, ou ainda, se a Empresa Licitante não atender às exigências habilitatórias o (a) Pregoeiro (a) se manifestará dizendo os motivos da desclassificação ou inabilitação e, após, examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

13.10. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, a licitante classificada em primeiro lugar, será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

13.11. A manifestação de recurso deverá ser realizada após a declaração do vencedor, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada da Empresa Licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

13.12. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendendo a manifestação prévia da Empresa Licitante, durante a sessão pública, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

13.12.1. Quanto ao encaminhamento/ postagem das razões e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes deverão ser enviados, dentro do prazo estipulado, à SUAC/SAAS/SEDUC.

13.13. A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

13.14. Havendo apenas uma proposta de preços por item ou lote, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão do Pregão e informará à Autoridade Competente, que poderá autorizar a adjudicação do objeto ou revogar a licitação.

13.15. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) minutos**, contados da declaração de vencedor, conforme o artigo 48 do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017.

14.2. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

14.1.1. As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser enviadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato), para o endereço eletrônico licitacao@educacao.mt.gov.br e encaminhado os documentos originais à **SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS** – SUAC/SAAS/SEDUC, sito à Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A – Centro Político Administrativo – CEP 78049-906 – Cuiabá-MT – Fone: (65) 3613-6504.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

14.1.1.1. Após postagem pelos correios enviar via email o comprovante de postagem para comprovação de cumprimento do prazo estabelecido em Edital.

14.2. A falta de manifestação imediata e motivada da Empresa Licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

14.3. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. Caberá ao (à) Pregoeiro (a) proceder ao juízo de admissibilidade das intenções de recurso manifestadas pelas licitantes na sessão pública, buscando verificar tão somente a presença dos pressupostos recursais, ou seja, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, abstendo-se de analisar, de antemão, o mérito do recurso, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, c/c art. 11, inciso XVII, do Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000 (pregão presencial), e do art. 26, caput, do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005 (regulamento do pregão eletrônico).

14.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o certame.

14.6. Durante os prazos de recursos os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da **SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – SUAC/SAAS/SEDUC**, sito à Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A – Centro Político Administrativo – CEP 78049-906 – Cuiabá-MT – Fone: (65) 3613-6504.

14.7. As Razões, Contrarrazões e Decisões serão disponibilizadas no Sistema de Informações para Aquisições Governamentais – SIAG, na área pública, junto ao Edital.

14.8. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e legislação vigente.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Empresa Licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo (a) Pregoeiro (a), exceto se:

15.1.1. Houver recurso;

15.1.2. Houver apenas uma proposta válida por lote/ item;

15.1.3. O valor final ofertado ficar acima do valor estimado pela Administração.

15.2. Em havendo recurso e mantida a decisão do (a) Pregoeiro (a), a Autoridade Competente da Secretaria de Estado de Fazenda, após deliberar sobre o mesmo e constatada a regularidade dos atos procedimentais, poderá adjudicar o objeto à licitante vencedora, homologando o processo licitatório.



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

15.3. Nas hipóteses dos itens 16.1.1 à 16.1.3, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os autos do processo para a Autoridade Competente, para possível adjudicação à licitante vencedora e homologação do procedimento licitatório.

15.4. Não havendo interposição de recurso, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os autos do processo para a Autoridade Competente, para possível homologação do procedimento licitatório.

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1. A proposta atualizada devidamente assinada, e a documentação, original ou cópia autenticada, relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/ postadas o (a) Pregoeiro (a), em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contado a partir da finalização da sessão.

16.1.1. Sendo remetidos os documentos por via postal, a Empresa Licitante deverá comunicar e comprovar a remessa à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso dentro do prazo acima estabelecido, através do e-mail: licitacao@educacao.mt.gov.br (art. 45, §1º, do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017).

16.1.2. O (A) Pregoeiro (a) poderá desclassificar ou inhabilitar a Empresa Licitante quando constatar divergências entre os documentos inseridos no sistema eletrônico e os encaminhados posteriormente, exceto quando se tratar de mera atualização de documento cuja validade tenha expirado após a abertura das propostas (art. 45, §2º, do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017).

16.2. O envelope da Proposta de Preços deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – SUAC/SAAS/SEDUC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20XX/SEDUC
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA EMPRESA LICITANTE

16.3. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser expresso, em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – SUAC/SAAS/SEDUC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20XX/SEDUC
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA EMPRESA LICITANTE

16.4. Serão solicitados os documentos da licitante vencedora, bem como o (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar os documentos das demais licitantes desde que devidamente classificada na etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, do Decreto Estadual nº 840 de 10/02/2017.

16.5. Se a licitante não apresentar proposta atualizada e documentos de habilitação em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, poderá o (a) Pregoeiro (a) inhabilitá-la e examinar as ofertas



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

subsequentes, bem como a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

16.5.1. Na hipótese acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Gestão, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

16.5. A proposta atualizada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação pelo prazo de 03 (três) dias, contados da publicação do resultado.

16.6. A Administração não se responsabilizará por envelopes/ pacotes postados pelos correios, que não sejam entregues à Equipe de Pregão dentro dos prazos definidos neste Edital.

16.7. Após a homologação da licitação pela autoridade superior deverá ser procedida à convocação da Empresa Licitante vencedor, para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se for o caso, ou receber a ordem de fornecimento.

16.8. Se a Empresa Licitante vencedor recusar-se a executar o objeto licitado, os demais licitantes serão chamados na ordem de classificação para fazê-lo, sujeitando-se o desistente às sanções estabelecidas nos artigos 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis.

17.1.1. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.1.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 114 e seguintes do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017.

17.2. A empresa licitante vencedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer, quando convocada, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preço.

17.2.1. A Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social, documento que comprove os poderes expressos para assinatura da ARP e cédula de identidade do representante, caso estes documentos não constem nos autos do processo licitatório.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

17.2.2. A critério da Administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal e aceito pela secretaria.

17.3. No caso do licitante vencedor recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente ou não apresentar situação regular para a assinatura, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a Administração se reserva ao direito de convocar o próximo licitante classificado, para assinar a Ata, sendo este o novo detentor do registro de preços.

17.4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do §3º do artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

17.4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo do §1º do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

17.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços as empresas registradas são obrigadas a atender todas as solicitações de fornecimento/execução provenientes do órgão gerenciador e suas unidades, observadas as demais obrigações indicadas neste edital e seus anexos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

17.6. Com a utilização total do quantitativo registrado, a Ata de Registro de Preços será considerada encerrada, sendo vedadas novas adesões, inclusive carona.

17.7. Consta no anexo deste edital a minuta da Ata de Registro de Preços que será firmada com as licitantes vencedoras.

17.8. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada obedecida as disposições contidas na lei geral de licitações e contratos e as disposições do Decreto Estadual nº. 840/2017.

17.9. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

17.10. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido 01 (um) ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

17.11. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que trata o artigo 90 do Decreto nº. 840/2017, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo a autoridade competente do órgão a decisão sobre o pedido.

17.12. Deferido o pedido pelo Secretário de Estado de Educação, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços e o reajuste mediante apostilamento.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

17.13. Os preços registrados que sofrerem revisão ou reajuste não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços nos moldes do artigo 7º do Decreto 840/2017.

17.14. Constatado que o preço registrado está superior ao de mercado, o órgão gerenciador solicitará formalmente à empresa registrada a redução do preço, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado, observado o disposto no artigo 92 do referido Decreto.

17.15. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o órgão gerenciador poderá rescindir a Ata de Registro de Preços e convocar formalmente, pelo preço exigido da empresa registrada anteriormente, as demais empresas classificadas e habilitadas na licitação, na ordem de classificação, até que se registre novo preço ou, fracassada a negociação seja revogada a Ata e iniciada nova licitação.

17.16. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

17.17. Poderá ser alterado o produto registrado na Ata de Registro de Preço, a requerimento da empresa registrada, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anterior, nas condições pactuadas e seja ofertado novo produto com características equivalente ou superiores às do anteriores, sem acréscimos financeiros.

17.18. A substituição de produto, ainda que temporária, deverá ser registrada por aditivo.

17.19. A alteração da Ata de Registro Preços, em decorrência de revisão, renegociação, substituição de produto deverá ser:

- a) Previamente submetida à análise técnica e jurídica;
- b) Formalizada por aditamento, a ser assinado pelos representantes da empresa registrada e do órgão gerenciador;
- c) Registrada nos autos da Ata e no sistema eletrônico de gerenciamento da Ata;
- d) Publicada no Diário Oficial do Estado.

17.19.1. Iniciado o procedimento de alteração da Ata, ficarão suspensas as solicitações não concluídas de adesão do item ou lote a que se referir, até a decisão da autoridade competente, nos termos do artigo 95 e seus parágrafos, do Decreto nº. 840/2017.

17.20. A empresa registrada terá o seu registro cancelado quando:

- I – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II – Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão sem justificativa aceitável;
- III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV – For declarada inidônea, suspensa ou impedida do direito de contratar ou licitar com a Administração e/ou hipóteses previstas no artigo 78, I a XII, XVII e XVIII da Lei nº. 8666/93.

17.20.1. O cancelamento de registros será formalizado por decisão do Órgão gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

17.20.2. O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

17.21. O cancelamento do preço registrado será publicado mediante aviso no Diário Oficial do Estado.

17.22. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

17.23. Havendo o cancelamento do preço registrado, as unidades demandantes e os órgãos/ entidades (não participantes do Registro de Preço) que aderiram à Ata serão comunicados para tomar as providências necessárias à rescisão contratual e cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

17.24. O cancelamento do registro de preço poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique ou impeça o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

17.25. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à Ata de Registro de Preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

17.26. Será vedado ao fornecedor/consignatário caucionar ou utilizar a Ata ou o contrato decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Educação.

18. DO CONTRATO

18.1. Publicada a Ata de Registro de Preços, a Secretaria de Estado de Educação, poderá firmar contrato com a Empresa Registrada visando à execução do objeto desta licitação nos termos e condições da minuta de contrato ou ordem de fornecimento/serviço e anexos que integram o presente Edital.

18.2. A Empresa Registrada deve comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual, ordem de fornecimento/ordem de serviço ou instrumento equivalente.

18.3. As OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE e DA CONTRATADA, SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO, CRITÉRIOS DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO e CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, são aquelas constantes no TERMO DE REFERÊNCIA e MINUTA DO CONTRATO, juntamente com todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da presente licitação, que integrarão o Contrato ou ordem de fornecimento/serviço, independente de transcrição.

18.4. A publicação resumida do instrumento de Contrato e de seus eventuais aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração no prazo estabelecido pela Lei 8.666/93.

18.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

contrato.

18.6. A publicação resumida do instrumento de Contrato e de seus eventuais aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração no prazo estabelecido pela Lei 8.666/93.

18.7. Como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a serem aplicadas, a CONTRATADA se obriga a prestar garantia no valor correspondente a 3% (três por cento) do valor do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, após a assinatura do contrato, por uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993: Caução em dinheiro com depósito em conta única do Estado de Mato Grosso; Seguro Garantia; Fiança Bancária.

18.7.1. A validade e eficácia da garantia do contrato deverá acompanhar toda a vigência do Contrato, inclusive devendo ser prorrogada, quando prestada na forma de seguro-garantia ou fiança bancária, quando ocorrer prorrogação do prazo do contrato.

18.7.2. A Administração poderá, a seu exclusivo critério, perpetrar a rescisão contratual ou a execução da garantia original prestada, na hipótese de a garantia do contrato não ser prorrogada por idêntico prazo de prorrogação do Contrato.

18.7.3. O prazo de vigência da garantia, deverá ser acrescido de 90 (noventa) dias do prazo de vigência do contrato.

18.7.4. A garantia do contrato deverá ser reforçada/complementada sempre que houver acréscimo ao preço unitário final pactuado (aumento no valor contratado ou reajuste de preços), de forma que sua importância se mantenha sempre equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

18.7.5. A garantia do contrato ou o seu respectivo saldo remanescente, se houver, será restituída ou liberada em favor da Contratada, uma vez verificada a perfeita execução dos serviços, com o respectivo recebimento final da obra objeto desta licitação, na forma do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

18.7.6. Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela Contratante.

18.7.7. Só serão aceitas a prestação de seguros-garantia e cartas de fiança bancária de agentes devidamente registrados e autorizados pela Superintendência de Seguros privados – SUSEP e pelo Banco Central do Brasil, respectivamente;

18.7.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas no contrato e poderá ensejar rescisão contratual.

18.8. O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual, ficará sob responsabilidade da CONTRATANTE e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

18.9. Se a garantia prestada pela CONTRATADA for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pela CONTRATANTE, total ou parcialmente, para fins de cobertura no pagamento das multas aplicadas.

18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros ou pagamento de multas contratuais, a CONTRATADA se compromete a fazer a respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, mediante ofício entregue com recibo.

19. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

19.1. O (A) Contratado (a) deverá realizar os serviços atendendo às especificações técnicas bem como às exigências contidas neste edital e anexos, sendo que as obrigações das partes, dentre outras relacionadas neste Edital, são aquelas estabelecidas no Anexo I e no Anexo III Minuta de Contrato.

19.2. Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

19.3. Deverá atender todas as obrigações constantes da Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002 e da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e do presente Edital e seus Anexos.

19.4. Nos termos do artigo 55 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, a Empresa Licitante **deverá se reportar à Minuta de Contrato** (ANEXO III deste Edital) a fim de verificar as cláusulas referentes a:

19.4.1. O preço e as condições de pagamento;

19.4.2. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

19.4.3. O crédito pelo qual correrá a despesa;

19.4.4. As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

19.4.5. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

19.4.6. A Fiscalização dos serviços;

19.4.7. Penalidades financeiras;

19.4.8. Os níveis necessários à execução dos serviços;

19.4.9. A Repactuação;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

19.4.10. Os casos de rescisão;

19.4.11. O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993;

19.4.12. A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.5. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e nas normas de instituições e/ ou empresas de apoio financeiro que por ventura esta Secretaria for parceira, tais como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Banco Mundial entre outros;

19.5.1. Ressalta-se que, tais instituições e/ou empresas de apoio financeiro poderão reserva-se no direito de, diretamente ou por agente por ele designado, realizar inspeções ou auditorias nos registros contábeis e nos balanços financeiros da Contratada relacionados com a execução do Contrato;

19.5.2. Se, de acordo com o procedimento administrativo ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, o Banco poderá declarar inelegíveis a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos financiados com recursos do mesmo.

19.6. Em virtude do previsto no Decreto Estadual nº 522, de 15/04/2016, que “Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e demais medidas de responsabilização de pessoas jurídicas, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e dá outras providências”, bem como do previsto no art. 138 do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017, o contrato deverá prever a seguinte cláusula:

19.6.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. Pela fiel e perfeita execução dos serviços objeto desta licitação, a SEDUC efetuará o pagamento de acordo com a quantidade de serviço efetivamente executado, e de acordo com os valores constantes na proposta de preços e Contrato, mediante a entrega da nota fiscal, devidamente atestada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS**.

20.2. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, transporte, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste Pregão.

20.2.1. A contratada deverá, preferencialmente, possuir conta corrente no Banco do Brasil S.A, a qual deverá ser informada a contratante, visando maior agilidade no processo de pagamento, bem como em razão dos termos do contrato nº012/2015/SEGES firmado entre o Governo do Estado de Mato Grosso e a instituição financeira.

20.3. A Nota Fiscal será paga após o atesto do fiscal de contrato e do responsável **SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS**, e acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais nº 8.199, de 16/10/2006 e suas alterações, obedecendo aos prazos estabelecidos no Decreto Estadual que dispõe sobre a execução da programação financeira anual, portaria que regulamenta a transmissão dos pagamentos para as instituições financeiras.

20.3.1. Ressalta-se que o prazo acima descrito pode ser estendido quando os atestos ocorrerem no período entre o final e início de exercício financeiro do Estado.

20.3.2. As datas dos pagamentos serão automaticamente prorrogadas para o 1º dia útil seguinte, quando recaírem em feriado, ponto facultativo, dia sem expediente bancário ou dia sem expediente no Poder Executivo Estadual.

20.3.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, Recibo ou Fatura, bem como, qualquer outra circunstância que impeça o seu pagamento, fluirá a partir da respectiva regularização.

20.3.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/ fatura, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/fatura.

20.4. As demais cláusulas detalhando a forma de pagamento estão dispostas na **MINUTA DE CONTRATO (ANEXO VI)** que é parte integrante deste Edital.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Como a presente licitação objetiva o registro de preços, que não gera a obrigação de contratar para a Administração Pública, é desnecessária a indicação da dotação orçamentária, que será obtida e informada quando da efetiva contratação, a qual ocorrerá somente após a emissão do respectivo empenho.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, a Contratada que:

22.1.1. Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

22.1.2. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;

22.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

22.1.4. Cometer fraude fiscal;

22.1.5. Não executar, parcial ou total o Contrato;

22.2. A Contratada que cometer infração administrativa, estará sujeita à aplicação das seguintes sanções a saber:

22.2.1. Advertência, por faltas leves, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o Contratante;

22.2.2. Multas:

22.2.2.1. Por atraso: será aplicada multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso até o limite 60 (sessenta) dias, após será considerado inexecução total do contrato;

22.2.2.2. Por faltas médias ou inexecução parcial: será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos ao Contratante e, na sua reincidência, esse percentual será de até 10% (dez por cento);

22.2.2.3. Por falta grave ou inexecução total: será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato. Será entendida como falta grave aquela que acarrete prejuízo para o Contratante. Quanto a inexecução total a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao Contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do Contrato;

22.2.2.4. A multa eventualmente imposta à Contratada, poderá ser descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, garantido o contraditório e ampla defesa;

22.2.2.5. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão/Entidade Contratante, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;

22.2.2.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo ainda, o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa;

22.2.2.7. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Órgão/Entidade;

22.2.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

contratar com Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

22.2.4. Impedimento de licitar e contratar com Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e com consequente descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados e após 02 (dois) anos de sua aplicação;

22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas juntamente com as de multa;

22.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692/02;

22.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o Princípio da Proporcionalidade.

22.6. Todas as sanções aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/MT.

22.7. Os critérios e condições relativos a aplicação das sanções e penalidades financeiras contratuais estão descritas detalhadamente na MINUTA DO CONTRATO, que faz parte integrante deste Edital para todos os fins.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da Empresa Licitante vencedor farão parte integrante do Contrato ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição.

23.2. O proponente ao participar da presente licitação, expressa automaticamente concordância aos termos deste Edital, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017 e da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000, Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 e Lei Complementar Estadual nº 605, de 29/08/2018.

23.3. É facultada ao (à) Pregoeiro (a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução deste processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar no ato da sessão pública.

23.4. Fica assegurado a esta Secretaria de Estado de Educação o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte a presente licitação, dando



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

23.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

23.7. A cópia deste Edital, bem como os demais avisos referentes a este certame poderá ser obtida, na íntegra, gratuitamente através dos sites: <https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> e <http://www2.seduc.mt.gov.br/>, conforme item **1.2**.

23.8. Nos sites mencionados no item acima serão disponibilizadas todas as informações que o (a) Pregoeiro (a) julgar importantes, inclusive adendos, razão pela qual as Empresas interessadas em participar do certame deverão consultá-lo frequentemente.

23.9. A Administração poderá convocar o contratado para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

23.10. O desatendimento das exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Empresa Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

23.11. Considerando, para efeito de orçamento e proposta, esta Secretaria fará uma aquisição mínima estimada em 50% (cinquenta por cento) do total registrado por item, sendo que por pedido será de aproximadamente de 15% do percentual citado. Todavia, a Administração Pública poderá rever a qualquer momento a quantidade mínima por pedido, e ainda, em casos excepcionais o quantitativo mínimo poderá ser alterado.

23.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro fornecimento.

23.13. O foro para dirimir questões relativas ao presente Pregão será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

23.14. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Planilha Demonstrativa de Detalhamento

ANEXO II - Modelo de Propostas De Preços

ANEXO III – Termo de Referência

ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO V - Minuta do Contrato

Cuiabá-MT, 07 de dezembro de 2021.



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LUCIELLY KARLA MONTEIRO DA SILVA C. FREITAS
Superintendente de Aquisições e Contratos

ALAN RESENDE PORTO
Secretário de Estado de Educação



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO I - PLANILHA DEMONSTRATIVA DE DETALHAMENTO DO SIAG
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº. XXX/2021 – Processo nº 183616/2021

LOTE 01							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
1	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Aripuana, Castanheira, Colniza, Cotriguacu, Juina, Juruena, Rondolandia	UN	8.437.153,38	1,00	8.437.153,38	

LOTE 02							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
2	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alta Floresta, Apiacas, Carlinda, Colider, Nova Bandeirantes, Nova Canaa do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Paranaita	UN	9.162.374,59	1,00	9.162.374,59	

LOTE 03							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
3	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Guaranta do Norte, Matupa, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte	UN	7.786.678,90	1,00	7.786.678,90	

LOTE 04							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

4	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antonio, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, Sao Felix do Araguaia, Sao Jose do Xingu, Serra Nova Dourada, Vila Rica	UN	6.841.609,51	1,00	6.841.609,51	
---	---	--	----	--------------	------	--------------	--

LOTE 05							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
5	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Agua Boa, Araguaiana, Araguainha, Campinapolis, Canarana, Cocalinho, Nova Nazare, Nova Xavantina, Novo Sao Joaquim, Querencia, Riberão Cascalheira	UN	6.323.096,90	1,00	6.323.096,90	

LOTE 06							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
6	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Barra do Garças, General Carneiro, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Ribeiraozinho, Torixoreu	UN	5.648.191,64	1,00	5.648.191,64	

LOTE 07							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
7	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e	Dom Aquino, Itiquira, Jaciara, Juscimeira,	UN	15.285.295,67	1,00	15.285.295,67	



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Pedra Preta, Rondonopolis, Sao Pedro da Cipa					
--	--	--	--	--	--	--	--

LOTE 08							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
8	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Gaucha Do Norte, Paranatinga, Poxoreu, Primavera do Leste, Santo Antonio do Leste, Campo Verde	UN	7.171.071,84	1,00	7.171.071,84	

LOTE 09							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
9	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alto Araguaia, Alto Garcas, Alto Taquari, Guiratinga, Sao Jose do Povo, Tesouro	UN	4.173.831,67	1,00	4.173.831,67	

LOTE 10							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
10	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de	Acorizal, Chapada dos Guimaraes, Jangada, Nobres, Nova Brasilandia, Planalto da Serra, Rosario Oeste	UN	4.565.966,52	1,00	4.565.966,52	



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	Mato Grosso						
--	-------------	--	--	--	--	--	--

LOTE 11							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
11	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Barao de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Poconeé Santo Antonio do Leverger	UN	4.959.518,10	1,00	4.959.518,10	

LOTE 12							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
12	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Cuiabá - Região Oeste	UN	10.302.572,78	1,00	10.302.572,78	

LOTE 13							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
13	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Cuiabá - Região Norte	UN	11.469.939,84	1,00	11.469.939,84	

LOTE 14							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
14	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos,	Cuiabá - Região Leste	UN	12.540.017,96	1,00	12.540.017,96	



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso						
--	--	--	--	--	--	--	--

LOTE 15							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
15	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Cuiabá - Região Sul	UN	10.425.009,04	1,00	10.425.009,04	

LOTE 16							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
16	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Várzea Grande	UN	9.942.868,42	1,00	9.942.868,42	

LOTE 17							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
17	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Várzea Grande	UN	10.145.688,22	1,00	10.145.688,22	

LOTE 18							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
18	Serviço comum de engenharia	Cáceres,	UN	8.764.070,87	1,00	8.764.070,87	



SUAC/CGA

Fls.: _____

Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Curvelândia, Glória D'oeste, Lambari D'oeste, Mirassol D'oeste, Porto Esperidião, Rio Branco, Salto do Céu					
--	---	--	--	--	--	--	--

LOTE 19							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
19	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Araputanga, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista do Oeste, Figueirópolis D'oeste, Indiavaí, Jauru, Nova Lacerda, Pontes E Lacerda, Reserva do Cabaçal, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade	UN	11.426.078,88	1,00	11.426.078,88	

LOTE 20							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
20	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Barra do Bugres, Brasnorte, Campo Novo do Parecis	UN	3.888.119,88	1,00	3.888.119,88	

LOTE 21							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
21	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de	Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso, Tangará da Serra	UN	5.981.175,10	1,00	5.981.175,10	



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso						
--	--	--	--	--	--	--	--

LOTE 22							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
22	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alto Paraguai, Arenapolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringa, Sao Jose Do Rio Claro	UN	5.365.622,00	1,00	5.365.622,00	

LOTE 23							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
23	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Ipiranga do Norte, Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato, Sorriso, Tapurah	UN	5.898.239,18	1,00	5.898.239,18	

LOTE 24							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
24	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gauchos	UN	4.316.006,81	1,00	4.316.006,81	

LOTE 25							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
25	Serviço comum de engenharia	Claudia, Feliz	UN	7.767.057,98	1,00	7.767.057,98	



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Natal, Itauba, Marcelandia, Nova Ubirata, Santa Carmem, Sinop, Uniao do Sul, Vera					
--	---	---	--	--	--	--	--

TOTAL ESTIMADO:R\$ 198.587.255,68 (cento e noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta e sete reais, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessento e oito centavos)



SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº. XXX/2021 – Processo nº 183616/2021

PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº. XXX/2021

Processo nº 183616/2021

Sessão: ____/____/2021, às ____:____ horas.

Local: Secretaria do Estado de Educação – SEDUC – Cuiabá/MT

Razão Social:				
CNPJ:		I. E.:		
INSC. EST.:				
Optante pelo SIMPLES? Sim () Não ()				
Endereço:				
Bairro:		Cidade:		
CEP:		E-mail:		
Telefone:		Fax:		
Banco da licitante:		Conta Bancária da licitante:		
N. da Agência:				
Representante:		Telefone:		
E-mail:				
Lote	Município	Valor Anual	Percentual de BDI	PERCENTAL DE DESCONTO (Sobre a tabela SINAPI)
(inserir número do lote)	(Listar todos os municípios do lote)	(Conforme valor demonstrado do ANEXO II do termo de referência – valores destinados aos lotes)	BDI de serviços (conforme fixado no quadro do ANEXO V do TR por lote) ,%
			BDI de insumos (conforme fixado no quadro do ANEXO V do TR por lote)	
Valor total por extenso R\$xxx,xxx				

A empresa _____ declara que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas.

Validade da Proposta: _____

Local e data _____

Carimbo da empresa/Assinatura do representante legal.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC/CGA
Fls.: _____
Rub.: _____

ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº. XXX/2021 – Processo nº 183616/2021

**O TERMO DE REFERÊNCIA ENCONTRA – SE DISPONIVEL
NO SISTEMA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS- SIAG,
EM OUTRO ARQUIVO**



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXXXX/2021/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº XXX/2021/SEDUC

PROCESSO Nº 183616/2021/SEDUC.

PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº XXX/2021/SEDUC.

Pelo presente instrumento, o Estado de Mato Grosso, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, localizada na Rua Engº. Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A – Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.415/0008-10, neste ato representado pelo Senhor **ALAN RESENDE PORTO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 26741539 SEJUSP/MT e inscrito no CPF/MF nº. 012.524.051-11, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) relacionada(s), nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada lote, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas ofertadas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO RP nº XXX/2021, do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº XXXXX/2021, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA	
CNPJ	
ENDEREÇO	
REPRESENTANTE:	Nome: CPF: RG:
CONTATO (TELEFONE)	(XX)

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Estadual nº 840/2017 Consolidado, Decreto Federal 10.024/2019, lei Complementar 123/2006 e LC 147/2014, Decreto Estadual nº 8.199/2006 e alterações e Decreto Estadual 635/2007 e, subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. Esta Ata possui o objetivo de “Registro de Preços para eventual contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso, para atender as unidades escolares estaduais e sedes administrativas vinculadas da Secretaria de Estado de Educação, acrescido do BDI”, conforme especificações e quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preço.

LOTE: XXX						
EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	DESCONTO
X	XXXXXXXXXX	X	XX	XXX	XXXXXXXX	XXX,XX
X	XXXXXXXXXX	X	XX	XXX	XXXXXXXX	XXX,XX
VALOR TOTAL DO LOTE: XXX,XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)						

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: _____



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

1.2. O desconto de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, manuais, transporte, todas as taxas e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro, e não será considerada nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço não gera a obrigação ao órgão gerenciador do Registro de Preços de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

2.2. Consideram-se participantes da Ata de Registro de Preços a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

2.3. Excepcionalmente a SEDUC poderá remanejar entre os participantes da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados, desde que devidamente justificado pelo órgão adeso.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da **ÓRGÃO**, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

3.2. Após a publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelo órgão.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento desta Ata caberá à SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, por meio da Coordenadoria de Aquisições, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica, nas questões legais, competindo-lhes, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar, ou não, a adesão de órgão não participante deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

4.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de circulação do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo extrato da Ata.

6. DA EFICÁCIA

6.1. O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei Geral de



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

Licitações e Contratos e nos termos do art. 89 do Decreto Estadual n. 840/2017.

7.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.3. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

7.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 8.2 e 8.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Estado de Educação, cabendo ao Secretário de Estado de Educação a decisão sobre o pedido.

7.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

7.7. Fracassada a negociação com a adjudicatária, a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço compatível com o de mercado, as demais empresas classificadas de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, e que atendam as condições editalícias, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso nas negociações.

7.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

7.9. As alterações dos preços registrados, oriundos de revisão, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

7.10. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

7.11. Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

8.1.1. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los e restar inexistosa a negociação com as demais empresas classificadas;

8.1.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.1.3. Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.4. Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

- 8.1.5.** Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.
- 8.2.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.
- 8.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado formalmente, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.
- 8.4.** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.
- 8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.
- 8.6.** Caso a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.
- 8.7.** O cancelamento do registro de preços será comunicado mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- 9.1.** As contratações serão formalizadas pelos órgãos e entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93, observadas as disposições constantes na MINUTA DO CONTRATO E TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste instrumento.
- 9.2.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos contratos, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;
- 9.3.** A adjudicatária vencedora deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/Ordem de Fornecimento.
- 9.4.** Poderá o Termo de Contrato ser substituído pela Ordem de Fornecimento da forma do Parágrafo 4º do Art. 62 da Lei 8666/93, observadas as disposições do Edital de Pregão Eletrônico RP nº 016/2021/SEDUC.

10. DAS PENALIDADES

- 10.** As sanções abaixo delineadas, foram deliberadas com a Procuradoria Geral do Estado e estão padronizadas no Parecer nº. 1380/SGAC/PGE/2019.
- 10.1.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou de **inexecução total do objeto**, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, com as seguintes sanções:

a) **Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas consideração faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contrato;

b) **Multa de:**



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. ____
Rub. ____

b1) 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços ou na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia aplica-se a multa prevista no item b2, ou, a critério da Administração, no caso de execução em atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e aplicação de multa prevista no item b2, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b2) 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso na execução do objeto ou entrega de bens, por período superior ao previsto no item acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b3) 0,5% a 3% sobre o valor do contrato, por dia ou por ocorrência, conforme detalhamento das **tabelas 1 e 2** abaixo.

Parágrafo Primeiro: As penalidades de multa de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

c) **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a dois anos;

d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002; ou

d) **Impedimento** de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento no SIAG, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

10.2. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,1% sobre o valor do contrato
2	0,5% sobre o valor do contrato
3	1,0% sobre o valor do contrato
4	1,5% sobre o valor do contrato
5	2,0% sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
GRAU	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA
05	Expor a risco indevido o patrimônio da Administração, a integridade de terceiros ou seus bens	Por ocorrência
01	Disponibilizar funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	Por funcionário e por dia, limitada a 5%
04	Descumprir normas legais ou infralegais	Por ocorrência
01	Descumprir o prazo de entrega da documentação exigida (garantia contratual, dentre outros)	Por dia e por ordem de serviço, limitada a 3%
02	Deixar de cumprir determinação legal ou instrução complementar do órgão fiscalizador ou deixar de comunicar a Administração acerca de fatos relevantes sobre a execução contratual	Por ocorrência



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

03	Descumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	Por ocorrência
03	Executar o objeto contratual fora das especificações e parâmetros indicados no Termo de Referência, no projeto básico, no contrato, no edital ou seus anexos sem a existência de aditivo que venha a formalmente modificar ou mencionados instrumentos	Por ocorrência

10.3. A inexecução parcial do contrato estará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 2, respeitada a graduação de infrações, conforme a Tabela 1.

10.4. Caso uma única condita do Particular seja enquadrável em duas ou mais hipóteses distintas para as quais deste Edital preveja penas de aplicação de multa em parâmetros distintos, somente deverá ser aplicada uma multa, aquela cujo valor seja superior ao das demais.

10.5. Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo autuado em volume próprio, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Estadual nº. 7.692/2002 e no Decreto estadual nº. 840/2017.

10.6. Antes de ter início o procedimento de apuração de irregularidade contratual, o servidor responsável pela execução contratual deverá, se cabível, intimar o Contratado para sanar a irregularidade no prazo de 02 (dois) dias úteis.

10.7. Se a irregularidade foi insanável ou se não for apropriadamente sanada, o servidor responsável pela execução contratual encaminhará para a autoridade máxima do órgão relatório circunstanciado no qual se indicará:

- a) as irregularidades detectadas;
- b) normas e/ou cláusulas violadas;
- c) provas obtidas;
- d) providências tomadas pelo interessado para a correção das falhas;
- e) sanções aplicáveis, com sugestão de dosimetria, de acordo com as regras fixadas na legislação, Ata de Registro de Preço, edital e contrato.

10.7.1. Recebido o relatório, a autoridade máxima do órgão poderá determinar:

- a) a complementação de informações ou realização de diligências que entender cabíveis;
- b) o arquivamento do relatório, se entender não existir qualquer indício de irregularidade;
- c) a notificação do interessado para, querendo, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

10.7.2. A notificação do interessado deve ser instruída com cópia do relatório detalhado de apuração da infração e decisão da autoridade competente, e deve mencionar, pelo menos:

- I – a administração do interessado e o nome do órgão ou entidade que está promovendo;
- II – Finalidade da notificação
- III - a data, hora e local em que poderá ter acesso aos autos do processo administrativo relacionado;
- IV – a informação de que processo de apuração da infração terá continuidade independente de sua manifestação;
- V – Indicação dos fatos e fundamento legais pertinentes;
- VI – o prazo para apresentação de defesa;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

VII – todas as informações que sejam relevantes para o entendimento do caso.

10.7.3. A notificação do interessado, será realizada por um dos seguintes meios:

- I – Endereço eletrônico indicado pelo próprio interessado em ato anterior da licitação, contrato ou Ata de Registro de Preço;
- II – Carta registrada, dirigida ao último endereço informado na licitação, contrato ou Ata de Registro de Preço;
- III – Diário Oficial do Estado, se desconhecida a localização do interessado ou impossível realizar a notificação nas formas indicadas nos itens anteriores.

10.7.4. Na defesa, que deverá ser apresentada em 10 (dez) dias úteis após a intimação, o interessado poderá alegar qualquer matéria de defesa pertinente ao fato apurado, bem como apresentar documentos e solicitar a produção de provas necessárias à prova de suas alegações. Devendo a autoridade decidir, motivadamente, a respeito de produção de provas ou pedido de diligências porventura solicitado.

10.7.5. Após a produção das provas e a realização das diligências necessárias, o servidor responsável por acompanhar a execução contratual elaborará novo relatório circunstanciado, enfrentando os argumentos apresentados na defesa e analisando as provas produzidas e remeterá o processo à Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso (PGE/MT) para análise de sua legalidade.

10.7.6. Após a análise da PGE/MT, a autoridade competente decidirá de forma fundamentada sobre a aplicação e dissimetria das sanções previstas em lei, na forma disciplinada neste edital e contrato.

10.8. Para a aplicação das sanções devem ser levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública, o princípio da proporcionalidade, o caráter educativo da pena, a reincidência na prática do ato.

10.9. As sanções de suspensão ou de impedimento do direito de licitar e contratar e declaração de idoneidade, aplicados por quaisquer órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual terão efeitos sobre quaisquer licitações e contratos, inclusive nos casos de renovação, realizados por quaisquer órgãos e entidade do Poder Executivo Estadual.

10.10. Todas as sanções aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas -CEIS/MT.

10.11. Da decisão que aplica a penalidade cabe recurso, por razão de legalidade ou de mérito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ciência da intimação ou publicação da decisão. Nesse caso, a autoridade poderá reconsiderar sua decisão ou mantendo-a, encaminhar o processo administrativo instruído para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.12. Se a sanção for originalmente aplicada pelo Secretário de Estado caberá o recurso ao Governador do Estado. No entanto, se o Secretário de Estado analisar a matéria em grau de recurso administrativo, de sua decisão não caberá recurso dirigido ao Governador.

10.13. A multa aplicada poderá ser descontada por meio da execução da garantia contratual, que se insuficiente o valor poderá ser descontado dos créditos que a CONTRATADA possuir com o Órgão, conforme estabelece artigo 87 §1º da Lei nº. 8666./93.

10.14. Quando a multa não for acobertada pela garantia contratual e o valor do crédito existente for insuficiente para viabilizar o seu pagamento, ficará a CONTRATADA intimada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

10.15. A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação das demais penalidades, e a aplicação de nenhuma penalidade obsta a eventual rescisão do contrato, não tendo as multas caráter indenizatório e seu



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente para promover a reparação dos danos causados.

10.16. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores a garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

10.17. Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Educação.

11.2. É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços além do limite de vigência legalmente estabelecido.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

12.1.1. A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

12.2. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO RP nº 016/2021 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no site da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, Portal de Aquisições, no mesmo link onde é retirado o edital.

12.3. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.º 840/2017;

13. DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT, _____ de _____ de 2021.

SECRETARIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

REPRESENTANTE DA EMPRESA

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/20____/SEDUC/MT
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO XXXX/2021/SEDUC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. XXXXX/2021/SEDUC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O ESTADO DE MATO GROSSO por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, doravante denominada CONTRATANTE, localizada na Rua Engº. Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A, Centro Político Administrativo, CEP 78049-906, Cuiabá –MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.415/0008-10, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Educação Senhor XXXXXXXXXXXXXXXX doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pela Senhora XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos do Pregão Eletrônico Nº. XXXXXXXX – Processo nº XXXXXXXX, sujeitando-se as partes Contratantes as normas disciplinares da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual MT nº 840/2017 consolidado, Resolução Normativa nº 6/2021, de 29 de junho 2021, nos preceitos de Direito Público e, supletivamente, nos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado e suas alterações legais posteriores, mediante as condições e cláusulas abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto “ a contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso, para atender as unidades escolares estaduais e sedes administrativas vinculadas da Secretaria de Estado de Educação, acrescido do BDI”, conforme as especificações constantes neste contrato.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

LOTE xxxx							
ITEM	DETALHAMENTO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	DESCONTO
LOTE xxxx	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema	XXXXXXXXXX	UN	XXXXXX	XX	XXXXXXXX	



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso							
--	--	--	--	--	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Pela fiel e perfeita execução do serviço contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o **valor global de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx)**, mediante a efetiva entrega do serviço, protocolo de Nota Fiscal atestada e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

2.2. O recurso para pagamento do serviço do referido objeto será da seguinte dotação orçamentária:

UO	AÇÃO	REGIÃO	FONTE	NATUREZA	VALOR
XXXXX	XXXXX	XXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXXXXXX

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo seu **início em xxxxxx** e seu **término em xxxxxxxx**, contando da data de assinatura do contrato podendo ser prorrogado na forma da do art. 57 da Lei nº 8666/93, desde que a solicitação esteja devidamente justificada pela área demandante e, desde que haja saldo orçamentário para sua efetivação, tendo validade e eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO, LOCAL E EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. **Prazo:** Após a celebração do contrato, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições de habilitação e retirar a ordem de serviços no prazo de até 3 dias úteis, contados do recebimento da convocação formal (através de e-mail oficial a ser informado pela CONTRATADA).

4.1.1. A FISCALIZAÇÃO informará a CONTRATADA, quando houver demanda de serviços, por meio eletrônico (e-mail), através de documento nominado de ORDEM DE LEVANTAMENTO DE SERVIÇOS - OLS.

4.1.2. A CONTRATADA deverá providenciar a visita técnica in loco para levantamento dos serviços a serem executados, conforme prazos máximos pré-estabelecidos a seguir, podendo ser reduzidos conforme a necessidade e decisão do FISCAL DE CONTRATO:

- a) Conservação Predial – 10(dez) dias corridos após a solicitação da FISCALIZAÇÃO;
- b) Reforma – 10(dez) dias corridos após a solicitação da FISCALIZAÇÃO;
- c) Manutenção Preventiva – 10(dez) dias corridos após a solicitação da FISCALIZAÇÃO;
- d) Manutenção Corretiva – 7(sete) dias corridos após a solicitação da FISCALIZAÇÃO;
- e) Manutenção Urgência – 72(setenta e duas) horas após a solicitação da FISCALIZAÇÃO.
- f) Manutenção de Emergência – 48(quarenta e oito) horas após a solicitação da FISCALIZAÇÃO.
- g) Demais intervenções - 48(quarenta e oito) horas após a solicitação da FISCALIZAÇÃO.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

4.1.3. Após realização da vistoria técnica, identificada a necessidade de elaboração de projeto básico, a contratada deverá informar imediatamente a equipe de fiscalização, para que esta realize a solicitação de elaboração do projeto à Superintendência de Obras;

4.1.4. A FISCALIZAÇÃO informará nas Ordens de Serviço o prazo máximo para conclusão dos serviços solicitados, prazo que deverá ser cumprido pela CONTRATADA;

4.1.5. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a elaboração de projetos executivos que se fizerem necessários no decorrer da execução dos serviços.

4.1.5.1. O prazo de elaboração do projeto executivo será apresentado pela CONTRATADA e analisado pela equipe de fiscalização a depender da urgência da situação;

4.2. Local: Unidades escolares estaduais e sedes vinculadas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, própria ou de terceiros, onde são prestadas as atividades de ensino e administrativas, conforme relação de municípios constantes no **ANEXO I - DO CONTRATO – QUADRO COM DESCRIÇÃO DOS LOTES E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS E DISTÂNCIAS A CAPITAL.**

4.2.1. Qualquer nova edificação, própria ou de terceiros, que vier a ser inserida no rol das edificações em uso pela SEDUC durante a vigência do contrato, o integrarão automaticamente. Da mesma forma as edificações excluídas estarão fora do contexto da contratação.

4.3. Da Execução da Prestação dos Serviços: Os serviços objeto deste Contrato serão executados pelo CONTRATADO, de acordo com a descrição, condição e prazo previstos previamente na licitação, bem como:

4.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, para análise da FISCALIZAÇÃO:

a) Relatório fotográfico, conforme modelo do ANEXO II DO CONTRATO – MODELO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO deste contrato, acerca das necessidades levantadas;

b) Planilha orçamentária completa (Resumo, Sintética, Composições de Custos Unitários, Composições de BDI, Mapa de Cotações) com SINAPI vigente no Estado de Mato Grosso (**sem desoneração**);

b.1. Será admitido a utilização do mês anterior de referência SINAPI (comparado a uma atualização), quando o “Site” da Caixa Econômica disponibilizar uma atualização com data de até 05 (cinco) dias corridos da data prevista para a entrega da planilha. Sendo que tabela SINAPI utilizada para apresentação da proposta do levantamento será a vigente durante todo o período da O.S. (Ordem de Serviço).

c) Planilha de composições de custos unitários próprias para análise da FISCALIZAÇÃO, somente quando não houver o serviço e/ou insumo na tabela SINAPI vigente, se for o caso;

d) Cronograma físico-financeiro;

e) Memorial de cálculo de cada serviço inserido em planilha orçamentária.

f) Projeto executivo, acompanhado de ART e RRT, quando for o caso;

4.3.2. Os serviços serão executados, no período e locais indicados pelo CONTRATANTE, através de “Ordem de Serviços – O.S.”

4.3.3. Anterior à liberação da O.S deverão ser aprovados pela FISCALIZAÇÃO, obrigatoriamente, a emissão dos documentos relacionados no subitem 4.1.3 deste instrumento contratual;

4.3.4. Em caso de não aprovação dos documentos pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá reapresentar os documentos relacionados no subitem 4.1.3, escoimados dos vícios apontados pela FISCALIZAÇÃO;

4.3.5. Os prazos para término dos serviços estarão vinculados ao cronograma de execução fornecido pela CONTRATADA, devidamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO, devendo ainda, ser iniciado após o recebimento da O.S., conforme prazos pré-estabelecidos pelo FISCAL na O.S., que será emitida somente após aprovação dos custos e quantitativos, com o devido valor empenhado e termo contratual celebrado para o respectivo Lote;

4.3.6. Fica estabelecido que a logística cronológica para o início da execução dos serviços será estabelecida entre



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

a CONTRATADA e a CONTRATANTE, e constará na O.S., uma vez que esta análise depende de vários fatores, como: situação de emergência, estrada, pontes, urgência da execução ou não, demanda de trabalho nas unidades, dentre outros;

4.3.6.1. Os valores dos contratos deverão ser autorizados pelo FISCAL DO CONTRATO, em conjunto com a Superintendência de Obras, por meio de Ordem de Serviços, até o limite do valor estimado por lote;

4.3.7. Das prioridades dos serviços:

4.3.7.1. A CONTRATADA deverá atender a toda e qualquer solicitação da FISCALIZAÇÃO para realização de manutenções preventivas e corretivas ou ações emergenciais, de acordo com a urgência requerida;

4.3.7.2. No ato da assinatura do contrato deverão ser informados e-mail, telefones fixo e celular do Responsável(eis) Técnico(s) da CONTRATADA para esse contrato, disponíveis para atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, qualquer dia da semana, independentemente de ser feriado, final de semana ou dia útil. Qualquer alteração nesses números deverá ser previamente comunicada ao FISCAL DO CONTRATO, com a antecedência necessária para garantir a comunicação ininterrupta entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA;

4.3.7.3. A FISCALIZAÇÃO informará nas Ordens de Serviço o prazo máximo para conclusão dos serviços solicitados, prazo que deverá ser cumprido pela CONTRATADA;

4.3.7.4. As eventuais solicitações de dilação de prazo deverão ser encaminhadas à FISCALIZAÇÃO, devidamente justificadas, pelo menos 10 (dez) dias úteis antes de findo o prazo na ordem de serviço, o qual passará pela avaliação e autorização do FISCAL DO CONTRATO, o qual deverá dar retorno a empresa no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação de dilação;

4.3.8. Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 horas e, quando for o caso, realizá-los em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da O.S.;

4.3.8.1. Consideram-se reparos corretivos emergenciais aqueles que caracterizem situações de risco, iminência de acidentes, aqueles ocasionados por descargas atmosféricas, quedas de árvores, acidentes, que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais e aqueles que ocasione a interrupção dos serviços (educacional e/ou administrativo);

4.3.9. Os serviços que não tenham sido autorizados formalmente serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário;

4.3.10. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo FISCAL DO CONTRATO;

4.3.11. Os serviços executados deverão ter garantia conforme **anexo V**, contado a partir do termo de recebimento definitivo - TRD. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionado à má execução dos serviços, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A CONTRATADA deve cumprir fielmente todas as obrigações constantes neste Instrumento Contratual, no Edital e seus anexos, bem como assumir exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço e, ainda;

5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

- 5.4.** Comunicar imediatamente à Contratante toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato, bem como alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros que julgue necessários para recebimento de correspondência;
- 5.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.6.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.7.** Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, no regime desta contratação, sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 5.8.** A CONTRATADA, no momento do recebimento da Ordem de Execução de Serviços (OES), deverá apresentar a relação de pessoal técnico que irá executar os serviços especificados na respectiva unidade;
- 5.9.** Caso a CONTRATADA seja vencedora de dois (02) ou mais lotes para a execução dos serviços, esta deverá dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a cada um dos lotes e manter a execução simultânea dos serviços em 30% das unidades contidas em cada um dos lotes;
- 5.9.1.** A CONTRATANTE poderá emitir Ordem de Execução de Serviço (OES) simultaneamente, quantas forem necessárias, para dois (02) lotes ou mais;
- 5.10.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.11.** Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a CONTRATADA está atendendo as condições da habilitação, ao Órgão/Entidade CONTRATANTE cabe, a qualquer tempo, checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento;
- 5.12.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 5.13.** Comunicar ao FISCAL DO CONTRATO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 5.14.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 5.15.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- 5.16.** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.17.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

- 5.18.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Contrato, no prazo determinado;
- 5.19.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 5.20.** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações existentes na unidade;
- 5.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalhador menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.22.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.23.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.24.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 5.25.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 5.26.** Todos os serviços deverão atender as normas de segurança e saúde dos trabalhadores, bem como a utilização obrigatória de EPIs e EPCs correspondentes aos serviços. A contratada deverá assim:
- 5.26.1.** Garantir o cumprimento da Norma Regulamentadora nº 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade por todos os funcionários da contratada, durante a execução de todos os serviços por ela disciplinados que fazem parte do contrato;
- 5.26.2.** Garantir o cumprimento da Norma Regulamentadora nº 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção por todos os funcionários da contratada, durante a execução de todos os serviços por ela disciplinados que fazem parte do contrato;
- 5.26.3.** Dar atenção prioritária aos serviços relacionados à prevenção e segurança, que deverão ser caracterizados como manutenção corretiva de emergência;
- 5.26.4.** Todos os empregados do CONTRATADO deverão desenvolver suas atividades devidamente IDENTIFICADOS E UNIFORMIZADOS, exceção feita ao engenheiro;
- 5.27.** Os empregados do CONTRATADO deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I.) adequados às suas atividades, bem como estarem permanente e devidamente uniformizados de forma condizente com sua circulação nos ambientes da CONTRATANTE;
- 5.28.** Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão na unidade para a execução do serviço;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

- 5.29.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 5.30.** Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados, no prazo fixado pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Contrato;
- 5.31.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE, bem como manter os empregados nos horários predeterminados pela **CONTRATANTE**;
- 5.32.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 5.33.** Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 5.34.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 5.35.** Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 5.36.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 5.37.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 5.38.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 5.39.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento dos serviços, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à FISCALIZAÇÃO e situação das atividades em relação ao cronograma previsto, por unidade;
- 5.40.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento contratual e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de estabelecido no subitem referente a garantia de execução, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 5.41.** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;
- 5.42.** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 5.42.1.** Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

5.42.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

5.42.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

5.42.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

5.43. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

5.43.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

5.43.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

5.43.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

5.43.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

5.43.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

5.43.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

5.43.3. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

5.43.4. Para fins de FISCALIZAÇÃO do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa e não pagamento do serviço, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

5.44. A CONTRATADA terá que efetuar a limpeza do canteiro de obras com recolhimento dos entulhos resultante dos serviços executados;

5.45. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

5.45.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

5.45.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

5.46. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;

5.47. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados eventualmente acidentados ou com mal súbito;

5.48. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pelo FISCAL DO CONTRATO e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Contrato e demais documentos anexos;

5.49. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

5.50. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente;

5.51. A CONTRATADA deverá fiscalizar o perfeito cumprimento daquilo a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal FISCALIZAÇÃO dar-se-á independentemente da que será exercida pelos FISCAIS DO CONTRATO;

5.52. Providenciar, sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;

5.53. Dispor-se a toda e qualquer FISCALIZAÇÃO da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), no tocante ao fornecimento dos serviços/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;

5.54. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de FISCALIZAÇÃO de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.55. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do contrato em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximirá a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

5.56. A inexecução de qualquer serviço que incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada sem motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

5.57. A CONTRATADA ficará terminantemente proibida de realizar serviços de manutenção corretiva nos prédios cujas obras e reformas estejam no prazo de garantia, sendo permitidas as manutenções preventivas, de urgência e emergência devidamente justificadas pelo FISCAL DO CONTRATO;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

5.58. A CONTRATADA ficará terminantemente proibida de realizar serviços em edificações que estejam contempladas no cronograma de execução obras e reformas da Superintendência de Obras, exceto:

5.58.1. Em caso de manutenção de emergência e/ou urgência, devidamente justificado pelo FISCAL DO CONTRATO através de laudo técnico acompanhado de ART e fotos comprobatórias a serem submetidos à aprovação da SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS;

5.58.2. Em caso de manutenção preventiva, devidamente justificada pelo FISCAL DO CONTRATO;

5.58.3. Em caso de manutenção corretiva, somente se tais serviços não estiverem no escopo dos projetos a serem licitados, ou em caso de emergência. Devendo ser justificados pelo FISCAL DO CONTRATO através de laudo técnico, acompanhado de ART e fotos comprobatórias a serem submetidos à aprovação da SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS;

5.59. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusivos da CONTRATADA;

5.60. Deverá ser observado o percentual do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) do(s) município(s) onde o(s) serviço(s) de manutenção predial estiver(em) sendo executado(s);

5.61. A CONTRATADA quando da execução dos serviços de manutenção, deverá emitir a (s) Nota (s) Fiscal (ais) dos serviços obedecendo ao disposto na Lei Complementar 116/2003 e sua Lista de Serviços anexa (Disposição sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN);

5.62. Comunicar imediatamente a Superintendência de Aquisições e Contratos e a Superintendência de Obras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.63. A CONTRATADA deverá se atentar para as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, e na Lei n. 10.520/2002, Decreto Estadual 7.217/2006, além de outras Legislações pertinentes;

5.64. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação do objeto correrão por conta exclusivos da Contratada;

5.65. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, o objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir nota de Empenho/Ordem de serviço estabelecendo dia, hora, e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.2. Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste contrato;

6.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.4. Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades pela empresa CONTRATADA;

6.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

- 6.6.** Comunicar prontamente à Contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.7.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- 6.8.** Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do serviço, fixando prazo para suas correções, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 6.9.** Fornecer a Contratada todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do serviço deste Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada em suas dependências;
- 6.10.** Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, tais como:
- 6.10.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- 6.10.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas **CONTRATADAS**;
- 6.10.3.** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da **CONTRATADA**, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 6.10.4.** Considerar os trabalhadores da **CONTRATADA** como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- 6.11.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- 6.12.** Encaminhar à **CONTRATADA** as solicitações de realização dos serviços, mediante emissão de documento intitulado “Ordem de Execução dos Serviços – OES”;
- 6.13.** Toda “Ordem de Execução dos Serviços – OES” deverá ser recebida acompanhada das Planilhas de Serviços e Cronogramas de Execução autorizados, e relatório fotográfico, sendo arquivada pela Superintendência de Obras em ordem cronológica e em pasta própria para averiguações, e ainda, deverá ser juntada cópia aos autos do Contrato, para que a qualquer tempo, quando solicitadas pelos órgãos de acompanhamento e controle, tanto interno quanto externo, o setor possa dar informações em seu devido tempo;
- 6.13.1.** A responsabilidade de manutenção dessa pasta será do Fiscal de Contratos designado oficialmente;
- 6.14.** Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades pela empresa **CONTRATADA**;
- 6.15.** Fornecer à **CONTRATADA** todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive Projeto Básico quando o objeto se tratar de reforma da edificação;
- 6.16.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências do Órgão ou Entidade de adesão ao Registro;
- 6.17.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 6.18.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao serviço prestado, no prazo e forma estabelecidos neste Instrumento Contratual, Edital e respectivos anexos, conforme o cronograma físico-financeiro;
- 6.19.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A fiscalização será exercida por servidor designado pelo Contratante, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

7.2. Para acompanhamento de execução e fiscalização dos serviços objeto deste certame, serão designados servidores, aos quais caberão a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a conformidade da prestação de serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, para assegurar o perfeito cumprimento do ajuste;

7.2.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

7.2.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei n. 8.666/93;

7.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste contrato e seus anexos;

7.4. A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste instrumento contratual, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.8. As atividades de gestão e FISCALIZAÇÃO da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercida por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

7.9. A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto ANEXO III deste contrato, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver notificação e aplicação de penalidades, inclusive o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a)** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b)** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

7.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

7.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

7.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

7.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

7.15. Para acompanhamento de execução e FISCALIZAÇÃO dos serviços objeto deste Contrato, deverá ser publicada pela CONTRATANTE portaria com a designação de servidores para as funções abaixo listadas, divididos por região conforme mapa em ANEXO IV DO CONTRATO, aos quais caberão a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do objeto adquirido, em conformidade com a legislação vigente e normas pertinentes;

7.3. Caberá ao gestor do contrato as seguintes atribuições:

- a)** Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente encaminhar para pagamento;
- b)** Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato;
- c)** Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor deverá notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, e;
- d)** Deverá lançar as informações que forem de sua responsabilidade no Sistema Informatizado de Controle de Contratos Estadual;
- e)** Quaisquer outras informações, que a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato.
- f)** Emitir a Ordem de Fornecimento.

7.4. Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

- a)** Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;
- b)** Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações;
- c)** Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;
- d)** Intervir: assumir a execução do contrato;
- e)** Informar a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

- f) Ter total conhecimento do contrato e suas cláusulas;
- g) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem a sua competência;
- h) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortês;
- i) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;
- j) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;
- k) Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;
- l) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;
- m) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;
- n) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;

7.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei n. 8.666/93.

7.6. Caberá ao Fiscal, além das que perfazem na legislação vigente, Lei Nº 8.666/93 e a Portaria n. 180/2015/GS/SEDUC-MT, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa contratada, encaminhando-a diretamente a Superintendência de Aquisições e Contratos da Secretaria de Estado de Educação, a fim de providenciar junto ao setor competente a Nota de Liquidação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ESPECIFICAÇÕES/DETALHAMENTO TÉCNICO DOS SERVIÇOS

8.1. Empresa capacitada – organização que tenha recebido capacitação, orientação e responsabilidade de profissional habilitado, e que trabalhe sob responsabilidade de profissional habilitado – que atende ao disposto no subitem 19.3 deste termo de referência alusivo à qualificação técnico-profissional;

8.2. Empresa especializada – organização ou profissional liberal que exerce a função na qual são exigidas qualificação e competência técnicas específicas;

8.3. Profissional habilitado – trabalhador que possui registro no competente conselho de classe e que atende ao disposto no subitem 19.4 deste termo de referência alusivo à qualificação técnico-profissional;

8.4. Conservação – conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previsto no projeto. (ORIENTAÇÃO TÉCNICA - OT - IBR 002/2009 OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP);

8.5. Reforma - consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual. (ORIENTAÇÃO TÉCNICA - OT - IBR 002/2009 OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP);

8.6. Intervenção – implica nas alterações das características originais do prédio e, de maneira geral, em melhoria do imóvel. Neste mesmo sentido não serão tópicos, podendo ser dotadas de generalidade em relação ao imóvel.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

A possibilidade da realização desses tipos de intervenções vem justamente pela decomposição em unidade padronizadas, de forma a reduzir a complexidade. (Parecer conjunto CGE/PGE nº 01/2021);

8.7. Manutenção preventiva – caracterizada por serviços que cuja realização seja programada com antecedência, priorizando as solicitações dos usuários, estimativas de durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência, e relatórios de verificações periódicas sobre o seu estado de degradação;

8.8. Manutenção corretiva – caracterizada por serviços que demandam ação ou intervenção imediata a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários. Inclusive serviços de intervenções de ajustes e adaptações em componentes construtivos de ambientes, com atualizações técnicas das instalações e incrementos de seus níveis de desempenho, proporcionando acréscimos na vida útil e na funcionalidade da edificação;

8.9. Manutenção de urgência – são considerados serviços corretivos que a **CONTRATADA** deverá iniciar a execução em até 72 (setenta e duas) horas após a emissão da Ordem de Execução de Serviço (OES) pela **CONTRATANTE**;

8.9.1. Serviços de urgência são considerados de segunda prioridade de atendimento, sendo a primeira prioridade de atendimento as solicitações de emergência;

8.9.2. Todo e qualquer serviço solicitado por manutenção de urgência deverá possuir justificativa técnica da **FISCALIZAÇÃO** que indiquem a qual tipo de risco está associado, como risco a vida, risco ao meio ambiente, risco de danos ao patrimônio, risco de paralisação das atividades nas unidades e risco aos usuários, acompanhado de registro fotográfico da situação;

8.9.3. Urgência – problemas que **podem causar danos** tanto para a edificação quanto para os usuários;

8.10. Manutenção de emergência - são considerados serviços corretivos que a **CONTRATADA** deverá executar de **imediato** após a emissão da Ordem de Execução de Serviço (OES) pela **CONTRATANTE**;

8.10.1. Após comunicada a ocorrência à **CONTRATADA**, esta possuirá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para realização de vistoria técnica in loco e entrega de planilha-proposta orçamentária para avaliação da **FISCALIZAÇÃO**;

8.10.2. Todo e qualquer serviço solicitado por manutenção de emergência deverá possuir justificativa técnica da **FISCALIZAÇÃO** que indiquem a qual tipo de risco está associado, como risco a vida, risco ao meio ambiente, risco de danos ao patrimônio, risco de paralisação das atividades nas unidades e risco aos usuários, acompanhado de registro fotográfico da situação;

8.10.3. Emergência - problemas **que causam danos** tanto para a edificação quanto para os usuários;

8.11. Projeto Executivo – o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. (LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993);

8.12. Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados; LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993;

8.13. As necessidades de serviços serão levantadas pela **CONTRATADA** “in loco”;

8.13.1. Quando necessário e definido pela equipe técnica, a Secretaria de Estado de Educação será responsável pela elaboração do Projeto Básico a ser fornecido para que a CONTRATADA execute os serviços definidos;

8.14. As conservações, reformas, intervenções e manutenções consistem na prestação de serviço, sob demanda, nos sistemas integrados às instalações prediais;

8.15. Os componentes de edificação (conservação predial) abrangidos na manutenção, reforma e intervenções, objeto deste Contrato, constituem, em sua maioria, os seguintes sistemas e atividades que seguem:

8.15.1. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDE ESTABILIZADA E LÓGICA.

8.15.1.1 Os reparos ou substituições que se fizerem necessários em lâmpadas, reatores, disjuntores, fusíveis, chaves magnéticas, terminais e contadores, entre outros;

8.15.1.2 Adequações nas instalações elétricas existentes;

8.15.1.3 Adequação dos circuitos da rede de instalação elétrica existente, desde que a carga a ser instalada não ultrapasse os limites estabelecidos pelas características das instalações e normas técnicas brasileiras, sob orientação de responsável técnico;

8.15.1.4 Substituições e reparos necessários nas instalações elétricas, rede estabilizada para sua adequação à norma e legislação brasileira;

8.15.1.5 Substituições e reparos necessários nas instalações elétricas, rede estabilizada para aumento de eficiência energética, da segurança dos usuários e redução e otimização dos procedimentos de operação e manutenção;

8.15.1.6 Realizar a limpeza das luminárias internas, externas e de emergência, com substituição de peças avariadas (reatores, soquetes, vidros e acrílicos de proteção, entre outros);

8.15.1.7 Substituição e/ou reparos da iluminação interna e externa;

8.15.1.8 Reparar ou substituir as fiações, interruptores, tomadas elétricas, telefônicas e acionadores de alarmes;

8.15.1.9 Reparar ou substituir as instalações de rede estabilizada (fiação, tomadas e conexões);

8.15.1.10 Reparar, substituir ou adequar as instalações na rede lógica (cabos, conexões, entre outros);

8.15.1.11 Realizar manutenção em transformadores;

8.15.1.12 Fornecimento e instalação de padrão de entrada de energia, em caráter de emergência;

8.15.1.13 Realizar a instalação de aparelhos de ar condicionado (sem fornecimento do equipamento);

8.15.1.14 Adequação de sistema de drenos do ar condicionado;

8.15.1.15 Substituir ou realizar a manutenção em equipamentos que apresentem aquecimento e mal funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e das chaves contadores;

8.15.1.16 Substituir ou realizar a manutenção em equipamentos que apresentem aquecimento e mal funcionamento dos disjuntores DIN;

8.15.1.17 Corrigir ruídos elétricos ou mecânicos anormais nos quadros gerais e estabilizadores;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

- 8.15.1.18** Apresentar relatório de Medição e registro da amperagem nos alimentadores em todas as saídas dos disjuntores termomagnéticos, substituindo-os, quando solicitado;
- 8.15.1.19** Realizar as adequações que se fizerem necessárias para garantia das condições limites de amperagem máxima permitida para a proteção dos cabos e inspeção do isolamento dos cabos;
- 8.15.1.20** Corrigir aquecimento nos cabos de alimentação, contadores e disjuntores por meio de termografia;
- 8.15.1.21** Realizar limpeza interna e externa dos quadros;
- 8.15.1.22** Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar quadro geral;
- 8.15.1.23** Limpeza, manutenção ou adequação de isoladores e conexões;
- 8.15.1.24** Reapertar parafusos de contato dos disjuntores, barramentos, seccionadores, contadores, conexões e terminais, entre outros;
- 8.15.1.25** Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar sistema de aterramento, com base nos limites normalizados;
- 8.15.1.26** Corrigir pontos de ferrugem e corrosão;
- 8.15.1.27** Substituir ou instalar lâmpadas/leds de sinalização nos quadros de comando;
- 8.15.1.28** Substituir, realizar manutenção ou instalar sinalizadores visuais e sonoros do painel;
- 8.15.1.29** Baterias de emergência:
- a) Realizar manutenção em terminais e conexões;
 - b) Reapertar conexões;
 - c) Realizar a proteção dos terminais com graxa não oxidante ou vaselina;
 - d) Realizar a adição de água destilada para correção do nível de eletrólito, se necessário;
 - e) Realizar a limpeza externa dos elementos;
 - f) Realizar a verificação da densidade do eletrólito;
 - g) Promover, sempre que necessário ou recomendado pelo CONTRATANTE, os reparos, consertos ou substituições detectadas nas verificações expostas, utilizando-se da equipe de profissionais da CONTRATADA.
- 8.15.1.30.** Isoladores, para-raios e redes de aterramento:
- a) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar fixação ou substituição das cordoalhas, hastes e isoladores, ampliando o sistema quando necessário;
 - b) Medida de isolamento com teste ôhmico;
 - c) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar cabo de terra, tubo de proteção e eletrodo;
 - d) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar o isolamento entre captor e haste;
 - e) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar isolamento das cordoalhas de descida para a terra;
 - f) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar malhas de terra;
 - g) Substituir elementos atingidos por oxidação das partes metálicas, estruturas e ligações;
 - h) Na ausência do valor de resistência deverá ser executado tratamento químico utilizando terra gel ou bastão químico, quando necessário;
 - i) Apresentar laudo de medição antes e após execução da melhoria do sistema de aterramento;
- 8.15.1.31.** Rede estabilizada:
- a) Realizar teste de isolamento e apresentar laudo com resultados quando necessário;
 - b) Reapertar de terminais;

8.15.2. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E GASES

- 8.15.2.1.** Os reparos ou substituições que se fizerem necessários em tubulações, torneiras, registros, válvulas, sifões, boias, caixas acopladas, caixas de passagem e de gordura, com vazamentos ou avariados;
- 8.15.2.2.** Adequações nas instalações hidráulicas, sob orientação de projeto e responsável técnico;
- 8.15.2.3.** Substituições e reparos necessários nas instalações hidráulicas, sanitárias e gases para sua adequação à norma e legislação brasileira;
- 8.15.2.4.** Substituições e reparos necessários nas instalações hidrossanitárias para aumento de eficiência no consumo de água e eventual reuso, redução e otimização dos procedimentos de operação e manutenção;
- 8.15.2.5** Centrais e redes de gases especiais e GLP:
- a) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar sistemas de fixação de segurança dos cilindros em uso e armazenados;
 - b) Inspeccionar registros, válvulas e manômetros – nível de pressão, apresentando laudos de resultado quando solicitado;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

8.15.2.6 Instalações hidrossanitárias:

- a) Substituir, reparar, adequar ou instalar torneiras, válvulas e caixas acopladas de descarga;
- b) Corrigir falhas de nível do reservatório inferior e superior;
- c) Substituir, reparar, adequar ou instalar lavatórios, pias e aparelhos sanitários;
- d) Substituir, reparar, adequar ou instalar registros, torneiras, metais sanitários e acessórios;
- e) Substituir, reparar, adequar ou instalar calhas e drenos ou executar a limpeza e desobstrução nas existentes;
- f) Realizar a manutenção em bebedouros ou suas instalações;
- g) Operar, ligar e desligar as bombas e boias de recalque de água tratada, de águas pluviais, de incêndio e de esgoto;

8.15.2.7. Abastecimento, reservatórios, barrilete e bebedouros:

- a) Realizar a inspeção dos cavaletes, hidrômetros, leitura e registro da medição de consumo d'água, apresentando laudo de resultados;
- b) Realizar a inspeção e os reparos necessários em medidor de nível, torneira de boia, extravasor, registros de válvulas de pé e de retenção;
- c) Realizar a inspeção do sistema automático de funcionamento das bombas;
- d) Inspeção do barrilete;
- e) Realizar o controle e registro do nível de água para verificação de vazamentos;
- f) Realizar a inspeção e os reparos necessários das tubulações imersas na água;
- g) Substituir ou instalar filtros do circuito de água gelada dos bebedouros, substituindo, se necessário;

8.15.2.8. Válvulas e caixas de descarga:

- a) Realizar as regulagens e reparos dos elementos componentes;

8.15.2.9 Registros, torneiras e metais sanitários:

- a) Reparos de vazamento com troca de guarnição, aperto de gaxeta e substituição do material completo;

8.15.2.10. Rede de tubulações (tubos, conexões, ventilações, fixações e acessórios):

- b) Substituir elementos que apresentem corrosão;
- c) Inspeccionar vazamentos;
- d) Realizar limpeza e desobstrução;
- e) Reparar trechos e de fixações, inclusive repintura;
- f) Substituir, reparar, adequar ou instalar tubos e conexões;
- g) Substituir, reparar, adequar ou instalar tubulações das colunas de água;

8.15.2.11. Válvulas reguladoras de pressão e bombas hidráulicas:

- a) Inspeção de funcionamento;
- b) Inspeção das gaxetas, manômetros e ventilação do ambiente;
- c) Lubrificar rolamentos, mancais e outros;
- d) Verificar e testar o funcionamento do comando automático;

8.15.2.12. Caixas de inspeção, caixas coletoras, caixas de gordura e caixas de decantação:

- a) Inspeccionar e realizar os reparos e adequações que se fizerem necessárias;

8.15.2.13. Calhas, rufos e condutores:

- a) Inspeção de vazamento;
- b) Substituir, reparar, adequar trechos e de fixações;
- c) Substituir, reparar, adequar as uniões, calhas, rufos e tubos;
- d) Realizar a pintura das calhas, rufos e condutores metálicos.
- e) Realizar vedações;
- f) Realizar limpeza;
- g) Substituir, reparar adequar e/ou instalar condutores de águas pluviais;

8.15.3. INSTALAÇÕES CIVIS

- a) Os reparos ou substituições que se fizerem necessários em alvenarias, rebocos, pinturas, revestimentos, forros, divisórias, esquadrias, portas, janelas, gradis, muros, guarda-corpo, brises, pisos, contrapisos e piso elevado, entre outros.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

- b) Desmontagem, realocação, substituição, descarte e montagem de novas divisórias, inclusive adequações e/ou instalação de alvenarias e divisórias, que não interfiram no projeto de bombeiros existente, se for o caso;
- c) Adequações que se fizerem necessárias nos sistemas das coberturas das unidades, inclusive, se for o caso, empregar materiais que apresentem melhor desempenho sob orientação da FISCALIZAÇÃO com análise técnica da estrutura existente.
- d) Substituições, reparos ou execuções necessárias nas instalações civis para sua adequação à norma e legislação brasileira;
- e) Substituições e reparos necessários nas instalações civis para aumento de qualidade ambiental, ergonomia, funcionalidade, segurança dos usuários e otimização dos procedimentos de operação e manutenção.
- f) Executar pintura, texturas e rebocos, incluindo artes, correção de umidades, com reparo dos elementos danificados;
- g) Substituir, reparar ou fixar pedras naturais.
- h) Substituir, reparar, adequar ou instalar brises das fachadas;
- i) Revitalizar quadras esportivas, pátios externos e jardins.
- j) Reparar, adequar ou executar calçadas;
- k) Executar as adequações necessárias para atendimento das normas de acessibilidade;
- l) Realizar a limpeza e retirada de entulhos da edificação;
- m) Substituir, reparar ou fixar forro de madeira, pvc ou gesso;
- n) Substituir ou instalar vidros das fachadas, caixilhos, portas e janelas, com reparo e troca dos elementos danificados.
- o) Corrigir alvenarias e componentes estruturais verificando a existência de trincas, rachaduras, descolamentos, entre outros, inclusive nos elementos de revestimento, com reparo mediante orientação técnica ou indicação de contratação de laudos e serviços especializados;
- p) Reparar, adequar ou revitalizar paredes externas/fachadas e muros, com a reconstrução quando necessário, ou as alterações para sistemas ou elementos que apresentem um melhor desempenho ou modernização, mediante orientação técnica dos padrões adotados pela Secretaria;
- q) Substituir, reparar, adequar ou instalar revestimentos de parede, piso e teto, azulejos, lambris de madeira, laminados fenólicos melamínicos, gesso, pintura com reparo dos elementos danificados, obedecendo aos padrões técnicos recomendados;
- r) Reparar, adequar ou realizar as substituições que se fizerem necessárias em cobertura, verificando a integridade estrutural dos componentes, vedações, fixações, reconstituindo e tratando onde necessário;
- s) Reparar, adequar ou realizar sistema de impermeabilização das áreas molhadas internas e externas, piscinas, reservatórios, coberturas, jardins, espelhos d'água verificando sua integridade e reconstituindo a proteção mecânica, sinais de infiltração ou falhas da impermeabilização exposta;
- t) Reparar, adequar ou executar rejuntamentos e vedações verificando a integridade e reconstituindo os rejuntamentos internos e externos dos pisos, paredes, peitoris, soleiras, ralos, peças sanitárias, chaminés, grelhas de ventilação e outros elementos;
- u) Corrigir falhas de vedação e fixação das esquadrias em geral, guarda corpos, gradis, muro, cercas, reconstituindo ou reinstalando sua integridade, onde necessário;
- v) Reparar, adequar, limpar ou implantar sistema de drenos;
- w) Reparos das esquadrias e elementos de madeira, se necessário, pintar, encerar, envernizar, executar tratamento recomendado pelo fornecedor ou substituir;
- x) Reparos das esquadrias e elementos de ferro, se necessário, pintar, executar tratamento específico recomendado pelo fornecedor ou substituir;
- y) Reparos de demais elementos danificados pertencentes à edificação quando necessário.

8.15.4. INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO

8.15.4.1 Reparar, substituir, adequar e/ou instalar componentes e elementos do sistema existente conforme serviços descritos a seguir;

- 1. Recarga de extintores;
- 2. Placas de sinalizações – saída/escada/rota de fuga / casa de bomba/brigada de incêndio/indicação sirene/indicação alarme (Todas com símbolos, cores e pictogramas e medidas em conformidade com NBR12434);
- 3. Acionador manual para alarme, tipo quebra vidro, com martelo;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

4. Sirene eletrônica, 12v, alarme de emergência;
5. Central de alarme IPA, 12 laços, com bateria;
6. Cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais cor vermelha;
7. Tubulação para colocar os fios dentro;
8. Luva para eletroduto, pvc, vermelho, para incêndio, DN 25 mm (1");
9. Caixa de incêndio abrigo de mangueira 60x90x17cm;
10. NIPLE, em ferro galvanizado, DN 65 (2 1/2"), conexão rosqueada;
11. Registro/válvula globo angular 45 graus em latão para hidrantes de incêndio predial DN 2.1/2", com volante, classe de pressão de até 200 PSI - fornecimento e instalação;
12. Quadro de comando para bomba 4cv completo;
13. Conjunto de mangueira para combate a incêndio em fibra de poliéster pura, com 1.1/2", revestida internamente, com 1 lances de 30m cada - tipo 2;
14. Adaptador STORZ para engate rápido 2 1/2 x 1 1/2 com tampão e corrente (incêndio), com chave para conexão de mangueira tipo STORZ engate rápido;
15. Tubo de aço galvanizado 2 1/2";
16. Adaptador 100 mm 2 1/2";
17. Cotovelo de 90 2 1/2";
18. TÊ 2.1/ 2";
19. Adaptador engate rápido STORZ c/ tampa - rosca internas 2.1/2"
20. Chave para conexão de mangueira tipo STORZ engate rápido;
21. Esguicho jato sólido regulável diâmetro 38 mm/ com engate diâmetro de 40 mm;
22. Registro globo 45 DN 65 mm;
23. NIPLE paralelo em ferro maleável 2.1/2";
24. Registro globo 45 DN 65 mm;
25. Curva macho - fêmea 2.1/2";
26. Registro bruto de gaveta;
27. Aplicação de tinta à base de epóxi sobre piso;
28. Manutenção hidrantes;
29. Manutenção central de alarme - sirenes e alarme;
30. Aplicação de tinta à base de epóxi sobre piso;
31. Hidrante recalque;
32. Caixa de incêndio 45x75x17cm - fornecimento e instalação;
33. NIPLE, em ferro galvanizado, dn 65 (2 1/2"), conexão rosqueada, instalado em prumadas;
34. Cotovelo 45° de aço galv. (2.1/2");
35. Registro de gaveta;
36. Válvula de retenção;
37. Tampa de ferro 60x40 cm com a inscrição incêndio;
38. Caixa enterrada retangular, em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, fundo com brita, dimensões internas 0,50x0,30x0,50m, inclusive tampa de ferro 60x40 cm com inscrição incêndio;
39. Acionador manual liga desliga, botoeira, tipo quebra vidro, para acionamento da bomba do hidrante;
40. Bomba de incêndio;
41. Chave de partida para bomba;
42. Luminária de emergência 30 leds, potência 2 w, bateria de lítio, autonomia de 6 CR;
43. Luminária de emergência 24 leds, potência 32 w, bateria de lítio, bloco autônomo de 960 lumens.;
44. Incluindo quaisquer outras tarefas que se fizerem necessárias para o bom funcionamento das unidades escolares do estado e suas sedes vinculadas que não especificadas aqui.

8.16. Os serviços executados terão garantia contados do recebimento definitivo conforme prazos que seguem:

8.16.1. Garantia das peças, materiais e equipamentos conforme fabricante;

8.16.2. Garantia da execução dos serviços de acordo com os prazos máximos de realização de manutenção preventiva dos sistemas em conformidade com o disposto no ANEXO V deste contrato;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

- 8.17.** Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer vício relacionado a má execução dos serviços, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE;
- 8.18.** O recebimento não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados;
- 8.19.** Em qualquer caso, a CONTRATADA deverá arcar com todos os procedimentos necessários à solução do problema, e ao final, solicitar pagamento dos custos dos materiais e peças com base no preço proposto.;
- 8.20.** A retirada de motores, bombas, transformadores ou qualquer outro equipamento para a realização de reparos somente poderá ser efetuada pela CONTRATADA, após comunicação ao FISCAL DO CONTRATO e autorização do responsável pelo setor, os quais deverão ser devolvidos ao local de origem e instalados, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 8.21.** Serão objetos das intervenções previstas neste contrato, os ambientes internos e externos das edificações das unidades pertencentes aos Lotes, **ANEXO I**, de acordo com as ordens de serviços emitidas pela CONTRATANTE.
- 8.22.** Durante a execução do Contrato, quando houver alterações nas áreas ocupadas, ocorrência de mudança de endereço das Unidades da SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, ou inclusão/exclusão de novas áreas, estas serão informadas à CONTRATADA;
- 8.23.** A CONTRATADA deverá fazer a movimentação de móveis e equipamentos, eventuais desmontagens e remontagens de móveis, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos além de protegê-los com manta plástica. A CONTRATADA deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local;
- 8.24.** Na execução devem ser observadas as especificações gerais e as indicações de relatórios, as prescrições ambientais, e ainda as normas brasileiras da ABNT aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1.** Os serviços efetuados serão objetos de constante avaliação com o escopo de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da CONTRATADA;
- 9.2.** Os serviços considerados defeituosos deverão ser corrigidos imediatamente;
- 9.3.** Após a comunicação formal do término dos serviços, o FISCAL DO CONTRATO efetuará o RECEBIMENTO PROVISÓRIO em até 30 (trinta) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente contrato, os quais deverão ser sanados pela CONTRATADA fixando prazo para correção;
- 9.4.** Em até 60 (sessenta) dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o termo de RECEBIMENTO DEFINITIVO;
- 9.5.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura de medição única ou final deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- 9.5.1.** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha de medição, memória de cálculo, registro fotográfico (relacionados a cada item medido) e memória de cálculo detalhada.;
- 9.5.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;
- 9.6.** A CONTRATADA também apresentará, na medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

9.7. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de FISCALIZAÇÃO após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

9.7.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

9.7.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao GESTOR DO CONTRATO;

9.7.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

9.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

9.7.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

9.7.6. Apresentação pela CONTRATADA de planilha “as built” para conferência do FISCAL DO CONTRATO;

9.7.7. Apresentação de planta “as built” em .pdf e .dwg solicitada pelo FISCAL DO CONTRATO, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Em conformidade com o art. 72 da Lei 8666/1993 segue os parâmetros deste termo de referência em relação a subcontratação;

10.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30,00%(trinta por cento) do valor total da O.S. (Ordem de Serviço), nas seguintes condições:

10.2.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

10.2.2. É permitida somente em caso de serviço que necessita de empresa ou profissional especializado;

10.3. A subcontratação depende da autorização prévia da Contratante, a quem incube avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

10.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Será exigida prestação de garantia contratual para o fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, nos termos do art. 56, §2º da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual;

11.1.1. O prazo para apresentar a garantia contratual será de até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, após análise do pedido formal da Contratada;

11.2 A garantia contratual poderá ser nas seguintes modalidades, conforme §1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

11.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

11.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993;

11.2.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

11.2.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

11.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.4. A Administração poderá, a seu exclusivo critério, perpetrar a rescisão contratual ou a execução da garantia original prestada, na hipótese de a garantia do contrato não ser prorrogada por idêntico prazo de prorrogação do Contrato

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.5.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

11.5.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**;

11.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

11.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, devendo ser complementada sempre que houver acréscimo ao preço unitário final pactuado (aumento no valor contratado ou reajuste de preços), de forma que se mantenha sempre equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **CONTRATANTE**, com correção monetária, se for o caso;

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

11.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

11.12. A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13. Será considerada extinta a garantia:

11.13.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.13.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017;

11.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**;

11.15. Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela Contratante;

11.16. Só serão aceitas a prestação de seguros-garantia e cartas de fiança bancária de agentes devidamente registrados e autorizados pela Superintendência de Seguros privados – SUSEP e pelo Banco Central do Brasil, respectivamente;

11.17. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas no contrato e poderá ensejar rescisão contratual;

11.18. A garantia do contrato ou o seu respectivo saldo remanescente, se houver, será restituída ou liberada em favor da Contratada, uma vez verificada a perfeita execução dos serviços, com o respectivo recebimento final da obra objeto desta licitação, na forma do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1. Pelo fiel e perfeito cumprimento do objeto desta licitação, a SEDUC pagará o preço global em Reais (R\$), mediante a entrega da nota fiscal devidamente atestada, acompanhada da Regularidade Fiscal descrita nos Decretos Estaduais nº 840/2017, 8.199/06 e 8.426/06, por meio das certidões expedidas pelos Órgãos competentes que estejam dentro do respectivo prazo de validade expresso na própria certidão. As referidas notas, atestadas pelo Fiscal do Contrato, corresponderão aos serviços prestado bem como ao seu respectivo valor, obrigando-se ainda a **CONTRATADA**:

12.1.1. Apresentar ofício de solicitação de medição todo primeiro dia útil do mês, por meio eletrônico (e-mail) ao **FISCAL DO CONTRATO** contendo:

- a) Prévia de Planilha de Medição (Resumo, Sintética, Composições de Custos Unitários, Composições de BDI, Mapa de Cotações)
- b) Cronograma físico-financeiro, inclusive gráfico comparativo de serviços previstos versus efetivamente executados;
- c) Relatório fotográfico de cada serviço a ser medido (Foto de ANTES versus DEPOIS), conforme modelo do **ANEXO II** das necessidades levantadas;
- d) Memorial de cálculo de cada serviço a ser medido.

12.1.1.1. A **FISCALIZAÇÃO** deverá analisar a planilha de medição apresentada pela **CONTRATADA** e demais documentos do subitem 20.1 deste termo de referência verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período;

12.1.1.2. A **FISCALIZAÇÃO** deverá realizar vistoria in loco para conferência dos documentos do subitem 20.1, e após a aprovação da medição, a **CONTRATADA**, deverá emitir Nota Fiscal/Fatura que será atestada pelo **FISCAL DO CONTRATO**;

12.1.1.3. Para o pagamento dos serviços relacionados à elaboração de projeto executivo, o mesmo só será realizado após atendida todas as adequações solicitadas pelo fiscal do contrato.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

12.1.2. A **FISCALIZAÇÃO** deverá analisar a planilha de medição apresentada pela **CONTRATADA** e demais documentos para verificação da conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período;

12.1.3. A **FISCALIZAÇÃO** deverá realizar vistoria in loco para conferência dos documentos do subitem XXX, e após a aprovação da medição, a **CONTRATADA**, deverá emitir Nota Fiscal/Fatura que será atestada pelo **FISCAL DO CONTRATO**;

12.1.4. Para o pagamento dos serviços relacionados a elaboração de projeto executivo, o mesmo só será realizado após atendida todas as adequações solicitadas pelo fiscal do contrato;

12.1.5. A nota fiscal deverá conter as seguintes descrições:

- a) Razão Social;
- b) Número da Nota Fiscal/Fatura;
- c) Data de emissão;
- d) Mês de Referência;
- e) Nome da Secretaria Solicitante;
- f) Descrição do material e/ou serviço de acordo com o objeto da licitação;
- g) Quantidade, preço unitário, preço total;
- h) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
- i) Número do Contrato;
- j) Número da Nota de Empenho;
- k) Não deverá possuir rasuras;

12.1.5.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de: Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF; Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual e Municipal, **do domicílio sede da CONTRATADA; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Documento comprobatório de quitação de encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários contratados**, entre outras solicitadas pela SEDUC/MT, previstas no Contrato e na Portaria Nº 141/2017/GS/SEDUC/MT;

12.1.6. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para a Superintendência de Obras desta Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso;

12.1.7. Os pagamentos deverão ser realizados por meio de medições, devidamente atestados pelo **FISCAL DO CONTRATO**;

12.1.8. Caberá ao **GESTOR DO CONTRATO** ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em contrato;

12.1.9. A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Projeto Básico, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

12.1.10. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

12.1.11. Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração;

12.1.12. Quanto ao pagamento, deverão ser cumpridas as determinações do Decreto Estadual nº 8.199/2006, Decreto Estadual nº 840/2017 e Decreto Estadual nº 219/2019, onde fixam critérios para o pagamento relativos às aquisições de bens, contratações de serviços, locações de bens móveis e imóveis e dá outras providências;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

12.2. O pagamento será efetuado pela Contratante em favor da Contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente.

12.2.1. O pagamento será efetuado em até no máximo 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura, observando-se a ordem cronológica estabelecida no Artigo 5º da Lei nº 8.666/93. A data será fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado de Mato Grosso, em especial o Decreto nº 384 de 27 de janeiro de 2015 e Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto nº 840/2017, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Contratante;

12.2.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária;

12.2.3. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste Pregão.

12.3. A contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal fatura, o número do contrato, mês de referência, descrição dos serviços prestados, de acordo com o objeto da presente licitação, o nome e número do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

12.4. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais Faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

12.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

12.6. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

12.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

12.8. Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe;

12.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

12.10. O pagamento ficará condicionado a comprovação de manutenção das condições de habilitação conforme estabelece o art. 55, inc. XIII, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - Prova de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, retirada nos órgãos competentes;

II - Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) prevista no art. 1º, alínea “c” do Decreto Estadual nº 8.199 de 16 de outubro de 2006;

III - Prova de inexistência de débitos trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho.

12.11. A falta de comprovação da manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual não enseja a retenção do pagamento, caso os serviços tenham sido prestados e/ou bens entregues e recebidos sem ressalva. Contudo, a Administração pode reter pagamentos quando verificada a inadimplência da contratada na quitação das obrigações trabalhistas dos empregados alocados na execução do contrato, conforme art. 98, §2º, do Decreto nº 840/2017);

12.12. O faturamento deverá ser emitido para SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, CNPJ.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

03.507.415.0008-10- Endereço: Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A - Centro Político Administrativo | CEP 78049-906 | Cuiabá – MT;

12.13. No caso de atraso de pagamento, será utilizado para atualização do valor devido, o índice INPC-FGV do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento;

12.14. A Contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os produtos entregues não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas;

12.15. As Notas Fiscais deverão conter no verso atestado firmado pelos servidores encarregados de fiscalizar a entrega dos serviços, comprovando a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13. As sanções abaixo delineadas, foram deliberadas com a Procuradoria Geral do Estado e estão padronizadas no Parecer nº. 1380/SGAC/PGE/2019;

13.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou de **inexecução total do objeto**, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, com as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas consideração faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contrato;

b) Multa de:

b1) 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços ou na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia aplica-se a multa prevista no item b2, ou, a critério da Administração, no caso de execução em atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e aplicação de multa prevista no item b2, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b2) 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso na execução do objeto ou entrega de bens, por período superior ao previsto no item acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b3) 0,5% a 3% sobre o valor do contrato, por dia ou por ocorrência, conforme detalhamento das **tabelas 1 e 2** abaixo.

Parágrafo único: As penalidades de multa de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002; ou

e) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento no SIAG, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

13.2. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,1% sobre o valor do contrato



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

2	0,5% sobre o valor do contrato
3	1,0% sobre o valor do contrato
4	1,5% sobre o valor do contrato
5	2,0% sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
GRAU	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA
05	Expor a risco indevido o patrimônio da Administração, a integridade de terceiros ou seus bens	Por ocorrência
01	Disponibilizar funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	Por funcionário e por dia, limitada a 5%
04	Descumprir normas legais ou infralegais	Por ocorrência
01	Descumprir o prazo de entrega da documentação exigida (garantia contratual, dentre outros)	Por dia e por ordem de serviço, limitada a 3%
02	Deixar de cumprir determinação legal ou instrução complementar do órgão fiscalizador ou deixar de comunicar a Administração acerca de fatos relevantes sobre a execução contratual	Por ocorrência
03	Descumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	Por ocorrência
03	Executar o objeto contratual fora das especificações e parâmetros indicados no Termo de Referência, no projeto básico, no contrato, no edital ou seus anexos sem a existência de aditivo que venha a formalmente modificar ou mencionados instrumentos	Por ocorrência

13.3. A inexecução parcial do contrato estará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 2, respeitada a graduação de infrações, conforme a Tabela 1.

13.4. Caso uma única conduta do Particular seja enquadrável em duas ou mais hipóteses distintas para as quais deste Edital preveja penas de aplicação de multa em parâmetros distintos, somente deverá ser aplicada uma multa, aquela cujo valor seja superior ao das demais.

13.5. Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo autuado em volume próprio, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Estadual nº. 7.692/2002 e no Decreto estadual nº. 840/2017.

13.6. Antes de ter início o procedimento de apuração de irregularidade contratual, o servidor responsável pela execução contratual deverá, se cabível, intimar o Contratado para sanar a irregularidade no prazo de 02 (dois) dias úteis.

13.7. Se a irregularidade foi insanável ou se não for apropriadamente sanada, o servidor responsável pela execução contratual encaminhará para a autoridade máxima do órgão relatório circunstanciado no qual se indicará:

- a) as irregularidades detectadas;
- b) normas e/ou cláusulas violadas;
- c) provas obtidas;
- d) providências tomadas pelo interessado para a correção das falhas;
- e) sanções aplicáveis, com sugestão de dosimetria, de acordo com as regras fixadas na legislação, Ata de Registro



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

de Preço, edital e contrato.

13.7.1. Recebido o relatório, a autoridade máxima do órgão poderá determinar:

- a) a complementação de informações ou realização de diligências que entender cabíveis;
- b) o arquivamento do relatório, se entender não existir qualquer indício de irregularidade;
- c) a notificação do interessado para, querendo, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

13.7.2. A notificação do interessado deve ser instruída com cópia do relatório detalhado de apuração da infração e decisão da autoridade competente, e deve mencionar, pelo menos:

- I – a administração do interessado e o nome do órgão ou entidade que está promovendo;
- II – finalidade da notificação;
- III – a data, hora e local em que poderá ter acesso aos autos do processo administrativo relacionado;
- IV – a informação de que processo de apuração da infração terá continuidade independente de sua manifestação;
- V – indicação dos fatos e fundamento legais pertinentes;
- VI – o prazo para apresentação de defesa;
- VII – todas as informações que sejam relevantes para o entendimento do caso.

13.7.3. A notificação do interessado, será realizada por um dos seguintes meios:

- I – endereço eletrônico indicado pelo próprio interessado em ato anterior da licitação, contrato ou Ata de Registro de Preço;
- II – carta registrada, dirigida ao último endereço informado na licitação, contrato ou Ata de Registro de Preço;
- III – Diário Oficial do Estado, se desconhecida a localização do interessado ou impossível realizar a notificação nas formas indicadas nos itens anteriores.

13.7.4. Na defesa, que deverá ser apresentada em 10 (dez) dias úteis após a intimação, o interessado poderá alegar qualquer matéria de defesa pertinente ao fato apurado, bem como apresentar documentos e solicitar a produção de provas necessárias à prova de suas alegações. Devendo a autoridade decidir, motivadamente, a respeito de produção de provas ou pedido de diligências porventura solicitado;

13.7.5. Após a produção das provas e a realização das diligências necessárias, o servidor responsável por acompanhar a execução contratual elaborará novo relatório circunstanciado, enfrentando os argumentos apresentados na defesa e analisando as provas produzidas e remeterá o processo à Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso (PGE/MT) para análise de sua legalidade;

13.7.6. Após a análise da PGE/MT, a autoridade competente decidirá de forma fundamentada sobre a aplicação e dissimetria das sanções previstas em lei, na forma disciplinada neste edital e contrato;

13.8. Para a aplicação das sanções devem ser levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública, o princípio da proporcionalidade, o caráter educativo da pena, a reincidência na prática do ato;

13.9. As sanções de suspensão ou de impedimento do direito de licitar e contratar e declaração de idoneidade, aplicados por quaisquer órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual terão efeitos sobre quaisquer licitações e contratos, inclusive nos casos de renovação, realizados por quaisquer órgãos e entidade do Poder Executivo Estadual;

13.10. Todas as sanções aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas -CEIS/MT;

13.11. Da decisão que aplica a penalidade cabe recurso, por razão de legalidade ou de mérito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ciência da intimação ou publicação da decisão. Nesse caso, a autoridade poderá reconsiderar sua decisão ou mantendo-a, encaminhar o processo administrativo instruído para apreciação e decisão, em igual prazo;

13.12. Se a sanção for originalmente aplicada pelo Secretário de Estado caberá o recurso ao Governador do Estado. No entanto, se o Secretário de Estado analisar a matéria em grau de recurso administrativo, de sua decisão não caberá recurso dirigido ao Governador;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

13.13. A multa aplicada poderá ser descontada por meio da execução da garantia contratual, que se insuficiente o valor poderá ser descontado dos créditos que a CONTRATADA possuir com o Órgão, conforme estabelece artigo 87 §1º da Lei nº. 8666./93;

13.14. Quando a multa não for acobertada pela garantia contratual e o valor do crédito existente for insuficiente para viabilizar o seu pagamento, ficará a CONTRATADA intimada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

13.15. A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação das demais penalidades, e a aplicação de nenhuma penalidade obsta a eventual rescisão do contrato, não tendo as multas caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente para promover a reparação dos danos causados;

13.16. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores a garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente;

13.17. Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

14.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos, ao Edital do Pregão Eletrônico nº xxxxx/2021 e respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela Contratada, assegurará a CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.2 O presente Contrato poderá ainda ser rescindido pela Contratante pelos motivos elencados no art 78, observando as prerrogativas da administração consignados o mesmo diploma legal do art. 80 da Lei nº 8.666/93;

15.3. O descumprimento de qualquer Cláusula do Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições pactuadas, dará direito à Contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à Contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente aos serviços realizados, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuada assegurada a defesa prévia;

15.3.1. O Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a)** decretação de falência ou dissolução da Contratada;
- b)** alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que, a juízo da Contratante, prejudique a execução deste pacto;
- c)** transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante;
- d)** no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

15.4. No caso de rescindir o Contrato fica assegurado o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

16.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

16.2. A **PROPONENTE/CONTRATADA** é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação, assumindo ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que a SEDUC/MT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo;

16.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias, serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao respectivo Contrato;

16.4. Incumbirá ao Contratante, providenciar a publicação do extrato deste Contrato, em conformidade com o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93;

16.5. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

16.6. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração;

16.7. Incumbirá ao Contratante, providenciar a publicação do extrato deste Contrato, em conformidade com o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e nas normas de instituições e/ou empresas de apoio financeiro que por ventura esta Secretaria for parceira, tais como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Banco Mundial entre outros;

17.2. Ressalta-se que, tais instituições e/ou empresas de apoio financeiro poderão reserva-se no direito de, diretamente ou por agente por ele designado, realizar inspeções ou auditorias nos registros contábeis e nos balanços financeiros da Contratada relacionados com a execução do Contrato;

17.3. Se, de acordo com o procedimento administrativo ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, o Banco poderá declarar inelegíveis a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos financiados com recursos do mesmo;

17.4. Em virtude do previsto no Decreto Estadual nº 522, de 15/04/2016, que “Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e demais medidas de responsabilização de pessoas jurídicas, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e dá outras providências”, bem como do previsto no art. 138 do Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017, o contrato deverá prever a seguinte cláusula:

17.4.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar, se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionado, o que deve ser observado, ainda pelos prepostos e colaboradores, aplicando as diretrizes do Edital, do TR e da proposta, conforme Lei 10520/02 e Decreto 840/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Cuiabá - MT, xxx de xxxx de 2021.

CONTRATANTE:

ALAN RESENDE PORTO
Secretário de Estado de Educação

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG:

NOME:

RG:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

ANEXO A – MINUTA DO TERMO ANTICORRUPÇÃO (ANEXO DO CONTRATO)

TERMO ANTICORRUPÇÃO

_____, por seu Representante legalmente constituído,
DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa

De valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que o Contratante ou seu cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente Contrato, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

....., de de 20XX.

.....
Empresa

.....
Representante



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

ANEXO I DO CONTRATO - QUADRO COM DESCRIÇÃO DOS LOTES E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS E DISTÂNCIA A CAPITAL

LOTES	MUNICÍPIOS	KM ATÉ CUIABÁ
LOTE 1	ARIPUANA	937
	CASTANHEIRA	777
	COLNIZA	1025
	COTRIGUAÇU	945
	JUINA	734
	JURUENA	885
	RONDOLANDIA	1064
LOTE 2	ALTA FLORESTA	793
	APIACAS	964
	CARLINDA	757
	COLIDER	633
	NOVA BANDEIRANTES	998
	NOVA CANAA DO NORTE	681
	NOVA GUARITA	677
	NOVA MONTE VERDE	945
LOTE 3	PARANAÍTA	839
	GUARANTÃ DO NORTE	710
	MATUPÁ	682
	NOVA SANTA HELENA	600
	NOVO MUNDO	742
	PEIXOTO DE AZEVEDO	674
LOTE 4	TERRA NOVA DO NORTE	632
	ALTO BOA VISTA	914
	BOM JESUS DO ARAGUAIA	851
	CANABRAVA DO NORTE	989
	CONFRESA	1012
	LUCIARA	1024
	NOVO SANTO ANTONIO	928
	PORTO ALEGRE DO NORTE	985
	SANTA CRUZ DO XINGU	1085
	SANTA TEREZINHA	1171
	SAO FELIX DO ARAGUAIA	1003
	SAO JOSE DO XINGU	953
LOTE 5	SERRA NOVA DOURADA	868
	VILA RICA	1117
	AGUA BOA	696
	ARAGUAIANA	574
	ARAGUAINHA	468
	CAMPINAPOLIS	554
	CANARANA	605
	COCALINHO	861
	NOVA NAZARE	702
	NOVA XAVANTINA	661
	NOVO SAO JOAQUIM	488
LOTE 6	QUERENCIA	717
	RIBEIRAO CASCALHEIRA	734
	BARRA DO GARÇAS	521
	GENERAL CARNEIRO	455
	PONTA BRANCA	497
	PONTAL DO ARAGUAIA	524
	RIBEIRAOZINHO	471



SUAC
Fls. _____
Rub. _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	TORIXOREU	537
LOTE 7	DOM AQUINO	168
	ITIQUEIRA	362
	JACIARA	144
	JUSCIMEIRA	159
	PEDRA PRETA	244
	RONDONOPOLIS	217
	SAO PEDRO DA CIPA	153
LOTE 8	GAUCHA DO NORTE	545
	PARANATINGA	337
	POXOREU	267
	PRIMAVERA DO LESTE	244
	SANTO ANTONIO DO LESTE	385
	CAMPO VERDE	140
LOTE 9	ALTO ARAGUAIA	420
	ALTO GARÇAS	364
	ALTO TAQUARI	485
	GUIRATINGA	331
	SAO JOSE DO POVO	266
	TESOURO	373
LOTE 10	ACORIZAL	72
	CHAPADA DOS GUIMARAES	68
	JANGADA	75
	NOBRES	123
	NOVA BRASILANDIA	202
	PLANALTO DA SERRA	259
	ROSARIO OESTE	105
LOTE 11	BARAO DO MELGAÇO	118
	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	38
	POCONE	103
	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	37
LOTE 12	CUIABÁ - REGIÃO OESTE	SITUADO NA CAPITAL
LOTE 13	CUIABÁ - REGIÃO NORTE	SITUADO NA CAPITAL
LOTE 14	CUIABÁ - REGIÃO LESTE	SITUADO NA CAPITAL
LOTE 15	CUIABÁ - REGIÃO SUL	SITUADO NA CAPITAL
LOTE 16	VÁRZEA GRANDE	12
LOTE 17	VÁRZEA GRANDE	12
LOTE 18	CACERES	218
	CURVELANDIA	280
	GLORIA D'OESTE	309
	LAMBARI D'OESTE	264
	MIRASSOL D'OESTE	296
	PORTO ESPERIDIAO	323
	RIO BRANCO	279
	SALTO DO CEU	295
LOTE 19	ARAPUTANGA	338
	CAMPOS DE JULIO	555
	COMODORO	639
	CONQUISTA D'OESTE	535
	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	383
	INDIAVAI	364
	JAURU	404
	NOVA LACERDA	541
	PONTES E LACERDA	443
	RESERVA DO CABAÇAL	383
	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	310



SUAC
Fls. _____
Rub. _____

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	SAPEZAL	499
	VALE DE SÃO DOMINGOS	429
	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	522
LOTE 20	BARRA DO BUGRES	165
	BRASNORTE	576
	CAMPO NOVO DO PARECIS	391
LOTE 21	DENISE	209
	NOVA OLÍMPIA	205
	PORTO ESTRELA	192
	SANTO AFONSO	234
	TANGARA DA SERRA	242
LOTE 22	ALTO PARAGUAI	199
	ARENAPOLIS	234
	NORTELÂNDIA	229
	NOVA MARILÂNDIA	227
	NOVA MARINGÁ	388
	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	298
LOTE 23	IPIRANGA DO NORTE	439
	ITANHANGA	494
	LUCAS DO RIO VERDE	333
	NOVA MUTUM	241
	SANTA RITA DO TRIVELATO	305
	SORRISO	398
	TAPURAH	409
LOTE 24	JUARA	695
	NOVO HORIZONTE DO NORTE	669
	PORTO DOS GAUCHOS	630
	TABAPORA	673
LOTE 25	CLAUDIA	567
	FELIZ NATAL	511
	ITAUBA	580
	MARCELÂNDIA	641
	NOVA UBIRATÁ	477
	SANTA CARMEM	499
	SINOP	480
	UNIÃO DO SUL	645
	VERA	462



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

ANEXO II DO CONTRATO – MODELO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

(INSERIR LOGO)	GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO		Folha N.º
	Secretaria de Estado de Educação - SEDUC		N/N
	RELATÓRIO FOTOGRÁFICO		
Unidade Escolar:		Empresa ou Conveniente	
Localização Escola:		CNPJ	
		Contrato N.º	
Registro Fotográfico dos Serviços			
Coordenada:	Localização:	Serviço:	

*Observação: incluir fotos de **todos** os serviços.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

A) Conceitos Atribuídos Pela Fiscalização:					
ITEM (Lançamento de Dados)	CONCEITO				
	Excelente (0,7 à 1,0)	Bom (0,3 à 0,69)	Ruim (0 à 0,29)		
1) Nº de Pessoal					
2) Organização e limpeza da frente de trabalho					
3) Cronograma Físico					
4) Qualidade dos Serviços					
5) Atendimento à Fiscalização					
6) Administração da Obra					
ITEM (Interpretação de Dados)	Nota [N]	Pesos [P]	Produ t. [N]x[P]	Desemp. Parcial = [N]x[P]	
1) Nº de Pessoal	0,00	2,00	0,00	<div>0,00 ----- 10,00 =</div>	
2) Organização e limpeza da frente de trabalho	0,00	0,50	0,00		
3) Cronograma Físico	0,00	2,00	0,00		
4) Qualidade dos Serviços	0,00	3,00	0,00		
5) Atendimento à Fiscalização	0,00	1,50	0,00		
6) Administração da Obra	0,00	1,00	0,00	Conceito:	RUIM
TOTAL	0,00	10,00	0,00		
B) Medições realizadas referente a Ordem de Serviço:					
Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
1		5		9	
2		6		10	
3		7		11	
4		8		12	
Valor do levantamento aprovado(R\$):				Total Pago (Fiplan) (R\$):	



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

Total Medido (R\$):	R\$	-	%		Saldo (R\$):	0,00	%	
C) Medições Geral do Contrato :								
Nº	VALOR MEDIDO	Nº	VALOR MEDIDO	Nº	VALOR MEDIDO	Nº	VALOR MEDIDO	
1ª		16ª		31ª				
2ª		17ª		32ª				
3ª		18ª		33ª				
4ª		19ª		34ª				
5ª		20ª		35ª				
6ª		21ª		36ª				
7ª		22ª		37ª				
8ª		23ª		38ª				
9ª		24ª		39ª				
10ª		25ª		40ª				
11ª		26ª		41ª				
12ª		27ª		42ª				
13ª		28ª		43ª				
14ª		29ª		44ª				
15ª		30ª		45ª				
Total Medido (R\$):		R\$ 0,00	%					
D) Visto dos Fiscais do Contrato:								
<div><div>_____ ENG CIVIL CFOE/ SAOB-SEDUC-MT</div><div>_____ ARQ. E URB. CFOE/ SAOB-SEDUC-MT</div><div>(município), ____ de (mês) de 2021</div></div>								



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

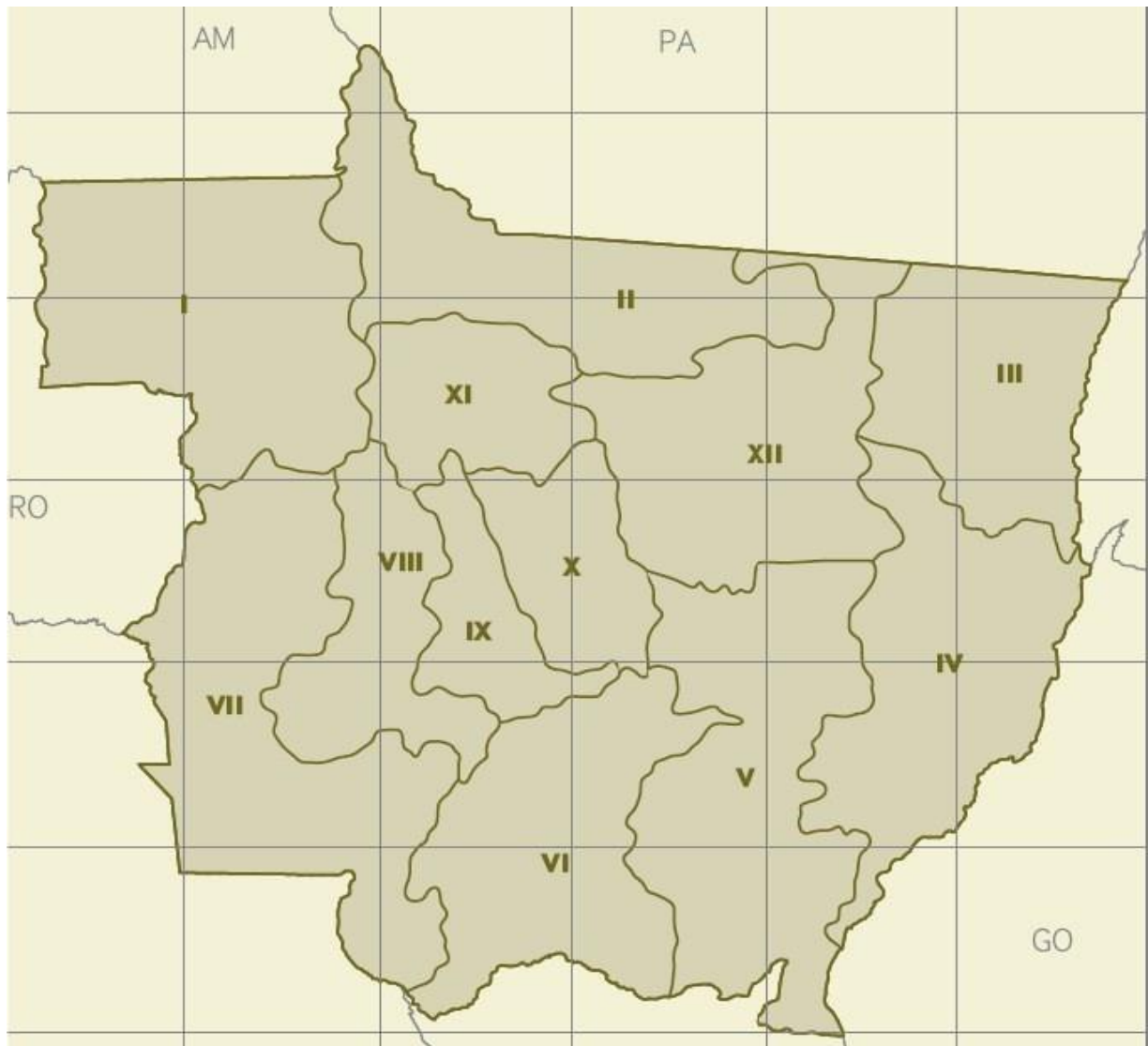
SUAC
Fls. _____
Rub. _____



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. ____
Rub. ____

ANEXO IV DO CONTRATO – MAPA DE DIVISÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO



I – REGIÃO NOROESTE; II – NORTE; III – NORDESTE; IV – LESTE; V – SUDESTE; VI – SUL; VII – SUDOESTE; VIII – OESTE; IX – CENTRO OESTE; X – CENTRO; XI – NOROESTE; XII – CENTRO NORTE. (Fonte: SEPLAG - Regiões De Planejamento do Estado)



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUAC
Fls. _____
Rub. _____

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA – PRAZOS DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇO DE ACORDO COM OS SISTEMAS PREDIAIS DA EDIFICAÇÃO.

Prazos de garantia estabelecidos em função da tipologia da edificação, das condições de uso, da complexidade dos sistemas e equipamentos empregados e das características dos materiais aplicados, em atendimento a periodicidade de manutenção corretiva conforme síntese da NBR5674:2012.

PERIODICIDADES				SISTEMA
TRÊS MESES	1(UM) ANO	2(DOIS) ANOS	3(TRÊS) ANOS	
X				SERVIÇOS DE LIMPEZAS E TESTES DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS SISTEMAS PREDIAIS DA EDIFICAÇÃO.
		X		1. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.
	X			2. INSTALAÇÕES DE SPDA.
X				3. INSTALAÇÕES DE REDE LÓGICA
	X			4. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E GASES
	X			5. INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO
	X			6. INSTALAÇÕES CIVIS EM GERAL (EXCETO OS SUBITENS ABAIXO)
		X		6.1. SERVIÇOS EM FACHADAS
			X	6.2. INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS

*Garantia das peças, materiais e equipamentos conforme fabricante.

ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA
RELATIVO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE
ENGENHARIA NAS UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS E
SEDES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS DA
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.

DEZEMBRO/2021



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ÍNDICE GERAL

1. DAS INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:	4
2. DA MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:	4
3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:	4
4. DO OBJETO:	5
5. DA JUSTIFICATIVA:	6
6. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:	16
7. DA CONFIRMAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:	16
8. DAS ESPECIFICAÇÕES/DETALHAMENTO TÉCNICO DOS SERVIÇOS:	17
9. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO:	31
10. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:	33
11. DA SUBCONTRATAÇÃO:	37
12. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	37
13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	38
14. DA ESTIMATIVA DE VALORES DESTINADOS AOS POLOS	40
15. DA PROPOSTA	40
16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:	42
17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:	52
18. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:	54
19. DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS:	58
20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	60
20. DO PAGAMENTO	63
21. DAS PENALIDADES	66
22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	71



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

23	DECLARAÇÃO	71
	ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - QUADRO COM DESCRIÇÃO DOS LOTES E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS E DISTÂNCIA A CAPITAL	72
	ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – VALORES DESTINADOS AOS LOTES.....	76
	ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA – DETALHAMENTO DO QUANTITATIVO	81
	ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA – PLANILHA DEMONSTRATIVA DE ANÁLISE PARA EXECUÇÃO DO OBJETO	125
	ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUADRO COM BDI DETERMINADO PARA CADA LOTE	127
	ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA – COMPOSIÇÃO DO BDI.....	128
	ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS	153
	ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL - IMR.....	155
	ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO DE LEVANTAMENTO - OLS	158
	ANEXO X DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO – O.S.....	159
	ANEXO XI DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	160
	ANEXO XII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PROPOSTA.....	161
	ANEXO XIII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MAPA DE DIVISÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO	162
	ANEXO XIV DO TERMO DE REFERÊNCIA – CHECK-LIST DOCUMENTOS A APRESENTAR EM MEDIÇÕES	163
	ANEXO XV DO TERMO DE REFERÊNCIA – PRAZOS DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇO DE ACORDO COM OS SISTEMAS PREDIAIS DA EDIFICAÇÃO.	168
	ANEXO XVI DO TERMO DE REFERÊNCIA – RELAÇÃO DAS 728 ESCOLAS	169
	ANEXO XVII DO TERMO DE REFERÊNCIA – DECLARAÇÕES.....	185
	ANEXO XVIII DO TERMO DE REFERÊNCIA – DIVISÃO DAS ESCOLAS POR LOTE	188



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XIX DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUANTITATIVOS MINIMOS PARA HABILITAÇÃO	
TÉCNICA	207
ANEXO XX DO TERMO DE REFERÊNCIA – PLANILHA DE AMOSTRAGEM PARA OBTENÇÃO DO	
CUSTO/M²	208
ANEXO XXI DO TERMO DE REFERÊNCIA – DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS PADRONIZADOS E	
PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO	211



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 036/2021/SUOB/SAIP/SEDUC/MT

1. DAS INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:

Órgão Requerente: Secretaria de Estado de Educação Unidade Solicitante: Superintendência de Obras Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Patrimônio	Descrição de Categoria de Investimento: <input type="checkbox"/> Aquisição de Material <input checked="" type="checkbox"/> Contratação de Serviços <input type="checkbox"/> Obras <input type="checkbox"/> Outros
--	--

2. DA MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:

Modalidade de Licitação:	Tipo de Licitação:
<input type="checkbox"/> Concorrência - Art. 22 § 1º, Art. 23 incisos I e II alínea c da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Tomada de Preço - Art. 22 § 2º, Art. 23 incisos I e II alínea b da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Convite - Art. 22 § 3º, Art. 23 incisos I e II alínea a da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Concurso - Art. 22 § 4º da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Leilão - Art. 22 § 5º da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Dispensa de Licitação - Art. 24 da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Inexigibilidade de Licitação - Art. 25 da Lei nº 8.666/93. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão Eletrônico – SRP - Decreto nº 10.024/2019. <input type="checkbox"/> Pregão Eletrônico - Decreto nº 5.450/2005. <input type="checkbox"/> Pregão Presencial – SRP - Lei nº 10.520/2002. <input type="checkbox"/> Pregão Presencial - Lei nº 10.520.	Art. 45, incisos I ao IV, da Lei nº 8.666/93: <input type="checkbox"/> a de menor preço; <input type="checkbox"/> a de melhor técnica; <input type="checkbox"/> a de técnica e preço; <input type="checkbox"/> a de maior lance ou oferta; <input checked="" type="checkbox"/> Outras – maior percentual de desconto por lote.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- (X) Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração);
- (X) Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações (que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências);



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

(X) Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal);

(X) Decreto nº 840, de 10 de fevereiro de 2017 e suas alterações (que regulamenta as modalidades licitatórias vigentes, às aquisições de bens, contratações de serviços, locações de bens móveis, imóveis e o Sistema de Registro de Preço no Poder Executivo Estadual, o Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, dispõe sobre a concessão de tratamento diferenciado e simplificado para às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências);

(X) RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 6/2021 de 29 de junho de 2021, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso que aprova o estudo técnico que dispõe sobre a utilização de Sistema de Registro de Preços (SRP) para realização de conservação, reforma e intervenção predial por meio de obras e serviços de engenharia;

4. DO OBJETO:

4.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso, para atender as unidades escolares estaduais e sedes administrativas vinculadas da Secretaria de Estado de Educação, acrescido do BDI.

4.1.1. O critério de julgamento da licitação deverá ser pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** ofertado sobre as tabelas SINAPI vigente no estado de Mato Grosso, já considerando todas as despesas com tributos, transportes e demais custos que incidam direta ou indiretamente sobre os preços.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

4.1.2. A Secretaria de Estado de Educação possui imóveis distribuídos em todo o estado de Mato Grosso. A licitação será dividida em 25 (vinte e cinco) lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, podendo-se cada licitante consagrar-se vencedor de até 3 lotes, devendo oferecer o desconto (%) para todos os lotes que participar.

5. DA JUSTIFICATIVA:

5.1. A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, dispõe atualmente de 731 (setecentas e trinta e uma) edificações que abrigam as unidades escolares e demais sedes administrativas vinculadas. Estes patrimônios imobiliários constituídos ao longo de variadas décadas resultaram em partidos arquitetônicos diversificados, motivados as técnicas construtivas utilizadas a época da concepção de cada edificação, ou pelas dificuldades técnicas de execução considerando o local de sua implantação, áreas rural, indígenas e etc.

5.2. Contudo, o tipo de uso das edificações sempre foram as atividades escolares, e mesmo que em formatos diversos, o método construtivo utilizado na maior parcela da rede é o mesmo, bem como o programa arquitetônico que contempla salas de aulas, estrutura administrativa com diretoria, coordenação, sala de professores, banheiros, cozinha, refeitório e quadra poliesportiva. Portanto embora os projetos arquitetônicos sejam distintos, considerando a época de sua concepção, as utilizações dos espaços permanecem os mesmos, e as técnicas construtivas não fogem a utilização de concreto armado e estrutura metálica, mantendo assim um padrão entre as unidades.

5.3. Com base no Parecer Conjunto CGE/PGE 01/2021, o conceito de Padronização compreende as características físicas das edificações que facilmente podem ser levantadas a partir de elementos construtivos que as compõe e que, certamente, compreenderão o escopo a ser demandado em eventuais contratações futuras por meio de obras e serviços de engenharia. Em regra, conforme já exposto, as estruturas escolares em sua grande maioria são constituídas de concreto armado, fechamento em alvenaria e divisórias, cobertura em estrutura de madeira ou metálica que suportam telhas cerâmicas, de fibrocimento, metálicas ou termoacústicas, revestimentos com chapisco, rebocos, azulejos



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

e pinturas, forros em gesso, madeira ou PVC, instalações de combate a descargas atmosféricas com cabos em cobre ou alumínio, impermeabilizações com mantas ou pinturas, itens de acessibilidade, identificação visual, instalações elétricas de baixa e alta tensão, instalações hidros sanitárias em pvc rígido soldável; enfim, serviços comuns à maioria das edificações públicas. Tem-se, portanto, características facilmente identificadas cujo seus insumos e serviços se tornam padronizáveis, de amplo conhecimento, domínio e aceitação do mercado. Vejamos o que diz o Parecer Conjunto CGE/PGE 01/2021, *in fine*:

Assim, o caso em tela possui como objeto as intervenções nos prédios públicos do Poder Executivo Estadual, por meio de obras e serviços de engenharia, visando a garantia seu pleno uso, a potencialização do seu desempenho funcional e a perenidade da integridade do patrimônio público.

Dessa forma, as características físicas dessas edificações podem ser facilmente levantadas a partir dos elementos construtivos que as compõe e que, certamente, compreenderão o escopo a ser demandado em eventuais contratações futuras de conservações, reformas e intervenções prediais, por meio de obras e serviços de engenharia.

Em regra, o que se observa são prédios públicos constituídos de estruturas de concreto armado, fechamentos em alvenaria e divisórias, coberturas em estruturas de madeira ou metálicas suportando telhas cerâmicas, de fibrocimento, metálicas ou termoacústicas, revestimentos com chapiscos, rebocos, azulejos e pinturas, forros em gessos, madeira ou PVC, pisos cerâmicos, cimentados, vinílicos, em granilite e em porcelanatos, circuitos elétricos com fios e cabos de cobre ou alumínio, redes de água, esgoto ou pluvial com tubos e conexões em PVC, instalações de combate à descargas atmosféricas com cabos em cobre ou alumínio, impermeabilizações com mantas ou pinturas; enfim, serviços comuns à maioria das edificações públicas.

Em razão dessas características, verifica-se que, diante da necessidade de intervenções para garantir o nível adequado de uso e desempenho do imóvel, **está à disposição dos gestores uma relação de serviços e insumos padronizados, indicados na tabela de referência Sinapi;** serviços e insumos de amplo conhecimento, domínio e aceitação no mercado.

5.4. A orientação é no sentido de que as demandas frequentes precisam ser identificadas e ter estimadas quantidades que podem ser demandadas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. Com relação as intervenções em que é preciso elaborar um projeto básico a fim de subsidiar a execução dos serviços, o parecer também orientou aos órgãos em como proceder nesses casos, vejamos:

Assim, o projeto básico/termo de referência do SRP para realização de conservação e reforma predial por meio de obras e serviços de engenharia compreende essa relação de serviços (ou insumos) padronizados, comumente necessários às intervenções prediais ao longo da vigência da Ata.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

Caberia aos gestores, no momento anterior ao da contratação, limitarem o escopo da sua específica intervenção predial por meio de levantamentos dos serviços, definição das respectivas quantidades, elaboração de memoriais descritivos, elaboração de croquis, desenhos ou projetos de engenharia e arquitetura, conforme for o caso, e solicitar a adesão à Ata do SRP com o objeto atual, limitado e definido.

5.5. Vejamos que o parecer indica o momento anterior ao da contratação como o momento apropriado para elaboração dos projetos, dessa forma afasta a necessidade de se ter previamente o projeto para realizar o Registro de Preço, o que corromperia o propósito do SRP e engessaria o Registro de Preços. Sendo assim, nos casos em que for necessário a elaboração de projetos, a Secretaria de Estado de Educação ficará responsável por elaborá-los antes da contratação e posteriormente fará a utilização da Ata de Registro de preços para contratar os serviços na quantidade necessária.

5.6. Ressalta-se que tramita nesta Pasta um processo cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada na Elaboração de Peças Técnicas e Gráficas para atendimento da demanda da Superintendência de Obras, Processo nº 310983/2021 - Termo De Referência Nº 073/2021/SUOB/SAIP/SEDUC, esta contratação quando efetivada poderá ser utilizada para subsidiar a equipe da SEDUC na elaboração dos projetos.

5.7. Há de se considerar também a possibilidade de realizar credenciamento de empresas para elaboração de projetos, tal como orienta o parecer Ministerial da Procuradoria do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso anexo da Resolução 06/2021 do TCE/MT. Caso a SEDUC identifique a necessidade poderá se valer dessa solução.

5.8. Quando se analisa as patologias estruturais enfrentadas pelas escolas em seu dia a dia, certo é que toda construção precisa de manutenção periódica para conservação da estrutura, corrigindo problemas iminentes de uso e prevenindo de problemas futuros, nessa perspectiva um prédio que recebe manutenção corretamente não precisara passar por reformas estruturais ao longo de sua vida útil, o contrário também é válido.

5.9. A realidade dos prédios da SEDUC é exatamente o contrário, a falta de realização de manutenção preventiva e preditiva comprometeu a estrutura das edificações, ao ponto que, em algumas unidades, devido ao agravamento das patologias apenas reformas



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

poderão saná-las de forma efetiva, para assim trazer segurança aos usuários. Pode-se verificar então que quanto mais tempo uma edificação fica sem manutenção, maior será o valor gasto em reforma; dependendo do agravamento é necessário até mesmo demolir e construir do zero, o que é muito mais danoso para Administração Pública.

5.10. Logo, a solução desta problemática com a realização de manutenção/reformas é uma corrida contra o tempo, visto que quanto mais tempo delongar, mais gasto a Administração Pública terá. O volume de edificações que estão sem manutenção é muito grande e esta não é uma realidade só da SEDUC, no entanto, contratar na esfera pública é um processo moroso e burocrático e como já demonstrado, os prédios do executivo estadual já estão a muito tempo sem manutenção e a demora na contratação desses serviços pode resultar em prejuízos incalculáveis ao tesouro Estadual, não é para menos que o próprio Governador do Estado determinou que a Controladoria Geral do Estado e a Procuradoria Geral do Estado estudassem um método em que os órgãos do Estado pudessem contratar esses serviços de forma mais célere.

5.11. Dos esforços da CGE e da PGE nasceu o Parecer Conjunto CGE/PGE 01/2021 que posteriormente foi submetido ao exame do Tribunal de Contas do Estado que exarou a Resolução 06/2021/TCE/MT, que “Aprova o estudo técnico que dispõe sobre a utilização de Sistema de Registro de Preços (SRP) para realização de conservação, reforma e intervenção predial por meio de obras e serviços de engenharia”.

5.12. De posse dos estudos acima elencados, a SEDUC elaborou o presente Termo de Referência na iminência de atender todo o passivo de edificações que estão há muitos anos sem manutenção e consequentemente estão se deteriorando. Esta Secretaria pautou-se nos princípios da Administração Pública, em especial o da Eficiência e da Economicidade, objetivando agir de forma diligente e realizar a manutenção de suas edificações, corrigindo os problemas existente e prevenindo de problemas futuros, para que assim não precise condenar/demolir prédios e ter que gastar muito mais para construí-los novamente.

5.13. Cabe ressaltar que a deterioração nos prédios da SEDUC se comparados com outras edificações públicas é peculiar a considerar o perfil dos usuários, que em sua maioria, trata-se de crianças e adolescentes envolvidos em um cenário de vulnerabilidade social e de



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

diferentes culturas. É possível observar que a deterioração de algumas unidades é maior que em outras e são vários os fatores que influenciam, as visitas técnicas evidenciam que em escolas de regiões periféricas os prédios estão mais danificados quando comparados com as escolas localizadas nas regiões centrais; os estudantes indígenas, por exemplo, em razão da sua cultura, utilizam a estrutura escolar de diversas formas o que contribui para o desgaste da edificação.

5.14. Ademais, o fluxo de uso dos prédios é contínuo e intenso, além de que algumas práticas de mal-uso danificam a infraestrutura escolar, podemos citar: a escrita nas paredes, tetos e forros; pichação, vandalismo, quebra de vidros janelas, acessórios de banheiros, maçanetas de portas, entre outros.

5.15. Dessa forma, é fundamental a realização periódica de manutenção corretiva e preventiva das unidades escolares, garantindo atendimento recorrente na execução de serviços de manutenção predial, corrigindo as patologias existente e evitando que novas patologias se desenvolvam e, dessa forma, assegurar a integridade da edificação e de seus usuários. Ademais é preciso mudar a atual realidade e oferecer essas intervenções imediatamente no caso de sinistros, as situações inesperadas e urgentes não podem aguardar o trâmite licitatório, pois até a sua conclusão as patologias irão se agravar e causar maiores danos. O Registro de Preço busca sanar esta falha da Administração e conseguir evitar maiores prejuízos, visto que uma vez que a patologia é sanada de imediato a Administração não corre o risco de perder a estrutura e ter que se valer de Dispensas de Licitação para sanar problemas emergenciais. Além disso, solucionar os problemas de imediatos pode impedir que seja necessário suspender as atividades escolares e, por consequência, gerar prejuízos ao ano letivo/comunidade escolar, algumas intervenções podem ser feitas em período de férias ou até mesmo durante o período letivo, mas se não executadas podem comprometer a estrutura e ser preciso suspender as atividades para reforma.

5.16. Atualmente, a SEDUC trabalha com duas soluções no que tange as manutenções prediais, uma pela adesão as Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Eletrônico 18/2018 do Tribunal de Justiça de Mato Grosso que dividiu o estado de Mato Grosso em



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

11 lotes por região baseando-se nas comarcas de atuação do Poder Judiciário, que foram arrematas por 5 empresas diferentes, por conseguinte a adesão culminou em 5 contratos de manutenção predial.

5.17. A segunda solução encontrada é o atendimento por meio de envio de recursos financeiros direto para a conta da unidade escolar que, por sua vez, realiza as adequações e manutenções pontuais. Todavia, nesta segunda opção não há economia de escala (cada escola contrata por um preço diferente); os recursos enviados não são suficientes para resolver definitivamente os problemas das unidades tendo em vista a precariedade dos prédios da rede estadual de ensino, dessa forma o valor enviado é baixo diante das necessidades e as escolas atendem somente problemas pontuais. Contudo, em ambas as frentes o atendimento não tem sido satisfatório.

5.18. A experiência com os contratos de manutenção licitados pelo TJMT mostrou que o critério de divisão de lotes por Comarcas Utilizado pelo TJMT não era compatível com a realidade imobiliária da SEDUC, enquanto uma comarca possui um único fórum, uma cidade como Cuiabá possui pouco mais de 60 unidades escolares. Observou-se também que a Superintendência de Obras desta SEDUC enfrentou menos problemas com a empresa que ganhou um lote menor (com menor número de prédios), para se ter uma dimensão, as outras empresas chegaram a receber três vezes mais notificações do que a empresa que ganhou um lote menor.

5.19. Justifica-se ainda com o exposto acima a necessidade de se limitar um número de lotes em que cada empresa poderá sagrar vencedora, dessa forma a limitação de até 3 lotes por empresa visa ampliar o número de fornecedores e reduzir riscos, visto que a nossa experiência mostra que uma empresa que atende um número muito grande de edifícios apresenta menor eficiência na execução do contrato.

5.20. Neste sentido, é primordial que a SEDUC faça a sua própria Ata de Registro de preços para manutenção predial e reformas e estabeleça os critérios com base nas suas particularidades de acervo imobiliário, público alvo, fim social e localização dos edifícios. Além disso, é crucial que as manutenções sejam executadas o mais rápido possível, a



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

fim de evitar maiores danos e demandar intervenções mais severas, o que por consequência traria mais danos a Secretaria.

5.21. DA JUSTIFICATIVA DA DIVISÃO DOS LOTES

5.22. Considerando as experiências com esse tipo de contratação, com base nos históricos de notificações e problemáticas enfrentadas, identificou-se a necessidade de ampliação da divisão dos lotes, resultando assim nos 25 lotes distribuídos pelas regiões do Estado, alocando de forma mais equitativa as unidades escolares por lote, logo os lotes estão divididos objetivando dar maior celeridade na emissão das ordens de serviço, bem como visa aprimorar o controle por parte da fiscalização.

5.23. De tal modo, é necessário considerar como um dos critérios para divisão a estrutura de gerenciamento dos processos da Secretaria de Estado de Educação, para que um volume muito grande de lotes não comprometa a eficiência na execução da gestão/fiscalização e atendimento das demandas das empresas vencedoras do certame. Além disso é preciso garantir maior economia, rapidez e qualidade nas execuções dos serviços comuns de engenharia, através da divisão em Lotes.

5.24. Sendo assim, para a escolha dos 25 lotes, a SEDUC levou em consideração todas as experiências adquiridas até o momento com esse tipo de prestação de serviço, bem como ponderou o volume de trabalho e de gerenciamento de contrato necessário, observando o quadro atual de servidores e objetivando superar problemas anteriormente enfrentados.

5.25. Neste sentido, também cabe esclarecer que todos os lotes terão o mesmo objeto padronizado, variando somente em quantidades com base no número de unidades escolares englobadas por cada lote, e portanto os tipos de intervenções foram definidos em decomposição de unidades padronizadas, de forma a reduzir a complexidade, nesta perspectiva, indispensável reforçar a demonstração das etapas de serviços padronizados definidos como maior frequência de execução para todos os lotes, que são: administração de obra, serviços preliminares, canteiro de obras, demolição, infra-estrutura, superestrutura, alvenaria, vedações e divisórias, pingadeiras, soleiras e bancadas, cobertura, impermeabilização, instalações elétricas, cabeamento estruturado, spda,



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

sistemas e instalações hidrossanitárias, drenagem, instalações de incêndio, pisos e revestimentos, esquadrias, forros, pinturas e texturas, instalações de gás canalizado – glp, despesas diversas (laudos, projetos, ensaios), urbanização e paisagismo, acessibilidade, limpezas e acessórios, execução de totem, execução de pórtico e manutenção predial preventiva e corretiva.

5.26. É certo que a fixação dos tipos de intervenção de forma padronizada para todos os lotes afasta a ideia de complexidade dos serviços a serem executados, logo, não há que se falar em separação dos tipos de serviços em itens, pois a união de todos os serviços acima descritos se resume no objeto final a ser contratado, prestação de serviços comuns de engenharia, que por certo, qualquer empresa do ramo de construção possui expertise para executar os serviços.

5.27. Todos os lotes estão padronizados e contemplam serviços comuns de engenharia, com base na tabela SINAPI, divergindo somente nos quantitativos, pois estes estão estimados conforme o volume de edificações de cada lote, dessa forma os lotes não terão itens em separado para os tipos de serviço uma vez que a natureza do objeto (serviços comuns de engenharia) não permite fazer essa distinção do ponto de vista técnico operacional. É preciso ter em mente a inviabilidade de separar os tipos de serviços, pois embora a SEDUC não possua o diagnóstico inicial de todas as unidades de forma individualizada, este instrumento não atinge um nível de precisão exata, pois durante a execução poderá haver a necessidade da inclusão de novos serviços, pois novas patologias ocultas poderão surgir.

5.28. Dessa forma, dividir os tipos de serviço é inexequível, uma vez que a depender da necessidade, seria necessário emitir Ordens de Serviços a diferentes empresas em quantidades diferentes com preços diferentes, logo o parcelamento da solução que em tese busca gerar economicidade se aplicado no caso em questão traria justamente o contrário, maior gasto e menor controle. Além do mais não é viável limitar as quantidades aos tipos de serviços, o que traria rigidez e burocracia à execução, o que choca de frente com os objetivos do Governo do Estado.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

5.29. Nessa toada, objetivando minimizar o risco de não conseguir executar o objeto por conta de limites quantitativos e considerando que os itens da tabela SINAPI apresentam padronização de especificação e preço em todos os serviços, decidiu-se por reunir todos os serviços em um único lote para otimizar a execução e atendimento da demanda.

5.30. JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.31. Com relação a qualificação técnica das empresas é preciso salientar que a similaridade entre os serviços que se pretende executar, os quais estão demonstrados através das etapas definidas como as de maior frequência de execução, mesmo que em definição sejam desmembrados entre obras e serviços de engenharia, não necessariamente exigem diferentes qualificações técnicas, a correlação dos serviços discriminados exige o mesmo grau de qualificação sendo que estes se tratam de serviços comuns de engenharia sem complexidade específica de execução.

5.32. Com base nas etapas de serviços já demonstradas foram identificados os itens que apresentavam maior grau de relevância e será exigido como critério de qualificação técnica certidões que contenham um quantitativo mínimo de 40% dos serviços de cobertura e instalações elétricas de acordo com o quantitativo estimado para cada lote.

5.33. DA JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

5.34. A estimativa de quantitativos para este registro de preços seguiu as orientações do Parecer Conjunto CGE/PGE nº 001/2021, *in verbis*:

Um dos itens necessários para viabilização do procedimento é a definição de estimativa de quantitativos a serem registrados na ata. Uma das formas possíveis para isso é inicialmente estimar os quantitativos para uma amostra de prédios utilizados como parâmetro; a partir disso, a estimativa seria extrapolada para os demais prédios objeto da Ata, proporcionalmente as dimensões do prédio usado como parâmetro.

5.35. Como base na metodologia orientada e após as ponderações da Manifestação 399/SGAC/PGE/2021 a equipe técnica catalogou uma amostragem maior de edifícios, onde foram identificadas as principais patologias, bem como a incidência dos serviços com maior frequência de execução.

5.36. Para aprimorar o quantitativo e trabalhar com números reais e exequíveis, foi analisado o histórico de execução dos contratos anteriores, fazendo o cotejo entre a área



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

total construída da rede. Importante frisar que o volume de edificações é vasto, sendo pouco provável conseguir atender a todos eles em um período de um ano, nesta lógica não seria prudente registrar preços para um número ficto que não seria realmente executado pela Administração, trazendo prejuízos aos particulares e afetando diretamente na prestação dos serviços.

5.37. Após todas as análises de amostras e ponderações, levantou-se então a metragem total construída das edificações pertencentes a cada lote, sobre este quantitativo foi aplicado o coeficiente de execução anual, cuja definição baseou-se pelo histórico de execuções dos contratos de manutenção predial vigentes nos anos anteriores e na capacidade orçamentária e administrativa da SEDUC.

5.38. Esse coeficiente leva em consideração que para um lote com uma metragem de 100.000,00 m² a SEDUC consegue executar 10% nas unidades localizadas no interior e 20% na região metropolitana, uma vez que as unidades localizadas nos centros urbanos sofrem mais danificações do que as localizadas no interior do estado, estando isso relacionado com os fatores comportamentais e sociais do público usuário, conforme já relatado acima.

5.39. O coeficiente também serviu para limitar o valor da contratação e aproximá-lo de uma realidade exequível, afim de que os preços sejam justos para não afetar na qualidade do serviço. O quantitativo estimado foi pensado na execução para um período de um ano, vez que ao registrar um quantitativo exequível dentro do período do registro a SEDUC pretende evitar a distorção nos valores ofertados pelos particulares.

5.40. Importante salientar que este é o primeiro registro de preços feito pela SEDUC para este tipo de serviço e, portanto, não há parâmetros sólidos para realizar comparações concretas, por esse motivo, nas próximas licitações o coeficiente poderá ser aprimorado ao longo dos anos, pois este é um serviço contínuo e de extrema necessidade à conservação dos edifícios, sem os quais não há como manter as atividades precípuas desta pasta.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

6. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

2021 – Recurso Estadual

Unidade Orçamentária: **14.101 – Secretaria de Estado de Educação**

Programa: **527 - Aprendizagem em foco.**

Projeto Atividade: **2217 - Reforma e ampliações de espaços educacionais**

Região: **9900**

Natureza de Despesa serviços de terceiros - (custeio): **3.3.90.39.000**

Natureza de Despesas com investimento: **4.4.90.51.000**

Fonte: **120 e 110**

DEFINIÇÕES:

Serão considerados serviços de terceiros as despesas com:

- a. Reparos, consertos, revisões, pinturas, reformas e adaptações de bens imóveis sem que ocorra a ampliação do imóvel;*
- b. Reparos em instalações elétricas e hidráulicas;*
- c. Reparos, recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris; e*
- d. Manutenção de elevadores, limpeza de fossa e afins.*

Quando a despesa ocasionar a ampliação relevante do potencial de geração de benefícios econômicos futuros do imóvel, tal despesa deverá ser considerada como obras e instalações, portanto, despesas com investimento. (Item 4.6.1.3, página 113, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição).

Para atender as demandas desta contratação haverá a necessidade de suplementação orçamentária.

7. DA CONFIRMAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

Declaramos que os recursos orçamentários para cobertura das despesas decorrentes das futuras aquisições dos produtos e serviços registrados, objeto desta licitação, serão disponibilizados no orçamento anual deste exercício e posteriores, no Plano de Trabalho Anual da Superintendência de Obras – SUOB/SAIP/SEDUC, garantindo a realização desta licitação.

KARINA FRANCA GARCIA

Secretária Adjunta de Infraestrutura e Patrimônio
SAIP/SEDUC/MT



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

8. DAS ESPECIFICAÇÕES/DETALHAMENTO TÉCNICO DOS SERVIÇOS

- 8.1. **Empresa capacitada** – organização que tenha recebido capacitação, orientação e responsabilidade de profissional habilitado, e que trabalhe sob responsabilidade de profissional habilitado – que atende ao disposto no subitem 19.3 deste termo de referência alusivo à qualificação técnico-profissional.
- 8.2. **Empresa especializada** – organização ou profissional liberal que exerce a função na qual são exigidas qualificação e competência técnicas específicas.
- 8.3. **Profissional habilitado** – trabalhador que possui registro no competente conselho de classe e que atende ao disposto no subitem 19.4 deste termo de referência alusivo à qualificação técnico-profissional.
- 8.4. **Conservação** – conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previsto no projeto. (ORIENTAÇÃO TÉCNICA - OT - IBR 002/2009 OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP).
- 8.5. **Reforma** - consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual. (ORIENTAÇÃO TÉCNICA - OT - IBR 002/2009 OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP).
- 8.6. **Intervenção** – implica nas alterações das características originais do prédio e, de maneira geral, em melhoria do imóvel. Neste mesmo sentido não serão tópicos, podendo ser dotadas de generalidade em relação ao imóvel. A possibilidade da realização desses tipos de intervenções vem justamente pela decomposição em unidade padronizadas, de forma a reduzir a complexidade. (Parecer conjunto CGE/PGE nº 01/2021).
- 8.7. **Manutenção preventiva** – caracterizada por serviços que cuja realização seja programada com antecedência, priorizando as solicitações dos usuários, estimativas de durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência, e relatórios de verificações periódicas sobre o seu estado de degradação.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 8.8. **Manutenção corretiva** – caracterizada por serviços que demandam ação ou intervenção imediata a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários. Inclusive serviços de intervenções de ajustes e adaptações em componentes construtivos de ambientes, com atualizações técnicas das instalações e incrementos de seus níveis de desempenho, proporcionando acréscimos na vida útil e na funcionalidade da edificação.
- 8.9. **Manutenção de urgência** – são considerados serviços corretivos que a **CONTRATADA** deverá iniciar a execução em até 72 (setenta e duas) horas após a emissão da Ordem de Execução de Serviço (OES) pela **CONTRATANTE**.
- 8.9.1. Serviços de urgência são considerados de segunda prioridade de atendimento, sendo a primeira prioridade de atendimento as solicitações de emergência.
- 8.9.2. Todo e qualquer serviço solicitado por manutenção de urgência deverá possuir justificativa técnica da **FISCALIZAÇÃO** que indiquem a qual tipo de risco está associado, como risco a vida, risco ao meio ambiente, risco de danos ao patrimônio, risco de paralisação das atividades nas unidades e risco aos usuários, acompanhado de registro fotográfico da situação.
- 8.9.3. Urgência – problemas que **podem causar danos** tanto para a edificação quanto para os usuários.
- 8.10. **Manutenção de emergência** - são considerados serviços corretivos que a **CONTRATADA** deverá executar de **imediato** após a emissão da Ordem de Execução de Serviço (OES) pela **CONTRATANTE**.
- 8.10.1. Após comunicada a ocorrência à **CONTRATADA**, esta possuirá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para realização de vistoria técnica in loco e entrega de planilha-proposta orçamentária para avaliação da **FISCALIZAÇÃO**.
- 8.10.2. Todo e qualquer serviço solicitado por manutenção de emergência deverá possuir justificativa técnica da **FISCALIZAÇÃO** que indiquem a qual tipo de risco está associado, como risco a vida, risco ao meio ambiente, risco de danos ao



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

patrimônio, risco de paralisação das atividades nas unidades e risco aos usuários, acompanhado de registro fotográfico da situação.

8.10.3. Emergência - problemas **que causam danos** tanto para a edificação quanto para os usuários.

8.11. **Projeto Executivo** – o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. (LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993).

8.12. **Projeto Básico** - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados; LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 8.13. As necessidades de serviços serão levantadas pela **CONTRATADA** “in loco”.
- 8.14. Quando necessário e definido pela equipe técnica, a Secretaria de Estado de Educação será responsável pela elaboração do Projeto Básico a ser fornecido para que a **CONTRATADA** execute os serviços definidos.
- 8.15. As conservações, reformas, intervenções e manutenções consistem na prestação de serviço, sob demanda, nos sistemas integrados às instalações prediais.
- 8.16. Os componentes de edificação (conservação predial) abrangidos na manutenção, reforma e intervenções, objeto deste Termo de Referência, constituem, em sua maioria, os seguintes sistemas e atividades que seguem.
- 8.16.1. **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDE ESTABILIZADA E LÓGICA.**
- 8.16.1.1. Os reparos ou substituições que se fizerem necessários em lâmpadas, reatores, disjuntores, fusíveis, chaves magnéticas, terminais e contadores, entre outros;
- 8.16.1.2. Adequações nas instalações elétricas existentes;
- 8.16.1.3. Adequação dos circuitos da rede de instalação elétrica existente, desde que a carga a ser instalada não ultrapasse os limites estabelecidos pelas características das instalações e normas técnicas brasileiras, sob orientação de responsável técnico;
- 8.16.1.4. Substituições e reparos necessários nas instalações elétricas, rede estabilizada para sua adequação à norma e legislação brasileira;
- 8.16.1.5. Substituições e reparos necessários nas instalações elétricas, rede estabilizada para aumento de eficiência energética, da segurança dos usuários e redução e otimização dos procedimentos de operação e manutenção.
- 8.16.1.6. Realizar a limpeza das luminárias internas, externas e de emergência, com substituição de peças avariadas (reatores, soquetes, vidros e acrílicos de proteção, entre outros);
- 8.16.1.7. Substituição e/ou reparos da iluminação interna e externa;
- 8.16.1.8. Reparar ou substituir as fiações, interruptores, tomadas elétricas, telefônicas e acionadores de alarmes;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 8.16.1.9. Reparar ou substituir as instalações de rede estabilizada (fiação, tomadas e conexões);
- 8.16.1.10. Reparar, substituir ou adequar as instalações na rede lógica (cabos, conexões, entre outros);
- 8.16.1.11. Realizar manutenção e instalação de transformadores;
- 8.16.1.12. Fornecimento e instalação de padrão de entrada de energia, em caráter de emergência;
- 8.16.1.13. Realizar a instalação de aparelhos de ar condicionado (sem fornecimento do equipamento);
- 8.16.1.14. Adequação de sistema de drenos do ar condicionado;
- 8.16.1.15. Substituir ou realizar a manutenção em equipamentos que apresentem aquecimento e mal funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e das chaves contadores;
- 8.16.1.16. Substituir ou realizar a manutenção em equipamentos que apresentem aquecimento e mal funcionamento dos disjuntores DIN;
- 8.16.1.17. Corrigir ruídos elétricos ou mecânicos anormais nos quadros gerais e estabilizadores;
- 8.16.1.18. Apresentar relatório de Medição e registro da amperagem nos alimentadores em todas as saídas dos disjuntores termomagnéticos, substituindo-os, quando solicitado;
- 8.16.1.19. Realizar as adequações que se fizerem necessárias para garantia das condições limites de amperagem máxima permitida para a proteção dos cabos e inspeção do isolamento dos cabos;
- 8.16.1.20. Corrigir aquecimento nos cabos de alimentação, contadores e disjuntores por meio de termografia;
- 8.16.1.21. Realizar limpeza interna e externa dos quadros;
- 8.16.1.22. Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar quadro geral;
- 8.16.1.23. Limpeza, manutenção ou adequação de isoladores e conexões;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 8.16.1.24. Reapertar parafusos de contato dos disjuntores, barramentos, seccionadores, contadores, conexões e terminais, entre outros;
- 8.16.1.25. Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar sistema de aterramento, com base nos limites normalizados;
- 8.16.1.26. Corrigir pontos de ferrugem e corrosão;
- 8.16.1.27. Substituir ou instalar lâmpadas/leds de sinalização nos quadros de comando;
- 8.16.1.28. Substituir, realizar manutenção ou instalar sinalizadores visuais e sonoros do painel;
- 8.16.1.29. Baterias de emergência:
- a) Realizar manutenção em terminais e conexões;
 - b) Reapertar conexões;
 - c) Realizar a proteção dos terminais com graxa não oxidante ou vaselina;
 - d) Realizar a adição de água destilada para correção do nível de eletrólito, se necessário;
 - e) Realizar a limpeza externa dos elementos;
 - f) Realizar a verificação da densidade do eletrólito;
 - g) Promover, sempre que necessário ou recomendado pelo **CONTRATANTE**, os reparos, consertos ou substituições detectadas nas verificações expostas, utilizando-se da equipe de profissionais da **CONTRATADA**.
- 8.16.1.30. Isoladores, para-raios e redes de aterramento:
- a) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar fixação ou substituição das cordoalhas, hastes e isoladores, ampliando o sistema quando necessário;
 - b) Medida de isolamento com teste ôhmico;
 - c) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar cabo de terra, tubo de proteção e eletrodo;
 - d) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar o isolamento entre captor e haste;
 - e) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar isolamento das cordoalhas de descida para a terra;
 - f) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar malhas de terra;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- g) Substituir elementos atingidos por oxidação das partes metálicas, estruturas e ligações;
- h) Na ausência do valor de resistência deverá ser executado tratamento químico utilizando terra gel ou bastão químico, quando necessário;
- i) Apresentar laudo de medição antes e após execução da melhoria do sistema de aterramento;

8.16.1.31. Rede estabilizada:

- a) Realizar teste de isolamento e apresentar laudo com resultados quando necessário;
- b) Reapertar de terminais;

8.16.2. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E GASES

8.16.2.1. Os reparos ou substituições que se fizerem necessários em tubulações, torneiras, registros, válvulas, sifões, boias, caixas acopladas, caixas de passagem e de gordura, com vazamentos ou avariados;

8.16.2.2. Adequações nas instalações hidráulicas, sob orientação de projeto e responsável técnico;

8.16.2.3. Substituições e reparos necessários nas instalações hidráulicas, sanitárias e gases para sua adequação à norma e legislação brasileira;

8.16.2.4. Substituições e reparos necessários nas instalações hidrossanitárias para aumento de eficiência no consumo de água e eventual reuso, redução e otimização dos procedimentos de operação e manutenção.

8.16.2.5. Centrais e redes de gases especiais e GLP:

- a) Substituir, reparar, adequar e/ ou instalar sistemas de fixação de segurança dos cilindros em uso e armazenados;
- b) Inspecionar registros, válvulas e manômetros – nível de pressão, apresentando laudos de resultado quando solicitado;

8.16.2.6. Instalações hidrossanitárias:

- a) Substituir, reparar, adequar ou instalar torneiras, válvulas e caixas acopladas de descarga;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- b) Corrigir falhas de nível do reservatório inferior e superior;
- c) Substituir, reparar, adequar ou instalar lavatórios, pias e aparelhos sanitários;
- d) Substituir, reparar, adequar ou instalar registros, torneiras, metais sanitários e acessórios;
- e) Substituir, reparar, adequar ou instalar calhas e drenos ou executar a limpeza e desobstrução nas existentes;
- f) Realizar a manutenção em bebedouros ou suas instalações;
- g) Operar, ligar e desligar as bombas e boias de recalque de água tratada, de águas pluviais, de incêndio e de esgoto.

8.16.2.7. Abastecimento, reservatórios, barrilete e bebedouros:

- a) Realizar a inspeção dos cavaletes, hidrômetros, leitura e registro da medição de consumo d'água, apresentando laudo de resultados;
- b) Realizar a inspeção e os reparos necessários em medidor de nível, torneira de boia, extravasor, registros de válvulas de pé e de retenção;
- c) Realizar a inspeção do sistema automático de funcionamento das bombas;
- d) Inspeção do barrilete;
- e) Realizar o controle e registro do nível de água para verificação de vazamentos;
- f) Realizar a inspeção e os reparos necessários das tubulações imersas na água;
- g) Substituir ou instalar filtros do circuito de água gelada dos bebedouros, substituindo, se necessário.

8.16.2.8. Válvulas e caixas de descarga:

- a) Realizar as regulagens e reparos dos elementos componentes.

8.16.2.9. Registros, torneiras e metais sanitários:

- b) Reparos de vazamento com troca de guarnição, aperto de gaxeta e substituição do material completo.

8.16.2.10. Rede de tubulações (tubos, conexões, ventilações, fixações e acessórios):

- a) Substituir elementos que apresentem corrosão;
- b) Inspecionar vazamentos;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- c) Realizar limpeza e desobstrução;
- d) Reparar trechos e de fixações, inclusive repintura;
- e) Substituir, reparar, adequar ou instalar tubos e conexões;
- f) Substituir, reparar, adequar ou instalar tubulações das colunas de água.

8.16.2.11. Válvulas reguladoras de pressão e bombas hidráulicas:

- a) Inspeção de funcionamento;
- b) Inspeção das gaxetas, manômetros e ventilação do ambiente;
- c) Lubrificar rolamentos, mancais e outros;
- d) Verificar e testar o funcionamento do comando automático;

8.16.2.12. Caixas de inspeção, caixas coletoras, caixas de gordura e caixas de decantação:

- a) Inspecionar e realizar os reparos e adequações que se fizerem necessárias;

8.16.2.13. Calhas, rufos e condutores:

- a) Inspeção de vazamento;
- b) Substituir, reparar, adequar trechos e de fixações;
- c) Substituir, reparar, adequar as uniões, calhas, rufos e tubos;
- d) Realizar a pintura das calhas, rufos e condutores metálicos.
- e) Realizar vedações;
- f) Realizar limpeza;
- g) Substituir, reparar adequar e/ou instalar condutores de águas pluviais;

8.16.3. INSTALAÇÕES CIVIS

- a) Os reparos ou substituições que se fizerem necessários em alvenarias, rebocos, pinturas, revestimentos, forros, divisórias, esquadrias, portas, janelas, gradis, muros, guarda-corpo, brises, pisos, contrapisos e piso elevado, entre outros.
- b) Desmontagem, realocação, substituição, descarte e montagem de novas divisórias, inclusive adequações e/ou instalação de alvenarias e divisórias, que não interfiram no projeto de bombeiros existente, se for o caso;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- c) Adequações que se fizerem necessárias nos sistemas das coberturas das unidades, inclusive, se for o caso, empregar materiais que apresentem melhor desempenho sob orientação da **FISCALIZAÇÃO** com análise técnica da estrutura existente.
- d) Substituições, reparos ou execuções necessárias nas instalações civis para sua adequação à norma e legislação brasileira;
- e) Substituições e reparos necessários nas instalações civis para aumento de qualidade ambiental, ergonomia, funcionalidade, segurança dos usuários e otimização dos procedimentos de operação e manutenção.
- f) Executar pintura, texturas e rebocos, incluindo artes, correção de umidades, com reparo dos elementos danificados;
- g) Substituir, reparar ou fixar pedras naturais.
- h) Substituir, reparar, adequar ou instalar brises das fachadas;
- i) Revitalizar quadras esportivas, pátios externos e jardins.
- j) Reparar, adequar ou executar calçadas;
- k) Executar as adequações necessárias para atendimento das normas de acessibilidade;
- l) Realizar a limpeza e retirada de entulhos da edificação;
- m) Substituir, reparar ou fixar forro de madeira, pvc ou gesso;
- n) Substituir ou instalar vidros das fachadas, caixilhos, portas e janelas, com reparo e troca dos elementos danificados.
- o) Corrigir alvenarias e componentes estruturais verificando a existência de trincas, rachaduras, descolamentos, entre outros, inclusive nos elementos de revestimento, com reparo mediante orientação técnica ou indicação de contratação de laudos e serviços especializados;
- p) Reparar, adequar ou revitalizar paredes externas/fachadas e muros, com a reconstrução quando necessário, ou as alterações para sistemas ou elementos que apresentem um melhor desempenho ou modernização, mediante orientação técnica dos padrões adotados pela Secretaria;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- q) Substituir, reparar, adequar ou instalar revestimentos de parede, piso e teto, azulejos, lambris de madeira, laminados fenólicos melamínicos, gesso, pintura com reparo dos elementos danificados, obedecendo aos padrões técnicos recomendados;
- r) Reparar, adequar ou realizar as substituições que se fizerem necessárias em cobertura, verificando a integridade estrutural dos componentes, vedações, fixações, reconstituindo e tratando onde necessário;
- s) Reparar, adequar ou realizar sistema de impermeabilização das áreas molhadas internas e externas, piscinas, reservatórios, coberturas, jardins, espelhos d'água verificando sua integridade e reconstituindo a proteção mecânica, sinais de infiltração ou falhas da impermeabilização exposta;
- t) Reparar, adequar ou executar rejuntamentos e vedações verificando a integridade e reconstituindo os rejuntamentos internos e externos dos pisos, paredes, peitoris, soleiras, ralos, peças sanitárias, chaminés, grelhas de ventilação e outros elementos;
- u) Corrigir falhas de vedação e fixação das esquadrias em geral, guarda corpos, gradis, muro, cercas, reconstituindo ou reinstalando sua integridade, onde necessário;
- v) Reparar, adequar, limpar ou implantar sistema de drenos;
- w) Reparos das esquadrias e elementos de madeira, se necessário, pintar, encerar, envernizar, executar tratamento recomendado pelo fornecedor ou substituir;
- x) Reparos das esquadrias e elementos de ferro, se necessário, pintar, executar tratamento específico recomendado pelo fornecedor ou substituir;
- y) Reparos de demais elementos danificados pertencentes à edificação quando necessário.

8.16.4. INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO

Reparar, substituir, adequar e/ou instalar componentes e elementos do sistema existente conforme serviços descritos a seguir.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 8.16.4.1. Recarga de extintores;
- 8.16.4.2. Placas de sinalizações – saída/escada/rota de fuga / casa de bomba/brigada de incêndio/indicação sirene/indicação alarme (Todas com símbolos, cores e pictogramas e medidas em conformidade com NBR12434);
- 8.16.4.3. Acionador manual para alarme, tipo quebra vidro, com martelo;
- 8.16.4.4. Sirene eletrônica, 12v, alarme de emergência;
- 8.16.4.5. Central de alarme IPA, 12 laços, com bateria;
- 8.16.4.6. Cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais cor vermelha;
- 8.16.4.7. Tubulação para colocar os fios dentro;
- 8.16.4.8. Luva para eletroduto, pvc, vermelho, para incêndio, DN 25 mm (1");
- 8.16.4.9. Caixa de incêndio abrigo de mangueira 60x90x17cm;
- 8.16.4.10. NIPLE, em ferro galvanizado, DN 65 (2 1/2"), conexão rosqueada;
- 8.16.4.11. Registro/válvula globo angular 45 graus em latão para hidrantes de incêndio predial DN 2.1/2", com volante, classe de pressão de até 200 PSI - fornecimento e instalação;
- 8.16.4.12. Quadro de comando para bomba 4cv completo;
- 8.16.4.13. Conjunto de mangueira para combate a incêndio em fibra de poliéster pura, com 1.1/2", revestida internamente, com 1 lances de 30m cada - tipo 2;
- 8.16.4.14. Adaptador STORZ para engate rápido 2 1/2 x 1 1/2 com tampão e corrente (incêndio), com chave para conexão de mangueira tipo STORZ engate rápido;
- 8.16.4.15. Tubo de aço galvanizado 2 1/2";
- 8.16.4.16. Adaptador 100 mm 2 1/2";
- 8.16.4.17. Cotovelo de 90 2 1/2";
- 8.16.4.18. TÊ 2.1/ 2";
- 8.16.4.19. Adaptador engate rápido STORZ c/ tampa - roscas internas 2.1/2"
- 8.16.4.20. Chave para conexão de mangueira tipo STORZ engate rápido;
- 8.16.4.21. Esguicho jato sólido regulável diâmetro 38 mm/ com engate diâmetro de 40 mm;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 8.16.4.22. Registro globo 45 DN 65 mm;
- 8.16.4.23. NIPLE paralelo em ferro maleável 2.1/2";
- 8.16.4.24. Registro globo 45 DN 65 mm;
- 8.16.4.25. Curva macho - fêmea 2.1/2";
- 8.16.4.26. Registro bruto de gaveta;
- 8.16.4.27. Aplicação de tinta à base de epóxi sobre piso;
- 8.16.4.28. Manutenção hidrantes;
- 8.16.4.29. Manutenção central de alarme - sirenes e alarme;
- 8.16.4.30. Aplicação de tinta à base de epóxi sobre piso;
- 8.16.4.31. Hidrante recalque;
- 8.16.4.32. Caixa de incêndio 45x75x17cm - fornecimento e instalação;
- 8.16.4.33. NIPLE, em ferro galvanizado, dn 65 (2 1/2"), conexão rosqueada, instalado em prumadas;
- 8.16.4.34. Cotovelo 45° de aço galv. (2.1/2");
- 8.16.4.35. Registro de gaveta;
- 8.16.4.36. Válvula de retenção;
- 8.16.4.37. Tampa de ferro 60x40 cm com a inscrição incêndio;
- 8.16.4.38. Caixa enterrada retangular, em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, fundo com brita, dimensões internas 0,50x0,30x0,50m, inclusive tampa de ferro 60x40 cm com inscrição incêndio;
- 8.16.4.39. Acionador manual liga desliga, botoeira, tipo quebra vidro, para acionamento da bomba do hidrante;
- 8.16.4.40. Bomba de incêndio;
- 8.16.4.41. Chave de partida para bomba;
- 8.16.4.42. Luminária de emergência 30 leds, potência 2 w, bateria de lítio, autonomia de 6 CR;
- 8.16.4.43. Luminária de emergência 24 leds, potência 32 w, bateria de lítio, bloco autônomo de 960 lumens.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 8.17. E quaisquer outras tarefas que se fizerem necessárias para o bom funcionamento das unidades escolares do estado e suas sedes vinculadas que não especificadas aqui.
- 8.18. Os serviços executados terão garantia contados do recebimento definitivo conforme prazos que seguem.
- 8.18.1. Garantia das peças, materiais e equipamentos conforme fabricante.
- 8.18.2. Garantia da execução dos serviços de acordo com os prazos máximos de realização de manutenção preventiva dos sistemas em conformidade com o disposto no **ANEXO XV** deste termo de referência.
- 8.19. Durante o prazo de garantia, a **CONTRATADA** ficará obrigada a reparar qualquer vício relacionado a má execução dos serviços, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a **CONTRATANTE**.
- 8.20. O recebimento não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados.
- 8.21. Em qualquer caso, a **CONTRATADA** deverá arcar com todos os procedimentos necessários à solução do problema, e ao final, solicitar pagamento dos custos dos materiais e peças com base no preço proposto.
- 8.22. A retirada de motores, bombas, transformadores ou qualquer outro equipamento para a realização de reparos somente poderá ser efetuada pela **CONTRATADA**, após comunicação ao **FISCAL DO CONTRATO** e autorização do responsável pelo setor, os quais deverão ser devolvidos ao local de origem e instalados, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.
- 8.23. Serão objeto das intervenções previstas neste termo de referência os ambientes internos e externos das edificações das unidades pertencentes aos Lotes, **ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**, de acordo com as ordens de serviços emitidas pela **CONTRATANTE**.
- 8.24. Durante a execução do Contrato, quando houver alterações nas áreas ocupadas, ocorrência de mudança de endereço das Unidades da SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, ou inclusão/exclusão de novas áreas, estas serão informadas à **CONTRATADA**;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 8.25. A **CONTRATADA** deverá fazer a movimentação de móveis e equipamentos, eventuais desmontagens e remontagens de móveis, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos além de protegê-los com manta plástica. A **CONTRATADA** deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local;
- 8.26. Na execução devem ser observadas as especificações gerais e as indicações de relatórios, as prescrições ambientais, e ainda as normas brasileiras da ABNT aplicáveis.

9. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1. Os serviços efetuados serão objetos de constante avaliação com o escopo de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da **CONTRATADA**;
- 9.2. Os serviços considerados defeituosos deverão ser corrigidos imediatamente;
- 9.3. Após a comunicação formal do término dos serviços, o **FISCAL DO CONTRATO** efetuará o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** em até **30 (trinta) dias úteis**, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente contrato, os quais deverão ser sanados pela **CONTRATADA** fixando prazo para correção;
- 9.4. Em até **60 (sessenta) dias** após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o termo de **RECEBIMENTO DEFINITIVO**.
- 9.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura de medição única ou final deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- 9.5.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a **CONTRATADA** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha de medição, memória de cálculo, registro fotográfico (relacionados a cada item medido) e memória de cálculo detalhada.
- 9.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 9.6. A **CONTRATADA** também apresentará, na medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 9.7. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de **FISCALIZAÇÃO** após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 9.7.1. A **CONTRATANTE** realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 9.7.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o **FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO** irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à **CONTRATADA**, registrando em relatório a ser encaminhado ao **GESTOR DO CONTRATO**.
- 9.7.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à **FISCALIZAÇÃO** não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 9.7.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela **CONTRATADA** não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

9.7.6. Apresentação pela **CONTRATADA** de planilha “*as built*” para conferência do **FISCAL DO CONTRATO**.

9.7.7. Apresentação de planta “*as built*” em .pdf e .dwg solicitada pelo **FISCAL DO CONTRATO**, quando for o caso.

10. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

10.1. Entende-se como unidades escolares estaduais e sedes vinculadas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC qualquer edificação, própria ou de terceiros, onde são prestadas as atividades de ensino e administrativas, conforme relação de municípios constantes no **ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA**.

10.2. Qualquer nova edificação, própria ou de terceiros, que vier a ser inserida no rol das edificações em uso pela SEDUC durante a vigência do contrato, o integrarão automaticamente. Da mesma forma as edificações excluídas estarão fora do contexto da contratação.

10.3. Após a celebração do contrato, a **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e retirar a ordem de serviços no prazo de até 3 dias uteis, contados do recebimento da convocação formal (através de e-mail oficial a ser informado pela **CONTRATADA**).

10.4. A **FISCALIZAÇÃO** informará a **CONTRATADA**, quando houver demanda de serviços, por meio eletrônico (e-mail), por documento nominado de **ORDEM DE LEVANTAMENTO DE SERVIÇOS - OLS**.

10.4.1. A **CONTRATADA** deverá providenciar a visita técnica in loco para levantamento dos serviços a serem executados, conforme prazos máximos pré-estabelecidos a seguir, podendo ser reduzidos conforme a necessidade e decisão do **FISCAL DE CONTRATO**:

- a) Conservação Predial – 10(dez) dias corridos após a solicitação da **FISCALIZAÇÃO**;
- b) Reforma – 10(dez) dias corridos após a solicitação da **FISCALIZAÇÃO**;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- c) Manutenção Preventiva – 10(dez) dias corridos após a solicitação da **FISCALIZAÇÃO**;
- d) Manutenção Corretiva – 7(sete) dias corridos após a solicitação da **FISCALIZAÇÃO**;
- e) Manutenção Urgência – 72(setenta e duas) horas após a solicitação da **FISCALIZAÇÃO**.
- f) Manutenção de Emergência – 48(quarenta e oito) horas após a solicitação da **FISCALIZAÇÃO**.
- g) Demais intervenções - 48(quarenta e oito) horas após a solicitação da **FISCALIZAÇÃO**.

10.4.2. Após realização da vistoria técnica, identificada a necessidade de elaboração de projeto básico a contratada deverá informar imediatamente a equipe de fiscalização, para que esta realize a solicitação de elaboração do projeto à Superintendência de Obras.

10.4.3. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a elaboração de projetos executivos que se fizerem necessários no decorrer da execução dos serviços.

10.4.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar, obrigatoriamente, para análise da **FISCALIZAÇÃO**:

- a) Relatório fotográfico, conforme modelo do **ANEXO XI DO TERMO DE REFERÊNCIA** das necessidades levantadas;
- b) Planilha orçamentária completa (Resumo, Sintética, Composições de Custos Unitários, Composições de BDI, Mapa de Cotações) com SINAPI vigente da data de elaboração do orçamento no Estado de Mato Grosso (sem desoneração);

- 1. Será admitido a utilização do mês anterior de referência SINAPI (comparado a uma atualização), quando o “Site” da Caixa Econômica disponibilizar uma atualização com data de até 05 (cinco) dias corridos da data prevista para a entrega da planilha. Sendo que tabela SINAPI utilizada para apresentação



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

da proposta do levantamento será a vigente durante todo o período da O.S. (Ordem de Serviço).

- c) Planilha de composições de custos unitários próprias para análise da **FISCALIZAÇÃO**, somente quando não houver o serviço e/ou insumo na tabela SINAPI vigente, se for o caso;
- d) Cronograma físico-financeiro;
- e) Memorial de cálculo de cada serviço inserido em planilha orçamentária.
- f) Projeto executivo, acompanhado de ART e RRT, quando for o caso;

10.5. Os serviços serão executados, no período e locais indicados pelo **CONTRATANTE**, através de “Ordem de Serviços – O.S.”

10.6. Anterior à liberação da O.S deverão ser aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**, obrigatoriamente, a emissão dos documentos relacionados no subitem 10.4.2 deste Termo de Referência.

10.6.1. Em caso de não aprovação dos documentos pela **FISCALIZAÇÃO**, a **CONTRATADA** deverá reapresentar os documentos relacionados no subitem 10.4.2 deste termo de referência escoimados dos vícios apontados pela **FISCALIZAÇÃO**.

10.7. Os prazos para término dos serviços estarão vinculados ao cronograma de execução fornecido pela **CONTRATADA**, devidamente aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**, devendo ainda, ser iniciado após o recebimento da O.S., conforme prazos pré-estabelecidos pelo **FISCAL** na O.S., que será emitida somente após aprovação dos custos e quantitativos, com o devido valor empenhado e termo contratual celebrado para o respectivo Lote;

10.7.1. Fica estabelecido que a logística cronológica para o início da execução dos serviços será estabelecida entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, e constará na O.S., uma vez que esta análise depende de vários fatores, como: situação de emergência, estrada, pontes, urgência da execução ou não, demanda de trabalho nas unidades, dentre outros.

10.7.1.1. Os valores dos contratos deverão ser autorizados pelo **FISCAL DO CONTRATO**, em conjunto com a Superintendência de Obras, por meio de Ordem de Serviços, até o limite do valor estimado por lote;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

10.8. Das prioridades dos serviços:

10.8.1. A **CONTRATADA** deverá atender a toda e qualquer solicitação da **FISCALIZAÇÃO** para realização de manutenções preventivas e corretivas ou ações emergenciais, de acordo com a urgência requerida;

10.8.2. No ato da assinatura do contrato deverão ser informados e-mail, telefones fixo e celular do Responsável(eis) Técnico(s) da **CONTRATADA** para esse contrato, disponíveis para atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, qualquer dia da semana, independentemente de ser feriado, fim de semana ou dia útil. Qualquer alteração nesses números deverá ser previamente comunicada ao **FISCAL DO CONTRATO**, com a antecedência necessária para garantir a comunicação ininterrupta entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA**.

10.8.3. A **FISCALIZAÇÃO** informará nas Ordens de Serviço o prazo máximo para conclusão dos serviços solicitados, prazo que deverá ser cumprido pela **CONTRATADA**.

10.8.4. As eventuais solicitações de dilação de prazo deverão ser encaminhadas à **FISCALIZAÇÃO**, devidamente justificadas, pelo menos 10 (dez) dias úteis antes de findo o prazo na ordem de serviço, o qual passará pela avaliação e autorização do **FISCAL DO CONTRATO**, o qual deverá dar retorno a empresa no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação de dilação.

10.9. Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 horas e, quando for o caso, realizá-los em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da O.S.;

10.9.1. Consideram-se reparos corretivos emergenciais aqueles que caracterizem situações de risco, iminência de acidentes, aqueles ocasionados por descargas atmosféricas, quedas de árvores, acidentes, que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais e aqueles que ocasione a interrupção dos serviços (educacional e/ou administrativo);

10.10. Os serviços que não tenham sido autorizados formalmente serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer alegação em contrário;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

10.11. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo **FISCAL DO CONTRATO**.

10.12. Os serviços executados deverão ter garantia conforme subitem 8.11 contado a partir do termo de recebimento definitivo - TRD. Durante o prazo de garantia, a **CONTRATADA** ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionado à má execução dos serviços, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o **CONTRATANTE**.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO:

11.1. Em conformidade com o art. 72 da Lei 8666/1993 e art. 48 da LC 123/06 segue os parâmetros deste termo de referência em relação a subcontratação.

11.2. É permitida a subcontratação Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para execução parcial do objeto, até o limite de 30,00%(trinta por cento) do valor total da O.S. (Ordem de Serviço), nas seguintes condições:

11.2.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

11.2.2. É permitida somente em caso de serviço que necessita de empresa ou profissional especializado.

11.3. A subcontratação depende da autorização prévia da Contratante, a quem incube avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

11.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. O período de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do referido documento.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

12.2. Os Contratos oriundos da Ata de Registro de Preços poderão ter sua vigência prorrogada, amparada pelo §1º do Art. 57 da Lei 8.666/93, desde que a solicitação esteja devidamente justificada pela área demandante e, desde que haja saldo orçamentário para sua efetivação.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

13.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do **CONTRATANTE**, contados da assinatura do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

13.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

13.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 13.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.
- 13.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 13.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **CONTRATANTE**, com correção monetária, se for o caso.
- 13.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 13.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 13.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 13.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 13.11. A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 13.12. Será considerada extinta a garantia:
- 13.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 13.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

13.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

13.14. A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

14. DA ESTIMATIVA DE VALORES DESTINADOS AOS POLOS

14.1. A estimativa de valores de cada lote consta no **ANEXO II** deste termo de referência, bem como a planilha orçamentária quantitativa das composições representativas a serem executadas, encontra-se em anexo juntamente com a planilha exemplo das composições SINAPI E PRÓPRIAS utilizada para obtenção do valor dos lotes; ficando a estimativa de custos aquele previsto para o exercício financeiro na qual viger a presente Ata de Registro de Preços.

15. DA PROPOSTA

15.1. As propostas serão avaliadas para cada um dos 25 (vinte e cinco) existentes e será considerada vencedora, a empresa que ofertar o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** (com duas casas decimais) sobre a Planilha SINAPI (sem desoneração) vigente no estado de Mato Grosso (cada Lote);

15.2. Quando da contratação, o **percentual de desconto ofertado** sobre a tabela SINAPI e o **percentual de BDI** deverão, obrigatoriamente, ser replicados a todos os itens, individualmente, que por ventura venham a fazer parte da planilha quantitativa de serviços levantada para cada unidade do respectivo Lote, sendo ela através das composições e insumos SINAPI **vigentes** para o Estado de Mato Grosso ou, na ausência destes na composição própria (se for o caso, somente com avaliação e aprovação da **FISCALIZAÇÃO**) com cotação de mercado.

15.3. Tabela SINAPI a ser considerada é a vigente no Estado de Mato Grosso, sem desoneração.

15.4. Como a Planilha SINAPI possui uma grande variedade de possibilidades de serviços e materiais passivos de serem solicitados, destacamos no **ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**, 10 (dez) Serviços que deverão ter sua comprovação de exequibilidade pela



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

Empresa classificada, através do desconto ofertado como proposta (duas casas decimais). Fica estabelecido que os subitens que compõe os 10 Serviços constantes do Anexo IV deverão ser preenchidos manualmente (apenas os espaços em verde), também com duas casas decimais no seu lançamento. O total do item deverá corresponder ao percentual de desconto ofertado na proposta. As fórmulas utilizadas deverão ser truncadas conforme padrão TCU.

15.4.1. Em razão da dificuldade no preenchimento da planilha constante do **ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA** será admitido para obtenção do preço unitário a utilização do mês anterior de referência SINAPI (comparado a uma atualização), quando o “Site” da Caixa Econômica disponibilizar uma atualização com data de até 05 (cinco) dias corridos da data prevista para o Pregão Eletrônico.

15.5. O percentual de BDI fixado para cada Lote consta no **ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA**, não podendo este ser pela proponente.

15.6. A Superintendência de Obras avaliará a planilha demonstrativa fornecida pela Empresa (conforme **ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**) e, encontrando alguma inviabilidade de execução em pelo menos 01 (um) dos serviços apresentados (será comparado os valores apresentados com cotações, no mercado do Estado de Mato Grosso, de fornecedores para CNPJ, além da composição de custos para os profissionais que compõe os serviços que constam na planilha – referência para o Estado de Mato Grosso), desclassificará a empresa proponente, chamando a empresa subsequente;

15.6.1. Será comparado os valores apresentados para os profissionais com o piso salarial especificado na convenção coletiva anterior (comparado a uma atualização), quando o “Site” SINDUSCON MATO GROSSO (trabalhadores da construção civil) disponibilizar uma atualização com data de até 05 dias corridos da data prevista para o Pregão Eletrônico;

15.7. **O desconto ofertado aumentará o poder de compra dos serviços necessários, uma vez que o valor estimado no respectivo Lote não sofrerá diminuição;**

15.8. No desconto percentual já deverão estar previstas e inclusas todas as despesas relativas a **impostos, taxas, fretes e demais encargos** pertinentes ao escopo desta contratação;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 16.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo **FISCAL DO CONTRATO**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 16.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a **CONTRATANTE** autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 16.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 16.4. Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, no regime desta contratação, sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 16.5. **A CONTRATADA**, no momento do recebimento da Ordem de Execução de Serviços (OES), deverá apresentar a relação de pessoal técnico que irá executar os serviços especificados na respectiva unidade;
- 16.6. Caso a **CONTRATADA** seja vencedora de dois (02) ou mais lotes para a execução dos serviços, esta deverá dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a cada um dos lotes e manter a execução simultânea dos serviços em 30% das unidades contidas em cada um dos lotes;
- 16.6.1. A **CONTRATANTE** poderá emitir Ordem de Execução de Serviço (OES) simultaneamente, quantas forem necessárias, para dois (02) lotes ou mais;
- 16.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 16.8. Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

resultantes da execução do contrato. Para garantir que a **CONTRATADA** está atendendo as condições da habilitação, ao Órgão/Entidade **CONTRATANTE** cabe, a qualquer tempo, checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento;

16.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE**;

16.10. Comunicar ao **FISCAL DO CONTRATO**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

16.11. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

16.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

16.13. Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

16.15. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

16.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 16.17. Submeter previamente, por escrito, à **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações existentes na unidade.
- 16.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalhador menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 16.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 16.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da **CONTRATANTE**;
- 16.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 16.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela **CONTRATANTE**;
- 16.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá e uniformizados;
- 16.26. Todos os serviços deverão atender as normas de segurança e saúde dos trabalhadores, bem como a utilização obrigatória de EPIs e EPCs correspondentes aos serviços. A contratada deverá assim:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 16.26.1. Garantir o cumprimento da Norma Regulamentadora nº 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade por todos os funcionários da contratada, durante a execução de todos os serviços por ela disciplinados que fazem parte do contrato;
- 16.26.2. Garantir o cumprimento da Norma Regulamentadora nº 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção por todos os funcionários da contratada, durante a execução de todos os serviços por ela disciplinados que fazem parte do contrato;
- 16.26.3. Dar atenção prioritária aos serviços relacionados à prevenção e segurança, que deverão ser caracterizados como manutenção corretiva de emergência.
- 16.26.4. Todos os empregados do CONTRATADO deverão desenvolver suas atividades devidamente IDENTIFICADOS E UNIFORMIZADOS, exceção feita ao engenheiro.
- 16.27. Os empregados do CONTRATADO deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I.) adequados às suas atividades, bem como estarem permanente e devidamente uniformizados de forma condizente com sua circulação nos ambientes da CONTRATANTE.
- 16.28. Apresentar à **CONTRATANTE**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão na unidade para a execução do serviço;
- 16.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 16.30. Atender às solicitações da **CONTRATANTE** quanto à substituição dos empregados, no prazo fixado pela **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 16.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da **CONTRATANTE**;
- 16.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

CONTRATADA relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

16.33. Manter preposto aceito pela **CONTRATANTE** nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

16.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da **CONTRATANTE**;

16.35. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho.

16.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

16.37. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

16.38. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

16.39. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento dos serviços, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à FISCALIZAÇÃO e situação das atividades em relação ao cronograma previsto, por unidade.

16.40. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de estabelecido no subitem referente a garantia de execução, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

16.41. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

16.42. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

16.42.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

16.42.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

16.42.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

16.42.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a **CONTRATADA** deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

16.43. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

16.43.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

16.43.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a **CONTRATADA** deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

16.43.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

16.43.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

16.43.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

16.43.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

16.43.3. Em nenhuma hipótese a **CONTRATADA** poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”,



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

16.43.4. Para fins de FISCALIZAÇÃO do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a **CONTRATADA** comprovará, sob pena de multa e não pagamento do serviço, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

16.44. A **CONTRATADA** terá que efetuar a limpeza do canteiro de obras com recolhimento dos entulhos resultante dos serviços executados;

16.45. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

16.45.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

16.45.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

16.46. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da **CONTRATANTE**, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 16.47. A CONTRATRADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados eventualmente acidentados ou com mal súbito;
- 16.48. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pelo **FISCAL DO CONTRATO** e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 16.49. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);
- 16.50. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente;
- 16.51. A **CONTRATADA** deverá fiscalizar o perfeito cumprimento daquilo a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal FISCALIZAÇÃO dar-se-á independentemente da que será exercida pelos FISCAIS DO CONTRATO;
- 16.52. Providenciar, sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;
- 16.53. Dispor-se a toda e qualquer FISCALIZAÇÃO da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), no tocante ao fornecimento dos serviços/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;
- 16.54. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de FISCALIZAÇÃO de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

16.55. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do contrato em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximirá a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

16.56. A inexecução de qualquer serviço que incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada sem **motivo de força maior** para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

16.57. A **CONTRATADA** ficará terminantemente proibida de realizar serviços de manutenção corretiva nos prédios cujas obras e reformas estejam no prazo de garantia, sendo permitidas as manutenções preventivas, de urgência e emergência devidamente justificadas pelo **FISCAL DO CONTRATO**.

16.58. A **CONTRATADA** ficará terminantemente proibida de realizar serviços em edificações que estejam contempladas nos demais cronogramas de execução obras e reformas da Superintendência de Obras, exceto:

16.58.1. Em caso de manutenção de emergência e/ou urgência, devidamente justificado pelo **FISCAL DO CONTRATO** através de laudo técnico acompanhado de ART e fotos comprobatórias a serem submetidos à aprovação da **SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS**.

16.58.2. Em caso de manutenção corretiva, somente se tais serviços não estiverem no escopo dos projetos a serem licitados, ou em caso de emergência. Devendo ser justificados pelo **FISCAL DO CONTRATO** através de laudo técnico, acompanhado de ART e fotos comprobatórias a serem submetidos à aprovação da **SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS**.

16.58.3. Em caso de manutenção preventiva, devidamente justificada pelo **FISCAL DO CONTRATO**.

16.5. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusivos da **CONTRATADA**;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 16.6. Deverá ser observado o percentual do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) do(s) município(s) onde o(s) serviço(s) de manutenção predial estiver(em) sendo executado(s);
- 16.7. A **CONTRATADA** quando da execução dos serviços de manutenção, deverá emitir a(s) Nota (s) Fiscal (ais) dos serviços obedecendo ao disposto na Lei Complementar 116/2003 e sua Lista de Serviços anexa (Disposição sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN);
- 16.8. Comunicar imediatamente a Superintendência de Aquisições e Contratos e a Superintendência de Obras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 16.9. Os Contratos advindos do presente Registro Preços somente poderão ser celebrados a partir da autorização da Alta Administração da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso;
- 16.10. A **CONTRATADA** deverá se atentar para as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, e na Lei n. 10.520/2002, Decreto Estadual 7.217/2006, além de outras Legislações pertinentes.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 17.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 17.6. Exercer o acompanhamento e a FISCALIZAÇÃO dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 17.7. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 17.8. Efetuar o pagamento dos serviços executados pela **CONTRATADA**, conforme cronograma físico-financeiro.
- 17.9. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, tais como:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 17.9.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- 17.9.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas **CONTRATADAS**;
- 17.9.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da **CONTRATADA**, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 17.9.4. Considerar os trabalhadores da **CONTRATADA** como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 17.10. Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades pela empresa **CONTRATADA**;
- 17.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- 17.12. Encaminhar à **CONTRATADA** as solicitações de realização dos serviços, mediante emissão de documento intitulado “Ordem de Execução dos Serviços – OES”;
- 17.13. Toda “Ordem de Execução dos Serviços – OES” deverá ser recebida acompanhada das Planilhas de Serviços e Cronogramas de Execução autorizados, e relatório fotográfico, sendo arquivada pela Superintendência de Obras em ordem cronológica e em pasta própria para averiguações, e ainda, deverá ser juntada cópia aos autos do Contrato, para que a qualquer tempo, quando solicitadas pelos órgãos de acompanhamento e controle, tanto interno quanto externo, o setor possa dar informações em seu devido tempo;
- 17.14. A responsabilidade de manutenção dessa pasta será do Fiscal de Contratos designado oficialmente;
- 17.15. Fornecer à **CONTRATADA** todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive Projeto Básico quando o objeto se tratar de reforma da edificação;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

17.16. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências do Órgão ou Entidade de adesão ao Registro.

17.17. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

18. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

18.5. O acompanhamento e a **FISCALIZAÇÃO** da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666 de 1993.

18.6. O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.8. A **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.9. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da **CONTRATADA** que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

18.10. O representante da **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

18.11. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.12. As atividades de gestão e **FISCALIZAÇÃO** da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

18.13. A **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO** avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto **ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver notificação e aplicação de penalidades, inclusive o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a **CONTRATADA**:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.13.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

18.14. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à **CONTRATADA** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

18.15. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da **CONTRATADA** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

18.16. Em hipótese alguma, será admitido que a própria **CONTRATADA** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

18.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à **CONTRATADA** de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

18.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

18.19. A **FISCALIZAÇÃO** de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.20. Para acompanhamento de execução e **FISCALIZAÇÃO** dos serviços objeto deste Termo de Referência, deverá ser publicada pela **CONTRATANTE** portaria com a designação de servidores para as funções abaixo listadas, divididos por região conforme mapa em ANEXO XIII DO TERMO DE REFERÊNCIA, aos quais caberão a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do objeto adquirido, em conformidade com a legislação vigente e normas pertinentes.

LOTE	
GESTOR DO CONTRATO	-----
FISCAL DO CONTRATO	-----
FISCAL SUPLENTE DO CONTRATO (um (01) ou mais)	-----

18.20.1. Caberá ao **GESTOR DO CONTRATO** as seguintes atribuições:

- a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo **FISCAL DO CONTRATO**, e posteriormente enviar diretamente ao Núcleo de Apoio Administrativo à Gestão de Obras da Educação da Secretaria Adjunta de Obras da Educação, a fim de providenciar junto ao setor competente a Nota de Liquidação.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato;
- c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo **FISCAL DO CONTRATO**. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor deverá notificar a **CONTRATADA** solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, e,
- d) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato e que estiverem em conformidade com as normas, legislações e instruções normativas vigentes.

18.20.2. Caberá ao **FISCAL DO CONTRATO** as seguintes atribuições:

- a) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;
- b) Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações;
- c) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;
- d) Intervir: assumir a execução do contrato;
- e) Informar a **ADMINISTRAÇÃO** o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela **CONTRATADA** que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de **FISCALIZAÇÃO**.
- f) Ter total conhecimento do contrato e suas cláusulas;
- g) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem a sua competência;
- h) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- i) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;
- j) Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;
- k) Formalizar, sempre, os entendimentos com a **CONTRATADA** ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;
- l) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;
- m) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.
- n) Caberá ao Fiscal, além das que perfazem na legislação vigente, Lei Nº 8.666/93, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa **CONTRATADA**, encaminhando-a para o Gestor do Contrato.

19. DAS EXIGENCIAS HABILITATÓRIAS:

19.1. Comprovar as condições de habilitação previstas abaixo:

Habilitação/Qualificação	Documento	Exigências	
		Sim	Não
Habilitação Jurídica	Art. 28 da Lei 8666/93	x	
Regularidade Fiscal e Trabalhista	Art. 29 da Lei 8666/93	x	
Qualificação Técnica	Art. 30 da Lei 8666/93	x	
Qualificação Econômico-Financeira	Art. 31 da Lei 8666/93	x	
Declarações Complementares	Conforme Exigências elencadas em Edital	x	

19.2 A empresa interessada em participar do certame licitatório, poderá ser **CONTRATADA**, para tantos lotes, desde que seu limite de capital social ou patrimônio líquido permita, conforme termos do §3º do Art. 31 da Lei 8.666/1993;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

19.3 Caso a Empresa não comprove que seu capital social ou patrimônio líquido não supere a 05% (cinco por cento) do valor estimado do(s) Lote(s) somados aos saldos dos seus contratos vigentes, esta será desclassificada e, imediatamente, será convocada a Empresa subsequente. Para embasar este subitem a empresa deverá apresentar a relação de contratos vigentes (com qualquer Entidade pública ou privada), com os respectivos valores e saldos contratuais (passíveis de conferência pelo Poder Executivo para atestar a veracidade da informação).

(INSERIR NOME DA EMPRESA/CNPJ/ CAPITAL SOCIAL)			CAPITAL SOCIAL	R\$XX,XX
Nº DO CONTRATO/ ANO	VIGÊNCIA	NOME DA ENTIDADE	VALOR CONTRATO	VALOR SALDO
			R\$XX,XX	R\$XX,XX
			R\$XX,XX	R\$XX,XX
			R\$XX,XX	R\$XX,XX
			R\$XX,XX	R\$XX,XX
TOTAL			R\$XX,XX	R\$XX,XX

19.4 No caso de a habilitação do licitante não atingir as exigências cumulativas para todos os Lotes para os quais concorreu, então o licitante deverá ser inabilitado em algum ou alguns deles, e a escolha deve recair sobre aquele ou aqueles que representarem o menor gravame para o licitante, ou seja, os de menor valor, e só deve recair sobre os que forem suficientes para que a habilitação do licitante atinja as exigências cumulativas do(s) Lote(s) remanescentes.

19.5 Por conta da natureza dos serviços a serem contratados (serviços que se correlacionam, o que inviabiliza a sua divisibilidade); do volume financeiro a ser empregado e ainda, pelo volume de exigências técnicas e temporais nas execuções dos trabalhos a serem solicitados não será reservada cota de exclusividade para microempresa e empresas de pequeno porte; o que em nosso entendimento não refletiria em economicidade para o Poder Executivo, pelo contrário, prejudicaria o conjunto proposto nesta contratação, visto que várias empresas trabalhando em uma mesma unidade traria dificuldades no seu gerenciamento administrativo (cronograma de execução, responsabilidades em possíveis atrasos, etc.);

19.6 A justificativa vai de encontro ao que preconiza o inciso III do Art. 49 da Lei Complementar 123/06.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

20 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1 A licitante deverá apresentar todos os documentos previstos nos art. 27 à 31 da Lei nº 8.666/93.

20.2 A licitante poderá a seu critério realizar ou não visita técnica nos locais de obra, devendo apresentar declaração assinada pelo representante legal, informando que conhece o local onde serão executados os serviços, tendo pleno conhecimento das condições e da natureza das atividades a que se propõe. Em caso de realização da visita esta não será acompanhada por servidor da SEDUC.

20.2.1 O Licitante poderá solicitar informações do projeto, com a equipe técnica mediante prévio agendamento.

20.2.2 A licitante poderá optar por não realizar a visita técnica, caso isso ocorra, a mesma deverá emitir DECLARAÇÃO que fará parte da Documentação de HABILITAÇÃO, de que conhecem todas as condições estruturais existentes, demais documentos e exigências inerente a execução do Objeto, e, no caso de ser declarada vencedora que tem totais condições de realizar/ executar os serviços ora pretendido, sem prejuízos algum na sua efetiva execução. (Modelo anexo)

20.2.3 A empresa não poderá alegar a posteriori, desconhecimento de qualquer fato relativo às condições do local de execução dos serviços, podendo incorrer em sanções administrativas previstas no Edital em consonância com a LEI 8666/93.

20.3 **Qualificação Técnica** será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

20.3.1 Registro / Certidão de inscrição da empresa e do (s) responsável (is) técnico (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região da sede da empresa.

20.4 **Capacidade Técnico-Operacional**, apresentação dos seguintes documentos:

20.5 Atestados de Qualificação Técnico-Operacional, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que servirá como comprovação que a licitante executou obra de engenharia, compatível em características e quantidades com o objeto da presente licitação, devidamente anexadas com a planilha do atestado com descrição e



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

quantificação dos serviços executados, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

20.5.1 O registro de atestado será efetivado por meio de sua vinculação à CAT, do respectivo contrato.

20.5.2 No caso de obra própria, o atestado deve estar acompanhado de documento público que comprove a conclusão da obra ou serviço expedido, conforme Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

20.5.3 A(s) certidão(ões) e o atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- I- Nome do contratado e do contratante;
- II- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- III- Localização do serviço (município, comunidade, gleba);
- IV- Serviços executados (discriminação e quantidades).

20.6 Os serviços de execução de construção civil **relevantes ao objeto da contratação**, é a execução da **cobertura e instalações elétricas** que compreende todos os serviços de fornecimento e execução. A empresa participante deve apresentar para cada lote atestados equivalentes ao objeto acima disposto em medida não inferior a 40% da área total licitada, conforme quantitativos demonstrados no ANEXO XIX deste Termo. A empresa que desejar participar de mais de um lote deverá apresentar quantitativo equivalente a somatória dos lotes que deseja participar.

20.7 **Capacidade Técnico-Profissional**, apresentação dos seguintes documentos:

20.7.1 Declaração de disponibilidade de equipe técnica responsável, conforme modelos anexos, acompanhado de atestado (s) e certidão (ões) de responsabilidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, por execução de serviços compatíveis com o objeto e itens relevantes do contrato, devidamente anexadas com a planilha do atestado com a descrição e quantificação dos serviços executados, conforme alínea 20.5, obrigatoriamente, estes deverão estar identificados de forma destacada, em concordância com o responsável técnico necessário, indicado no item 20.7.2.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 20.7.2 Para garantir a boa execução da obra, deverá estar presente no canteiro de obras durante todo o período de execução, Engenheiro Civil ou Arquiteto como responsável (is) técnico (s). Deverá ser relacionado conforme Declaração de equipe técnica responsável presente em anexo.
- 20.7.3 Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia desta administração.
- 20.8 Os documentos de habilitação referente a qualificação técnica serão avaliados pela equipe técnica da Superintendência de Obras - SUOB, a qual emitirá parecer técnico.
- 20.9 A Comprovação do vínculo do(s) profissional(is) relacionado (s) no item 20.7.2, será feita por meio da apresentação dos seguintes documentos no momento da assinatura do contrato:
- I- Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente, e certidão do CREA e CAU devidamente atualizado;
 - II- Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima, e certidão do CREA e CAU devidamente atualizado;
 - III- Empregado da empresa: cópia da carteira de trabalho, ou ficha de registro de empregados (FRE), ou guia de recolhimento do FGTS, onde conste o(s) nome(s) do (s) profissional(s) e demonstrem a identificação do mesmo;
 - IV- Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e o licitante de acordo com a legislação civil comum.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

V- O profissional deverá constar como responsável técnico do licitante junto ao CREA-MT, obrigatoriamente.

20.10 Nenhum engenheiro e/ou arquiteto, ainda que credenciado na licitação, poderá representar mais de uma licitante.

20 DO PAGAMENTO

20.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar ofício de solicitação de medição todo primeiro dia útil do mês, por meio eletrônico (e-mail) ao **FISCAL DO CONTRATO** contendo:

- a) Prévia de Planilha de Medição (Resumo, Sintética, Composições de Custos Unitários, Composições de BDI, Mapa de Cotações)
- b) Cronograma físico-financeiro, inclusive gráfico comparativo de serviços previstos versus efetivamente executados;
- c) Relatório fotográfico de cada serviço a ser medido (Foto de ANTES versus DEPOIS), conforme modelo do **ANEXO XI DO TERMO DE REFERÊNCIA** das necessidades levantadas;
- d) Memorial de cálculo de cada serviço a ser medido.

20.2 A **FISCALIZAÇÃO** deverá analisar a planilha de medição apresentada pela **CONTRATADA** e demais documentos do subitem 20.1 deste termo de referência verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período;

20.3 A **FISCALIZAÇÃO** deverá realizar vistoria in loco para conferência dos documentos do subitem 20.1, e após a aprovação da medição, a **CONTRATADA**, deverá emitir Nota Fiscal/Fatura que será atestada pelo **FISCAL DO CONTRATO**;

20.4 Para o pagamento dos serviços relacionados a elaboração de projeto executivo, o mesmo só será realizado após atendida todas as adequações solicitadas pelo fiscal do contrato.

20.4.1 A nota fiscal deverá conter as seguintes descrições:

- a) Razão Social;
- b) Número da Nota Fiscal/Fatura;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- c) Data de emissão;
- d) Nome da Secretaria Solicitante;
- e) Descrição do material e/ou serviço;
- f) Quantidade, preço unitário, preço total;
- g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
- h) Número do Contrato;
- i) Número da Nota de Empenho;
- j) Não deverá possuir rasuras.

20.5 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para a Superintendência de Obras desta Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

20.6 O pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal pelo **FISCAL DO CONTRATO**.

20.7 O documento fiscal deverá vir acompanhados de: Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF; Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual e Municipal, do domicílio sede da **CONTRATADA**; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Documento comprobatório de quitação de encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários contratados, entre outras solicitadas pela SEDUC/MT, previstas no Contrato e na Portaria Nº 141/2017/GS/SEDUC/MT;

20.8 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária;

20.9 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento a partir da sua reapresentação;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 20.10 Deverá constar na Nota Fiscal o número e nome do Banco, número da Agência Bancária e número da Conta Corrente da **CONTRATADA**;
- 20.11 Os pagamentos deverão ser realizados por meio de medições, devidamente atestados pelo **FISCAL DO CONTRATO**;
- 20.12 Caberá ao **GESTOR DO CONTRATO** ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em contrato;
- 20.13 A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Projeto Básico, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
- 20.14 A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
- 20.15 Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração;
- 20.16 Quanto ao pagamento deverão ser cumpridas as determinações do Decreto Estadual nº 8.199/2006, Decreto Estadual nº 840/2017 e Decreto Estadual nº 219/2019, onde fixam critérios para o pagamento relativos às aquisições de bens, contratações de serviços, locações de bens móveis e imóveis e dá outras providências;
- 20.17 A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal, na hipótese do Contratado ser estabelecido em outra unidade da Federação;
- 20.18 Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, o prazo constante no item acima fluirá a partir da respectiva data de regularização e sua reapresentação;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 20.19 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 20.20 Ao **CONTRATANTE** fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.
- 20.21 A **CONTRATADA** deverá encaminhar todos os documentos citados no subitem 19 deste termo de referência e os que constam no **ANEXO XV DO TERMO DE REFERÊNCIA**.

21 DAS PENALIDADES

- 21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a **CONTRATADA** que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;
- 21.2 A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 21.2.1 **Advertência por escrito** quando do não cumprimento de quaisquer obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;
- 21.2.2 Multa moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

21.2.2.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 35 (trinta e cinco) dias autorizará a Administração **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3 Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

21.2.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

21.2.3.2 Em caso de desobediência as normas e legislações pertinentes à execução dos serviços contidos na O.S. emitida pela **CONTRATANTE**, será aplicada multa compensatória, no mesmo percentual do subitem 20.2.3, de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme tabelas 1 e 2 que seguem.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor total da O.S. (Ordem de Serviço)
2	0,4% ao dia sobre o valor total da O.S. (Ordem de Serviço)
3	0,8% ao dia sobre o valor total da O.S. (Ordem de Serviço)
4	1,6% ao dia sobre o valor total da O.S. (Ordem de Serviço)



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

5

3,2% ao dia sobre o valor total da O.S. (Ordem de Serviço)

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Deixar de cumprir a execução dos serviços conforme cronograma físico – financeiro da respectiva O.S. (Ordem de Serviço)	03
12	Deixar reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, da respectiva O.S. (Ordem de Serviço).	02
13	Deixar de atender as solicitações da FISCALIZAÇÃO quando solicitado o cumprimento das obrigações da CONTRATADA no subitem 14.	02
14	Deixar de seguir as normas e legislações vigentes referente à segurança do trabalho.	05

21.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

21.3 A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

21.4 A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

21.5 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

21.6 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a **CONTRATADA** que:

21.6.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.9 As multas devidas e/ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor Estado, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

21.9.1 Caso a **CONTRATANTE** determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- 21.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no processo contratual e publicadas nos sites oficiais.
- 21.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 21.12 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1 A **PROPONENTE/CONTRATADA** é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação, assumindo ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que a SEDUC/MT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo;
- 22.2 Todas as alterações que se fizerem necessários serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao respectivo contrato;
- 22.3 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- 22.4 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

23 DECLARAÇÃO

Atesto para os devidos fins que as informações constantes no presente Termo são verídicas, sob as penas da lei, e de minha inteira responsabilidade.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

Cuiabá/MT, 05 de novembro de 2021.

BRUNO CEZAR BARRETO CARDOSO

Superintendente de Obras
SUOB/SAIP/SEDUC/MT

De acordo,

KARINA FRANCA GARCIA

Secretária Adjunta de Infraestrutura e Patrimônio
SAIP/SEDUC/MT

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - QUADRO COM DESCRIÇÃO DOS LOTES E SEUS RESPECTIVOS
MUNICÍPIOS E DISTÂNCIA A CAPITAL

<u>LOTES</u>	<u>MUNICÍPIOS</u>	<u>KM ATÉ CUIABÁ</u>
--------------	-------------------	----------------------



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 1	ARIPUANA	937
	CASTANHEIRA	777
	COLNIZA	1025
	COTRIGUAÇU	945
	JUINA	734
	JURUENA	885
	RONDOLANDIA	1064
LOTE 2	ALTA FLORESTA	793
	APIACAS	964
	CARLINDA	757
	COLIDER	633
	NOVA BANDEIRANTES	998
	NOVA CANAA DO NORTE	681
	NOVA GUARITA	677
	NOVA MONTE VERDE	945
	PARANAITA	839
LOTE 3	GUARANTÃ DO NORTE	710
	MATUPÁ	682
	NOVA SANTA HELENA	600
	NOVO MUNDO	742
	PEIXOTO DE AZEVEDO	674
	TERRA NOVA DO NORTE	632
LOTE 4	ALTO BOA VISTA	914
	BOM JESUS DO ARAGUAIA	851
	CANABRAVA DO NORTE	989
	CONFRESA	1012
	LUCIARA	1024
	NOVO SANTO ANTONIO	928
	PORTO ALEGRE DO NORTE	985
	SANTA CRUZ DO XINGU	1085
	SANTA TEREZINHA	1171
	SAO FELIX DO ARAGUAIA	1003
	SAO JOSE DO XINGU	953
	SERRA NOVA DOURADA	868
	VILA RICA	1117
LOTE 5	AGUA BOA	696
	ARAGUAIANA	574
	ARAGUAINHA	468
	CAMPINAPOLIS	554
	CANARANA	605



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	COCALINHO	861
	NOVA NAZARE	702
	NOVA XAVANTINA	661
	NOVO SAO JOAQUIM	488
	QUERENCIA	717
	RIBEIRAO CASCALHEIRA	734
LOTE 6	BARRA DO GARÇAS	521
	GENERAL CARNEIRO	455
	PONTA BRANCA	497
	PONTAL DO ARAGUAIA	524
	RIBEIRAOZINHO	471
	TORIXOREU	537
LOTE 7	DOM AQUINO	168
	ITIQUEIRA	362
	JACIARA	144
	JUSCIMEIRA	159
	PEDRA PRETA	244
	RONDONOPOLIS	217
	SAO PEDRO DA CIPA	153
LOTE 8	GAUCHA DO NORTE	545
	PARANATINGA	337
	POXOREU	267
	PRIMAVERA DO LESTE	244
	SANTO ANTONIO DO LESTE	385
	CAMPO VERDE	140
LOTE 9	ALTO ARAGUAIA	420
	ALTO GARÇAS	364
	ALTO TAQUARI	485
	GUIRATINGA	331
	SAO JOSE DO POVO	266
	TESOURO	373
LOTE 10	ACORIZAL	72
	CHAPADA DOS GUIMARAES	68
	JANGADA	75
	NOBRES	123
	NOVA BRASILANDIA	202
	PLANALTO DA SERRA	259
	ROSARIO OESTE	105
LOTE 11	BARAO DO MELGAÇO	118
	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	38



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	POCONE	103
	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	37
LOTE 12	CUIABÁ - REGIÃO OESTE	SITUADO NA CAPITAL
LOTE 13	CUIABÁ - REGIÃO NORTE	SITUADO NA CAPITAL
LOTE 14	CUIABÁ - REGIÃO LESTE	SITUADO NA CAPITAL
LOTE 15	CUIABÁ - REGIÃO SUL	SITUADO NA CAPITAL
LOTE 16	VÁRZEA GRANDE	12
LOTE 17	VÁRZEA GRANDE	12
LOTE 18	CACERES	218
	CURVELANDIA	280
	GLORIA D'OESTE	309
	LAMBARI D'OESTE	264
	MIRASSOL D'OESTE	296
	PORTO ESPERIDIAO	323
	RIO BRANCO	279
	SALTO DO CEU	295
LOTE 19	ARAPUTANGA	338
	CAMPOS DE JULIO	555
	COMODORO	639
	CONQUISTA D'OESTE	535
	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	383
	INDIAVAI	364
	JAURO	404
	NOVA LACERDA	541
	PONTES E LACERDA	443
	RESERVA DO CABAÇAL	383
	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	310
	SAPEZAL	499
	VALE DE SAO DOMINGOS	429
	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	522
LOTE 20	BARRA DO BUGRES	165
	BRASNORTE	576
	CAMPO NOVO DO PARECIS	391
LOTE 21	DENISE	209
	NOVA OLIMPIA	205
	PORTO ESTRELA	192
	SANTO AFONSO	234
	TANGARA DA SERRA	242
LOTE 22	ALTO PARAGUAI	199
	ARENAPOLIS	234



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	NORTELANDIA	229
	NOVA MARILANDIA	227
	NOVA MARINGA	388
	SAO JOSE DO RIO CLARO	298
LOTE 23	IPIRANGA DO NORTE	439
	ITANHANGA	494
	LUCAS DO RIO VERDE	333
	NOVA MUTUM	241
	SANTA RITA DO TRIVELATO	305
	SORRISO	398
	TAPURAH	409
LOTE 24	JUARA	695
	NOVO HORIZONTE DO NORTE	669
	PORTO DOS GAUCHOS	630
	TABAPORA	673
LOTE 25	CLAUDIA	567
	FELIZ NATAL	511
	ITAUBA	580
	MARCELANDIA	641
	NOVA UBIRATA	477
	SANTA CARMEM	499
	SINOP	480
	UNIAO DO SUL	645
	VERA	462

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – VALORES DESTINADOS AOS LOTES

LOTE	MUNICÍPIOS	CUSTO ESTIMADO POR ANO
-------------	-------------------	-------------------------------



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 1	ARIPUANA	R\$	8.437.153,38
	CASTANHEIRA		
	COLNIZA		
	COTRIGUACU		
	JUINA		
	JURUENA		
	RONDOLANDIA		
LOTE 2	ALTA FLORESTA	R\$	9.162.374,59
	APIACAS		
	CARLINDA		
	COLIDER		
	NOVA BANDEIRANTES		
	NOVA CANAA DO NORTE		
	NOVA GUARITA		
	NOVA MONTE VERDE		
	PARANAITA		
LOTE 3	GUARANTA DO NORTE	R\$	7.786.678,90
	MATUPA		
	NOVA SANTA HELENA		
	NOVO MUNDO		
	PEIXOTO DE AZEVEDO		
	TERRA NOVA DO NORTE		
LOTE 4	ALTO BOA VISTA	R\$	6.841.609,51
	BOM JESUS DO ARAGUAIA		
	CANABRAVA DO NORTE		
	CONFRESA		
	LUCIARA		
	NOVO SANTO ANTONIO		
	PORTO ALEGRE DO NORTE		
	SANTA CRUZ DO XINGU		
	SANTA TEREZINHA		
	SAO FELIX DO ARAGUAIA		
	SAO JOSE DO XINGU		
	SERRA NOVA DOURADA		
	VILA RICA		
LOTE 5	AGUA BOA	R\$	6.323.096,90
	ARAGUAIANA		
	ARAGUAINHA		



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	CAMPINAPOLIS	
	CANARANA	
	COCALINHO	
	NOVA NAZARE	
	NOVA XAVANTINA	
	NOVO SAO JOAQUIM	
	QUERENCIA	
	RIBEIRAO CASCALHEIRA	
LOTE 6	BARRA DO GARCAS	R\$ 5.648.191,64
	GENERAL CARNEIRO	
	PONTAL DO ARAGUAIA	
	PONTE BRANCA	
	RIBEIRAOZINHO	
	TORIXOREU	
LOTE 7	DOM AQUINO	R\$ 15.285.295,67
	ITIQUEIRA	
	JACIARA	
	JUSCIMEIRA	
	PEDRA PRETA	
	RONDONOPOLIS	
	SAO PEDRO DA CIPA	
LOTE 8	GAUCHA DO NORTE	R\$ 7.171.071,84
	PARANATINGA	
	POXOREU	
	PRIMAVERA DO LESTE	
	SANTO ANTONIO DO LESTE	
	CAMPO VERDE	
LOTE 9	ALTO ARAGUAIA	R\$ 4.173.831,67
	ALTO GARCAS	
	ALTO TAQUARI	
	GUIRATINGA	
	SAO JOSE DO POVO	
	TESOURO	
LOTE 10	ACORIZAL	R\$ 4.565.966,52
	CHAPADA DOS GUIMARAES	
	JANGADA	
	NOBRES	
	NOVA BRASILANDIA	



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	PLANALTO DA SERRA	
	ROSARIO OESTE	
LOTE 11	BARAO DE MELGACO	R\$ 4.959.518,10
	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	
	POCONE	
	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	
LOTE 12	CUIABÁ - REGIÃO OESTE	R\$ 10.302.572,78
LOTE 13	CUIABÁ - REGIÃO NORTE	R\$ 11.469.939,84
LOTE 14	CUIABÁ - REGIÃO LESTE	R\$ 12.540.017,96
LOTE 15	CUIABÁ - REGIÃO SUL	R\$ 10.425.009,04
LOTE 16	VÁRZEA GRANDE	R\$ 9.942.868,42
LOTE 17	VÁRZEA GRANDE	R\$ 10.145.688,22
LOTE 18	CACERES	R\$ 8.764.070,87
	CURVELANDIA	
	GLORIA D'OESTE	
	LAMBARI D'OESTE	
	MIRASSOL D'OESTE	
	PORTO ESPIRIDIAO	
	RIO BRANCO	
	SALTO DO CEU	
LOTE 19	ARAPUTANGA	R\$ 11.426.078,88
	CAMPOS DE JULIO	
	COMODORO	
	CONQUISTA DO OESTE	
	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	
	INDIAVAI	
	JAURO	
	NOVA LACERDA	
	PONTES E LACERDA	
	RESERVA DO CABACAL	
	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	
	SAPEZAL	
	VALE DE SAO DOMINGOS	
	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	
LOTE 20	BARRA DO BUGRES	R\$ 3.888.119,88
	BRASNORTE	
	CAMPO NOVO DO PARECIS	
LOTE 21	DENISE	R\$ 5.981.175,10



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	NOVA OLIMPIA	
	PORTO ESTRELA	
	SANTO AFONSO	
	TANGARA DA SERRA	
LOTE 22	ALTO PARAGUAI	R\$ 5.365.622,00
	ARENAPOLIS	
	DIAMANTINO	
	NORTELANDIA	
	NOVA MARILANDIA	
	NOVA MARINGA	
	SAO JOSE DO RIO CLARO	
LOTE 23	IPIRANGA DO NORTE	R\$ 5.898.239,18
	ITANHANGA	
	LUCAS DO RIO VERDE	
	NOVA MUTUM	
	SANTA RITA DO TRIVELATO	
	SORRISO	
	TAPURAH	
LOTE 24	JUARA	R\$ 4.316.006,81
	NOVO HORIZONTE DO NORTE	
	PORTO DOS GAUCHOS	
	TABAPORA	
LOTE 25	CLAUDIA	R\$ 7.767.057,98
	FELIZ NATAL	
	ITAUBA	
	MARCELANDIA	
	NOVA UBIRATA	
	SANTA CARMEM	
	SINOP	
	UNIAO DO SUL	
	VERA	
TOTAL		R\$ 198.587.255,68



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA – DETALHAMENTO DO QUANTITATIVO

PLANILHA RESUMO								
LOTE	MUNICÍPIOS	Nº ESCOLAS NO LOTE	METRAGEM(M²)	VALOR UNITÁRIO/M²	VALOR TOTAL DOS LOTES	COEFICIENTE DE EXECUÇÃO ANUAL	METRAGEM A SER ATENDIDA POR ANO (M²)	CUSTO ESTIMADO POR ANO
LOTE 1	ARIPUANA	34	67236,05	R\$ 1.254,86	R\$ 84.371.533,85	0,10	6723,61	R\$ 8.437.153,38
	CASTANHEIRA							
	COLNIZA							
	COTRIGUACU							
	JUINA							
	JURUENA							
	RONDOLANDIA							
LOTE 2	ALTA FLORESTA	41	73015,37	R\$ 1.254,86	R\$ 91.623.745,92	0,10	7301,54	R\$ 9.162.374,59
	APIACAS							
	CARLINDA							
	COLIDER							
	NOVA BANDEIRANTES							
	NOVA CANAA DO NORTE							
	NOVA GUARITA							
	NOVA MONTE VERDE							



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	PARANAITA							
LOTE 3	GUARANTA DO NORTE	29	62052,39	R\$ 1.254,86	R\$ 77.866.789,08	0,10	6205,24	R\$ 7.786.678,90
	MATUPA							
	NOVA SANTA HELENA							
	NOVO MUNDO							
	PEIXOTO DE AZEVEDO							
	TERRA NOVA DO NORTE							
LOTE 4	ALTO BOA VISTA	42	54521,09	R\$ 1.254,86	R\$ 68.416.095,10	0,10	5452,11	R\$ 6.841.609,51
	BOM JESUS DO ARAGUAIA							
	CANABRAVA DO NORTE							
	CONFRESA							
	LUCIARA							
	NOVO SANTO ANTONIO							
	PORTO ALEGRE DO NORTE							
	SANTA CRUZ DO XINGU							
	SANTA TEREZINHA							
	SAO FELIX DO ARAGUAIA							
	SAO JOSE DO XINGU							
	SERRA NOVA DOURADA							
	VILA RICA							
LOTE 5	AGUA BOA	34	50389,04	R\$ 1.254,86	R\$ 63.230.969,01	0,10	5038,90	R\$ 6.323.096,90
	ARAGUAIANA							
	ARAGUAINHA							



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	CAMPINAPOLIS							
	CANARANA							
	COCALINHO							
	NOVA NAZARE							
	NOVA XAVANTINA							
	NOVO SAO JOAQUIM							
	QUERENCIA							
	RIBEIRAO CASCALHEIRA							
LOTE 6	BARRA DO GARCAS	28	45010,69	R\$ 1.254,86	R\$ 56.481.916,40	0,10	4501,07	R\$ 5.648.191,64
	GENERAL CARNEIRO							
	PONTAL DO ARAGUAIA							
	PONTE BRANCA							
	RIBEIRAOZINHO							
	TORIXOREU							
LOTE 7	DOM AQUINO	60	121809,20	R\$ 1.254,86	R\$ 152.852.956,74	0,10	12180,92	R\$ 15.285.295,67
	ITIQUEIRA							
	JACIARA							
	JUSCIMEIRA							
	PEDRA PRETA							
	RONDONOPOLIS							
	SAO PEDRO DA CIPA							
LOTE 8	GAUCHA DO NORTE	40	57146,59	R\$ 1.254,86	R\$ 71.710.718,47	0,10	5714,66	R\$ 7.171.071,84
	PARANATINGA							



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	POXOREU							
	PRIMAVERA DO LESTE							
	SANTO ANTONIO DO LESTE							
	CAMPO VERDE							
LOTE 9	ALTO ARAGUAIA	18	33261,45	R\$ 1.254,86	R\$ 41.738.316,79	0,10	3326,15	R\$ 4.173.831,67
	ALTO GARCAS							
	ALTO TAQUARI							
	GUIRATINGA							
	SAO JOSE DO POVO							
	TESOURO							
LOTE 10	ACORIZAL	28	36386,39	R\$ 1.254,86	R\$ 45.659.665,25	0,10	3638,64	R\$ 4.565.966,52
	CHAPADA DOS GUIMARAES							
	JANGADA							
	NOBRES							
	NOVA BRASILANDIA							
	PLANALTO DA SERRA							
	ROSARIO OESTE							
LOTE 11	BARAO DE MELGACO	35	39522,62	R\$ 1.254,86	R\$ 49.595.181,03	0,10	3952,26	R\$ 4.959.518,10
	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO							
	POCONE							
	SANTO ANTONIO DO LEVERGER							
LOTE 12	CUIABÁ - REGIÃO OESTE	15	41050,83	R\$ 1.254,86	R\$ 51.512.863,90	0,20	8210,17	R\$ 10.302.572,78
LOTE 13	CUIABÁ - REGIÃO NORTE	18	45702,23	R\$ 1.254,86	R\$ 57.349.699,24	0,20	9140,45	R\$ 11.469.939,84



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 14	CUIABÁ - REGIÃO LESTE	20	49965,98	R\$ 1.254,86	R\$ 62.700.089,80	0,20	9993,20	R\$ 12.540.017,96
LOTE 15	CUIABÁ - REGIÃO SUL	16	41538,68	R\$ 1.254,86	R\$ 52.125.045,21	0,20	8307,74	R\$ 10.425.009,04
LOTE 16	VÁRZEA GRANDE	22	39617,58	R\$ 1.254,86	R\$ 49.714.342,11	0,20	7923,52	R\$ 9.942.868,42
LOTE 17	VÁRZEA GRANDE	22	40425,72	R\$ 1.254,86	R\$ 50.728.441,12	0,20	8085,14	R\$ 10.145.688,22
LOTE 18	CACERES	36	69841,27	R\$ 1.254,86	R\$ 87.640.708,76	0,10	6984,13	R\$ 8.764.070,87
	CURVELANDIA							
	GLORIA D'OESTE							
	LAMBARI D'OESTE							
	MIRASSOL D'OESTE							
	PORTO ESPERIDIAO							
	RIO BRANCO							
	SALTO DO CEU							
LOTE 19	ARAPUTANGA	39	91054,93	R\$ 1.254,86	R\$ 114.260.788,81	0,10	9105,49	R\$ 11.426.078,88
	CAMPOS DE JULIO							
	COMODORO							
	CONQUISTA DO OESTE							
	FIGUEIROPOLIS D'OESTE							
	INDIAVAI							
	JAURO							
	NOVA LACERDA							
	PONTES E LACERDA							
	RESERVA DO CABACAL							
	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS							



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	SAPEZAL							
	VALE DE SAO DOMINGOS							
	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE							
LOTE 20	BARRA DO BUGRES	23	30984,60	R\$ 1.254,86	R\$ 38.881.198,82	0,10	3098,46	R\$ 3.888.119,88
	BRASNORTE							
	CAMPO NOVO DO PARECIS							
LOTE 21	DENISE	24	47664,25	R\$ 1.254,86	R\$ 59.811.751,02	0,10	4766,43	R\$ 5.981.175,10
	NOVA OLIMPIA							
	PORTO ESTRELA							
	SANTO AFONSO							
	TANGARA DA SERRA							
LOTE 22	ALTO PARAGUAI	27	42758,88	R\$ 1.254,86	R\$ 53.656.220,01	0,10	4275,89	R\$ 5.365.622,00
	ARENAPOLIS							
	DIAMANTINO							
	NORTELANDIA							
	NOVA MARILANDIA							
	NOVA MARINGA							
	SAO JOSE DO RIO CLARO							
LOTE 23	IPIRANGA DO NORTE	23	47003,33	R\$ 1.254,86	R\$ 58.982.391,86	0,10	4700,33	R\$ 5.898.239,18
	ITANHANGA							
	LUCAS DO RIO VERDE							
	NOVA MUTUM							
	SANTA RITA DO TRIVELATO							



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	SORRISO							
	TAPURAH							
LOTE 24	JUARA	21	34394,45	R\$ 1.254,86	R\$ 43.160.068,18	0,10	3439,45	R\$ 4.316.006,81
	NOVO HORIZONTE DO NORTE							
	PORTO DOS GAUCHOS							
	TABAPORA							
LOTE 25	CLAUDIA	36	61896,03	R\$ 1.254,86	R\$ 77.670.579,85	0,10	6189,60	R\$ 7.767.057,98
	FELIZ NATAL							
	ITAUBA							
	MARCELANDIA							
	NOVA UBIRATA							
	SANTA CARMEM							
	SINOP							
	UNIAO DO SUL							
	VERA							
TOTAL		731	1324249,64		R\$ 1.661.742.076,33		158255,07	R\$ 198.587.255,68



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 1									
ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR UNITÁRIO/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO UNITÁRIO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL		
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	4726,69	R\$ 416.971,71	472,67	R\$ 41.697,17		
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	739,60	R\$ 10.208,95	73,96	R\$ 1.020,89		
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	860,62	R\$ 13.823,43	86,06	R\$ 1.382,34		
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	2111,21	R\$ 83.186,95	211,12	R\$ 8.318,69		
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	4020,72	R\$ 301.715,97	402,07	R\$ 30.171,59		
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	4269,49	R\$ 340.207,11	426,95	R\$ 34.020,71		
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	2238,96	R\$ 93.558,75	223,90	R\$ 9.355,87		
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	531,16	R\$ 5.265,62	53,12	R\$ 526,56		
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	7698,53	R\$ 1.106.131,90	769,85	R\$ 110.613,19		
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	504,27	R\$ 4.745,89	50,43	R\$ 474,58		
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	5862,98	R\$ 641.547,64	586,30	R\$ 64.154,76		
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	215,16	R\$ 863,96	21,52	R\$ 86,39		
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1425,40	R\$ 37.919,94	142,54	R\$ 3.791,99		
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	3892,97	R\$ 282.847,97	389,30	R\$ 28.284,79		
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	1270,76	R\$ 30.138,35	127,08	R\$ 3.013,83		
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	1116,12	R\$ 23.249,41	111,61	R\$ 2.324,94		
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	7752,32	R\$ 1.121.642,76	775,23	R\$ 112.164,27		
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	2763,40	R\$ 142.521,23	276,34	R\$ 14.252,12		
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1808,65	R\$ 61.052,08	180,86	R\$ 6.105,20		
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	4040,89	R\$ 304.750,82	404,09	R\$ 30.475,08		



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$	5,65	302,56	R\$	1.708,52	30,26	R\$	170,85
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$	101,14	5419,23	R\$	548.107,85	541,92	R\$	54.810,78
23	TOTEM	0,11%	R\$	1,38	73,96	R\$	102,08	7,40	R\$	10,20
24	PÓRTICO	1,26%	R\$	15,81	847,17	R\$	13.394,82	84,72	R\$	1.339,48
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$	51,20	2743,23	R\$	140.448,23	274,32	R\$	14.044,82
		100%	R\$	1.254,86	67236,05	R\$	84.371.533,85	6723,61	R\$	8.437.153,38

LOTE 2

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	5132,98	R\$ 452.812,79	513,30	R\$ 45.281,27
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	803,17	R\$ 11.086,47	80,32	R\$ 1.108,64
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	934,60	R\$ 15.011,63	93,46	R\$ 1.501,16
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	2292,68	R\$ 90.337,34	229,27	R\$ 9.033,73
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	4366,32	R\$ 327.650,18	436,63	R\$ 32.765,01
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	4636,48	R\$ 369.449,84	463,65	R\$ 36.944,98
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	2431,41	R\$ 101.600,65	243,14	R\$ 10.160,06
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	576,82	R\$ 5.718,23	57,68	R\$ 571,82
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	8360,26	R\$ 1.201.210,21	836,03	R\$ 120.121,02
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	547,62	R\$ 5.153,83	54,76	R\$ 515,38



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	6366,94	R\$ 696.692,30	636,69	R\$ 69.669,23
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	233,65	R\$ 938,22	23,36	R\$ 93,82
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1547,93	R\$ 41.179,37	154,79	R\$ 4.117,93
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	4227,59	R\$ 307.160,36	422,76	R\$ 30.716,03
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	1379,99	R\$ 32.728,91	138,00	R\$ 3.272,89
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	1212,06	R\$ 25.247,83	121,21	R\$ 2.524,78
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	8418,67	R\$ 1.218.054,32	841,87	R\$ 121.805,43
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	3000,93	R\$ 154.771,74	300,09	R\$ 15.477,17
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1964,11	R\$ 66.299,85	196,41	R\$ 6.629,98
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	4388,22	R\$ 330.945,88	438,82	R\$ 33.094,58
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	328,57	R\$ 1.855,38	32,86	R\$ 185,53
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	5885,04	R\$ 595.220,83	588,50	R\$ 59.522,08
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	80,32	R\$ 110,86	8,03	R\$ 11,08
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	919,99	R\$ 14.546,18	92,00	R\$ 1.454,61
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	2979,03	R\$ 152.520,55	297,90	R\$ 15.252,05
		100%	R\$ 1.254,86	73015,37	R\$ 91.623.745,92	7301,54	R\$ 9.162.374,59

LOTE 3

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	4362,28	R\$ 384.824,67	436,23	R\$ 38.482,46



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	682,58	R\$ 9.421,88	68,26	R\$ 942,18
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	794,27	R\$ 12.757,69	79,43	R\$ 1.275,76
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1948,45	R\$ 76.773,53	194,84	R\$ 7.677,35
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	3710,73	R\$ 278.454,75	371,07	R\$ 27.845,47
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	3940,33	R\$ 313.978,36	394,03	R\$ 31.397,83
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	2066,34	R\$ 86.345,70	206,63	R\$ 8.634,57
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	490,21	R\$ 4.859,66	49,02	R\$ 485,96
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	7105,00	R\$ 1.020.853,07	710,50	R\$ 102.085,30
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	465,39	R\$ 4.380,00	46,54	R\$ 438,00
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	5410,97	R\$ 592.086,60	541,10	R\$ 59.208,66
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	198,57	R\$ 797,35	19,86	R\$ 79,73
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1315,51	R\$ 34.996,44	131,55	R\$ 3.499,64
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	3592,83	R\$ 261.041,40	359,28	R\$ 26.104,14
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	1172,79	R\$ 27.814,79	117,28	R\$ 2.781,47
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	1030,07	R\$ 21.456,97	103,01	R\$ 2.145,69
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	7154,64	R\$ 1.035.168,10	715,46	R\$ 103.516,81
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	2550,35	R\$ 131.533,35	255,04	R\$ 13.153,33
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1669,21	R\$ 56.345,18	166,92	R\$ 5.634,51
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	3729,35	R\$ 281.255,62	372,93	R\$ 28.125,56
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	279,24	R\$ 1.576,80	27,92	R\$ 157,68
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO	8,06%	R\$ 101,14	5001,42	R\$ 505.850,69	500,14	R\$ 50.585,06



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE,
LIMPEZAS E ACESSÓRIOS

23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	68,26	R\$ 94,21	6,83	R\$ 9,42
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	781,86	R\$ 12.362,13	78,19	R\$ 1.236,21
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	2531,74	R\$ 129.620,17	253,17	R\$ 12.962,01
		100%	R\$ 1.254,86	62052,39	R\$ 77.866.789,08	R\$ 6.205,24	R\$ 7.786.678,90

LOTE 4

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	3832,83	R\$ 338.118,49	383,28	R\$ 33.811,84
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	599,73	R\$ 8.278,34	59,97	R\$ 827,83
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	697,87	R\$ 11.209,29	69,79	R\$ 1.120,92
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1711,96	R\$ 67.455,53	171,20	R\$ 6.745,55
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	3260,36	R\$ 244.658,69	326,04	R\$ 24.465,86
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	3462,09	R\$ 275.870,79	346,21	R\$ 27.587,07
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1815,55	R\$ 75.865,92	181,56	R\$ 7.586,59
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	430,72	R\$ 4.269,84	43,07	R\$ 426,98
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	6242,66	R\$ 896.952,11	624,27	R\$ 89.695,21
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	408,91	R\$ 3.848,40	40,89	R\$ 384,84
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	4754,24	R\$ 520.225,04	475,42	R\$ 52.022,50
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	174,47	R\$ 700,58	17,45	R\$ 70,05
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1155,85	R\$ 30.748,92	115,58	R\$ 3.074,89



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	3156,77	R\$ 229.358,80	315,68	R\$ 22.935,88
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	1030,45	R\$ 24.438,91	103,04	R\$ 2.443,89
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	905,05	R\$ 18.852,73	90,51	R\$ 1.885,27
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	6286,28	R\$ 909.529,72	628,63	R\$ 90.952,97
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	2240,82	R\$ 115.569,15	224,08	R\$ 11.556,91
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1466,62	R\$ 49.506,57	146,66	R\$ 4.950,65
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	3276,72	R\$ 247.119,61	327,67	R\$ 24.711,96
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	245,34	R\$ 1.385,42	24,53	R\$ 138,54
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	4394,40	R\$ 444.455,58	439,44	R\$ 44.445,55
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	59,97	R\$ 82,78	6,00	R\$ 8,27
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	686,97	R\$ 10.861,73	68,70	R\$ 1.086,17
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	2224,46	R\$ 113.888,16	222,45	R\$ 11.388,81
		100%	R\$ 1.254,86	54521,09	R\$ 68.416.095,10	5452,11	R\$ 6.841.609,51

LOTE 5

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	3542,35	R\$ 312.493,13	354,23	R\$ 31.249,31
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	554,28	R\$ 7.650,94	55,43	R\$ 765,09
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	644,98	R\$ 10.359,76	64,50	R\$ 1.035,97



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1582,22	R\$ 62.343,20	158,22	R\$ 6.234,32
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	3013,26	R\$ 226.116,47	301,33	R\$ 22.611,64
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	3199,70	R\$ 254.963,07	319,97	R\$ 25.496,30
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1677,96	R\$ 70.116,18	167,80	R\$ 7.011,61
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	398,07	R\$ 3.946,24	39,81	R\$ 394,62
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	5769,55	R\$ 828.973,81	576,95	R\$ 82.897,38
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	377,92	R\$ 3.556,74	37,79	R\$ 355,67
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	4393,92	R\$ 480.798,17	439,39	R\$ 48.079,81
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	161,24	R\$ 647,48	16,12	R\$ 64,74
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1068,25	R\$ 28.418,52	106,82	R\$ 2.841,85
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2917,53	R\$ 211.976,13	291,75	R\$ 21.197,61
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	952,35	R\$ 22.586,73	95,24	R\$ 2.258,67
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	836,46	R\$ 17.423,92	83,65	R\$ 1.742,39
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	5809,86	R\$ 840.598,19	580,99	R\$ 84.059,81
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	2070,99	R\$ 106.810,38	207,10	R\$ 10.681,03
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1355,47	R\$ 45.754,56	135,55	R\$ 4.575,45
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	3028,38	R\$ 228.390,89	302,84	R\$ 22.839,08
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	226,75	R\$ 1.280,42	22,68	R\$ 128,04
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	4061,36	R\$ 410.771,13	406,14	R\$ 41.077,11



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	55,43	R\$ 76,50	5,54	R\$ 7,65
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	634,90	R\$ 10.038,54	63,49	R\$ 1.003,85
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	2055,87	R\$ 105.256,80	205,59	R\$ 10.525,68
		100%	R\$ 1.254,86	50389,04	R\$ 63.230.969,01	5038,90	R\$ 6.323.096,90

LOTE 6

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	3164,25	R\$ 279.138,71	316,43	R\$ 27.913,87
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	495,12	R\$ 6.834,31	49,51	R\$ 683,43
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	576,14	R\$ 9.253,99	57,61	R\$ 925,39
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1413,34	R\$ 55.688,91	141,33	R\$ 5.568,89
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2691,64	R\$ 201.981,59	269,16	R\$ 20.198,15
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2858,18	R\$ 227.749,20	285,82	R\$ 22.774,92
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1498,86	R\$ 62.632,23	149,89	R\$ 6.263,22
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	355,58	R\$ 3.525,03	35,56	R\$ 352,50
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	5153,72	R\$ 740.492,04	515,37	R\$ 74.049,20
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	337,58	R\$ 3.177,10	33,76	R\$ 317,71
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	3924,93	R\$ 429.479,45	392,49	R\$ 42.947,94
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	144,03	R\$ 578,37	14,40	R\$ 57,83
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	954,23	R\$ 25.385,23	95,42	R\$ 2.538,52
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2606,12	R\$ 189.350,54	260,61	R\$ 18.935,05



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	850,70	R\$ 20.175,90	85,07	R\$ 2.017,59
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	747,18	R\$ 15.564,15	74,72	R\$ 1.556,41
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	5189,73	R\$ 750.875,68	518,97	R\$ 75.087,56
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1849,94	R\$ 95.409,81	184,99	R\$ 9.540,98
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1210,79	R\$ 40.870,87	121,08	R\$ 4.087,08
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2705,14	R\$ 204.013,24	270,51	R\$ 20.401,32
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	202,55	R\$ 1.143,75	20,25	R\$ 114,37
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3627,86	R\$ 366.926,86	362,79	R\$ 36.692,68
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	49,51	R\$ 68,34	4,95	R\$ 6,83
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	567,13	R\$ 8.967,06	56,71	R\$ 896,70
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1836,44	R\$ 94.022,05	183,64	R\$ 9.402,20
		100%	R\$ 1.254,86	45010,69	R\$ 56.481.916,40	4501,07	R\$ 5.648.191,64

LOTE 7

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	8563,19	R\$ 755.413,06	856,32	R\$ 75.541,30
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	1339,90	R\$ 18.495,20	133,99	R\$ 1.849,52
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	1559,16	R\$ 25.043,42	155,92	R\$ 2.504,34
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	3824,81	R\$ 150.706,90	382,48	R\$ 15.070,69
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	7284,19	R\$ 546.608,28	728,42	R\$ 54.660,82



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	7734,88	R\$ 616.341,33	773,49	R\$ 61.634,13
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	4056,25	R\$ 169.497,11	405,62	R\$ 16.949,71
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	962,29	R\$ 9.539,55	96,23	R\$ 953,95
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	13947,15	R\$ 2.003.940,47	1394,72	R\$ 200.394,04
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	913,57	R\$ 8.597,97	91,36	R\$ 859,79
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	10621,76	R\$ 1.162.269,42	1062,18	R\$ 116.226,94
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	389,79	R\$ 1.565,21	38,98	R\$ 156,52
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	2582,36	R\$ 68.698,23	258,24	R\$ 6.869,82
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	7052,75	R\$ 512.425,78	705,28	R\$ 51.242,57
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	2302,19	R\$ 54.600,60	230,22	R\$ 5.460,06
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	2022,03	R\$ 42.120,16	202,20	R\$ 4.212,01
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	14044,60	R\$ 2.032.040,96	1404,46	R\$ 203.204,09
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	5006,36	R\$ 258.200,74	500,64	R\$ 25.820,07
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	3276,67	R\$ 110.605,92	327,67	R\$ 11.060,59
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	7320,73	R\$ 552.106,40	732,07	R\$ 55.210,64
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	548,14	R\$ 3.095,27	54,81	R\$ 309,52
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	9817,82	R\$ 992.987,83	981,78	R\$ 99.298,78
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	133,99	R\$ 184,95	13,40	R\$ 18,49
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	1534,80	R\$ 24.266,93	153,48	R\$ 2.426,69



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	4969,82	R\$ 254.445,14	496,98	R\$ 25.444,51
		100%	R\$ 1.254,86	121809,20	R\$ 152.852.956,74	12180,92	R\$ 15.285.295,67

LOTE 8

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	4017,41	R\$ 354.400,82	401,74	R\$ 35.440,08
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	628,61	R\$ 8.676,99	62,86	R\$ 867,69
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	731,48	R\$ 11.749,08	73,15	R\$ 1.174,90
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1794,40	R\$ 70.703,89	179,44	R\$ 7.070,38
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	3417,37	R\$ 256.440,39	341,74	R\$ 25.644,03
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	3628,81	R\$ 289.155,54	362,88	R\$ 28.915,55
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1902,98	R\$ 79.519,29	190,30	R\$ 7.951,92
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	451,46	R\$ 4.475,46	45,15	R\$ 447,54
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	6543,28	R\$ 940.145,44	654,33	R\$ 94.014,54
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	428,60	R\$ 4.033,72	42,86	R\$ 403,37
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	4983,18	R\$ 545.276,82	498,32	R\$ 54.527,68
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	182,87	R\$ 734,31	18,29	R\$ 73,43
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1211,51	R\$ 32.229,66	121,15	R\$ 3.222,96
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	3308,79	R\$ 240.403,72	330,88	R\$ 24.040,37
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	1080,07	R\$ 25.615,78	108,01	R\$ 2.561,57
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	948,63	R\$ 19.760,60	94,86	R\$ 1.976,06



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	6589,00	R\$ 953.328,74	658,90	R\$ 95.332,87
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	2348,72	R\$ 121.134,46	234,87	R\$ 12.113,44
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1537,24	R\$ 51.890,59	153,72	R\$ 5.189,05
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	3434,51	R\$ 259.019,83	343,45	R\$ 25.901,98
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	257,16	R\$ 1.452,14	25,72	R\$ 145,21
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	4606,02	R\$ 465.858,64	460,60	R\$ 46.585,86
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	62,86	R\$ 86,76	6,29	R\$ 8,67
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	720,05	R\$ 11.384,79	72,00	R\$ 1.138,47
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	2331,58	R\$ 119.372,53	233,16	R\$ 11.937,25
		100%	R\$ 1.254,86	57146,59	R\$ 71.710.718,47	5714,66	R\$ 7.171.071,84

LOTE 9

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	2338,28	R\$ 206.274,51	233,83	R\$ 20.627,45
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	365,88	R\$ 5.050,33	36,59	R\$ 505,03
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	425,75	R\$ 6.838,40	42,57	R\$ 683,84
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1044,41	R\$ 41.152,31	104,44	R\$ 4.115,23
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	1989,03	R\$ 149.257,89	198,90	R\$ 14.925,78
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2112,10	R\$ 168.299,32	211,21	R\$ 16.829,93



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1107,61	R\$ 46.283,20	110,76	R\$ 4.628,32
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	262,77	R\$ 2.604,88	26,28	R\$ 260,48
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	3808,44	R\$ 547.199,76	380,84	R\$ 54.719,97
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	249,46	R\$ 2.347,78	24,95	R\$ 234,77
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	2900,40	R\$ 317.371,48	290,04	R\$ 31.737,14
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	106,44	R\$ 427,40	10,64	R\$ 42,74
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	705,14	R\$ 18.758,86	70,51	R\$ 1.875,88
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	1925,84	R\$ 139.923,95	192,58	R\$ 13.992,39
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	628,64	R\$ 14.909,34	62,86	R\$ 1.490,93
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	552,14	R\$ 11.501,41	55,21	R\$ 1.150,14
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	3835,05	R\$ 554.872,93	383,50	R\$ 55.487,29
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1367,05	R\$ 70.504,78	136,70	R\$ 7.050,47
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	894,73	R\$ 30.202,26	89,47	R\$ 3.020,22
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	1999,01	R\$ 150.759,21	199,90	R\$ 15.075,92
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	149,68	R\$ 845,20	14,97	R\$ 84,52
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	2680,87	R\$ 271.147,13	268,09	R\$ 27.114,71
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	36,59	R\$ 50,50	3,66	R\$ 5,05
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	419,09	R\$ 6.626,37	41,91	R\$ 662,63
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1357,07	R\$ 69.479,27	135,71	R\$ 6.947,92



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

100%	R\$ 1.254,86	33261,45	R\$ 41.738.316,79	3326,15	R\$ 4.173.831,67
------	--------------	----------	-------------------	---------	------------------

LOTE 10							
---------	--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	2557,96	R\$ 225.654,17	255,80	R\$ 22.565,41
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	400,25	R\$ 5.524,81	40,03	R\$ 552,48
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	465,75	R\$ 7.480,87	46,57	R\$ 748,08
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1142,53	R\$ 45.018,60	114,25	R\$ 4.501,86
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2175,91	R\$ 163.280,78	217,59	R\$ 16.328,07
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2310,54	R\$ 184.111,18	231,05	R\$ 18.411,11
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1211,67	R\$ 50.631,54	121,17	R\$ 5.063,15
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	287,45	R\$ 2.849,61	28,75	R\$ 284,96
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	4166,24	R\$ 598.609,62	416,62	R\$ 59.860,96
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	272,90	R\$ 2.568,35	27,29	R\$ 256,83
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	3172,89	R\$ 347.188,78	317,29	R\$ 34.718,87
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	116,44	R\$ 467,55	11,64	R\$ 46,75
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	771,39	R\$ 20.521,27	77,14	R\$ 2.052,12
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2106,77	R\$ 153.069,91	210,68	R\$ 15.306,99
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	687,70	R\$ 16.310,08	68,77	R\$ 1.631,00
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	604,01	R\$ 12.581,97	60,40	R\$ 1.258,19
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	4195,35	R\$ 607.003,69	419,54	R\$ 60.700,36
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1495,48	R\$ 77.128,76	149,55	R\$ 7.712,87



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	978,79	R\$ 33.039,79	97,88	R\$ 3.303,97
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2186,82	R\$ 164.923,16	218,68	R\$ 16.492,31
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	163,74	R\$ 924,60	16,37	R\$ 92,46
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	2932,74	R\$ 296.621,62	293,27	R\$ 29.662,16
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	40,03	R\$ 55,24	4,00	R\$ 5,52
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	458,47	R\$ 7.248,92	45,85	R\$ 724,89
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1484,56	R\$ 76.006,90	148,46	R\$ 7.600,69
		100%	R\$ 1.254,86	36386,39	R\$ 45.659.665,25	3638,64	R\$ 4.565.966,52

LOTE 11

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	2778,44	R\$ 245.103,84	277,84	R\$ 24.510,38
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	434,75	R\$ 6.001,01	43,47	R\$ 600,10
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	505,89	R\$ 8.125,67	50,59	R\$ 812,56
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1241,01	R\$ 48.898,86	124,10	R\$ 4.889,88
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2363,45	R\$ 177.354,35	236,35	R\$ 17.735,43
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2509,69	R\$ 199.980,16	250,97	R\$ 19.998,01
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1316,10	R\$ 54.995,60	131,61	R\$ 5.499,56
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	312,23	R\$ 3.095,23	31,22	R\$ 309,52



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	4525,34	R\$ 650.205,22	452,53	R\$ 65.020,52
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	296,42	R\$ 2.789,72	29,64	R\$ 278,97
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	3446,37	R\$ 377.113,82	344,64	R\$ 37.711,38
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	126,47	R\$ 507,85	12,65	R\$ 50,78
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	837,88	R\$ 22.290,05	83,79	R\$ 2.229,00
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2288,36	R\$ 166.263,38	228,84	R\$ 16.626,33
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	746,98	R\$ 17.715,89	74,70	R\$ 1.771,58
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	656,08	R\$ 13.666,44	65,61	R\$ 1.366,64
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	4556,96	R\$ 659.322,80	455,70	R\$ 65.932,28
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1624,38	R\$ 83.776,67	162,44	R\$ 8.377,66
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1063,16	R\$ 35.887,56	106,32	R\$ 3.588,75
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2375,31	R\$ 179.138,28	237,53	R\$ 17.913,82
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	177,85	R\$ 1.004,30	17,79	R\$ 100,43
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3185,52	R\$ 322.188,15	318,55	R\$ 32.218,81
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	43,47	R\$ 60,01	4,35	R\$ 6,00
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	497,99	R\$ 7.873,73	49,80	R\$ 787,37
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1612,52	R\$ 82.558,12	161,25	R\$ 8.255,81
		100%	R\$ 1.254,86	39522,62	R\$ 49.595.181,03	3952,26	R\$ 4.959.518,10



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 12

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	2885,87	R\$ 254.581,20	577,17	R\$ 50.916,24
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	451,56	R\$ 6.233,05	90,31	R\$ 1.246,61
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	525,45	R\$ 8.439,86	105,09	R\$ 1.687,97
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1289,00	R\$ 50.789,62	257,80	R\$ 10.157,92
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2454,84	R\$ 184.212,06	490,97	R\$ 36.842,41
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2606,73	R\$ 207.712,74	521,35	R\$ 41.542,54
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1366,99	R\$ 57.122,09	273,40	R\$ 11.424,41
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	324,30	R\$ 3.214,91	64,86	R\$ 642,98
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	4700,32	R\$ 675.346,52	940,06	R\$ 135.069,30
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	307,88	R\$ 2.897,59	61,58	R\$ 579,51
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	3579,63	R\$ 391.695,57	715,93	R\$ 78.339,11
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	131,36	R\$ 527,49	26,27	R\$ 105,49
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	870,28	R\$ 23.151,94	174,06	R\$ 4.630,38
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2376,84	R\$ 172.692,24	475,37	R\$ 34.538,44
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	775,86	R\$ 18.400,91	155,17	R\$ 3.680,18
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	681,44	R\$ 14.194,88	136,29	R\$ 2.838,97
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	4733,16	R\$ 684.816,64	946,63	R\$ 136.963,32
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1687,19	R\$ 87.016,04	337,44	R\$ 17.403,20
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1104,27	R\$ 37.275,22	220,85	R\$ 7.455,04
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2467,15	R\$ 186.064,97	493,43	R\$ 37.212,99



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	184,73	R\$ 1.043,13	36,95	R\$ 208,62
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3308,70	R\$ 334.646,10	661,74	R\$ 66.929,22
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	45,16	R\$ 62,33	9,03	R\$ 12,46
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	517,24	R\$ 8.178,18	103,45	R\$ 1.635,63
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1674,87	R\$ 85.750,37	334,97	R\$ 17.150,07
		100%	R\$ 1.254,86	41050,83	R\$ 51.512.863,90	8210,17	R\$ 10.302.572,78

LOTE 13

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	3212,87	R\$ 283.427,37	642,57	R\$ 56.685,47
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	502,72	R\$ 6.939,31	100,54	R\$ 1.387,86
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	584,99	R\$ 9.396,17	117,00	R\$ 1.879,23
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1435,05	R\$ 56.544,50	287,01	R\$ 11.308,90
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2732,99	R\$ 205.084,81	546,60	R\$ 41.016,96
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2902,09	R\$ 231.248,32	580,42	R\$ 46.249,66
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1521,88	R\$ 63.594,50	304,38	R\$ 12.718,90
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	361,05	R\$ 3.579,19	72,21	R\$ 715,83
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	5232,91	R\$ 751.868,89	1046,58	R\$ 150.373,77
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	342,77	R\$ 3.225,92	68,55	R\$ 645,18



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	3985,23	R\$ 436.077,93	797,05	R\$ 87.215,58
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	146,25	R\$ 587,26	29,25	R\$ 117,45
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	968,89	R\$ 25.775,24	193,78	R\$ 5.155,04
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2646,16	R\$ 192.259,70	529,23	R\$ 38.451,94
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	863,77	R\$ 20.485,88	172,75	R\$ 4.097,17
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	758,66	R\$ 15.803,28	151,73	R\$ 3.160,65
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	5269,47	R\$ 762.412,06	1053,89	R\$ 152.482,41
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1878,36	R\$ 96.875,68	375,67	R\$ 19.375,13
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1229,39	R\$ 41.498,81	245,88	R\$ 8.299,76
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2746,70	R\$ 207.147,68	549,34	R\$ 41.429,53
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	205,66	R\$ 1.161,33	41,13	R\$ 232,26
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3683,60	R\$ 372.564,29	736,72	R\$ 74.512,85
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	50,27	R\$ 69,39	10,05	R\$ 13,87
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	575,85	R\$ 9.104,83	115,17	R\$ 1.820,96
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1864,65	R\$ 95.466,60	372,93	R\$ 19.093,32
		100%	R\$ 1.254,86	45702,23	R\$ 57.349.699,24	9140,45	R\$ 11.469.939,84



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 14

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	3512,61	R\$ 309.869,48	702,52	R\$ 61.973,89
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	549,63	R\$ 7.586,71	109,93	R\$ 1.517,34
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	639,56	R\$ 10.272,78	127,91	R\$ 2.054,55
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1568,93	R\$ 61.819,78	313,79	R\$ 12.363,95
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2987,97	R\$ 224.218,02	597,59	R\$ 44.843,60
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	3172,84	R\$ 252.822,43	634,57	R\$ 50.564,48
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1663,87	R\$ 69.527,50	332,77	R\$ 13.905,50
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	394,73	R\$ 3.913,11	78,95	R\$ 782,62
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	5721,10	R\$ 822.013,85	1144,22	R\$ 164.402,77
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	374,74	R\$ 3.526,88	74,95	R\$ 705,37
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	4357,03	R\$ 476.761,45	871,41	R\$ 95.352,29
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	159,89	R\$ 642,04	31,98	R\$ 128,40
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1059,28	R\$ 28.179,92	211,86	R\$ 5.635,98
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2893,03	R\$ 210.196,40	578,61	R\$ 42.039,28
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	944,36	R\$ 22.397,09	188,87	R\$ 4.479,41
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	829,44	R\$ 17.277,63	165,89	R\$ 3.455,52
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	5761,08	R\$ 833.540,63	1152,22	R\$ 166.708,12
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	2053,60	R\$ 105.913,61	410,72	R\$ 21.182,72
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1344,08	R\$ 45.370,41	268,82	R\$ 9.074,08
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	3002,96	R\$ 226.473,35	600,59	R\$ 45.294,67



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	224,85	R\$ 1.269,67	44,97	R\$ 253,93
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	4027,26	R\$ 407.322,35	805,45	R\$ 81.464,47
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	54,96	R\$ 75,86	10,99	R\$ 15,17
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	629,57	R\$ 9.954,26	125,91	R\$ 1.990,85
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	2038,61	R\$ 104.373,07	407,72	R\$ 20.874,61
		100%	R\$ 1.254,86	49965,98	R\$ 62.700.089,80	9993,20	R\$ 12.540.017,96

LOTE 15

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	2920,17	R\$ 257.606,66	584,03	R\$ 51.521,33
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	456,93	R\$ 6.307,13	91,39	R\$ 1.261,42
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	531,70	R\$ 8.540,16	106,34	R\$ 1.708,03
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1304,31	R\$ 51.393,20	260,86	R\$ 10.278,64
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2484,01	R\$ 186.401,24	496,80	R\$ 37.280,24
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2637,71	R\$ 210.181,21	527,54	R\$ 42.036,24
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1383,24	R\$ 57.800,94	276,65	R\$ 11.560,18
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	328,16	R\$ 3.253,12	65,63	R\$ 650,62
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	4756,18	R\$ 683.372,37	951,24	R\$ 136.674,47



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	311,54	R\$ 2.932,03	62,31	R\$ 586,40
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	3622,17	R\$ 396.350,50	724,43	R\$ 79.270,10
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	132,92	R\$ 533,76	26,58	R\$ 106,75
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	880,62	R\$ 23.427,08	176,12	R\$ 4.685,41
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2405,09	R\$ 174.744,52	481,02	R\$ 34.948,90
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	785,08	R\$ 18.619,58	157,02	R\$ 3.723,91
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	689,54	R\$ 14.363,57	137,91	R\$ 2.872,71
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	4789,41	R\$ 692.955,04	957,88	R\$ 138.591,00
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1707,24	R\$ 88.050,14	341,45	R\$ 17.610,02
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1117,39	R\$ 37.718,20	223,48	R\$ 7.543,64
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2496,47	R\$ 188.276,18	499,29	R\$ 37.655,23
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	186,92	R\$ 1.055,53	37,38	R\$ 211,10
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3348,02	R\$ 338.623,05	669,60	R\$ 67.724,61
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	45,69	R\$ 63,07	9,14	R\$ 12,61
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	523,39	R\$ 8.275,37	104,68	R\$ 1.655,07
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1694,78	R\$ 86.769,43	338,96	R\$ 17.353,88
		100%	R\$ 1.254,86	41538,68	R\$ 52.125.045,21	8307,74	R\$ 10.425.009,04



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 16

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	2785,12	R\$ 245.692,75	557,02	R\$ 49.138,55
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	435,79	R\$ 6.015,43	87,16	R\$ 1.203,08
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	507,11	R\$ 8.145,19	101,42	R\$ 1.629,03
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1243,99	R\$ 49.016,35	248,80	R\$ 9.803,27
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2369,13	R\$ 177.780,47	473,83	R\$ 35.556,09
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2515,72	R\$ 200.460,65	503,14	R\$ 40.092,13
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1319,27	R\$ 55.127,73	263,85	R\$ 11.025,54
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	312,98	R\$ 3.102,67	62,60	R\$ 620,53
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	4536,21	R\$ 651.767,45	907,24	R\$ 130.353,49
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	297,13	R\$ 2.796,43	59,43	R\$ 559,28
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	3454,65	R\$ 378.019,90	690,93	R\$ 75.603,98
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	126,78	R\$ 509,07	25,36	R\$ 101,81
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	839,89	R\$ 22.343,61	167,98	R\$ 4.468,72
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2293,86	R\$ 166.662,85	458,77	R\$ 33.332,57
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	748,77	R\$ 17.758,46	149,75	R\$ 3.551,69
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	657,65	R\$ 13.699,28	131,53	R\$ 2.739,85
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	4567,91	R\$ 660.906,93	913,58	R\$ 132.181,38
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1628,28	R\$ 83.977,96	325,66	R\$ 16.795,59
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1065,71	R\$ 35.973,79	213,14	R\$ 7.194,75
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2381,02	R\$ 179.568,70	476,20	R\$ 35.913,74



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	178,28	R\$ 1.006,71	35,66	R\$ 201,34
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3193,18	R\$ 322.962,26	638,64	R\$ 64.592,45
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	43,58	R\$ 60,15	8,72	R\$ 12,03
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	499,18	R\$ 7.892,64	99,84	R\$ 1.578,52
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1616,40	R\$ 82.756,48	323,28	R\$ 16.551,29
		100%	R\$ 1.254,86	39617,58	R\$ 49.714.342,11	7923,52	R\$ 9.942.868,42

LOTE 17

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	2841,93	R\$ 250.704,52	568,39	R\$ 50.140,90
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	444,68	R\$ 6.138,14	88,94	R\$ 1.227,62
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	517,45	R\$ 8.311,34	103,49	R\$ 1.662,26
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1269,37	R\$ 50.016,21	253,87	R\$ 10.003,24
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2417,46	R\$ 181.406,93	483,49	R\$ 36.281,38
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2567,03	R\$ 204.549,75	513,41	R\$ 40.909,95
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1346,18	R\$ 56.252,26	269,24	R\$ 11.250,45
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	319,36	R\$ 3.165,96	63,87	R\$ 633,19
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	4628,74	R\$ 665.062,54	925,75	R\$ 133.012,50
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	303,19	R\$ 2.853,47	60,64	R\$ 570,69



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	3525,12	R\$ 385.730,94	705,02	R\$ 77.146,18
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	129,36	R\$ 519,45	25,87	R\$ 103,89
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	857,03	R\$ 22.799,39	171,41	R\$ 4.559,87
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2340,65	R\$ 170.062,53	468,13	R\$ 34.012,50
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	764,05	R\$ 18.120,70	152,81	R\$ 3.624,14
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	671,07	R\$ 13.978,72	134,21	R\$ 2.795,74
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	4661,09	R\$ 674.388,46	932,22	R\$ 134.877,69
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1661,50	R\$ 85.690,99	332,30	R\$ 17.138,19
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1087,45	R\$ 36.707,60	217,49	R\$ 7.341,52
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2429,59	R\$ 183.231,63	485,92	R\$ 36.646,32
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	181,92	R\$ 1.027,25	36,38	R\$ 205,45
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3258,31	R\$ 329.550,21	651,66	R\$ 65.910,04
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	44,47	R\$ 61,38	8,89	R\$ 12,27
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	509,36	R\$ 8.053,64	101,87	R\$ 1.610,72
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1649,37	R\$ 84.444,59	329,87	R\$ 16.888,91
		100%	R\$ 1.254,86	40425,72	R\$ 50.728.441,12	8085,14	R\$ 10.145.688,22



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 18

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	4909,84	R\$ 433.128,27	490,98	R\$ 43.312,82
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	768,25	R\$ 10.604,52	76,83	R\$ 1.060,45
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	893,97	R\$ 14.359,05	89,40	R\$ 1.435,90
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	2193,02	R\$ 86.410,23	219,30	R\$ 8.641,02
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	4176,51	R\$ 313.406,68	417,65	R\$ 31.340,66
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	4434,92	R\$ 353.389,24	443,49	R\$ 35.338,92
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	2325,71	R\$ 97.183,90	232,57	R\$ 9.718,39
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	551,75	R\$ 5.469,65	55,17	R\$ 546,96
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	7996,83	R\$ 1.148.991,60	799,68	R\$ 114.899,16
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	523,81	R\$ 4.929,78	52,38	R\$ 492,97
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	6090,16	R\$ 666.405,92	609,02	R\$ 66.640,59
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	223,49	R\$ 897,44	22,35	R\$ 89,74
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1480,63	R\$ 39.389,24	148,06	R\$ 3.938,92
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	4043,81	R\$ 293.807,58	404,38	R\$ 29.380,75
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	1320,00	R\$ 31.306,13	132,00	R\$ 3.130,61
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	1159,37	R\$ 24.150,27	115,94	R\$ 2.415,02
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	8052,70	R\$ 1.165.103,46	805,27	R\$ 116.510,34
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	2870,48	R\$ 148.043,56	287,05	R\$ 14.804,35
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1878,73	R\$ 63.417,69	187,87	R\$ 6.341,76
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	4197,46	R\$ 316.559,11	419,75	R\$ 31.655,91



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	314,29	R\$ 1.774,72	31,43	R\$ 177,47
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	5629,21	R\$ 569.345,59	562,92	R\$ 56.934,55
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	76,83	R\$ 106,04	7,68	R\$ 10,60
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	880,00	R\$ 13.913,83	88,00	R\$ 1.391,38
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	2849,52	R\$ 145.890,22	284,95	R\$ 14.589,02
		100%	R\$ 1.254,86	69841,27	R\$ 87.640.708,76	6984,13	R\$ 8.764.070,87

LOTE 19

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	6401,16	R\$ 564.687,10	640,12	R\$ 56.468,71
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	1001,60	R\$ 13.825,55	100,16	R\$ 1.382,55
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	1165,50	R\$ 18.720,48	116,55	R\$ 1.872,04
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	2859,12	R\$ 112.656,56	285,91	R\$ 11.265,65
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	5445,08	R\$ 408.601,15	544,51	R\$ 40.860,11
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	5781,99	R\$ 460.728,06	578,20	R\$ 46.072,80
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	3032,13	R\$ 126.702,64	303,21	R\$ 12.670,26
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	719,33	R\$ 7.131,01	71,93	R\$ 713,10
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	10425,79	R\$ 1.497.987,50	1042,58	R\$ 149.798,75
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	682,91	R\$ 6.427,16	68,29	R\$ 642,71



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	7939,99	R\$ 868.820,75	794,00	R\$ 86.882,07
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	291,38	R\$ 1.170,03	29,14	R\$ 117,00
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1930,36	R\$ 51.353,36	193,04	R\$ 5.135,33
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	5272,08	R\$ 383.049,01	527,21	R\$ 38.304,90
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	1720,94	R\$ 40.815,09	172,09	R\$ 4.081,50
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	1511,51	R\$ 31.485,70	151,15	R\$ 3.148,57
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	10498,63	R\$ 1.518.993,20	1049,86	R\$ 151.899,32
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	3742,36	R\$ 193.010,46	374,24	R\$ 19.301,04
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	2449,38	R\$ 82.680,24	244,94	R\$ 8.268,02
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	5472,40	R\$ 412.711,11	547,24	R\$ 41.271,11
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	409,75	R\$ 2.313,78	40,97	R\$ 231,37
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	7339,03	R\$ 742.279,21	733,90	R\$ 74.227,92
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	100,16	R\$ 138,25	10,02	R\$ 13,82
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	1147,29	R\$ 18.140,04	114,73	R\$ 1.814,00
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	3715,04	R\$ 190.203,07	371,50	R\$ 19.020,30
		100%	R\$ 1.254,86	91054,93	R\$ 114.260.788,81	9105,49	R\$ 11.426.078,88



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 20

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	2178,22	R\$ 192.154,38	217,82	R\$ 19.215,43
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	340,83	R\$ 4.704,62	34,08	R\$ 470,46
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	396,60	R\$ 6.370,29	39,66	R\$ 637,02
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	972,92	R\$ 38.335,30	97,29	R\$ 3.833,53
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	1852,88	R\$ 139.040,72	185,29	R\$ 13.904,07
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	1967,52	R\$ 156.778,71	196,75	R\$ 15.677,87
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1031,79	R\$ 43.114,97	103,18	R\$ 4.311,49
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	244,78	R\$ 2.426,57	24,48	R\$ 242,65
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	3547,74	R\$ 509.742,23	354,77	R\$ 50.974,22
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	232,38	R\$ 2.187,06	23,24	R\$ 218,70
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	2701,86	R\$ 295.646,41	270,19	R\$ 29.564,64
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	99,15	R\$ 398,14	9,92	R\$ 39,81
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	656,87	R\$ 17.474,76	65,69	R\$ 1.747,47
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	1794,01	R\$ 130.345,71	179,40	R\$ 13.034,57
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	585,61	R\$ 13.888,75	58,56	R\$ 1.388,87
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	514,34	R\$ 10.714,10	51,43	R\$ 1.071,41
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	3572,52	R\$ 516.890,15	357,25	R\$ 51.689,01
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1273,47	R\$ 65.678,50	127,35	R\$ 6.567,85
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	833,49	R\$ 28.134,82	83,35	R\$ 2.813,48
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	1862,17	R\$ 140.439,27	186,22	R\$ 14.043,92



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	139,43	R\$ 787,34	13,94	R\$ 78,73
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	2497,36	R\$ 252.586,26	249,74	R\$ 25.258,62
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	34,08	R\$ 47,04	3,41	R\$ 4,70
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	390,41	R\$ 6.172,77	39,04	R\$ 617,27
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1264,17	R\$ 64.723,19	126,42	R\$ 6.472,31
		100%	R\$ 1.254,86	30984,60	R\$ 38.881.198,82	3098,46	R\$ 3.888.119,88

LOTE 21

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	3350,80	R\$ 295.595,05	335,08	R\$ 29.559,50
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	524,31	R\$ 7.237,22	52,43	R\$ 723,72
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	610,10	R\$ 9.799,55	61,01	R\$ 979,95
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1496,66	R\$ 58.971,99	149,67	R\$ 5.897,19
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2850,32	R\$ 213.889,21	285,03	R\$ 21.388,92
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	3026,68	R\$ 241.175,93	302,67	R\$ 24.117,59
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1587,22	R\$ 66.324,65	158,72	R\$ 6.632,46
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	376,55	R\$ 3.732,85	37,65	R\$ 373,28
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	5457,56	R\$ 784.147,00	545,76	R\$ 78.414,70
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	357,48	R\$ 3.364,41	35,75	R\$ 336,44



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	4156,32	R\$ 454.798,98	415,63	R\$ 45.479,89
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	152,53	R\$ 612,47	15,25	R\$ 61,24
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1010,48	R\$ 26.881,79	101,05	R\$ 2.688,17
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2759,76	R\$ 200.513,51	275,98	R\$ 20.051,35
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	900,85	R\$ 21.365,35	90,09	R\$ 2.136,53
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	791,23	R\$ 16.481,72	79,12	R\$ 1.648,17
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	5495,69	R\$ 795.142,80	549,57	R\$ 79.514,28
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1959,00	R\$ 101.034,60	195,90	R\$ 10.103,46
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1282,17	R\$ 43.280,38	128,22	R\$ 4.328,03
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2864,62	R\$ 216.040,64	286,46	R\$ 21.604,06
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	214,49	R\$ 1.211,18	21,45	R\$ 121,11
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3841,74	R\$ 388.558,66	384,17	R\$ 38.855,86
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	52,43	R\$ 72,37	5,24	R\$ 7,23
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	600,57	R\$ 9.495,71	60,06	R\$ 949,57
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1944,70	R\$ 99.565,03	194,47	R\$ 9.956,50
		100%	R\$ 1.254,86	47664,25	R\$ 59.811.751,02	4766,43	R\$ 5.981.175,10



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 22

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	3005,95	R\$ 265.173,86	300,59	R\$ 26.517,38
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	470,35	R\$ 6.492,40	47,03	R\$ 649,24
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	547,31	R\$ 8.791,03	54,73	R\$ 879,10
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1342,63	R\$ 52.902,88	134,26	R\$ 5.290,28
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2556,98	R\$ 191.876,78	255,70	R\$ 19.187,67
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2715,19	R\$ 216.355,29	271,52	R\$ 21.635,52
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1423,87	R\$ 59.498,84	142,39	R\$ 5.949,88
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	337,80	R\$ 3.348,68	33,78	R\$ 334,86
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	4895,89	R\$ 703.446,45	489,59	R\$ 70.344,64
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	320,69	R\$ 3.018,16	32,07	R\$ 301,81
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	3728,57	R\$ 407.993,31	372,86	R\$ 40.799,33
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	136,83	R\$ 549,43	13,68	R\$ 54,94
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	906,49	R\$ 24.115,25	90,65	R\$ 2.411,52
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2475,74	R\$ 179.877,64	247,57	R\$ 17.987,76
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	808,14	R\$ 19.166,53	80,81	R\$ 1.916,65
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	709,80	R\$ 14.785,50	70,98	R\$ 1.478,55
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	4930,10	R\$ 713.310,61	493,01	R\$ 71.331,06
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1757,39	R\$ 90.636,62	175,74	R\$ 9.063,66
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1150,21	R\$ 38.826,17	115,02	R\$ 3.882,61
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2569,81	R\$ 193.806,80	256,98	R\$ 19.380,68



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	192,41	R\$ 1.086,53	19,24	R\$ 108,65
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3446,37	R\$ 348.570,12	344,64	R\$ 34.857,01
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	47,03	R\$ 64,92	4,70	R\$ 6,49
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	538,76	R\$ 8.518,46	53,88	R\$ 851,84
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1744,56	R\$ 89.318,29	174,46	R\$ 8.931,82
		100%	R\$ 1.254,86	42758,88	R\$ 53.656.220,01	4275,89	R\$ 5.365.622,00

LOTE 23

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	3304,33	R\$ 291.496,28	330,43	R\$ 29.149,62
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	517,04	R\$ 7.136,86	51,70	R\$ 713,68
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	601,64	R\$ 9.663,67	60,16	R\$ 966,36
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1475,90	R\$ 58.154,27	147,59	R\$ 5.815,42
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2810,80	R\$ 210.923,39	281,08	R\$ 21.092,33
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2984,71	R\$ 237.831,74	298,47	R\$ 23.783,17
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1565,21	R\$ 65.404,98	156,52	R\$ 6.540,49
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	371,33	R\$ 3.681,09	37,13	R\$ 368,10
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	5381,88	R\$ 773.273,90	538,19	R\$ 77.327,39
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	352,52	R\$ 3.317,75	35,25	R\$ 331,77



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	4098,69	R\$ 448.492,67	409,87	R\$ 44.849,26
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	150,41	R\$ 603,97	15,04	R\$ 60,39
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	996,47	R\$ 26.509,04	99,65	R\$ 2.650,90
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	2721,49	R\$ 197.733,16	272,15	R\$ 19.773,31
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	888,36	R\$ 21.069,10	88,84	R\$ 2.106,91
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	780,26	R\$ 16.253,18	78,03	R\$ 1.625,31
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	5419,48	R\$ 784.117,22	541,95	R\$ 78.411,72
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1931,84	R\$ 99.633,64	193,18	R\$ 9.963,36
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1264,39	R\$ 42.680,24	126,44	R\$ 4.268,02
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2824,90	R\$ 213.044,98	282,49	R\$ 21.304,49
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	211,51	R\$ 1.194,39	21,15	R\$ 119,43
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	3788,47	R\$ 383.170,85	378,85	R\$ 38.317,08
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	51,70	R\$ 71,36	5,17	R\$ 7,13
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	592,24	R\$ 9.364,04	59,22	R\$ 936,40
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1917,74	R\$ 98.184,44	191,77	R\$ 9.818,44
		100%	R\$ 1.254,86	47003,33	R\$ 58.982.391,86	4700,33	R\$ 5.898.239,18



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

LOTE 24

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	2417,93	R\$ 213.300,94	241,79	R\$ 21.330,09
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	378,34	R\$ 5.222,36	37,83	R\$ 522,23
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	440,25	R\$ 7.071,34	44,02	R\$ 707,13
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1079,99	R\$ 42.554,10	108,00	R\$ 4.255,41
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	2056,79	R\$ 154.342,13	205,68	R\$ 15.434,21
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	2184,05	R\$ 174.032,18	218,40	R\$ 17.403,21
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	1145,34	R\$ 47.859,76	114,53	R\$ 4.785,97
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	271,72	R\$ 2.693,61	27,17	R\$ 269,36
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	3938,16	R\$ 565.839,28	393,82	R\$ 56.583,92
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	257,96	R\$ 2.427,75	25,80	R\$ 242,77
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	2999,20	R\$ 328.182,25	299,92	R\$ 32.818,22
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	110,06	R\$ 441,95	11,01	R\$ 44,19
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	729,16	R\$ 19.397,86	72,92	R\$ 1.939,78
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	1991,44	R\$ 144.690,24	199,14	R\$ 14.469,02
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	650,06	R\$ 15.417,20	65,01	R\$ 1.541,72
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	570,95	R\$ 11.893,18	57,09	R\$ 1.189,31
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	3965,68	R\$ 573.773,83	396,57	R\$ 57.377,38
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	1413,61	R\$ 72.906,41	141,36	R\$ 7.290,64
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	925,21	R\$ 31.231,05	92,52	R\$ 3.123,10
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	2067,11	R\$ 155.894,59	206,71	R\$ 15.589,45



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	154,78	R\$ 873,99	15,48	R\$ 87,39
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	2772,19	R\$ 280.383,34	277,22	R\$ 28.038,33
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	37,83	R\$ 52,22	3,78	R\$ 5,22
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	433,37	R\$ 6.852,09	43,34	R\$ 685,20
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	1403,29	R\$ 71.845,97	140,33	R\$ 7.184,59
		100%	R\$ 1.254,86	34394,45	R\$ 43.160.068,18	3439,45	R\$ 4.316.006,81

LOTE 25

ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL	VALOR/M²	QUANTITATIVO LOTE	VALOR UNITÁRIO	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	7,03%	R\$ 88,22	4351,29	R\$ 383.854,99	435,13	R\$ 38.385,49
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%	R\$ 13,80	680,86	R\$ 9.398,14	68,09	R\$ 939,81
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%	R\$ 16,06	792,27	R\$ 12.725,54	79,23	R\$ 1.272,55
4	DEMOLIÇÃO	3,14%	R\$ 39,40	1943,54	R\$ 76.580,08	194,35	R\$ 7.658,00
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%	R\$ 75,04	3701,38	R\$ 277.753,10	370,14	R\$ 27.775,31
6	SUPERESTRUTURA	6,35%	R\$ 79,68	3930,40	R\$ 313.187,19	393,04	R\$ 31.318,71
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%	R\$ 41,79	2061,14	R\$ 86.128,12	206,11	R\$ 8.612,81
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%	R\$ 9,91	488,98	R\$ 4.847,42	48,90	R\$ 484,74
9	COBERTURA	11,45%	R\$ 143,68	7087,10	R\$ 1.018.280,71	708,71	R\$ 101.828,07
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%	R\$ 9,41	464,22	R\$ 4.368,97	46,42	R\$ 436,89



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%	R\$ 109,42	5397,33	R\$ 590.594,66	539,73	R\$ 59.059,46
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%	R\$ 4,02	198,07	R\$ 795,34	19,81	R\$ 79,53
13	SPDA	2,12%	R\$ 26,60	1312,20	R\$ 34.908,26	131,22	R\$ 3.490,82
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%	R\$ 72,66	3583,78	R\$ 260.383,62	358,38	R\$ 26.038,36
15	DRENAGEM	1,89%	R\$ 23,72	1169,83	R\$ 27.744,70	116,98	R\$ 2.774,47
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%	R\$ 20,83	1027,47	R\$ 21.402,90	102,75	R\$ 2.140,29
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%	R\$ 144,68	7136,61	R\$ 1.032.559,67	713,66	R\$ 103.255,96
18	ESQUADRIAS	4,11%	R\$ 51,57	2543,93	R\$ 131.201,92	254,39	R\$ 13.120,19
19	FORROS	2,69%	R\$ 33,76	1665,00	R\$ 56.203,20	166,50	R\$ 5.620,32
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%	R\$ 75,42	3719,95	R\$ 280.546,91	372,00	R\$ 28.054,69
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%	R\$ 5,65	278,53	R\$ 1.572,82	27,85	R\$ 157,28
	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS),						
22	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%	R\$ 101,14	4988,82	R\$ 504.576,04	498,88	R\$ 50.457,60
23	TOTEM	0,11%	R\$ 1,38	68,09	R\$ 93,98	6,81	R\$ 9,39
24	PÓRTICO	1,26%	R\$ 15,81	779,89	R\$ 12.330,98	77,99	R\$ 1.233,09
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%	R\$ 51,20	2525,36	R\$ 129.293,55	252,54	R\$ 12.929,35
		100%	R\$ 1.254,86	61896,03	R\$ 77.670.579,85	6189,60	R\$ 7.767.057,98



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA – PLANILHA DEMONSTRATIVA DE ANÁLISE PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

%Desc (É o percentual de desconto ofertado sobre a tabela SINAPI)	(inserir desconto adotado)%
%BDI (É o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas.)	(inserir taxa do lote)%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA – DEMONSTRATIVA DE ANÁLISE									
Item	Código	Banco	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unit	Valor Unit C/ Desc	Valor Unit c/ Desc + BDI	Total do item
1			(ETAPA)		1	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
1.1	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	672,51	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
1.2	94445	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO PLAN, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	672,51	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
1.3	88487	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	470,57	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
1.4	88485	SINAPI	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m²	470,57	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
1.5	88489	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	1568,58	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
1.6	74245/001	SINAPI	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMAOS	m²	247	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
1.7	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	23,91	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
1.8	97663	SINAPI	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	4	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
1.9	79627	SINAPI	DIVISORIA EM GRANITO BRANCO POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:4, ARREMATE EM CIMENTO	m²	2,76	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

			BRANCO, EXCLUSIVE FERRAGENS						
1.10	91341	SINAPI	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m ²	23,91	R\$ XX,XX		R\$ XX,XX	R\$ XX,XX

*Utilizar SINAPI sem desoneração, e nas fórmulas truncar as casas decimais conforme padrão TCU.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUADRO COM BDI DETERMINADO PARA CADA LOTE

LOTE	1	2	3	4	5
BDI (%)	22,88%	22,23%	21,90%	22,55%**	22,23%

LOTE	6	7	8	9	10
BDI (%)	22,88%**	22,23%	22,23%	22,88%	22,23%

LOTE	11	12	13	14	15
BDI (%)	22,88%**	22,23%	22,23%	22,23%	22,23%

LOTE	16	17	18	19	20
BDI (%)	22,23%	22,23%	22,88%	22,23%	21,58%

LOTE	21	22	23	24	25
BDI (%)	22,23%	22,88%	22,23%	22,88%**	22,23%

*Observação: o valor do BDI máximo estimado foi obtido pela mediana do BDI dos municípios que compõe o lote. Para todos os lotes será considerado aceitável BDI diferenciado para equipamentos máximo equivalente a 15,28%.

** Percentual de BDI alterados após revisão dos dados do Estudo técnico



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA – COMPOSIÇÃO DO BDI

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 1			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,50%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,88%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN		5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA 50%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 2			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 3			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	1,75%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	21,90%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	35%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 4			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,25%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,55%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	45%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 5			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 6			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,50%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,88%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	50%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 7			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 8			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 9			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,50%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,88%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	50%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 10			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 11			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,50%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,88%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	50%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 12			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 13			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 14			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 15			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 16			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 17			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 18			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,50%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,88%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	50%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 19			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 20			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	1,50%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	21,58%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	30%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 21			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 22			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,50%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,88%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	50%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 23			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	4%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	50%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 24			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,50%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,88%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	50%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETA)			
LOTE 25			
COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS) (Resolução Normativa 018/2017 com base no Acórdão do TCU 2622/2013) 'SEM DESONERAÇÃO DE MÃO DE OBRA'		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV	ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	% SOBRE PV
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%
DF - CUSTOS FINANCEIROS	1,23%	DF - CUSTOS FINANCEIROS	0,85%
C - RISCOS	1,27%	C - RISCOS	0,85%
S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,80%	S - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS	0,48%
LO - LUCRO OPERACIONAL	7,40%	LO - LUCRO OPERACIONAL	5,11%
TAXAS E IMPOSTOS		TAXAS E IMPOSTOS	
F - PIS	0,65%	F - PIS	0,65%
G - COFINS	3,00%	G - COFINS	3,00%
H - ISSQN	2,00%	H - ISSQN	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	0,00%	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI N° 13.161/15	-
TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	22,23%	TAXA DE BDI TOTAL (COM IMPOSTOS)	15,28%
FÓRMULA DO BDI:			
$BDI (LDI) = \frac{(1 + AC + S + C + G) \times (1 + DF) \times (1 + LO)}{(1 - I)} - 1$			
LOCALIDADE/ ALÍQUOTA ISSQN	5%	% SOBRE A MÃO DE OBRA	40%

Assinatura do Emitente.
RG e CPF/CNPJ. Carimbo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
MATO GROSSO - FONTE:		VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2020			
SINAPI		COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)	MENSALISTA (%)	HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salario Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,77%	NÃO INCIDE	17,77%	NÃO INCIDE
B2	Feriados	3,67%	NÃO INCIDE	3,67%	NÃO INCIDE
B3	Auxilio - Enfermidade	0,87%	0,67%	0,87%	0,67%
B4	13º Salario	10,85%	8,33%	10,85%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,72%	0,56%	0,72%	0,56%
B7	Dias de chuvas	1,15%	NÃO INCIDE	1,15%	NÃO INCIDE
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	10,20%	7,83%	10,20%	7,83%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	45,44%	17,56%	45,44%	17,56%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,92%	4,55%	5,92%	4,55%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	0,11%	0,14%	0,11%
C3	Férias Indenizadas	3,32%	2,55%	3,32%	2,55%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,67%	2,82%	3,67%	2,82%
C5	Indenização Adicional	0,50%	0,38%	0,50%	0,38%
C	Total	13,55%	10,41%	13,55%	10,41%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A Sobre Grupo B	7,63%	2,95%	16,72%	6,46%
D2	Reincidência de Grupo A Sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS Sobre Aviso Prévio Indenizado	0,50%	0,38%	0,53%	0,40%
D	Total	8,13%	3,33%	17,25%	6,86%
TOTAL (A+B+C+D)		83,92%	48,10%	113,04%	71,63%

Fonte: SINAPI.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO DOS
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL - IMR

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Objeto da Ordem de Serviço:		Contratada:	(INSERIR NOME) CNPJ:
Valor do levantamento aprovado:			
SINAPI de Referencia (Mês/Ano)		Data de solicitação da demanda:	
Unidade:		Contrato N.º:	
		Processo N.º:	
Município:		Valor do Contrato:	
		Data da Ordem Serviço:	
Nº portaria c/ nomeação dos fiscais:		Data do Prazo Execução:	
Nº Edital /Modalidade:		Data do Prazo de Vigência:	
Relatório Gerencial Mensal com Espelho de Desempenho			
MÊS DE REFERÊNCIA: XX/XXXX Período:			
OCORRÊNCIAS OU COMENTÁRIOS (caso houver):			



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

A) Conceitos Atribuídos Pela Fiscalização:									
ITEM (Lançamento de Dados)	CONCEITO								
	Excelent e (0,7 à 1,0)	Bom (0,3 à 0,69)	Ruim (0 à 0,29)						
1) Nº de Pessoal									
2) Organização e limpeza da frente de trabalho									
3) Cronograma Físico									
4) Qualidade dos Serviços									
5) Atendimento à Fiscalização									
6) Administração da Obra									

ITEM (Interpretação de Dados)	Nota [N]	Pesos [P]	Produt · [N]x[P]	Desemp. Parcial = [N]x[P]	
1) Nº de Pessoal	0,00	2,00	0,00	<div> <div>0,00</div> <div>10,00</div> <div>=</div> </div>	
2) Organização e limpeza da frente de trabalho	0,00	0,50	0,00		
3) Cronograma Físico	0,00	2,00	0,00		
4) Qualidade dos Serviços	0,00	3,00	0,00		
5) Atendimento à Fiscalização	0,00	1,50	0,00		
6) Administração da Obra	0,00	1,00	0,00	Conceito:	RUIM
TOTAL	0,00	10,00	0,00		

B) Medições realizadas referente a Ordem de Serviço:					
Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
1		5		9	
2		6		10	
3		7		11	
4		8		12	
Valor do levantamento aprovado(R\$):				Total Pago (Fiplan) (R\$):	
Total Medido (R\$):	R\$ -	%		Saldo (R\$):	0,00 %



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

C) Medições Geral do Contrato :					
Nº	VALOR MEDIDO	Nº	VALOR MEDIDO	Nº	VALOR MEDIDO
1ª		16ª		31ª	
2ª		17ª		32ª	
3ª		18ª		33ª	
4ª		19ª		34ª	
5ª		20ª		35ª	
6ª		21ª		36ª	
7ª		22ª		37ª	
8ª		23ª		38ª	
9ª		24ª		39ª	
10ª		25ª		40ª	
11ª		26ª		41ª	
12ª		27ª		42ª	
13ª		28ª		43ª	
14ª		29ª		44ª	
15ª		30ª		45ª	
Total Medido (R\$): R\$ 0,00 %					
D) Visto dos Fiscais do Contrato:					
<div><div>_____ ENG CIVIL CFOE/ SAOB-SEDUC-MT</div><div>_____ ARQ. E URB. CFOE/ SAOB-SEDUC-MT</div><div>(município), ____ de (mês) de 2021</div></div>					



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO DE LEVANTAMENTO - OLS

Nº -

ORDEM DE LEVANTAMENTO DE SERVIÇOS

Unidade de Levantamento:

Município:

Demanda de origem:

Data Final de entrega do levantamento:

FISCAL DE OBRAS (TITULAR):

FISCAL DE OBRAS (SUPLENTE):

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR:

OBSERVAÇÃO:

Considera-se esta **Ordem de Serviço** como Indicação de Gestor em conformidade com o Artigo 67, parágrafos 1º e 2º, da Lei 8.666/93, sendo seus titulares os Fiscais de Obras – Titular e Suplente; como responsáveis pela fiscalização/gestão desta obra.

DATA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO X DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO – O.S.

Processo nº

PREGÃO

ATA REGISTRO:

ORDEM DE SERVIÇO

- OBJETO -

Nº - LOTE

ENDEREÇO UNIDADE:

EMPRESA:

CNPJ Nº:

INSC. EST.:

ENDEREÇO DA EMPRESA – SEDE SOCIAL

UNIDADE DE LICITAÇÃO:

Secretaria de Estado de
Educação de Mato Grosso

ORIGEM:
ADESÃO A
ATA:

CONTRATO Nº:

PUBLICAÇÃO

DESCRIÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):

PRAZO EXECUÇÃO O.S.:

DATA DE INÍCIO

FONTE DE
RECURSOS:

PRAZO DE
VIGÊNCIA
CONTRATUAL:

FISCAL DE OBRAS (TITULAR):

FISCAL DE OBRAS (SUPLENTE):

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA
ESCOLAR:

SECRETÁRIO ADJUNTO INFRAESTRUTURA
E PATRIMÔNIO:

PELA EMPRESA:

OBSERVAÇÃO:

Considera-se esta Ordem de Serviço como Indicação de Gestor em conformidade com o Artigo 67, parágrafos 1º e 2º, da Lei 8.666/93, sendo seus titulares os Fiscais de Obras – Titular e Suplente; como responsáveis pela fiscalização/gestão desta obra.

DATA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XI DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

(INSERIR LOGO)	GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO		Folha N.º		
	Secretaria de Estado de Educação - SEDUC		N/N		
	RELATÓRIO FOTOGRÁFICO				
Unidade Escolar:		Empresa ou Conveniente			
Localização Escola:		CNPJ			
		Contrato N.º			
Registro Fotográfico dos Serviços					
Coordenada:	Localização:	Serviço:	Coordenada:	Localização:	Serviço:

*Observação: incluir fotos de **todos** os serviços.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PROPOSTA

Sessão: ____/____/2021, às ____:____ horas.

Local: Secretaria do Estado de Educação – SEDUC – Cuiabá/MT

Razão Social:				
CNPJ:		I. E.:		
INSC. EST.:				
Optante pelo SIMPLES? Sim () Não ()				
Endereço:				
Bairro:		Cidade:		
CEP:		E-mail:		
Telefone:		Fax:		
Banco da licitante:		Conta Bancária da licitante:		
N. da Agência:				
Representante:		Telefone:		
E-mail:				
Lote	Município	Valor Anual	Percentual de BDI	PERCENTAL DE DESCONTO (Sobre a tabela SINAPI)
(inserir número do lote)	(Listar todos os municípios do lote)	(Conforme valor demonstrado do ANEXO II do termo de referência – valores destinados aos lotes)	BDI de serviços (conforme fixado no quadro do ANEXO V por lote) ,%
			BDI de insumos (conforme fixado no quadro do ANEXO V por lote)	
Valor total por extenso R\$xxx,xxx				

A empresa _____ declara que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas.

Validade da Proposta: _____

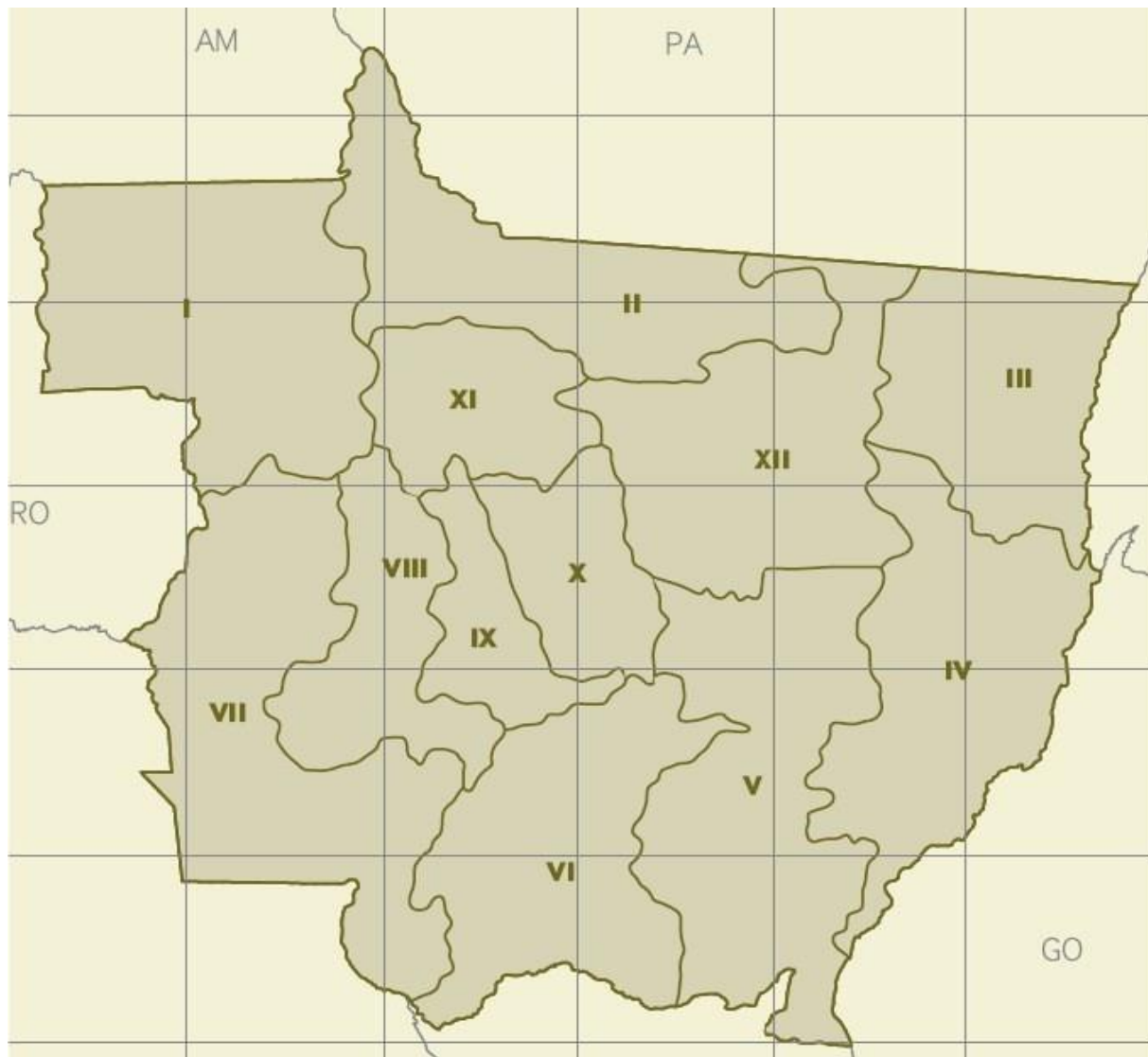
Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do representante legal.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XIII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MAPA DE DIVISÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO



I – REGIÃO NOROESTE; II – NORTE; III – NORDESTE; IV – LESTE; V – SUDESTE; VI – SUL; VII – SUDOESTE; VIII – OESTE; IX – CENTRO OESTE; X – CENTRO; XI – NOROESTE; XII – CENTRO NORTE. (Fonte: SEPLAG - Regiões De Planejamento do Estado)



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XIV DO TERMO DE REFERÊNCIA – CHECK-LIST DOCUMENTOS A APRESENTAR EM MEDIÇÕES

CONFORMIDADE DO FISCAL DE OBRAS

Legislação de regência: Lei Federal 4.320/64; Lei Federal 8.666/93, Decreto Estadual nº 8.199/06, Decreto Estadual nº 7.217/06 e suas atualizações, Decreto Estadual nº 2.320/03, Orientações Técnicas Nº 064/2010, 006/2014 e 0014/2015 (CGE), Portaria nº 180/2015/GS/SEDUC/MT.

Processo nº :	Data:
Empresa:	CNPJ:
Nº da NF:	Emissão:
Valor da NF:	Fonte:
Objeto Contratual:	Contrato:

Período Medição: Data da Medição: - Número da Medição:

1	FISCAL DO CONTRATO (Portaria nº 180/2015/GS/SEDUC/MT)	Sim	NÃO	N/A	PAG.	OBSERVAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA
1.1	Emissão da Ordem de Início da execução da obra e serviços de engenharia (1ª medição).	X					
1.2	Nota Fiscal/Descrição do Serviço	X					
1.3	Nota Fiscal devidamente atestada	X					
1.4	Elaboração do Termo Circunstanciado pelo Fiscal do Contrato. (a origem, período, nº contrato, o objeto do pagamento, a importância a pagar e a quem se deve pagar).	X					
1.5	Comprovação de Lançamento no Geo-Obras (TCE) - Conforme Resolução Normativa nº 006/2008/TCE e Resolução Normativa nº 006/2011/TCE.			X			



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

1.6	Comprovação de Lançamento no GFO E SIMEC(Federal)	X					
1.7	Indicação da Nota de Empenho deve conter: a) Assinatura do ordenador de despesa; b) O Empenho da despesa é prévio em relação à data da respectiva emissão de nota fiscal; c) A Nota Fiscal está de acordo com o empenho e com o objeto contratado; d) Se há mais de uma nota de empenho o fiscal deve estabelecer o valor a ser pago por empenho.	X					-
2	FISCAL DO CONTRATO - ELEMENTOS ELUCIDATIVOS DAS MEDIÇÕES ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Nº 064/2010 e 006/2014	Sim	NÃO	N/A	PAG.	OBSERVAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA
2.1	Memória de Cálculo	X					
2.2	Folha de Medição	X					
2.3	Ficha de Medição Acumulada	X					
2.4	Registro Fotográficos dos Serviços Executados	X					
2.5	Diário de Obras - Conforme Orientação Técnica 007/2015 CGE/MT e Acórdão TCU 1731/2009 Plenário.			X			
2.6	Habilitação do Fiscal junto ao CREA/MT - CAU/MT (Pagamento ART/RRT)	X					
2.7	Elaboração do relatório ou termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto ou serviços contratados (última medição)			X			
2.8	Baixa da CEI (última medição)			X			



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

3	ADMINISTRATIVO SUIE/SAEX/SEDUC CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL (Dec. Estadual nº 8.199/06, do artigo 1º, § 4º).	Sim	Não	N/A	Folha	Observações	RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA
3.1	Certidão Negativa de Débitos SEFAZ e PGE	X					
3.2	Certidão de Regularidade do FGTS	X					
3.3	Certidão Negativa de Débitos Trabalhista	X					
3.4	Certidão Negativa de Débitos PGFN	X					
3.5	Certidão de Tributos Municipais	X					
4	ADMINISTRATIVO SUIE/SAEX/SEDUC - REGIME DE DESONERAÇÃO (Lei 12.546 de 14/12/2011 e Parecer de Auditoria 0206/2015 CGE/MT)	Sim	Não	N/A	Folha	Observações	RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA
4.1	A contratada se enquadra no Regime de Desoneração - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0 e nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0			X			
4.2	Consta no Processo de Pagamento a Declaração, definida no Anexo III, da Instrução Normativa nº 1.436/2013, comprovando que recolhe a contribuição previdenciária na forma do Caput do Art. 7º, da Lei 12.546/2011, confirmando que a maior receita auferida advém da atividade econômica principal - 41.20-4-00 CNAE 2.0			X			
5	ADMINISTRATIVO SUIE/SAEX/SEDUC -	Sim	Não	N/A	Folha	Observações	RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	PAGAMENTO TRABALHISTA						
5.1	Apresentação da folha de pagamento relativo aos funcionários executores das atividades estabelecida no Contrato, relativo a mês anterior da Medição. Conforme Inciso I, Art. 3º do Decreto 8.199/2006 - Art. 47 da IN 971/2009.	X					
5.2	Apresentação da GEFIP-SEFIP, relativo aos funcionários executores das atividades estabelecida no Contrato, relativo a mês anterior da Medição. Art. 3 do Decreto 8.199/2006 - Art. 47 da IN 971/2009.	X					
5.3	Apresenta o recolhimento individual, relativo ao mês anterior da medição, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, referente aos funcionários executores das atividades estabelecidas no contrato. Art. 3 do Decreto 8.199/2006 - Art. 3 do Decreto 8.199/2006 - Art. 47 da IN 971/2009.	X					
5.4	Há comprovação do recolhimento, relativo ao mês anterior a medição, da previdência social – INSS, referente aos funcionários executores das atividades estabelecidas no contrato. Art. 3 do Decreto 8.199/2006 -	X					
5.5	Há comprovação de entrega dos vales-transportes, caso couber, relativos aos funcionários executores das atividades estabelecidas no contrato, relativo ao mês anterior da medição. Art. 3 do	X					



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	Decreto 8.199/2006. (Se não houver solicitar comprovação da Contratada).						
6	ADMINISTRATIVO SUIE/SAEX/SEDUC - (Portaria nº 180/2015/GS/SEDUC/MT)	Sim	Não	N/A	Folha	Observações	RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA
6.1	Comprovante de Recolhimento do DAM-ISSQN		X			Reter	
6.2	a. Conta Bancária exclusiva do Banco do Brasil, conforme exigência contida no Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças nº 12/2015/SEGES.	X					
	b. As exceções divergentes do banco oficial para pagamento, devem conter Justificativa e Negativa do Credor.			X			



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XV DO TERMO DE REFERÊNCIA – PRAZOS DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇO DE ACORDO COM OS SISTEMAS PEDIAIS DA EDIFICAÇÃO.

Prazos de garantia estabelecidos em função da tipologia da edificação, das condições de uso, da complexidade dos sistemas e equipamentos empregados e das características dos materiais aplicados, em atendimento a periodicidade de manutenção corretiva conforme síntese da NBR5674:2012.

PERIODICIDADES				SISTEMA
TRÊS MESES	1(UM) ANO	2(DOIS) ANOS	3(TRÊS) ANOS	
X				SERVIÇOS DE LIMPEZAS E TESTES DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS SISTEMAS PEDIAIS DA EDIFICAÇÃO.
		X		1. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.
	X			2. INSTALAÇÕES DE SPDA.
X				3. INSTALAÇÕES DE REDE LÓGICA
	X			4. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E GASES
	X			5. INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO
	X			6. INSTALAÇÕES CIVIS EM GERAL (EXCETO OS SUBITENS ABAIXO)
		X		6.1. SERVIÇOS EM FACHADAS
			X	6.2. INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS

*Garantia das peças, materiais e equipamentos conforme fabricante.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XVI DO TERMO DE REFERÊNCIA – RELAÇÃO DAS 728 ESCOLAS

MUNICÍPIO	ESCOLAS	ZONA
ALTA FLORESTA	EE 19 DE MAIO	URBANA
	EE BOA ESPERANÇA	RURAL
	EE CECILIA MEIRELES	URBANA
	EE DOM BOSCO	URBANA
	EE GUIMARAES ROSA	RURAL
	EE JARDIM UNIVERSITARIO	URBANA
	EE JAYME VERISSIMO DE CAMPOS JUNIOR	URBANA
	EE LUDOVICO DA RIVA NETO	URBANA
	EE MANOEL BANDEIRA	URBANA
	EE MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS DOM PEDRO II	URBANA
	EE MUNDO NOVO	RURAL
	EE OURO VERDE	RURAL
	EE PROF. MARINES FATIMA DE SA TEIXEIRA	URBANA
	EE RUI BARBOSA	URBANA
	EE VITORIA FURLANI DA RIVA	URBANA
APIACAS	EE INDIGENA EDUC.BASICA MAYROWI APIAKA	RURAL
	EE PORTAL DA AMAZÔNIA	URBANA
	EE VINICIUS DE MORAES	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL INDIGENA ITAWYAK	RURAL
CARLINDA	EE FREI CANECA	RURAL
	EE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	URBANA
NOVA BANDEIRANTES	EE. PROF. VALDOMIRO TEODORO CANDIDO	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL CEREJEIRAS	RURAL
NOVA CANAA DO NORTE	EE IVONE BORKWSKI DE LIMA	RURAL
	EE NOVA CANAA	URBANA
	EESPSG NOVA UNIAO	RURAL
NOVA MONTE VERDE	EE MACHADO DE ASSIS	RURAL
	EE MONTE VERDE	URBANA
	EE PROFESSORA NEIDE ENARA SIMA	URBANA
PARANAITA	EE DR. MARIO CORREA DA COSTA	URBANA
	EE JOAO PAULO I	URBANA
	EE SAO PEDRO	RURAL
AGUA BOA	EE 9 DE JULHO	URBANA
	EE ANTONIO GROHS	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL JARAGUÁ	RURAL
COCALINHO	EE GETULIO VARGAS	URBANA
NOVA NAZARE	EE TANCREDO NEVES	URBANA
ARAGUAIANA	EE CEL JERONIMO GOMES SILVA	URBANA
BARRA DO GARCAS	EE ANTONIO CRISTINO CORTES	URBANA
	EE DEP. NORBERTO SCHWANTES	URBANA
	EE FRANCISCO DOURADO	URBANA
	EE HERONIDES ARAUJO	URBANA
	EE INDIGENA DOM FELIPPO RINALDI.	RURAL
	EE INDIGENA HAMBE	RURAL
	EE INDIGENA JUCELINO TSEREMAA	RURAL
	EE INDÍGENA MÁRIO JURUNA	RURAL



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE INDIGENA ULISSES GUIMARAES	RURAL
	EE IR. DIVA PIMENTEL	URBANA
	EE JARDIM ARAGUAIA	URBANA
	EE JOSE ANGELO DOS SANTOS	URBANA
	EE MAL. EURICO GASPAR DUTRA	URBANA
	EE SÃO JOAO BATISTA	URBANA
	EE SEN . FILINTO MULLER	URBANA
	EEB PROFª MARIA DE LOURDES HORA MORAES	URBANA
PONTAL DO ARAGUAIA	EE SÃO MIGUEL	URBANA
CAMPINAPOLIS	EE COUTO MAGALHAES	URBANA
	EE INDIGENA ALDEIONA	RURAL
	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BUTSE WAWÉ	RURAL
	EE INDIGENA DE EDUCACAO BASICA XAVANTE	RURAL
	EE INDIGENA ESTRELA	RURAL
	EE INDIGENA LUIZ RUDZANE EDI OREBWE	RURAL
	EE INDIGENA RAÍ RÃTE	RURAL
	EE INDIGENA WA OMORA	RURAL
	EEI DAVID AI'RERO	RURAL
	ESCOLA ESTADUAL INDIGENA CONSTANTINO TSEEROWÊ	RURAL
CANARANA	EE 31 DE MARÇO	URBANA
	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BASICA ETENHIRITIPÁ	RURAL
	EE INDIGENA SAMUEL SAHUTUWÊ	RURAL
	EE NORBERTO SCHWANTES	URBANA
	EE PAULO FREIRE	URBANA
GENERAL CARNEIRO	EE ANTONIO NONATO ROCHA	RURAL
	EE DR.JOÃO PONCE DE ARRUDA	URBANA
	EE INDIGENA ADAO TOPTIVO	RURAL
	EE INDIGENA RAIWI A XAVANTE	RURAL
	EE INDIGENA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	RURAL
	EE INDIGENA SAO JOSE SANGRA DOURO	RURAL
NOVA XAVANTINA	EE ARLINDO ESTILAC LEAL	URBANA
	EE CEL. JOAO N. DE M. MALLET	URBANA
	EE JUSCELINO K. OLIVEIRA	URBANA
	EE MIN. JOAO ALBERTO	URBANA
NOVO SAO JOAQUIM	EE DINIZ ALVES DE TOLEDO	URBANA
	EE JOSE DE ALENCAR	RURAL
QUERENCIA	EE COUTINHO UNIAO	RURAL
	EE INDIGENA CENTRAL EDUC. BASICA KISEDJE	RURAL
	EE QUERENCIA	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL 19 DE DEZEMBRO	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL 20 DE MARÇO	RURAL
RIBEIRAO CASCALHEIRA	EE CEL. ONDINO R. LIMA	URBANA
PONTE BRANCA	EE SAO DOMINGOS SAVIO	URBANA
RIBEIRAOZINHO	EE ALEXANDRE LEITE	URBANA
TORIXOREU	EE ARTHUR DA COSTA E SILVA	URBANA
	EE FEBRONIO RODRIGUES	URBANA
ARAPUTANGA	EE JOAQUIM AUGUSTO C MARQUES	URBANA
	EE PRES TANCREDO DE A NEVES	RURAL



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE SEN TEOTONIO VILELA	RURAL
	EESPSG NOSSA SENHORA DE FATIMA	URBANA
	ESPSG JOAO SATO	URBANA
INDIAVAI	EE PAULINO MODESTO	URBANA
RESERVA DO CABACAL	EE PROF DEMETRIO PEREIRA	URBANA
CACERES	EDIEB PROF. MILTON MARQUES CURVO	URBANA
	EE DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	URBANA
	EE CRIANÇA CIDADÃ	URBANA
	EE DES.GABRIEL PINTO DE ARRUDA	URBANA
	EE FREI AMBROSIO	URBANA
	EE LEOPOLDO AMBROSIO FILHO	URBANA
	EE ONZE DE MARÇO	URBANA
	EE PROF. NATALINO FERREIRA MENDES	URBANA
	EE PROF.ANA M.DAS GRAÇAS S.NORONHA	URBANA
	EE PROF.DEMETRIO COSTA PEREIRA	URBANA
	EE PROFESSOR JOAO FLORENTINO SILVA NETO	RURAL
	EE SAO LUIZ	URBANA
	EE SENADOR MARIO MOTTA	URBANA
	EE UNIAO E FORÇA	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL 12 DE OUTUBRO	RURAL
CURVELANDIA	EE BOA ESPERANÇA	URBANA
GLORIA D'OESTE	EE RUI BARBOSA	RURAL
	ESCOLA ESTADUAL JOSE BEJO	URBANA
MIRASSOL D'OESTE	EE 12 DE OUTUBRO	URBANA
	EE BENEDITO CESARIO DA CRUZ	URBANA
	EE BOA VISTA	URBANA
	EE IRENE ORTEGA	URBANA
	EE JOAO DE CAMPOS WIDAL	RURAL
	EE MADRE CRISTINA	RURAL
	EE PADRE JOSE ANCHIETA	URBANA
	EE PADRE TIAGO	URBANA
PORTO ESPERIDIAO	EE PEDRO GALHARDO GARCIA	URBANA
	EE 13 DE MAIO	URBANA
	EE INDIGENA CHIQUITANO JOSÉ TURÍBIO	RURAL
	EE INDIGENA CHIQUITANOS	RURAL
	EE PEDRO NECA	RURAL
LAMBARI D'OESTE	EE SÃO GERALDO	RURAL
	EE PADRE JOSE ANCHIETA	URBANA
RIO BRANCO	EE DEP.FRANCISCO E.RANGEL TORRES	URBANA
SALTO DO CEU	EE DEP.FRANCISCO VILLANOVA	URBANA
	EE VILA PROGRESSO	RURAL
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE 15 DE JUNHO	URBANA
	EE BENTO ALEXANDRE DOS SANTOS	RURAL
	EE DEP. BERTOLDO FREIRE	URBANA
	EE LOURENÇO PERUCHI	URBANA
	EE MARECHAL RONDON	URBANA
	EE MARIA EDUARDA PEREIRA SOLDERA	RURAL
	EE MIGUEL BARBOSA	URBANA
	EE SANTA ROSA	RURAL



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE ZEFERINO JOSE DE MATTOS	URBANA
CONFRESA	CEJA CREUSLHI DE SOUZA RAMOS	URBANA
	EE 29 DE JULHO	URBANA
	EE ANTONIO ALVES DIAS	RURAL
	EE DA POLÍCIA MILITAR TIRADENTES CB JOSÉ MARTINS DE MOURA	URBANA
	EE INDIGENA TAPI ITÃWA	RURAL
	EE SANTO ANTONIO	RURAL
	EE SOL NASCENTE	RURAL
	EE TEOTONIO CARLOS DA CUNHA NETO	URBANA
	EE WALDIR BENTO DA COSTA	RURAL
CANABRAVA DO NORTE	EE ELIAS BENTO	URBANA
	EE MIGUEL GONÇALVES BORGES	RURAL
PORTO ALEGRE DO NORTE	EE 13 DE MAIO	URBANA
	EE ALEXANDRE QUIRINO SOUZA	URBANA
	EE ANTONIA LEAO DOS SANTOS	RURAL
	EE GILVAN DE SOUZA	URBANA
	EE JOSE GONCALVES DOS SANTOS	RURAL
	EE TAPIRAPE	URBANA
SANTA TEREZINHA	EE INDIGENA TAPIRAPE	RURAL
	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BASICA HAWALORA	RURAL
	EE INDIGENA ITXALÁ	RURAL
	EE MARTINIANO CARLOS PEREIRA	URBANA
	EE ROBERVAL COSTA REIS	RURAL
	EE SANTA TEREZINHA	URBANA
SANTA CRUZ DO XINGU	ESCOLA ESTADUAL SANTA CRUZ	URBANA
SAO JOSE DO XINGU	EE ANTONIO GOMES PRIMO	URBANA
	EE CINCO DE ABRIL	RURAL
	EE INDIGENA BEPKOROROTI	RURAL
	EE INDIGENA BITAHAMA	RURAL
VILA RICA	EE MARIA ESTHER PERES	URBANA
	EE VILA RICA	URBANA
ACORIZAL	EE D. CEZINA ANTONIA BOTELHO	RURAL
	EE DOM ANTONIO CAMPELO	URBANA
	EE PIO MACHADO	URBANA
	EE PONCE DE ARRUDA	RURAL
BARAO DE MELGACO	EE CEL. ANTONIO PAES DE BARROS	URBANA
	EE CIRO SIQUEIRA GONÇALVES	URBANA
	EE INDIGENA KOGE EIARI	RURAL
	EE MARIA S. PEIXOTO MOURA	RURAL
CHAPADA DOS GUIMARAES	EE CEL. RAFAEL DE SIQUEIRA	URBANA
	EE REUNIDAS DE CACHOEIRA RICA	RURAL
	EE PROF. ANA TEREZA ALBERNAZ	URBANA
	EE SAO JOSE	RURAL
CUIABÁ	C.E.A.A.D.A. PROFª ARLETE P. MIGUELETTI	URBANA
	EDIEB ANTONIO CESARIO DE FIGUEIREDO NETO	URBANA
	EDIEB PROFª. ALMIRA DE AMORIM SILVA	URBANA
	CR. EST. ENS. FD. MARIA EUNICE DUARTE BARROS	URBANA
	CR. EST. ENS. FUND. NASLA JOAQUIM ASCHAR	URBANA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

EE AGENOR FERREIRA LEAO	URBANA
EE ANDRE AVELINO RIBEIRO	URBANA
EE ANTONIO EPAMINONDAS	URBANA
EE BARAO DE MELGAÇO	URBANA
EE DIONE AUGUSTA SILVA SOUZA	URBANA
EE DJALMA FERREIRA DE SOUZA	URBANA
EE DR. MARIO DE CASTRO	URBANA
EE HIST. RUBENS DE MENDONÇA	URBANA
EE JOAQUINA CERQUEIRA CALDAS	URBANA
EE LEONIDAS ANTERO DE MATOS	URBANA
EE LEOVEGILDO DE MELO	URBANA
EE MALIK DIDIER NAMER ZAHAFI	URBANA
EE MANOEL CAVALCANTI PROENÇA	URBANA
EE MARIANA LUIZA MOREIRA	URBANA
EE PADRE JOAO PANAROTTO	URBANA
EE PASCOAL MOREIRA CABRAL	URBANA
EE PASCOAL RAMOS	URBANA
EE PROF. HELIODORO CAPISTRANO DA SILVA	URBANA
EE PROFª ALICE FONTES PINHEIRO	URBANA
EE RAIMUNDO PINHEIRO DA SILVA	URBANA
EE SANTOS DUMONT	URBANA
EE SOUZA BANDEIRA	URBANA
EE VICTORINO MONTEIRO DA SILVA	URBANA
EE ALCEBIADES CALHAO	URBANA
EE ALINA DO NASCIMENTO TOCANTINS	URBANA
EE ANDRE LUIZ DA SILVA REIS	URBANA
EE AUREOLINA EUSTACIA RIBEIRO	URBANA
EE CLEINIA ROSALINA SOUZA	URBANA
EE DIVA HUGUENEY DE SIQUEIRA BASTOS	URBANA
EE DOM FRANCISCO DE AQUINO CORREA	URBANA
EE DOM JOSE DO DESPRAIADO	URBANA
EE DR. ESTEVAO ALVES CORREA	URBANA
EE DR.HELIO PALMA DE ARRUDA	URBANA
EE FILOGONIO CORREA	URBANA
EE FRANCISCO A. FERREIRA MENDES	URBANA
EE GOVERNADOR JOSÉ FRAGELLI	URBANA
EE GUSTAVO KULMAN	URBANA
EE HERMELINDA DE FIGUEIREDO	URBANA
EE JOAO BRIENNE DE CAMARGO	URBANA
EE JOSE DE MESQUITA	URBANA
EE JOSE MAGNO	URBANA
EE JUAREZ RODRIGUES DOS ANJOS	URBANA
EE LICEU CUIABANO MARIA DE ARRUDA MULLER	URBANA
EE MARCELINA DE CAMPOS	URBANA
EE PADRE FIRMO PINTO DUARTE FILHO	URBANA
EE PE WANIR DELFINO CESAR	URBANA
EE PE. ERNESTO CAMILO BARRETO	URBANA
EE PRESIDENTE MEDICI	URBANA
EE PROF. ANA MARIA DO COUTO	URBANA
EE PROF. BENEDITO DE CARVALHO	URBANA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE PROF. RAFAEL RUEDA	URBANA
	EE PROF. ULISSES CUIABANO	URBANA
	EE PROF. PACIANA TORRES DE SANTANA	URBANA
	EE PROFESSORA MARIA HERMINIA ALVES	URBANA
	EE PROFº JOAO CRISOSTOMO DE FIGUEIREDO	URBANA
	EE RAO DE SOL	URBANA
	EE RODOLFO AUGUSTO T. CURVO	URBANA
	EE SENADOR AZEREDO	URBANA
	EE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	URBANA
	EE ZELIA DA COSTA ALMEIDA	URBANA
	ESC. EST. DE ENS. ESPECIAL LIVRE APRENDER	URBANA
	ESCOLA EST. MENINOS DO FUTURO	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ELIANE DIGIGOV SANTANA	URBANA
	ESCOLA MILITAR TIRADENTES	URBANA
JANGADA	EE ARNALDO ESTEVÃO FIGUEIREDO	URBANA
	EE BENEDITA AUGUSTA LEMES	RURAL
	EE DAMIÃO MAMEDES DO NASCIMENTO	RURAL
	EE DE ED. BÁSICA PROF. ARLINDO DE S. BRUNO	URBANA
	EE LUIZA SOARES BOABAID	RURAL
	EE MAXIMIANA DO NASCIMENTO	RURAL
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	EE FELICIANO GALDINO	URBANA
	EE FREI EMILIANO MONTEIRO	RURAL
	EE JOSÉ CASSEMIRO DE PINHO	RURAL
	EE JOSE DE BARROS MACIEL	URBANA
	EE JOSÉ DE LIMA BARROS	RURAL
	EE TEREZA CONCEIÇÃO DE ARRUDA	RURAL
	EE VER. AMARÍLIO GOMES DA SILVA	RURAL
NOVA BRASILANDIA	EE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	URBANA
	EE PAD. JOSE MARIA DO SACRAMENTO	URBANA
PLANALTO DA SERRA	EE ALVARINA ALVES DE FREITAS	URBANA
POCONE	EE ANTONIO GARCIA	RURAL
	EE ANTONIO JOÃO RIBEIRO	URBANA
	EE BEL. RIBEIRO DE ARRUDA	URBANA
	EE DOM FRANCISCO DE AQUINO CORREA	RURAL
	EE EUCARIS NUNES CUNHA MORAIS	URBANA
	EE FREI CARLOS VALLETE	URBANA
	EE GAL. CAETANO DE ALBUQUERQUE	URBANA
	EE JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	URBANA
	EE LISANDRO NUNES PEREIRA	URBANA
	EE MARECHAL RONDON	URBANA
	EE MARIA HELENA DE ARAUJO BASTOS	URBANA
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE GUSTAVO DUTRA	RURAL
	EE CORREGO DO OURO	RURAL
	EE FAUSTINO DIAS AMORIM	RURAL
	EE HERMES RODRIGUES DE ALCANTARA	URBANA
	EE INDIGENA KOROGEDO PARU	RURAL
	EE INDIGENA PIEBAGA	RURAL
	EE LEONIDAS DE MATOS	URBANA
	EE MARIA DE ARRUDA MULLER	RURAL



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE NAGIB SAAD	RURAL
	EE OSWALDITA ELIZA TEIXEIRA COUTO	URBANA
	EE PONTAL DO GLÓRIA	RURAL
	EE SANTA CLAUDINA	RURAL
	EE SANTANA DO TAQUARAL	RURAL
VARZEA GRANDE	EDIEB LICINIO MONTEIRO DA SILVA	URBANA
	CHP PROF.CELIA RODRIGUES DUQUE	URBANA
	EE DE ENSINO ESPECIAL LUZ DO SABER	URBANA
	EE DEP. EMANUEL PINHEIRO	URBANA
	EE DEP. SALIM NADAF	URBANA
	EE DOM BOSCO	URBANA
	EE DOMINGOS SAVIO BRANDÃO LIMA	URBANA
	EE DUNGA RODRIGUES	URBANA
	EE GONÇALO BOTELHO DE CAMPOS	URBANA
	EE GOVERNADOR DANTE MARTINS DE OLIVEIRA	URBANA
	EE GOVERNADOR JOSE GARCIA NETO	URBANA
	EE HEROCLITO LEONCIO MONTEIRO	URBANA
	EE IRENE GOMES DE CAMPOS	URBANA
	EE JAIME VERISSIMO DE CAMPOS JUNIOR JAIMINHO	URBANA
	EE JOSE LEITE DE MORAES	URBANA
	EE JULIO STRUBING MULLER	URBANA
	EE LUIS PEDROSO DA SILVA	RURAL
	EE MANOEL CORREA DE ALMEIDA	URBANA
	EE MANOEL GOMES	URBANA
	EE MARIA LEITE MARCOSKI	URBANA
	EE MIGUEL BARACAT	URBANA
	EE MISSIONARIO GUNNAR VINGREN	URBANA
	EE NADIR DE OLIVEIRA	URBANA
	EE PEDRO GARDES	URBANA
	EE PORFIRIA PAULA DE CAMPOS	URBANA
	EE PROF JERCY JACOB	URBANA
	EE PROF MARLENE MARQUES DE BARROS	URBANA
	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	URBANA
	EE PROF. DEMETRIO DE SOUZA	URBANA
	EE PROF. FERNANDO LEITE DE CAMPOS	URBANA
	EE PROF. HONORIO RODRIGUES AMORIM	URBANA
	EE PROF. JOSÉ MENDES MARTINS	URBANA
	EE PROF. MARIA MACEDO RODRIGUES	URBANA
	EE PROF. VANIL STABILITO	URBANA
	EE PROF.ADALGISA DE BARROS	URBANA
	EE PROFª ELMAZ GATTAS MONTEIRO	URBANA
	EE PROFª VASTI PEREIRA DA CONCEIÇÃO	URBANA
	EE PROFESSORA ELIZABETH MARIA BASTOS MINEIRO	URBANA
	EE TEREZINHA DE JESUS SILVA	URBANA
	EE UBALDO MONTEIRO DA SILVA	URBANA
	EPG IRMAOS DO CAMINHO	RURAL
	ESCOLA ANTONIO GERALDO G. GATTIBONI	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL PROFª MARIA DA CUNHA BRUNO	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO MILTON FIGUEIREDO	URBANA
ALTO PARAGUAI	EE ÁGUA SANTA	RURAL



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE ALEXANDRE GOMES SILVA CHAVES	URBANA
	EE DR. ARNALDO ESTEVAO DE FIGUEIREDO	URBANA
	EE HENRIQUE JOSÉ TRINDADE	RURAL
	EE ZELIA COSTA DE ALMEIDA	RURAL
ARENAPOLIS	EE 25 DE OUTUBRO	URBANA
	EE ALFREDO DE ARAUJO GRANJA	URBANA
	EE GOV. JOÃO PONCE DE ARRUDA	URBANA
	EE SEN. FILINTO MULLER	URBANA
NOVA MARILANDIA	EE PROFESSORA MURALHA MIRANDA PASSOS	URBANA
SANTO AFONSO	EE ACAD. LAURO AUGUSTO DE BARROS	URBANA
	EE GERALDO SANTANA DOS SANTOS	RURAL
DIAMANTINO	EE ANA MARIA TISSIANI DE OLIVEIRA	RURAL
	EE CASTRO ALVES	RURAL
	EE DECIO LUIZ FURIGO	RURAL
	EE IR. LUCINDA FACHINI	URBANA
	EE JOÃO BATISTA DE ALMEIDA	URBANA
	EE MANOEL JOSÉ MURTINHO	URBANA
	EE NILCE MARIA MAGALHAES	URBANA
	EE PLACIDO DE CASTRO	URBANA
NOBRES	EE SERRA AZUL	URBANA
	EE DR. FABIO SILVERIO FARIAS	URBANA
	EE INOCENCIA RACHID JAUDY	URBANA
	EE MARECHAL CANDIDO RONDON	RURAL
	EE PROF. MARIO A. NASSARDEN	URBANA
NORTELANDIA	EE PROF. NILO POVOAS	URBANA
	EE IDALINA DE FARIAS	URBANA
NOVA MARINGA	EE OLEGARIO MOREIRA DE BARROS	URBANA
	EE ANGELO MILHORANÇA	RURAL
NOVA MUTUM	ESCOLA ESTADUAL OSMAR PINHEIRO DA SILVA	URBANA
	EE DA POLÍCIA MILITAR TIRADENTES CORONEL CELSO HENRIQUE SOUZA BARBOSA	URBANA
	EE JOSE APARECIDO RIBEIRO	URBANA
	EE PADRE JOHANNES BERTHOLD HENNING	RURAL
	EE RUI BARBOSA	URBANA
SANTA RITA DO TRIVELATO	EE VIRGILIO CORREA FILHO	URBANA
	EE CANDIDO PORTINARI	URBANA
ROSARIO OESTE	EE BENEDITA DE ALMEIDA	RURAL
	EE CEL. ARTUR BORGES	URBANA
	EE ESTEVÃO PEREIRA DE ALMEIDA	RURAL
	EE JOAO CALIXTO BERNARDES	URBANA
	EE MARECHAL RONDON	URBANA
	EE PROFESSORA ELIZABET EVANGELISTA PEREIRA	URBANA
SAO JOSE DO RIO CLARO	EE DOMINGOS BRIANTE	URBANA
	EE DR. ANISIO JOSE MOREIRA	URBANA
	EE SANTANA D' AGUA LIMPA	RURAL
	EE SAO JOSE DO RIO CLARO	URBANA
JUARA	EDIEB JOSE DIAS	URBANA
	EE DOM AQUINO CORREA	RURAL



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE CECILIA DE CASTRO BARBOSA	RURAL
	EE COM.JOSÉ PEDRO DIAS	URBANA
	EE DA POLÍCIA MILITAR TIRADENTES CABO ISRAEL WESLEY PRADO DE ALMEIDA	URBANA
	EE DAURY RIVA	URBANA
	EE IARA MARIA MINOTTO GOMES	URBANA
	EE INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JUPORIJUP	RURAL
	EE INDÍGENA EDUC. BÁSICA LEONARDO CRIXI APIAKA	RURAL
	EE INDIGENA KRIXI BAROMPO	RURAL
	EE LUIZA NUNES BEZERRA	URBANA
	EE NIVALDO FRACAROLLI	URBANA
	EE OSCAR SOARES	URBANA
	EEI PÉ DE MUTUM	RURAL
NOVO HORIZONTE DO NORTE	EE ROSMAY KARA JOSÉ	URBANA
PORTO DOS GAUCHOS	EE RENATO SPINELLI	RURAL
	EE JOSÉ ALVES BEZERRA	URBANA
	EE JOSÉ CLETO GIEHL	RURAL
TABAPORA	EE ALFREDO TREUHERZ	RURAL
	EE FRANCISCO SALDANHA NETO	URBANA
	EE ZULEIDE DOS SANTOS BARROS	RURAL
ARIPUANA	EE ADECA VELA ARARA	RURAL
	EE DOM FRANCO DALLA VALLE	RURAL
	EE INDIGENA PASAPKAREEJ	RURAL
	EE PROFESSOR ELIDIO MURCELLI FILHO	URBANA
	EE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	URBANA
BRASNORTE	EE EWALDO MEYER RODERJAN	URBANA
	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MYHYINYMYKYTA SKIRIPI	RURAL
	EE INDÍGENA TAPURÁ IRANTXE	RURAL
	EE INDIGENA XINUJ MYKY	RURAL
	EE PROFESSORA NORMA LUCIA NUNES	URBANA
CASTANHEIRA	EE MARIA QUITERIA	URBANA
	EE MARIO DE ANDRADE	RURAL
	EE PAULO FREIRE	RURAL
COLNIZA	EE BERNARDINO GOMES DA LUZ	URBANA
	EE TARSILA DO AMARAL	URBANA
	EE VINICIUS DE MORAES	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL MARIA MIRANDA ARAUJO	RURAL
	ESCOLA ESTADUAL PEDRO BORGES	RURAL
COTRIGUACU	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	RURAL
	EE BENICIO TRETTEL DA SILVA	URBANA
	EE MARIA DA GLORIA VARGAS OCHOA	URBANA
	EE SIDNEY CESAR FUHR	RURAL
JUINA	EE 07 DE SETEMBRO	URBANA
	EE 21 DE ABRIL	URBANA
	EE 9 DE MAIO	URBANA
	EE ANA NERI	URBANA
	EE ANTONIA MOURA MUNIZ	URBANA
	EE ANTONIO FRANCISCO LISBOA	RURAL
	EE DR. ARTUR ANTUNES MACIEL	URBANA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE DR. GUILHERME FREITAS DE ABREU LIMA	URBANA
	EE MARECHAL RONDON	URBANA
	EE PE. EZEQUIEL RAMIN	URBANA
	EEI ETEREPUY	RURAL
JURUENA	EE ALINE MARIA TEIXEIRA	URBANA
	EE DOM AQUINO CORREA	URBANA
GUARANTA DO NORTE	EE GUARANTA	URBANA
	EE IRANY JAIME FARINA	RURAL
	EE KREEN AKARORE	URBANA
	EE PROFESSOR ELCIO PRATES	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL ALBERT EINSTEIN	URBANA
MARCELANDIA	EE PAULO FREIRE	URBANA
	EE INDIGENA CENTRAL EDUC. BASICA KAMADU	RURAL
	EE INDIGENA EDUCACAO BASICA PANAKU	RURAL
	EE PEDRO BIANCHINI	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL ETELVINA FERREIRA DE CERQUEIRA DIAMANTE	URBANA
UNIÃO DO SUL	EE IVALDINO FRÂNCIO	URBANA
MATUPA	EE ANTONIO OMETTO	URBANA
	EE BAIRRO UNIÃO	URBANA
	EE CECILIA MEIRELES	URBANA
	EE INDIGENA TERENA DE KOMOMOYEA KOVÔERO	RURAL
	EE JARDIM DAS FLORES	URBANA
	EE LUIZA MIOTTO FERREIRA	URBANA
	EE SENADOR JONAS PINHEIRO	RURAL
NOVO MUNDO	EE EDUCAÇÃO BASICA ANDRE ANTONIO MAGGI	URBANA
	EE TARLEY ROSSI VILELA	RURAL
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE 19 DE JULHO	URBANA
	EE GARCIA GARRIDO FERMINO	URBANA
	EE INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA METUKTIRE	RURAL
	EE INDIGENA ELIO TURI RONDON	RURAL
	EE INDIGENA GORONÃ	RURAL
	EE KREEN AKARORE	URBANA
	EE LEONISIO LEMOS MELO	RURAL
	EE LUCIENE CARDOSO DE OLIVEIRA	URBANA
	EE MONTEIRO LOBATO	URBANA
	EE VINICIUS DE MORAES	URBANA
NOVA GUARITA	EE 13 DE MAIO	URBANA
TERRA NOVA DO NORTE	EE 12 ABRIL	URBANA
	EE LUCAS AUXILIO TONIAZO	RURAL
	EE NORBERTO SCHWANTES	URBANA
	EE TERRA NOVA	RURAL
CAMPOS DE JULIO	EE ANGELINA FRANCISCON MAZUTTI	URBANA
COMODORO	EE CORA CORALINA	URBANA
	EE DEP.DJALMA CARNEIRO DA ROCHA	RURAL
	EE DONA ROSA FRIGGER PIOVEZAN	URBANA
	EE INDÍGENA MAMAINDE	RURAL
	EEI PIRINEUS DE SOUZA	RURAL
FIGUEIROPOLIS D'OESTE	EE BARAO DE MELGAÇO	URBANA
	EE DR. JOSE GENTIL DA SILVA	URBANA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

JAURU	EE DEP. JOÃO EVARISTO CURVO	URBANA
	EE JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	RURAL
CONQUISTA DO OESTE	EE CONQUISTA D'OESTE	URBANA
NOVA LACERDA	EE HERMES JOSE SILVA	URBANA
PONTES E LACERDA	EE 14 DE FEVEREIRO	URBANA
	EE ANTONIO CARLOS DE BRITO	URBANA
	EE DEP. DORMEVAL FARIA	URBANA
	EE MARIO SPINELLI	URBANA
	EE SAO JOSE	URBANA
	EE VALE DO GUAPORE	URBANA
VALE DE SAO DOMINGOS	ESCOLA ESTADUAL RAINHA DA PAZ	RURAL
VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	EE 11 DE AGOSTO	RURAL
	EE VERENA LEITE DE BRITO	URBANA
RONDOLANDIA	EE INDÍGENA EDUCAÇÃO BÁSICA ZARUP WEJ	RURAL
	EE INDIGENA SERTANISTA APOENA MEIRELLES	RURAL
	EE INDÍGENA ZAWÃ KAREJ PANGYJEJ	RURAL
	EE OLAVO BILAC	URBANA
CAMPO VERDE	EE ALICE BARBOSA PACHECO	RURAL
	EE BOA ESPERANCA	RURAL
	EE JUPIARA	URBANA
	EE LEDY ANITA BRESCANCIN	URBANA
	EE ULISSES GUIMARÃES	URBANA
	EE WALDEMON MORAES COELHO	URBANA
GAUCHA DO NORTE	EE GERVASIO DOS SANTOS COSTA	URBANA
	EE INDÍGENA CENTRAL AIHA	RURAL
	EE INDIGENA CENTRAL ESTADUAL KARIB	RURAL
	EE INDIGENA CENTRAL LEONARDO VILLAS BOAS	RURAL
	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BASICA PIYULAGA	RURAL
	EE INDIGENA MAVUTSININ	RURAL
PARANATINGA	EE 29 DE JUNHO	URBANA
	EE APOLONIO BOURET DE MELO	URBANA
	EE INDÍGENA EDUC. BÁSICA ATURUA	RURAL
	EE INDIGENA KURA BAKAIRI	RURAL
	EE INDÍGENA PAIHITWARA	RURAL
	EE OSVALDO CANDIDO PEREIRA	URBANA
SANTO ANTONIO DO LESTE	EE VANDERLEI CECATTO	URBANA
POXOREU	EE ARGEMIRO RODRIGUES PIMENTEL	RURAL
	EE CEL JULIO MULLER	URBANA
	EE FRANKLIN CASSIANO	RURAL
	EE INDIGENA MARIMBÚ	RURAL
	EE JOAO BORGES VIEIRA	RURAL
	EE JOAO PEDRO TORRES	URBANA
	EE PE CESAR ALBISETTI	URBANA
	EE POXOREO	URBANA
	EE PRESIDENTE DUTRA	RURAL
	EE PROF JURACY MACEDO	URBANA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PRIMAVERA DO LESTE	EDIEB GETULIO DORNELLES VARGAS	URBANA
	EE CAMPO MASSAPÉ	RURAL
	EE CAMPO VILA UNIÃO	RURAL
	EE CREMILDA DE OLIVEIRA VIANA	URBANA
	EE JOAO RIBEIRO VILELA	URBANA
	EE MONTEIRO LOBATO	URBANA
	EE PADRE ONESTO COSTA	RURAL
	EE PAULO FREIRE	URBANA
	EE PROFª ALDA GAWLINSKI SCOPEL	URBANA
	EE SEBASTIAO PATRICIO	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA SEBASTIANA DE SOUZA	URBANA
ALTO ARAGUAIA	EE ARLINDA PESSOA MORBECK	URBANA
	EE CARLOS HUGUENEY	URBANA
	EE MARIA AUXILIADORA	URBANA
	EE ONECIDIO MANOEL RESENDE	RURAL
ALTO TAQUARI	EE CARLOS IRIGARAY FILHO	URBANA
	EE DENNIS MANERICH DE OLIVEIRA	URBANA
ARAGUAINHA	EE RUI BARBOSA	URBANA
ALTO GARCAS	EE DEP. OSCAR SOARES	URBANA
	EE DR. YTRIO CORREA	URBANA
DOM AQUINO	EE DOM AQUINO	URBANA
	EE SAO LOURENÇO	URBANA
	EE VINICIUS DE MORAES	URBANA
GUIRATINGA	E.E. D.MARIA DE LOURDES RIBEIRO FRAGELLI	URBANA
	EE ESTEVÃO DE MENDONÇA	URBANA
	EE GARÇA BRANCA	URBANA
	EE PEDRO FERREIRA	RURAL
	EE SANTA TERESINHA	URBANA
ITIQUEIRA	EE BONIFACIO SACHETTI	RURAL
	EE DOM AQUINO CORREA	URBANA
JACIARA	EE ANTONIO FERREIRA SOBRINHO	URBANA
	EE CELESTINO CORREA DA COSTA	RURAL
	EE FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA	URBANA
	EE MILTON DA COSTA FERREIRA	URBANA
	EE PREF. ARTUR RAMOS	URBANA
	EE SÃO FRANCISCO	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL MODELO SANTO ANTÔNIO	URBANA
SAO PEDRO DA CIPA	EE IR. MIGUELINA CORSO	URBANA
JUSCIMEIRA	EE ANTONIO JOSE DE LIMA	URBANA
	EE CAMPOS SALES	URBANA
	EE DOM VUNIBALDO	RURAL
	EE JOAO MATHEUS BARBOSA	URBANA
	EE SANTA ELVIRA	RURAL
	EE SANTO ANTONIO DE PADUA	RURAL
	EE SEN. FILINTO MULLER	RURAL
PEDRA PRETA	EE 10 DE DEZEMBRO	URBANA
	EE 13 DE MAIO	URBANA
	EE PROF. IVONNE TRAMARIM DE OLIVEIRA	URBANA
	EE SAO PEDRO APOSTOLO	URBANA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

RONDONOPOLIS	EDIEB PROF. ALFREDO MARIEN	URBANA
	EE ADOLFO AUGUSTO DE MORAES	URBANA
	EE PINDORAMA	URBANA
	EE 7 DE SETEMBRO	RURAL
	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	URBANA
	EE ANTONIO G. BALBINO	URBANA
	EE D. WUNIBALDO TALLEUR	URBANA
	EE DANIEL MARTINS MOURA	URBANA
	EE DOMINGOS APARECIDO DOS SANTOS	URBANA
	EE EMANUEL PINHEIRO	URBANA
	EE FRANCISCA BARROS DE CARVALHO	URBANA
	EE JOAQUIM NUNES ROCHA	URBANA
	EE JOSE MORAES	URBANA
	EE JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	RURAL
	EE JOSÉ SALMEN HANZE	URBANA
	EE LA SALLE	URBANA
	EE LUCAS PACHECO DE CAMARGO	URBANA
	EE MAJOR OTAVIO PITALUGA	URBANA
	EE MARECHAL DUTRA	URBANA
	EE MARIA DE LIMA CADIDE	URBANA
	EE MILITAR TIRADENTES MAJOR PM ERNESTINO VERISSIMO DA SILVA	URBANA
	EE PROF. AMELIA DE OLIVEIRA SILVA	URBANA
	EE PROF. CARLOS PEREIRA BARBOSA	URBANA
	EE PROF. EUNICE SOUZA DOS SANTOS	URBANA
	EE PROF. RENILDA SILVA MORAES	URBANA
	EE PROF. ELIZABETH DE FREITAS MAGALHÃES	URBANA
	EE PROF. MARIA ELZA FERREIRA INACIO	URBANA
	EE PROFESSORA EDITH PEREIRA BARBOSA	URBANA
	EE PROFESSORA STELA MARIS VALERIANO DA SILVA	URBANA
	EE RAMIRO BERNARDO DA SILVA	URBANA
	EE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	URBANA
	EE SANTO ANTONIO	URBANA
	EE SAO JOSE OPERARIO	URBANA
	EE SEBASTIANA R. DE SOUZA	URBANA
	EE SILVESTRE GOMES JARDIM	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL ODORICO LEOCÁDIO DA ROSA	URBANA
SAO JOSE DO POVO	EE LUDOVICO VIEIRA CAMARGO	URBANA
	EE WELLINGTON FLAVIANO COELHO	RURAL
TESOURO	EE ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO	URBANA
	EE XV DE OUTUBRO	URBANA
ALTO BOA VISTA	EE JOAO REZENDE DE AZEVEDO	URBANA
BOM JESUS DO ARAGUAIA	EE INDIGENA DE EDUC. BASICA MARAIWATSEDE	RURAL
	EE PROF GERSON CARLOS DA SILVA	URBANA
NOVO SANTO ANTONIO	EE 29 DE SETEMBRO	URBANA
SERRA NOVA DOURADA	EE ANTONIO CARLOS MOURA	URBANA
LUCIARA	EE HUMBERTO CASTELO BRANCO	URBANA
	EE INDIGENA ESTADUAL HADORI	RURAL



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE JUSCELINO KUBISTCHEK	URBANA
SAO FELIX DO ARAGUAIA	EE INDIGENA CENTRAL ESTADUAL DIAUARUN	RURAL
	EE PRES. TANCREDO DE A. NEVES	URBANA
	EE PROFESSORA HILDA ROCHA SOUZA	URBANA
	EE SEVERIANO NEVES	URBANA
COLIDER	EE ANDRÉ ANTONIO MAGGI	URBANA
	EE CAFENORTE	RURAL
	EE CEL. ANTONIO PAES DE BARROS	URBANA
	EE DES.MILTON ARMANDO POMPEU DE BARROS	URBANA
	EE NOVA GALILEIA	RURAL
	EE PALMITAL	RURAL
	EE PROFESSORA ALZIRA MARIA DA SILVA	URBANA
ITAUBA	EE PAPA JOAO PAULO II	URBANA
NOVA SANTA HELENA	EE GRACIA EDMUNDO ZEFERINO	URBANA
ITANHANGA	EE BROMILDO LAWISCH	URBANA
	EE JOAQUIM BARBOSA DOS SANTOS	RURAL
TAPURAH	EE CANDIDO PORTINARI	URBANA
LUCAS DO RIO VERDE	EE ANGELO NADIN	URBANA
	EE TARSILA DO AMARAL	URBANA
	EE DOM BOSCO	URBANA
	EE LUIZ CARLOS CECONELLO	URBANA
	EE MANOEL DE BARROS	URBANA
	EE MILITAR TIRADENTES SOLDADO PM ADRIANA MORAIS RAMOS	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL MÁRCIO SCHABATT SOUZA	URBANA
CLAUDIA	EE DOROTH STONG	RURAL
	EE FLORESTAN FERNANDES	RURAL
	EE MANOEL SOARES CAMPOS	URBANA
	EE RUBEM ALVES	RURAL
SANTA CARMEM	EE N. SENHORA APARECIDA	URBANA
SINOP	EDIEB BENEDITO SANTANA DA SILVA FREIRE	URBANA
	EE BOM JARDIM	URBANA
	EE CLEUFA HUBNER	URBANA
	EE ÉDINA DALABETTA	URBANA
	EE ENIO PIPINO	URBANA
	EE JORGE AMADO	URBANA
	EE NILZA DE OLIVEIRA PIPINO	URBANA
	EE NOSSA SENHORA DA GLORIA	URBANA
	EE NOSSA SENHORA DE LOURDES	URBANA
	EE OLIMPIO JOÃO PISSINATI GUERRA	URBANA
	EE PAULO FREIRE	URBANA
	EE PROFª EDELI MANTOVANI	URBANA
	EE PROFª MARIA DE FATIMA GIMENEZ LOPES	URBANA
	EE PROFESSORA ZENI VIEIRA	URBANA
	EE RENEE MENEZES	URBANA
	EE ROSA DOS VENTOS	URBANA
	EE SÃO VICENTE DE PAULA	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	RURAL
	ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR DJALMA GUILHERME DA SILVA	URBANA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

VERA	EE N. SR. DO PERPETUO SOCORRO	URBANA
FELIZ NATAL	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	URBANA
	EE INDIGENA CENTRAL ESTADUAL IKPENG	RURAL
IPIRANGA DO NORTE	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	URBANA
NOVA UBIATA	EE PEDRO BARBOSA	RURAL
	ESCOLA ESTADUAL 19 DE DEZEMBRO	URBANA
SORRISO	EE 13 DE MAIO	URBANA
	EE CRISTIANO ARAUJO PIRES	RURAL
	EE DA POLÍCIA MILITAR TIRADENTES CABO ANTONIO DILCEU DA SILVA AMARAL	URBANA
	EE IGNACIO SCHEVINSKI FILHO	URBANA
	EE JOSE DOMINGOS FRAGA	URBANA
	EE MARIO SPINELLI	URBANA
	ESCOLA ESTADUAL ARLETE MARIA CAPPELLARI	URBANA
BARRA DO BUGRES	EE 7 DE SETEMBRO	RURAL
	EE ALFREDO JOSÉ DA SILVA	URBANA
	EE EVANGEL. ASSEM. DE DEUS	URBANA
	EE INDIGENA JULA PARE	RURAL
	EE JOAO CATARINO DE SOUZA	URBANA
	EE JOÃO DE CAMPOS BORGES	URBANA
	EE JOSE MARIANO BENTO	RURAL
	EE JULIO MULLER	URBANA
	EE PAULO FREIRE	RURAL
	EE PROF. JULIETA XAVIER BORGES	URBANA
	EE SABINO FERREIRA MAIA	RURAL
PORTO ESTRELA	EE REGINA TENORIO DE OLIVEIRA	URBANA
CAMPO NOVO DO PARECIS	EE ARGEU AUGUSTO DE MORAES	RURAL
	EE JARDIM DOS IPÊS	URBANA
	EE MADRE TARCILA	URBANA
	EE MARECHAL CANDIDO RONDON	RURAL
	EE PADRE ARLINDO IGNÁCIO DE OLIVEIRA	URBANA
	EE UNIÃO DA CHAPADA	RURAL
	ESCOLA ESTADUAL PARECIS	URBANA
DENISE	EE JOAQUIM A. COSTA MARQUES	URBANA
	EE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	URBANA
NOVA OLIMPIA	E E REINALDO DUTRA VILARINHO	RURAL
	EE JOAO MONTEIRO SOBRINHO	URBANA
	EE PROFª FRANCISCA DE SOUZA ALENCAR	URBANA
	EE WILSON DE ALMEIDA	URBANA
SAPEZAL	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	URBANA
	EE LUIZ FRUTUOSO DA SILVA	URBANA
TANGARA DA SERRA	EE EMANUEL PINHEIRO	URBANA
	EE RAMON SANCHES MARQUES	URBANA
	EE 13 DE MAIO	URBANA
	EE 29 DE NOVEMBRO	URBANA
	EE ANTONIO HORTOLLANI	RURAL
	EE DR.HELICIO DE SOUZA	URBANA
	EE INDIGENA DE EDUCACAO BASICA MALAMALATI	RURAL
	EE JONAS LOPES DA SILVA	URBANA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	EE MANOEL MARINHEIRO	URBANA
	EE MIN PETRONIO PORTELA NUNES	RURAL
	EE PATRIARCA DA INDEPENDENCIA	RURAL
	EE PEDRO ALBERTO TAYANO	URBANA
	EE PROF. JOAO BATISTA	URBANA
	EE PROFESSORA JADA TORRES	URBANA
	EE VER BENTO MUNIZ	URBANA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XVII DO TERMO DE REFERÊNCIA – DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (N.º DO CNPJ) _____, sediada (ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital do Pregão Eletrônico – SRP N.º XXX/2016/SEDUC, indica o Senhor(a) (NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO) _____, (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da Cédula de Identidade n.º (N.º DOCUMENTO) emitido por (ÓRGÃO EMISSOR/ESTADO), e do C.P.F. n.º (N.º DO CPF), residente à (ENDEREÇO COMPLETO, CIDADE/ESTADO), inscrito sob n.º (N.º DO CREA OU CAU) no (CREA OU CAU/ESTADO), pertencente ao quadro permanente da empresa, como Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto da licitação.

O Responsável Técnico, supra indicado e pertencente ao quadro permanente da empresa, DECLARA, expressamente, sua disponibilidade profissional para a execução dos serviços da licitação.

(LOCAL E DATA).

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)

(Nome, identidade e assinatura do profissional indicado como Responsável Técnico)



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob Nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para efeito legais, que tem conhecimento de todas as condições do projeto executivo, referente a CONCORRENCIA Nº _____, realizada pela SEDUC, e que faz a opção de se abster da visita, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, nem tão pouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier firmar.

(LOCAL E DATA).

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Declaro para fins de participação na CONCORRENCIA Nº _____, que a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, vistoriou as áreas onde serão executados os serviços _____, de maneira que tomou pleno conhecimento de suas instalações (condições físicas) e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro, constatando as peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não cabendo posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento ou solicitação de acréscimo no preço por falta de informação

(LOCAL E DATA).

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XVIII DO TERMO DE REFERÊNCIA – DIVISÃO DAS ESCOLAS POR LOTE

MUNICÍPIO	LOTAÇÃO	LOTES
ARIPUANA	EE ADECA VELA ARARA	LOTE 1
ARIPUANA	EE DOM FRANCO DALLA VALLE	LOTE 1
ARIPUANA	EE INDIGENA PASAPKAREEJ	LOTE 1
ARIPUANA	EE PROFESSOR ELIDIO MURCELLI FILHO	LOTE 1
ARIPUANA	EE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	LOTE 1
CASTANHEIRA	EE MARIA QUITERIA	LOTE 1
CASTANHEIRA	EE MARIO DE ANDRADE	LOTE 1
CASTANHEIRA	EE PAULO FREIRE	LOTE 1
COLNIZA	EE BERNARDINO GOMES DA LUZ	LOTE 1
COLNIZA	EE TARSILA DO AMARAL	LOTE 1
COLNIZA	EE VINICIUS DE MORAES	LOTE 1
COLNIZA	ESCOLA ESTADUAL MARIA MIRANDA ARAUJO	LOTE 1
COLNIZA	ESCOLA ESTADUAL PEDRO BORGES	LOTE 1
COTRIGUACU	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	LOTE 1
COTRIGUACU	EE BENICIO TRETTEL DA SILVA	LOTE 1
COTRIGUACU	EE MARIA DA GLORIA VARGAS OCHOA	LOTE 1
COTRIGUACU	EE SIDNEY CESAR FUHR	LOTE 1
JUINA	EE 07 DE SETEMBRO	LOTE 1
JUINA	EE 21 DE ABRIL	LOTE 1
JUINA	EE 9 DE MAIO	LOTE 1
JUINA	EE ANA NERI	LOTE 1
JUINA	EE ANTONIA MOURA MUNIZ	LOTE 1
JUINA	EE ANTONIO FRANCISCO LISBOA	LOTE 1
JUINA	EE DR. ARTUR ANTUNES MACIEL	LOTE 1
JUINA	EE DR. GUILHERME FREITAS DE ABREU LIMA	LOTE 1
JUINA	EE MARECHAL RONDON	LOTE 1
JUINA	EE PE. EZEQUIEL RAMIN	LOTE 1
JUINA	EEI ETEREPUY	LOTE 1
JURUENA	EE ALINE MARIA TEIXEIRA	LOTE 1
JURUENA	EE DOM AQUINO CORREA	LOTE 1
RONDOLANDIA	EE INDÍGENA EDUCAÇÃO BÁSICA ZARUP WEJ	LOTE 1
RONDOLANDIA	EE INDIGENA SERTANISTA APOENA MEIRELLES	LOTE 1
RONDOLANDIA	EE INDÍGENA ZAWÃ KAREJ PANGYJEJ	LOTE 1
RONDOLANDIA	EE OLAVO BILAC	LOTE 1
ALTA FLORESTA	EE 19 DE MAIO	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE BOA ESPERANÇA	LOTE 2



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ALTA FLORESTA	EE CECILIA MEIRELES	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE DOM BOSCO	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE GUIMARAES ROSA	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE JARDIM UNIVERSITARIO	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE JAYME VERISSIMO DE CAMPOS JUNIOR	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE LUDOVICO DA RIVA NETO	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE MANOEL BANDEIRA	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS DOM PEDRO II	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE MUNDO NOVO	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE OURO VERDE	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE PROF. MARINES FATIMA DE SA TEIXEIRA	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE RODRIGUES ALVES	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE RUI BARBOSA	LOTE 2
ALTA FLORESTA	EE VITORIA FURLANI DA RIVA	LOTE 2
APIACAS	EE INDIGENA EDUC.BASICA MAYROWI APIAKA	LOTE 2
APIACAS	EE PORTAL DA AMAZÔNIA	LOTE 2
APIACAS	EE VINICIUS DE MORAES	LOTE 2
APIACAS	ESCOLA ESTADUAL INDIGENA ITAWYAK	LOTE 2
CARLINDA	EE FREI CANECA	LOTE 2
CARLINDA	EE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	LOTE 2
COLIDER	EE ANDRÉ ANTONIO MAGGI	LOTE 2
COLIDER	EE CAFENORTE	LOTE 2
COLIDER	EE CEL. ANTONIO PAES DE BARROS	LOTE 2
COLIDER	EE DES.MILTON ARMANDO POMPEU DE BARROS	LOTE 2
COLIDER	EE NOVA GALILEIA	LOTE 2
COLIDER	EE PALMITAL	LOTE 2
COLIDER	EE PROFESSORA ALZIRA MARIA DA SILVA	LOTE 2
NOVA BANDEIRANTES	EE. PROF. VALDOMIRO TEODORO CANDIDO	LOTE 2
NOVA BANDEIRANTES	ESCOLA ESTADUAL CEREJEIRAS	LOTE 2
NOVA CANAA DO NORTE	EE IVONE BORKWSKI DE LIMA	LOTE 2
NOVA CANAA DO NORTE	EE NOVA CANAA	LOTE 2
NOVA CANAA DO NORTE	EESPSG NOVA UNIAO	LOTE 2
NOVA GUARITA	EE 13 DE MAIO	LOTE 2
NOVA MONTE VERDE	EE MACHADO DE ASSIS	LOTE 2
NOVA MONTE VERDE	EE MONTE VERDE	LOTE 2
NOVA MONTE VERDE	EE PROFESSORA NEIDE ENARA SIMA	LOTE 2
PARANAITA	EE DR. MARIO CORREA DA COSTA	LOTE 2
PARANAITA	EE JOAO PAULO I	LOTE 2
PARANAITA	EE SAO PEDRO	LOTE 2
GUARANTA DO NORTE	EE GUARANTA	LOTE 3
GUARANTA DO NORTE	EE IRANY JAIME FARINA	LOTE 3



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

GUARANTA DO NORTE	EE KREEN AKARORE	LOTE 3
GUARANTA DO NORTE	EE PROFESSOR ELCIO PRATES	LOTE 3
GUARANTA DO NORTE	ESCOLA ESTADUAL ALBERT EINSTEIN	LOTE 3
MATUPA	EE ANTONIO OMETTO	LOTE 3
MATUPA	EE BAIRRO UNIÃO	LOTE 3
MATUPA	EE CECILIA MEIRELES	LOTE 3
MATUPA	EE INDIGENA TERENA DE KOMOMOYEA KOVÔERO	LOTE 3
MATUPA	EE JARDIM DAS FLORES	LOTE 3
MATUPA	EE LUIZA MIOTTO FERREIRA	LOTE 3
MATUPA	EE SENADOR JONAS PINHEIRO	LOTE 3
NOVA SANTA HELENA	EE GRACIA EDMUNDO ZEFERINO	LOTE 3
NOVO MUNDO	EE EDUCAÇÃO BASICA ANDRE ANTONIO MAGGI	LOTE 3
NOVO MUNDO	EE TARLEY ROSSI VILELA	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE 19 DE JULHO	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE GARCIA GARRIDO FERMINO	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA METUKTIRE	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE INDIGENA ELIO TURI RONDON	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE INDIGENA GORONÃ	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE KREEN AKARORE	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE LEONISIO LEMOS MELO	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE LUCIENE CARDOSO DE OLIVEIRA	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE MONTEIRO LOBATO	LOTE 3
PEIXOTO DE AZEVEDO	EE VINICIUS DE MORAES	LOTE 3
TERRA NOVA DO NORTE	EE 12 ABRIL	LOTE 3
TERRA NOVA DO NORTE	EE LUCAS AUXILIO TONIAZO	LOTE 3
TERRA NOVA DO NORTE	EE NORBERTO SCHWANTES	LOTE 3
TERRA NOVA DO NORTE	EE TERRA NOVA	LOTE 3
ALTO BOA VISTA	EE JOAO REZENDE DE AZEVEDO	LOTE 4
BOM JESUS DO ARAGUAIA	EE INDIGENA DE EDUC. BASICA MARAIWATSEDE	LOTE 4
BOM JESUS DO ARAGUAIA	EE PROF GERSON CARLOS DA SILVA	LOTE 4
CANABRAVA DO NORTE	EE ELIAS BENTO	LOTE 4
CANABRAVA DO NORTE	EE MIGUEL GONÇALVES BORGES	LOTE 4
CONFRESA	EE 29 DE JULHO	LOTE 4
CONFRESA	EE ANTONIO ALVES DIAS	LOTE 4
CONFRESA	EE DA POLÍCIA MILITAR TIRADENTES CB JOSÉ MARTINS DE MOURA	LOTE 4
CONFRESA	EE INDIGENA TAPI ITÃWA	LOTE 4
CONFRESA	EE SANTO ANTONIO	LOTE 4
CONFRESA	EE SOL NASCENTE	LOTE 4
CONFRESA	EE TEOTONIO CARLOS DA CUNHA NETO	LOTE 4
CONFRESA	EE WALDIR BENTO DA COSTA	LOTE 4



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

CONFRESA	EEDIEB CREUSLHI DE SOUZA RAMOS	LOTE 4
LUCIARA	EE HUMBERTO CASTELO BRANCO	LOTE 4
LUCIARA	EE INDIGENA ESTADUAL HADORI	LOTE 4
LUCIARA	EE JUSCELINO KUBISTCHEK	LOTE 4
NOVO SANTO ANTONIO	EE 29 DE SETEMBRO	LOTE 4
PORTO ALEGRE DO NORTE	EE 13 DE MAIO	LOTE 4
PORTO ALEGRE DO NORTE	EE ALEXANDRE QUIRINO SOUZA	LOTE 4
PORTO ALEGRE DO NORTE	EE ANTONIA LEAO DOS SANTOS	LOTE 4
PORTO ALEGRE DO NORTE	EE GILVAN DE SOUZA	LOTE 4
PORTO ALEGRE DO NORTE	EE JOSE GONCALVES DOS SANTOS	LOTE 4
PORTO ALEGRE DO NORTE	EE TAPIRAPE	LOTE 4
SANTA CRUZ DO XINGU	ESCOLA ESTADUAL SANTA CRUZ	LOTE 4
SANTA TEREZINHA	EE INDIGENA TAPIRAPE	LOTE 4
SANTA TEREZINHA	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BASICA HAWALORA	LOTE 4
SANTA TEREZINHA	EE INDIGENA ITXALÁ	LOTE 4
SANTA TEREZINHA	EE MARTINIANO CARLOS PEREIRA	LOTE 4
SANTA TEREZINHA	EE ROBERVAL COSTA REIS	LOTE 4
SANTA TEREZINHA	EE SANTA TEREZINHA	LOTE 4
SAO FELIX DO ARAGUAIA	EE INDIGENA CENTRAL ESTADUAL DIAUARUN	LOTE 4
SAO FELIX DO ARAGUAIA	EE PRES. TANCREDO DE A. NEVES	LOTE 4
SAO FELIX DO ARAGUAIA	EE PROFESSORA HILDA ROCHA SOUZA	LOTE 4
SAO FELIX DO ARAGUAIA	EE SEVERIANO NEVES	LOTE 4
SAO JOSE DO XINGU	EE ANTONIO GOMES PRIMO	LOTE 4
SAO JOSE DO XINGU	EE CINCO DE ABRIL	LOTE 4
SAO JOSE DO XINGU	EE INDIGENA BEPKOROROTI	LOTE 4
SAO JOSE DO XINGU	EE INDIGENA BITAHAMA	LOTE 4
SERRA NOVA DOURADA	EE ANTONIO CARLOS MOURA	LOTE 4
VILA RICA	EE MARIA ESTHER PERES	LOTE 4
VILA RICA	EE VILA RICA	LOTE 4
AGUA BOA	EE 9 DE JULHO	LOTE 5
AGUA BOA	EE ANTONIO GROHS	LOTE 5
AGUA BOA	ESCOLA ESTADUAL JARAGUÁ	LOTE 5
ARAGUAIANA	EE CEL JERONIMO GOMES SILVA	LOTE 5
ARAGUAINHA	EE RUI BARBOSA	LOTE 5
CAMPINAPOLIS	EE COUTO MAGALHAES	LOTE 5
CAMPINAPOLIS	EE INDIGENA ALDEIONA	LOTE 5
CAMPINAPOLIS	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BUTSE WAWWE	LOTE 5
CAMPINAPOLIS	EE INDIGENA DE EDUCACAO BASICA XAVANTE	LOTE 5
CAMPINAPOLIS	EE INDIGENA ESTRELA	LOTE 5
CAMPINAPOLIS	EE INDIGENA LUIZ RUDZANE EDI OREBWE	LOTE 5
CAMPINAPOLIS	EE INDIGENA RAÍ RĀTE	LOTE 5



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

CAMPINAPOLIS	EE INDIGENA WA OMORA	LOTE 5
CAMPINAPOLIS	EEI DAVID AI'RERO	LOTE 5
CAMPINAPOLIS	ESCOLA ESTADUAL INDIGENA CONSTANTINO TSEEROWÊ	LOTE 5
CANARANA	EE 31 DE MARÇO	LOTE 5
CANARANA	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BASICA ETENHIRITIPÁ	LOTE 5
CANARANA	EE INDIGENA SAMUEL SAHUTUWÊ	LOTE 5
CANARANA	EE NORBERTO SCHWANTES	LOTE 5
CANARANA	EE PAULO FREIRE	LOTE 5
COCALINHO	EE GETULIO VARGAS	LOTE 5
NOVA NAZARE	EE TANCREDO NEVES	LOTE 5
NOVA XAVANTINA	EE ARLINDO ESTILAC LEAL	LOTE 5
NOVA XAVANTINA	EE CEL. JOAO N. DE M. MALLET	LOTE 5
NOVA XAVANTINA	EE JUSCELINO K. OLIVEIRA	LOTE 5
NOVA XAVANTINA	EE MIN. JOAO ALBERTO	LOTE 5
NOVO SAO JOAQUIM	EE DINIZ ALVES DE TOLEDO	LOTE 5
NOVO SAO JOAQUIM	EE JOSE DE ALENCAR	LOTE 5
QUERENCIA	EE COUTINHO UNIAO	LOTE 5
QUERENCIA	EE INDIGENA CENTRAL EDUC. BASICA KISEDJE	LOTE 5
QUERENCIA	EE QUERENCIA	LOTE 5
QUERENCIA	ESCOLA ESTADUAL 19 DE DEZEMBRO	LOTE 5
QUERENCIA	ESCOLA ESTADUAL 20 DE MARÇO	LOTE 5
RIBEIRAO CASCALHEIRA	EE CEL. ONDINO R. LIMA	LOTE 5
BARRA DO GARCAS	EE ANTONIO CRISTINO CORTES	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE DEP. NORBERTO SCHWANTES	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE DOM JOSE SELVA	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE FRANCISCO DOURADO	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE HERONIDES ARAUJO	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE INDIGENA DOM FELIPPO RINALDI.	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE INDIGENA HAMBE	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE INDIGENA JUCELINO TSEREMAA	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE INDÍGENA MÁRIO JURUNA	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE INDIGENA ULISSES GUIMARAES	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE IR. DIVA PIMENTEL	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE JARDIM ARAGUAIA	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE JOSE ANGELO DOS SANTOS	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE MAL. EURICO GASPAR DUTRA	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE SÃO JOAO BATISTA	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EE SEN . FILINTO MULLER	LOTE 6
BARRA DO GARCAS	EEB PROFª MARIA DE LOURDES HORA MORAES	LOTE 6
GENERAL CARNEIRO	EE ANTONIO NONATO ROCHA	LOTE 6



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

GENERAL CARNEIRO	EE DR.JOÃO PONCE DE ARRUDA	LOTE 6
GENERAL CARNEIRO	EE INDIGENA ADAO TOPTIVO	LOTE 6
GENERAL CARNEIRO	EE INDIGENA RAIWI A XAVANTE	LOTE 6
GENERAL CARNEIRO	EE INDIGENA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	LOTE 6
GENERAL CARNEIRO	EE INDIGENA SAO JOSE SANGRADOURO	LOTE 6
PONTAL DO ARAGUAIA	EE SÃO MIGUEL	LOTE 6
PONTE BRANCA	EE SAO DOMINGOS SAVIO	LOTE 6
RIBEIRAOZINHO	EE ALEXANDRE LEITE	LOTE 6
TORIXOREU	EE ARTHUR DA COSTA E SILVA	LOTE 6
TORIXOREU	EE FEBRONIO RODRIGUES	LOTE 6
DOM AQUINO	EE DOM AQUINO	LOTE 7
DOM AQUINO	EE SAO LOURENÇO	LOTE 7
DOM AQUINO	EE VINICIUS DE MORAES	LOTE 7
ITIQUEIRA	EE BONIFACIO SACHETTI	LOTE 7
ITIQUEIRA	EE DOM AQUINO CORREA	LOTE 7
JACIARA	EE ANTONIO FERREIRA SOBRINHO	LOTE 7
JACIARA	EE CELESTINO CORREA DA COSTA	LOTE 7
JACIARA	EE FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA	LOTE 7
JACIARA	EE MILTON DA COSTA FERREIRA	LOTE 7
JACIARA	EE PREF. ARTUR RAMOS	LOTE 7
JACIARA	EE SÃO FRANCISCO	LOTE 7
JACIARA	ESCOLA ESTADUAL MODELO SANTO ANTÔNIO	LOTE 7
JUSCIMEIRA	EE ANTONIO JOSE DE LIMA	LOTE 7
JUSCIMEIRA	EE CAMPOS SALES	LOTE 7
JUSCIMEIRA	EE DOM VUNIBALDO	LOTE 7
JUSCIMEIRA	EE JOAO MATHEUS BARBOSA	LOTE 7
JUSCIMEIRA	EE SANTA ELVIRA	LOTE 7
JUSCIMEIRA	EE SANTO ANTONIO DE PADUA	LOTE 7
JUSCIMEIRA	EE SEN. FILINTO MULLER	LOTE 7
PEDRA PRETA	EE 10 DE DEZEMBRO	LOTE 7
PEDRA PRETA	EE 13 DE MAIO	LOTE 7
PEDRA PRETA	EE PROF. IVONNE TRAMARIM DE OLIVEIRA	LOTE 7
PEDRA PRETA	EE SAO PEDRO APOSTOLO	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE ADOLFO AUGUSTO DE MORAES	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE PINDORAMA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE 7 DE SETEMBRO	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE ANTONIO G. BALBINO	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE D. WUNIBALDO TALLEUR	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE DANIEL MARTINS MOURA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE DOMINGOS APARECIDO DOS SANTOS	LOTE 7



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

RONDONOPOLIS	EE EMANUEL PINHEIRO	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE FRANCISCA BARROS DE CARVALHO	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE JOAQUIM NUNES ROCHA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE JOSE MORAES	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE JOSÉ SALMEN HANZE	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE LA SALLE	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE LUCAS PACHECO DE CAMARGO	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE MAJOR OTAVIO PITALUGA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE MARECHAL DUTRA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE MARIA DE LIMA CADIDE	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE MILITAR TIRADENTES MAJOR PM ERNESTINO VERISSIMO DA SILVA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE PROF. AMELIA DE OLIVEIRA SILVA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE PROF. CARLOS PEREIRA BARBOSA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE PROF. EUNICE SOUZA DOS SANTOS	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE PROF. RENILDA SILVA MORAES	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE PROF.ELIZABETH DE FREITAS MAGALHÃES	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE PROF.MARIA ELZA FERREIRA INACIO	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE PROFESSORA EDITH PEREIRA BARBOSA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE PROFESSORA STELA MARIS VALERIANO DA SILVA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE RAMIRO BERNARDO DA SILVA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE SANTO ANTONIO	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE SAO JOSE OPERARIO	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE SEBASTIANA R. DE SOUZA	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EE SILVESTRE GOMES JARDIM	LOTE 7
RONDONOPOLIS	EEDIEB PROF ALFREDO MARIEN	LOTE 7
RONDONOPOLIS	ESCOLA ESTADUAL ODORICO LEOCÁDIO DA ROSA	LOTE 7
SAO PEDRO DA CIPA	EE IR. MIGUELINA CORSO	LOTE 7
GAUCHA DO NORTE	EE GERVASIO DOS SANTOS COSTA	LOTE 8
GAUCHA DO NORTE	EE INDÍGENA CENTRAL AIHA	LOTE 8
GAUCHA DO NORTE	EE INDIGENA CENTRAL ESTADUAL KARIB	LOTE 8
GAUCHA DO NORTE	EE INDIGENA CENTRAL LEONARDO VILLAS BOAS	LOTE 8
GAUCHA DO NORTE	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BASICA PIYULAGA	LOTE 8
GAUCHA DO NORTE	EE INDIGENA MAVUTSININ	LOTE 8
PARANATINGA	EE 29 DE JUNHO	LOTE 8
PARANATINGA	EE APOLONIO BOURET DE MELO	LOTE 8
PARANATINGA	EE INDÍGENA EDUC. BÁSICA ATURUA	LOTE 8
PARANATINGA	EE INDIGENA KURA BAKAIRI	LOTE 8
PARANATINGA	EE INDÍGENA PAIHITWARA	LOTE 8



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

PARANATINGA	EE OSVALDO CANDIDO PEREIRA	LOTE 8
POXOREU	EE ARGEMIRO RODRIGUES PIMENTEL	LOTE 8
POXOREU	EE CEL JULIO MULLER	LOTE 8
POXOREU	EE FRANKLIN CASSIANO	LOTE 8
POXOREU	EE INDIGENA MARIMBÚ	LOTE 8
POXOREU	EE JOAO BORGES VIEIRA	LOTE 8
POXOREU	EE JOAO PEDRO TORRES	LOTE 8
POXOREU	EE PE CESAR ALBISETTI	LOTE 8
POXOREU	EE POXOREO	LOTE 8
POXOREU	EE PRESIDENTE DUTRA	LOTE 8
POXOREU	EE PROF JURACY MACEDO	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EE CAMPO MASSAPÉ	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EE CAMPO VILA UNIÃO	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EE CREMILDA DE OLIVEIRA VIANA	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EE JOAO RIBEIRO VILELA	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EE MONTEIRO LOBATO	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EE PADRE ONESTO COSTA	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EE PAULO FREIRE	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EE PROFª ALDA GAWLINSKI SCOPEL	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EE SEBASTIAO PATRICIO	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	EEDIEB GETULIO DORNELLES VARGAS	LOTE 8
PRIMAVERA DO LESTE	ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA SEBASTIANA DE SOUZA	LOTE 8
SANTO ANTONIO DO LESTE	EE VANDERLEI CECATTO	LOTE 8
CAMPO VERDE	EE ALICE BARBOSA PACHECO	LOTE 8
CAMPO VERDE	EE BOA ESPERANCA	LOTE 8
CAMPO VERDE	EE JUPIARA	LOTE 8
CAMPO VERDE	EE LEDY ANITA BRESCANCIN	LOTE 8
CAMPO VERDE	EE ULISSES GUIMARÃES	LOTE 8
CAMPO VERDE	EE WALDEMON MORAES COELHO	LOTE 8
ALTO ARAGUAIA	EE ARLINDA PESSOA MORBECK	LOTE 9
ALTO ARAGUAIA	EE CARLOS HUGUENEY	LOTE 9
ALTO ARAGUAIA	EE MARIA AUXILIADORA	LOTE 9
ALTO ARAGUAIA	EE ONECIDIO MANOEL RESENDE	LOTE 9
ALTO GARCAS	EE DEP. OSCAR SOARES	LOTE 9
ALTO GARCAS	EE DR. YTRIO CORREA	LOTE 9
ALTO TAQUARI	EE CARLOS IRIGARAY FILHO	LOTE 9
ALTO TAQUARI	EE DENNIS MANERICH DE OLIVEIRA	LOTE 9
GUIRATINGA	E.E. D.MARIA DE LOURDES RIBEIRO FRAGELLI	LOTE 9
GUIRATINGA	EE ESTEVÃO DE MENDONÇA	LOTE 9
GUIRATINGA	EE GARÇA BRANCA	LOTE 9



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

GUIRATINGA	EE PEDRO FERREIRA	LOTE 9
GUIRATINGA	EE SANTA TERESINHA	LOTE 9
SAO JOSE DO POVO	EE LUDOVICO VIEIRA CAMARGO	LOTE 9
SAO JOSE DO POVO	EE WELLINGTON FLAVIANO COELHO	LOTE 9
TESOURO	EE ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO	LOTE 9
TESOURO	EE FILINTO MULLER	LOTE 9
TESOURO	EE XV DE OUTUBRO	LOTE 9
ACORIZAL	EE D. CEZINA ANTONIA BOTELHO	LOTE 10
ACORIZAL	EE DOM ANTONIO CAMPELO	LOTE 10
ACORIZAL	EE PIO MACHADO	LOTE 10
ACORIZAL	EE PONCE DE ARRUDA	LOTE 10
CHAPADA DOS GUIMARAES	EE CEL. RAFAEL DE SIQUEIRA	LOTE 10
CHAPADA DOS GUIMARAES	EE REUNIDAS DE CACHOEIRA RICA	LOTE 10
CHAPADA DOS GUIMARAES	EE PROF. ANA TEREZA ALBERNAZ	LOTE 10
CHAPADA DOS GUIMARAES	EE SAO JOSE	LOTE 10
JANGADA	EE ARNALDO ESTEVÃO FIGUEIREDO	LOTE 10
JANGADA	EE BENEDITA AUGUSTA LEMES	LOTE 10
JANGADA	EE DAMIÃO MAMEDES DO NASCIMENTO	LOTE 10
JANGADA	EE DE ED.BÁSICA PROF. ARLINDO DE S. BRUNO	LOTE 10
JANGADA	EE LUIZA SOARES BOABAID	LOTE 10
JANGADA	EE MAXIMIANA DO NASCIMENTO	LOTE 10
NOBRES	EE DR. FABIO SILVERIO FARIAS	LOTE 10
NOBRES	EE INOCENCIA RACHID JAUDY	LOTE 10
NOBRES	EE MARECHAL CANDIDO RONDON	LOTE 10
NOBRES	EE PROF. MARIO A. NASSARDEN	LOTE 10
NOBRES	EE PROF. NILO POVOAS	LOTE 10
NOVA BRASILANDIA	EE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	LOTE 10
NOVA BRASILANDIA	EE PAD. JOSE MARIA DO SACRAMENTO	LOTE 10
PLANALTO DA SERRA	EE ALVARINA ALVES DE FREITAS	LOTE 10
ROSARIO OESTE	EE BENEDITA DE ALMEIDA	LOTE 10
ROSARIO OESTE	EE CEL. ARTUR BORGES	LOTE 10
ROSARIO OESTE	EE ESTEVÃO PEREIRA DE ALMEIDA	LOTE 10
ROSARIO OESTE	EE JOAO CALIXTO BERNARDES	LOTE 10
ROSARIO OESTE	EE MARECHAL RONDON	LOTE 10
ROSARIO OESTE	EE PROFESSORA ELIZABET EVANGELISTA PEREIRA	LOTE 10
BARAO DE MELGACO	EE CEL. ANTONIO PAES DE BARROS	LOTE 11
BARAO DE MELGACO	EE CIRO SIQUEIRA GONÇALVES	LOTE 11
BARAO DE MELGACO	EE INDIGENA KOGE EIARI	LOTE 11
BARAO DE MELGACO	EE MARIA S. PEIXOTO MOURA	LOTE 11
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	EE FELICIANO GALDINO	LOTE 11
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	EE FREI EMILIANO MONTEIRO	LOTE 11



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	EE JOSÉ CASSEMIRO DE PINHO	LOTE 11
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	EE JOSE DE BARROS MACIEL	LOTE 11
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	EE JOSÉ DE LIMA BARROS	LOTE 11
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	EE TEREZA CONCEIÇÃO DE ARRUDA	LOTE 11
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	EE VER. AMARÍLIO GOMES DA SILVA	LOTE 11
POCONE	EE ANTONIO GARCIA	LOTE 11
POCONE	EE ANTONIO JOÃO RIBEIRO	LOTE 11
POCONE	EE BEL. RIBEIRO DE ARRUDA	LOTE 11
POCONE	EE DOM FRANCISCO DE AQUINO CORREA	LOTE 11
POCONE	EE EUCARIS NUNES CUNHA MORAIS	LOTE 11
POCONE	EE FREI CARLOS VALLETE	LOTE 11
POCONE	EE GAL. CAETANO DE ALBUQUERQUE	LOTE 11
POCONE	EE JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	LOTE 11
POCONE	EE LISANDRO NUNES PEREIRA	LOTE 11
POCONE	EE MARECHAL RONDON	LOTE 11
POCONE	EE MARIA HELENA DE ARAUJO BASTOS	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE GUSTAVO DUTRA	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE CORREGO DO OURO	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE FAUSTINO DIAS AMORIM	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE HERMES RODRIGUES DE ALCANTARA	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE INDIGENA KOROGEDO PARU	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE INDIGENA PIEBAGA	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE LEONIDAS DE MATOS	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE MARIA DE ARRUDA MULLER	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE NAGIB SAAD	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE OSWALDITA ELIZA TEIXEIRA COUTO	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE PONTAL DO GLÓRIA	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE SANTA CLAUDINA	LOTE 11
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	EE SANTANA DO TAQUARAL	LOTE 11
CUIABÁ	EE ALCEBIANES CALHAO	LOTE 12
CUIABÁ	EE ALINA DO NASCIMENTO TOCANTINS	LOTE 12
CUIABÁ	EE ANDRE LUIZ DA SILVA REIS	LOTE 12
CUIABÁ	EE AUREOLINA EUSTACIA RIBEIRO	LOTE 12
CUIABÁ	EE DOM JOSE DO DESPRAIADO	LOTE 12
CUIABÁ	EE GOVERNADOR JOSÉ FRAGELLI	LOTE 12
CUIABÁ	EE GUSTAVO KULMAN	LOTE 12
CUIABÁ	EE JOSE DE MESQUITA	LOTE 12
CUIABÁ	EE JOSE MAGNO	LOTE 12
CUIABÁ	EE LICEU CUIABANO MARIA DE ARRUDA MULLER	LOTE 12
CUIABÁ	EE MARCELINA DE CAMPOS	LOTE 12
CUIABÁ	EE PE WANIR DELFINO CESAR	LOTE 12



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

CUIABÁ	EE PRESIDENTE MEDICI	LOTE 12
CUIABÁ	EE PROF. ULISSES CUIABANO	LOTE 12
CUIABÁ	EE SENADOR AZEREDO	LOTE 12
CUIABÁ	CR. EST. ENS. FD. MARIA EUNICE DUARTE BARROS	LOTE 13
CUIABÁ	CR. EST. ENS. FUND. NASLA JOAQUIM ASCHAR	LOTE 13
CUIABÁ	EE ANDRE AVELINO RIBEIRO	LOTE 13
CUIABÁ	EE DIONE AUGUSTA SILVA SOUZA	LOTE 13
CUIABÁ	EE DJALMA FERREIRA DE SOUZA	LOTE 13
CUIABÁ	EE LEONIDAS ANTERO DE MATOS	LOTE 13
CUIABÁ	EE LEOVEGILDO DE MELO	LOTE 13
CUIABÁ	EE PADRE JOAO PANAROTTO	LOTE 13
CUIABÁ	EE VICTORINO MONTEIRO DA SILVA	LOTE 13
CUIABÁ	EE DIVA HUGUENEY DE SIQUEIRA BASTOS	LOTE 13
CUIABÁ	EE PROF. ANA MARIA DO COUTO	LOTE 13
CUIABÁ	EE PROF. BENEDITO DE CARVALHO	LOTE 13
CUIABÁ	EE PROFESSORA MARIA HERMINIA ALVES	LOTE 13
CUIABÁ	EE RODOLFO AUGUSTO T. CURVO	LOTE 13
CUIABÁ	EEDIEB PROF ALMIRA DE AMORIM SILVA	LOTE 13
CUIABÁ	ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ELIANE DIGIGOV SANTANA	LOTE 13
CUIABÁ	ESCOLA MILITAR TIRADENTES	LOTE 13
CUIABÁ	EE FILOGONIO CORREA	LOTE 13
CUIABÁ	C.E.A.A.D.A. PROFª ARLETE P. MIGUELETTI	LOTE 14
CUIABÁ	EE ANTONIO EPAMINONDAS	LOTE 14
CUIABÁ	EE BARAO DE MELGAÇO	LOTE 14
CUIABÁ	EE JOAQUINA CERQUEIRA CALDAS	LOTE 14
CUIABÁ	EE PASCOAL MOREIRA CABRAL	LOTE 14
CUIABÁ	EE RAIMUNDO PINHEIRO DA SILVA	LOTE 14
CUIABÁ	EE SANTOS DUMONT	LOTE 14
CUIABÁ	EE SOUZA BANDEIRA	LOTE 14
CUIABÁ	EE CLEINIA ROSALINA SOUZA	LOTE 14
CUIABÁ	EE DOM FRANCISCO DE AQUINO CORREA	LOTE 14
CUIABÁ	EE DR.HELIO PALMA DE ARRUDA	LOTE 14
CUIABÁ	EE FRANCISCO A. FERREIRA MENDES	LOTE 14
CUIABÁ	EE JOAO BRIENNE DE CAMARGO	LOTE 14
CUIABÁ	EE PE. ERNESTO CAMILO BARRETO	LOTE 14
CUIABÁ	EE PROFº JOAO CRISOSTOMO DE FIGUEIREDO	LOTE 14
CUIABÁ	EE RAO DE SOL	LOTE 14
CUIABÁ	EE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	LOTE 14
CUIABÁ	EEDIEB ANTONIO CESÁRIO DE FIGUERO NETO	LOTE 14
CUIABÁ	ESC.EST.DE ENS.ESPECIAL LIVRE APRENDER	LOTE 14



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

CUIABÁ	ESCOLA EST. MENINOS DO FUTURO	LOTE 14
CUIABÁ	EE AGENOR FERREIRA LEAO	LOTE 15
CUIABÁ	EE DR. MARIO DE CASTRO	LOTE 15
CUIABÁ	EE HIST. RUBENS DE MENDONÇA	LOTE 15
CUIABÁ	EE MALIK DIDIER NAMER ZAHAFI	LOTE 15
CUIABÁ	EE MANOEL CAVALCANTI PROENÇA	LOTE 15
CUIABÁ	EE MARIANA LUIZA MOREIRA	LOTE 15
CUIABÁ	EE PASCOAL RAMOS	LOTE 15
CUIABÁ	EE PROF. HELIODORO CAPISTRANO DA SILVA	LOTE 15
CUIABÁ	EE PROFª ALICE FONTES PINHEIRO	LOTE 15
CUIABÁ	EE DR. ESTEVAO ALVES CORREA	LOTE 15
CUIABÁ	EE HERMELINDA DE FIGUEIREDO	LOTE 15
CUIABÁ	EE JUAREZ RODRIGUES DOS ANJOS	LOTE 15
CUIABÁ	EE PADRE FIRMO PINTO DUARTE FILHO	LOTE 15
CUIABÁ	EE PROF. RAFAEL RUEDA	LOTE 15
CUIABÁ	EE PROF. PACIANA TORRES DE SANTANA	LOTE 15
CUIABÁ	EE ZELIA DA COSTA ALMEIDA	LOTE 15
VARZEA GRANDE	EE DE ENSINO ESPECIAL LUZ DO SABER	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE DEP. EMANUEL PINHEIRO	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE DEP. SALIM NADAF	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE DOM BOSCO	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE DOMINGOS SAVIO BRANDÃO LIMA	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE DUNGA RODRIGUES	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE GONÇALO BOTELHO DE CAMPOS	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE GOVERNADOR DANTE MARTINS DE OLIVEIRA	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE GOVERNADOR JOSE GARCIA NETO	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE HEROCLITO LEONCIO MONTEIRO	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE JAIME VERISSIMO DE CAMPOS JUNIOR JAIMINHO	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE JOSE LEITE DE MORAES	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE JULIO STRUBING MULLER	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE MANOEL CORREA DE ALMEIDA	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE MANOEL GOMES	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE MARIA LEITE MARCOSKI	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE PROF MARLENE MARQUES DE BARROS	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE PROF. DEMETRIO DE SOUZA	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE PROF. HONORIO RODRIGUES AMORIM	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE PROF. JOSÉ MENDES MARTINS	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE PROF. MARIA MACEDO RODRIGUES	LOTE 16
VARZEA GRANDE	EE PROFª VASTI PEREIRA DA CONCEIÇÃO	LOTE 16
VARZEA GRANDE	CHP PROF. CELIA RODRIGUES DUQUE	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE LUIS PEDROSO DA SILVA	LOTE 17



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

VARZEA GRANDE	EE MIGUEL BARACAT	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE MISSIONARIO GUNNAR VINGREN	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PROF. FERNANDO LEITE DE CAMPOS	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PROF. VANIL STABILITO	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PROF.ADALGISA DE BARROS	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PROFª ELMAZ GATTAS MONTEIRO	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE TEREZINHA DE JESUS SILVA	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EPG IRMAOS DO CAMINHO	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PROFª MARIA DA CUNHA BRUNO	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE DEPUTADO MILTON FIGUEIREDO	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE IRENE GOMES DE CAMPOS	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE NADIR DE OLIVEIRA	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PEDRO GARDES	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PORFIRIA PAULA DE CAMPOS	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PROF JERCY JACOB	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE PROF ELIZABETH MARIA BASTOS MINEIRO	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE UBALDO MONTEIRO DA SILVA	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EEDIEB LÍCINIO MONTEIRO DA SILVA	LOTE 17
VARZEA GRANDE	EE ANTONIO GERALDO G. GATTIBONI	LOTE 17
CACERES	EE DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	LOTE 18
CACERES	EE CRIANÇA CIDADÃ	LOTE 18
CACERES	EE DES.GABRIEL PINTO DE ARRUDA	LOTE 18
CACERES	EE FREI AMBROSIO	LOTE 18
CACERES	EE LEOPOLDO AMBROSIO FILHO	LOTE 18
CACERES	EE ONZE DE MARÇO	LOTE 18
CACERES	EE PROF. NATALINO FERREIRA MENDES	LOTE 18
CACERES	EE PROF.ANA M.DAS GRAÇAS S.NORONHA	LOTE 18
CACERES	EE PROF.DEMETRIO COSTA PEREIRA	LOTE 18
CACERES	EE PROFESSOR JOAO FLORENTINO SILVA NETO	LOTE 18
CACERES	EE SAO LUIZ	LOTE 18
CACERES	EE SENADOR MARIO MOTTA	LOTE 18
CACERES	EE UNIAO E FORÇA	LOTE 18
CACERES	EEDIEB PROF MILTON MARQUES CURVO	LOTE 18
CACERES	ESCOLA ESTADUAL 12 DE OUTUBRO	LOTE 18
CURVELANDIA	EE BOA ESPERANÇA	LOTE 18
GLORIA D'OESTE	EE RUI BARBOSA	LOTE 18
GLORIA D'OESTE	ESCOLA ESTADUAL JOSE BEJO	LOTE 18
LAMBARI D'OESTE	EE PADRE JOSE ANCHIETA	LOTE 18
MIRASSOL D'OESTE	EE 12 DE OUTUBRO	LOTE 18
MIRASSOL D'OESTE	EE BENEDITO CESARIO DA CRUZ	LOTE 18



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

MIRASSOL D'OESTE	EE BOA VISTA	LOTE 18
MIRASSOL D'OESTE	EE IRENE ORTEGA	LOTE 18
MIRASSOL D'OESTE	EE JOAO DE CAMPOS WIDAL	LOTE 18
MIRASSOL D'OESTE	EE MADRE CRISTINA	LOTE 18
MIRASSOL D'OESTE	EE PADRE JOSE ANCHIETA	LOTE 18
MIRASSOL D'OESTE	EE PADRE TIAGO	LOTE 18
MIRASSOL D'OESTE	EE PEDRO GALHARDO GARCIA	LOTE 18
PORTO ESPERIDIAO	EE 13 DE MAIO	LOTE 18
PORTO ESPERIDIAO	EE INDIGENA CHIQUITANO JOSÉ TURÍBIO	LOTE 18
PORTO ESPERIDIAO	EE INDIGENA CHIQUITANOS	LOTE 18
PORTO ESPERIDIAO	EE PEDRO NECA	LOTE 18
PORTO ESPERIDIAO	EE SÃO GERALDO	LOTE 18
RIO BRANCO	EE DEP.FRANCISCO E.RANGEL TORRES	LOTE 18
SALTO DO CEU	EE DEP.FRANCISCO VILLANOVA	LOTE 18
SALTO DO CEU	EE VILA PROGRESSO	LOTE 18
ARAPUTANGA	EE JOAQUIM AUGUSTO C MARQUES	LOTE 19
ARAPUTANGA	EE PRES TANCREDO DE A NEVES	LOTE 19
ARAPUTANGA	EE SEN TEOTONIO VILELA	LOTE 19
ARAPUTANGA	EESPSG NOSSA SENHORA DE FATIMA	LOTE 19
ARAPUTANGA	ESPSG JOAO SATO	LOTE 19
CAMPOS DE JULIO	EE ANGELINA FRANCISCON MAZUTTI	LOTE 19
COMODORO	EE CORA CORALINA	LOTE 19
COMODORO	EE DEP.DJALMA CARNEIRO DA ROCHA	LOTE 19
COMODORO	EE DONA ROSA FRIGGER PIOVEZAN	LOTE 19
COMODORO	EE INDÍGENA MAMAINDE	LOTE 19
COMODORO	EEI PIRINEUS DE SOUZA	LOTE 19
CONQUISTA DO OESTE	EE CONQUISTA D'OESTE	LOTE 19
FIGUEIROPOLIS D'OESTE	EE BARAO DE MELGAÇO	LOTE 19
FIGUEIROPOLIS D'OESTE	EE DR. JOSE GENTIL DA SILVA	LOTE 19
INDIAVAI	EE PAULINO MODESTO	LOTE 19
JAURO	EE DEP. JOÃO EVARISTO CURVO	LOTE 19
JAURO	EE JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	LOTE 19
NOVA LACERDA	EE HERMES JOSE SILVA	LOTE 19
PONTES E LACERDA	EE 14 DE FEVEREIRO	LOTE 19
PONTES E LACERDA	EE ANTONIO CARLOS DE BRITO	LOTE 19
PONTES E LACERDA	EE DEP. DORMEVIL FARIA	LOTE 19
PONTES E LACERDA	EE MARIO SPINELLI	LOTE 19
PONTES E LACERDA	EE SAO JOSE	LOTE 19
PONTES E LACERDA	EE VALE DO GUAPORE	LOTE 19
RESERVA DO CABACAL	EE PROF DEMETRIO PEREIRA	LOTE 19
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE 15 DE JUNHO	LOTE 19



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE BENTO ALEXANDRE DOS SANTOS	LOTE 19
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE DEP. BERTOLDO FREIRE	LOTE 19
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE LOURENÇO PERUCHI	LOTE 19
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE MARECHAL RONDON	LOTE 19
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE MARIA EDUARDA PEREIRA SOLDERA	LOTE 19
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE MIGUEL BARBOSA	LOTE 19
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE SANTA ROSA	LOTE 19
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	EE ZEFERINO JOSE DE MATTOS	LOTE 19
SAPEZAL	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	LOTE 19
SAPEZAL	EE LUIZ FRUTUOSO DA SILVA	LOTE 19
VALE DE SAO DOMINGOS	ESCOLA ESTADUAL RAINHA DA PAZ	LOTE 19
VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	EE 11 DE AGOSTO	LOTE 19
VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	EE VERENA LEITE DE BRITO	LOTE 19
BARRA DO BUGRES	EE 7 DE SETEMBRO	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE ALFREDO JOSÉ DA SILVA	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE EVANGEL. ASSEM. DE DEUS	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE INDIGENA JULA PARE	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE JOAO CATARINO DE SOUZA	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE JOÃO DE CAMPOS BORGES	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE JOSE MARIANO BENTO	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE JULIO MULLER	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE PAULO FREIRE	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE PROF. JULIETA XAVIER BORGES	LOTE 20
BARRA DO BUGRES	EE SABINO FERREIRA MAIA	LOTE 20
BRASNORTE	EE EWALDO MEYER RODERJAN	LOTE 20
BRASNORTE	EE INDIGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MYHYINYMYKYTA SKIRIPI	LOTE 20
BRASNORTE	EE INDÍGENA TAPURÁ IRANTXE	LOTE 20
BRASNORTE	EE INDIGENA XINUI MYKY	LOTE 20
BRASNORTE	EE PROFESSORA NORMA LUCIA NUNES	LOTE 20
CAMPO NOVO DO PARECIS	EE ARGEU AUGUSTO DE MORAES	LOTE 20
CAMPO NOVO DO PARECIS	EE JARDIM DOS IPÊS	LOTE 20
CAMPO NOVO DO PARECIS	EE MADRE TARCILA	LOTE 20
CAMPO NOVO DO PARECIS	EE MARECHAL CANDIDO RONDON	LOTE 20
CAMPO NOVO DO PARECIS	EE PADRE ARLINDO IGNÁCIO DE OLIVEIRA	LOTE 20
CAMPO NOVO DO PARECIS	EE UNIÃO DA CHAPADA	LOTE 20
CAMPO NOVO DO PARECIS	ESCOLA ESTADUAL PARECIS	LOTE 20
DENISE	EE JOAQUIM A. COSTA MARQUES	LOTE 21
DENISE	EE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	LOTE 21
NOVA OLIMPIA	E E REINALDO DUTRA VILARINHO	LOTE 21
NOVA OLIMPIA	EE JOAO MONTEIRO SOBRINHO	LOTE 21



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

NOVA OLIMPIA	EE PROFª FRANCISCA DE SOUZA ALENCAR	LOTE 21
NOVA OLIMPIA	EE WILSON DE ALMEIDA	LOTE 21
PORTO ESTRELA	EE REGINA TENORIO DE OLIVEIRA	LOTE 21
SANTO AFONSO	EE ACAD. LAURO AUGUSTO DE BARROS	LOTE 21
SANTO AFONSO	EE GERALDO SANTANA DOS SANTOS	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE EMANUEL PINHEIRO	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE RAMON SANCHES MARQUES	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE 13 DE MAIO	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE 29 DE NOVEMBRO	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE ANTONIO HORTOLLANI	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE DR.HELICIO DE SOUZA	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE INDIGENA DE EDUCACAO BASICA MALAMALATI	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE JONAS LOPES DA SILVA	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE MANOEL MARINHEIRO	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE MIN PETRONIO PORTELA NUNES	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE PATRIARCA DA INDEPENDENCIA	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE PEDRO ALBERTO TAYANO	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE PROF. JOAO BATISTA	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE PROFESSORA JADA TORRES	LOTE 21
TANGARA DA SERRA	EE VER BENTO MUNIZ	LOTE 21
ALTO PARAGUAI	EE ÁGUA SANTA	LOTE 22
ALTO PARAGUAI	EE ALEXANDRE GOMES SILVA CHAVES	LOTE 22
ALTO PARAGUAI	EE DR. ARNALDO ESTEVAO DE FIGUEIREDO	LOTE 22
ALTO PARAGUAI	EE HENRIQUE JOSÉ TRINDADE	LOTE 22
ALTO PARAGUAI	EE ZELIA COSTA DE ALMEIDA	LOTE 22
ARENAPOLIS	EE 25 DE OUTUBRO	LOTE 22
ARENAPOLIS	EE ALFREDO DE ARAUJO GRANJA	LOTE 22
ARENAPOLIS	EE GOV.JOÃO PONCE DE ARRUDA	LOTE 22
ARENAPOLIS	EE SEN. FILINTO MULLER	LOTE 22
DIAMANTINO	EE ANA MARIA TISSIANI DE OLIVEIRA	LOTE 22
DIAMANTINO	EE CASTRO ALVES	LOTE 22
DIAMANTINO	EE DECIO LUIZ FURIGO	LOTE 22
DIAMANTINO	EE IR. LUCINDA FACHINI	LOTE 22
DIAMANTINO	EE JOÃO BATISTA DE ALMEIDA	LOTE 22
DIAMANTINO	EE MANOEL JOSÉ MURTINHO	LOTE 22
DIAMANTINO	EE NILCE MARIA MAGALHAES	LOTE 22
DIAMANTINO	EE PLACIDO DE CASTRO	LOTE 22
DIAMANTINO	EE SERRA AZUL	LOTE 22
NORTELANDIA	EE IDALINA DE FARIAS	LOTE 22
NORTELANDIA	EE OLEGARIO MOREIRA DE BARROS	LOTE 22
NOVA MARILANDIA	EE PROFESSORA MURALHA MIRANDA PASSOS	LOTE 22



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

NOVA MARINGA	EE ANGELO MILHORANÇA	LOTE 22
NOVA MARINGA	ESCOLA ESTADUAL OSMAR PINHEIRO DA SILVA	LOTE 22
SAO JOSE DO RIO CLARO	EE DOMINGOS BRIANTE	LOTE 22
SAO JOSE DO RIO CLARO	EE DR. ANISIO JOSE MOREIRA	LOTE 22
SAO JOSE DO RIO CLARO	EE SANTANA D' AGUA LIMPA	LOTE 22
SAO JOSE DO RIO CLARO	EE SAO JOSE DO RIO CLARO	LOTE 22
IPIRANGA DO NORTE	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	LOTE 23
ITANHANGA	EE BROMILDO LAWISCH	LOTE 23
ITANHANGA	EE JOAQUIM BARBOSA DOS SANTOS	LOTE 23
LUCAS DO RIO VERDE	EE ANGELO NADIN	LOTE 23
LUCAS DO RIO VERDE	EE DOM BOSCO	LOTE 23
LUCAS DO RIO VERDE	EE LUIZ CARLOS CECONELLO	LOTE 23
LUCAS DO RIO VERDE	EE MANOEL DE BARROS	LOTE 23
LUCAS DO RIO VERDE	EE MILITAR TIRADENTES SOLDADO PM ADRIANA MORAIS RAMOS	LOTE 23
LUCAS DO RIO VERDE	ESCOLA ESTADUAL MÁRCIO SCHABATT SOUZA	LOTE 23
NOVA MUTUM	EE DA POLÍCIA MILITAR TIRADENTES CORONEL CELSO HENRIQUE SOUZA BARBOSA	LOTE 23
NOVA MUTUM	EE JOSE APARECIDO RIBEIRO	LOTE 23
NOVA MUTUM	EE PADRE JOHANNES BERTHOLD HENNING	LOTE 23
NOVA MUTUM	EE RUI BARBOSA	LOTE 23
NOVA MUTUM	EE VIRGILIO CORREA FILHO	LOTE 23
SANTA RITA DO TRIVELATO	EE CANDIDO PORTINARI	LOTE 23
SORRISO	EE 13 DE MAIO	LOTE 23
SORRISO	EE CRISTIANO ARAUJO PIRES	LOTE 23
SORRISO	EE DA POLÍCIA MILITAR TIRADENTES CABO ANTONIO DILCEU DA SILVA AMARAL	LOTE 23
SORRISO	EE IGNACIO SCHEVINSKI FILHO	LOTE 23
SORRISO	EE JOSE DOMINGOS FRAGA	LOTE 23
SORRISO	EE MARIO SPINELLI	LOTE 23
SORRISO	ESCOLA ESTADUAL ARLETE MARIA CAPPELLARI	LOTE 23
TAPURAH	EE CANDIDO PORTINARI	LOTE 23
JUARA	EE DOM AQUINO CORREA	LOTE 24
JUARA	EE CECILIA DE CASTRO BARBOSA	LOTE 24
JUARA	EE COM. JOSÉ PEDRO DIAS	LOTE 24
JUARA	EE DA POLÍCIA MILITAR TIRADENTES CABO ISRAEL WESLEY PRADO DE ALMEIDA	LOTE 24
JUARA	EE DAURY RIVA	LOTE 24
JUARA	EE IARA MARIA MINOTTO GOMES	LOTE 24
JUARA	EE INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JUPORIJUP	LOTE 24
JUARA	EE INDÍGENA EDUC. BÁSICA LEONARDO CRIXI APIAKA	LOTE 24
JUARA	EE INDIGENA KRIXI BAROMPO	LOTE 24
JUARA	EE LUIZA NUNES BEZERRA	LOTE 24



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

JUARA	EE NIVALDO FRACAROLLI	LOTE 24
JUARA	EE OSCAR SOARES	LOTE 24
JUARA	EEDIEB JOSÉ DIAS	LOTE 24
JUARA	EEI PÉ DE MUTUM	LOTE 24
NOVO HORIZONTE DO NORTE	EE ROSMAY KARA JOSÉ	LOTE 24
PORTO DOS GAUCHOS	EE RENATO SPINELLI	LOTE 24
PORTO DOS GAUCHOS	EE JOSÉ ALVES BEZERRA	LOTE 24
PORTO DOS GAUCHOS	EE JOSÉ CLETO GIEHL	LOTE 24
TABAPORA	EE ALFREDO TREUHERZ	LOTE 24
TABAPORA	EE FRANCISCO SALDANHA NETO	LOTE 24
TABAPORA	EE ZULEIDE DOS SANTOS BARROS	LOTE 24
CLAUDIA	EE DOROTH STONG	LOTE 25
CLAUDIA	EE FLORESTAN FERNANDES	LOTE 25
CLAUDIA	EE MANOEL SOARES CAMPOS	LOTE 25
CLAUDIA	EE RUBEM ALVES	LOTE 25
FELIZ NATAL	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	LOTE 25
FELIZ NATAL	EE INDIGENA CENTRAL ESTADUAL IKPENG	LOTE 25
ITAUBA	EE PAPA JOAO PAULO II	LOTE 25
MARCELANDIA	EE PAULO FREIRE	LOTE 25
MARCELANDIA	EE INDIGENA CENTRAL EDUC. BASICA KAMADU	LOTE 25
MARCELANDIA	EE INDIGENA EDUCACAO BASICA PANAKU	LOTE 25
MARCELANDIA	EE PEDRO BIANCHINI	LOTE 25
MARCELANDIA	ESCOLA ESTADUAL ETELVINA FERREIRA DE CERQUEIRA DIAMANTE	LOTE 25
NOVA UBIRATA	EE PEDRO BARBOSA	LOTE 25
NOVA UBIRATA	ESCOLA ESTADUAL 19 DE DEZEMBRO	LOTE 25
SANTA CARMEM	EE N. SENHORA APARECIDA	LOTE 25
SINOP	EE BOM JARDIM	LOTE 25
SINOP	EE CLEUFA HUBNER	LOTE 25
SINOP	EE ÉDINA DALABETTA	LOTE 25
SINOP	EE ENIO PIPINO	LOTE 25
SINOP	EE JORGE AMADO	LOTE 25
SINOP	EE NILZA DE OLIVEIRA PIPINO	LOTE 25
SINOP	EE NOSSA SENHORA DA GLORIA	LOTE 25
SINOP	EE NOSSA SENHORA DE LOURDES	LOTE 25
SINOP	EE OLIMPIO JOÃO PISSINATI GUERRA	LOTE 25
SINOP	EE PAULO FREIRE	LOTE 25
SINOP	EE PROFª EDELI MANTOVANI	LOTE 25
SINOP	EE PROFª MARIA DE FATIMA GIMENEZ LOPES	LOTE 25
SINOP	EE PROFESSORA ZENI VIEIRA	LOTE 25
SINOP	EE RENEE MENEZES	LOTE 25



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SINOP	EE ROSA DOS VENTOS	LOTE 25
SINOP	EE SÃO VICENTE DE PAULA	LOTE 25
SINOP	EEDIEB BENEDITO SANTANA DA SILVA FREIRE	LOTE 25
SINOP	ESCOLA ESTADUAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	LOTE 25
SINOP	ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR DJALMA GUILHERME DA SILVA	LOTE 25
UNIAO DO SUL	ESCOLA ESTADUAL IVALDINO FRÂNCIO	LOTE 25
VERA	EE N. SR. DO PERPETUO SOCORRO	LOTE 25

Fonte: Sistema SigEduca



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XIX DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUANTITATIVOS MINIMOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA

LOTE	UNIDADE DE MEDIDA	VALORES DE REFERENCIA		COEFICIENTE DE HABILITAÇÃO	QUANTITATIVOS MINIMOS PARA HABILITAÇÃO	
		COBERTURA	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		COBERTURA	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
1	m²	769,85	586,30	0,40	307,94	234,52
2	m²	836,03	636,69	0,40	334,41	254,68
3	m²	710,50	541,10	0,40	284,20	216,44
4	m²	624,27	475,42	0,40	249,71	190,17
5	m²	576,95	439,39	0,40	230,78	175,76
6	m²	515,37	392,49	0,40	206,15	157,00
7	m²	1394,72	1062,18	0,40	557,89	424,87
8	m²	654,33	498,32	0,40	261,73	199,33
9	m²	380,84	290,04	0,40	152,34	116,02
10	m²	416,62	317,29	0,40	166,65	126,92
11	m²	452,53	344,64	0,40	181,01	137,85
12	m²	940,06	715,93	0,40	376,03	286,37
13	m²	1046,58	797,05	0,40	418,63	318,82
14	m²	1144,22	871,41	0,40	457,69	348,56
15	m²	951,24	724,43	0,40	380,49	289,77
16	m²	907,24	690,93	0,40	362,90	276,37
17	m²	925,75	705,02	0,40	370,30	282,01
18	m²	799,68	609,02	0,40	319,87	243,61
19	m²	1042,58	794,00	0,40	417,03	317,60
20	m²	354,77	270,19	0,40	141,91	108,07
21	m²	545,76	415,63	0,40	218,30	166,25
22	m²	489,59	372,86	0,40	195,84	149,14
23	m²	538,19	409,87	0,40	215,28	163,95
24	m²	393,82	299,92	0,40	157,53	119,97
25	m²	708,71	539,73	0,40	283,48	215,89



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XX DO TERMO DE REFERÊNCIA – PLANILHA DE AMOSTRAGEM PARA OBTENÇÃO DO CUSTO/M²

PLANILHA DE AMOSTRAGEM PARA OBTENÇÃO DO CUSTO/M²					
	PLANILHA DE REFERENCIA	FONTE DE PESQUISA	ÁREA CONST RUIDA	VALOR DA REFORMA	VALOR UNITÁRIO/M²
MÉDIA OBTIDA do Custo/M²:				R\$	1.254,86
1	OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ALICE FONTES PINHEIRO	Processo de Licitação 202794/2021	2320,78	R\$ 3.528.968,02	R\$ 1.520,60
2	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PADRE FIRMO PINTO DUARTE FILHO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ – MT	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	2625,44	R\$ 3.114.920,17	R\$ 1.186,44
3	REFORMA GERAL E CONSTRUÇÃO DE COZINHA/REFEITÓRIO DA UNIDADE ESCOLAR – E.E. HERMELINDA DE FIGUEIREDO – CUIABÁ/MT	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	2435,20	R\$ 2.425.367,14	R\$ 995,96
4	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR – ESCOLA ESTADUAL CLEINIA ROSALINA SOUZA – CUIABÁ-MATO GROSSO.	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	3414,79	R\$ 2.339.501,82	R\$ 685,11
5	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR – ESCOLA ESTADUAL PROF. HONÓRIO RODRIGUES AMORIM – VÁRZEA GRANDE – MATO GROSSO.	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	2350,00	R\$ 2.107.455,88	R\$ 896,79



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

6	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR – E.E. ADOLFO AUGUSTO DE MORAIS – RONDONÓPOLIS – MT.	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	4147,43	R\$ 3.874.471,44	R\$ 934,19
7	REFORMA DA UNIDADE ESCOLAR – E.E. MARIA DE LIMA CANDIDÉ – RONDONÓPOLIS – MT.	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	1208,85	R\$ 729.213,73	R\$ 603,23
8	REFORMA GERAL DA UNIDADE ESCOLAR – E.E. BARÃO DE MELGAÇO– CUIABÁ - MT.	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	2491,68	R\$ 2.646.068,23	R\$ 1.061,96
9	REFORMA GERAL – E.E. PROF.ª MARIA DE NAZARETH MIRANDA NOLETO – BARRA DO GARÇAS/MT	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	1313,78	R\$ 2.283.413,45	R\$ 1.738,05
10	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MT	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	1804,88	R\$ 3.895.186,52	R\$ 2.158,14
11	RETOMADA DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL RUBEM ALVES, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	1593,82	R\$ 3.557.971,49	R\$ 2.232,35



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

12	RETOMADA DE REFORMA DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES DA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIÃO PATRÍCIO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE – MT, ACRESCIDA A CONSTRUÇÃO DO BLOCO 4 (04 SALAS DE AULA).	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	2654,29	R\$ 2.039.569,61	R\$ 768,40
13	REFORMA GERAL E.E. PROF. HELIODORO CAPISTRANO DA SILVA, LOCALIZADA NA RUA D-4, QUADRA 130, PARQUE CUIABÁ.	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	2951,02	R\$ 2.986.485,56	R\$ 1.012,02
14	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR – E.E. GUSTAVO KULMANN – CUIABÁ - MT.	http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/8250850-licitacoes?ciclo=	703,35	R\$ 1.248.263,50	R\$ 1.774,74
	MÉDIA DA AREA CONSTRUIDA DAS UNIDADES UTILIZADAS NA AMOSTRAGEM:		2286,81		



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO XXI DO TERMO DE REFERÊNCIA – DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS PADRONIZADOS E PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO

SERVIÇOS PADRONIZADOS		
ITEM	ETAPAS DE SERVIÇO	PERCENTUAL
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	0,07
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,10%
3	CANTEIRO DE OBRAS	1,28%
4	DEMOLIÇÃO	3,14%
5	INFRA-ESTRUTURA	5,98%
6	SUPERESTRUTURA	6,35%
7	ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS	3,33%
8	PINGADEIRAS, SOLEIRAS E BANCADAS	0,79%
9	COBERTURA	11,45%
10	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,75%
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,72%
12	CABEAMENTO ESTRUTURADO	0,32%
13	SPDA	2,12%
14	SISTEMAS E INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	5,79%
15	DRENAGEM	1,89%
16	INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO	1,66%
17	PISOS E REVESTIMENTOS	11,53%
18	ESQUADRIAS	4,11%
19	FORROS	2,69%
20	PINTURAS E TEXTURAS	6,01%
21	INSTALAÇÕES DE GÁS CANALIZADO - GLP	0,45%
22	DESPESAS DIVERSAS (LAUDOS, PROJETOS, ENSAIOS), URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, ACESSIBILIDADE, LIMPEZAS E ACESSÓRIOS	8,06%
23	TOTEM	0,11%
24	PÓRTICO	1,26%
25	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	4,08%
		100,00%
CONTROLE DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS EXECUTADOS DO ANO DE 2020:		R\$ 8.107.147,38
VALOR ESTIMADO ANUAL DO TERMO DE REFERENCIA		R\$ 198.587.255,68
ESTIMATIVA DE PERCENTUAL ANUAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		4,08%



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Processo n.º 183616/2021 **PGENet.:** 2021.02.00004221
Interessado Secretaria de Estado de Educação - SEDUC
Assunto Licitação – Aquisições – Registro de Preços
Parecer n.º 3079/SGAC/PGE/2021
Local/Data Cuiabá, MT, 27/10/2021
Procuradora Fernanda Leite Allegrini

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. REGISTRO DE PREÇO. FASE PREPARATÓRIA. LEI Nº 8.666/1993. LEI Nº 10.520/2002. DECRETO ESTADUAL Nº 840/2017. SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA. CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE O CUSTO DIRETO (%AC) POR ITEM (LOTE) DE FORMA LINEAR. ANÁLISE EDITAL. CONDICIONANTES.

1. RELATÓRIO

Cuida-se de processo encaminhado a esta Procuradoria-Geral do Estado para emissão de parecer conclusivo acerca da minuta do **Edital de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços** do tipo **menor percentual de acréscimo sobre o custo direto (%AC) por item (lote) de forma linear** e seus anexos, pelos qual a Secretaria de Estado de Educação visa à “*contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual de desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes,*



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

estabelecida para o Estado de Mato Grosso, para atender as unidades escolares estaduais e sedes administrativas vinculadas da Secretaria de Estado de Educação, acrescido do BDI”.

O valor estimado da ata de registro de preços é de R\$ 198.587.255,68 (cento e noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

O presente processo administrativo se encontra devidamente autuado, protocolado e numerado, sendo que se apresenta em 08 (oito) volumes totalizando 2195 (dois mil e cento noventa e cinco) páginas, instruído com documentos dos quais se destacam:

1. CI.: 4841/2021 – SEDUC/SUOB (fl.02);
2. Estudo Técnico Preliminar e anexos (fls. 03-72);
3. Preços de referência (fls. 73-104);
4. Termo de referência n. 036/SUOB/SAIP/SEDUC/MT (fls. 105-156);
5. Despacho: 10902/2021 – SEDUC/SAAS (fl. 157);
6. Despacho: 11215/2021 – SEDUC/SUOB (fl. 158);
7. Despacho n. 203/2021/SUAC (fl. 159);
8. Comprovação de que não consta ARP na SEPLAG (fl. 160);
9. Registro do processo no SIAG (fls. 161 e 277);
10. Pesquisa de preço privado (fls. 162-179);
11. Pesquisa de preço público (fls. 180-199);
12. Mídia especializada (fls. 200/209);



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

13. Planilha de inexecuibilidade e sobrepreço (fls. 210-262);
14. Mapa demonstrativo da cesta de preço (fls. 263-271)
15. Informação Técnica (fls. 272-273);
16. Informação sobre o objeto via e-mail (fls. 274-276);
17. Análise crítica do Mapa Comparativo (fls. 278-279);
18. Despacho n. 0277/2021/CGA/SUAC (fl. 280);
19. Autorização do gestor para licitar (fl. 281);
20. Informação sobre o objeto via e-mail (fls. 282-291);
21. Portaria n. 067/2021/GS/SEDUC/MT (fl. 293)
22. Portaria n. 614/2020/GS/SEDUC/MT (fls. 294 e 438);
23. Justificativa dos índices contábeis (fls. 295-296 e 434-435);
24. Minuta do Edital (fls. 297-339);
25. Despacho n. 526/2021/CGC/SUAC-SEDUC (fl. 340);
26. Check list (fl. 342);
27. Despacho de encaminhamento (fl. 343);
28. Manifestação nº 247/SGAC/PGE/2021 (fls. 344-346);
29. Despacho: 18179/2021 – SEDUC/SUOB (fl. 348);
30. Termo de referência n. 036/2021/SUOB/SAIP/SEDUC/MT (fls.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

349-402);

31. Resolução Normativa n.6/2021 – TP e anexos (fls. 403/428);

32. Despacho:18403/2021 – SEDUC/SUOB (fl.429);

33. Manifestação n. 291/SGAC/PGE/2021 (fls. 430-431);

34. Despacho: 20155/2021 – SEDUC/CPCR (fl. 432);

35. Portaria n. 419/2021/GS/SEDUC/MT (fl. 437);

36. Nova Minuta o Edital e anexos (fls. 439-508);

37. Despacho n. 0405/2021/SUAC/SAAS (fl.512);

38. Check list (fl. 513)

39. Despacho 0406/2021/CGA/SUA (fl. 514);

40. Despacho n. 469/2021/SAAS (fl. 522);

41. Estudo Técnico para Formação de Planilha Orçamentária (fls. 523-1113);

42. Termo de Referência (fls. 1116-1791);

43. Despacho 256/2021/SUOB/SEDUC (fl. 1792);

44. Despacho n. 564/2021/SUAC (fl. 1793);

45. Estudo Técnico para Formação de Planilha Orçamentária Após
Orientações da CGE (fls. 1794-1946);

46. Termo de Referência nº 036/2021/SUOB/SAIP/SEDUC/MT Revisão 04



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

(fls. 1947-2021);

47. Despacho 261/2021/SUOB/SEDUC (fl. 2022);

48. Manifestação nº 399SGAC/PGE/2021 (fls.2023-2028);

49. Termo de referência nº036/2021/SUOB/SAIP/SEDUC/MT (fls. 2031-2124);

50. Cópia de e-mails sobre readequação de minuta (fls. 2126-2127);

51. Nova minuta de edital (fls. 2130-2193);

52. Despacho nº 0615/2021/CGA/SUAC (fl. 2195);

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria jurídica, tem-se que o parecer jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Estado veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato **administrativo formal opinativo** exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessora, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

2.2. NÃO ADEQUAÇÃO DO PROCESSO EM RELAÇÃO ÀS DUAS MANIFESTAÇÕES EXARADAS PELA PROCURADORIA – CONSIDERAÇÕES

Verifica-se que há duas Manifestações no processo em comento,



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

recomendando a realização de adequações, com o fito de coadunar o procedimento com as instruções constantes da Resolução Normativa nº 06/2021, do Tribunal de Contas do Estado.

A primeira manifestação abordou, resumidamente, os seguintes tópicos

- Manifestação nº 320/SGAC/PGE/2021:

- A) objeto foi dividido em Lotes regionais. Em cada Lote, constam serviços de conservação, reforma, intervenção e manutenção predial. A união de diversos serviços em lotes díspares demanda justificativa por parte do órgão consulente, tendo em vista o risco de se reduzir o universo de competidores;
- B) pode ser conveniente exigir diferentes requisitos de habilitação técnica, diante dos diferentes objetos a serem executados (serviços e obras de engenharia);
- C) não há referência a itens precisos, o que é inaceitável nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e RN 06/2021;
- D) o órgão consulente deve estimar as quantidades do SINAPI que serão utilizadas de maneira a registrar itens na ARP, não havendo indicação de estimativa adequada, que pode inviabilizar a execução de intervenções necessárias;
- E) inclusão de reforma no ARP deve levar o administrador a realizar novo estudo e alterar o valor contratual;
- F) o órgão consulente deve realizar avaliação completa de parte representativa de seu acervo imobiliário de maneira a identificar todas as patologias que demandam atendimento. A partir do diagnóstico completo da parcela representativa é que se torna viável



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

extrapolar a necessidade da totalidade dos prédios, com registro na ata dos quantitativos dos itens aptos a atender as carências que reclamarem a solução;

- G) é inviável se estabelecer preços durante a execução do contrato;
- H) somente é admissível a utilização do SRP se o órgão licitante padronizar as soluções a serem contratadas, não havendo nos autos qualquer padronização dos serviços a serem prestados, nem se afastou a existência de complexidade técnica e operacional, vez que pretende licitar todos os itens da Tabela SINAPI, sem distinção;
- I) Há possibilidade de realização de credenciamento para realização de credenciamento para contratar a realização de estudos prévios e elaboração de projetos básicos. O responsável pela execução da obra não pode elaborar o projeto básico, o que deve ficar claro no edital e no contrato.

O valor da pretensa contratação, à época da remessa, era de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

O processo seguiu com a realização de *"estudo técnico para formação de planilha orçamentária"*, onde se verifica a planilha base de reforma através de uma unidade escolar, bem como questionários enviados às demais unidades escolares sediadas no Estado – fls. 523-647.

Novo Termo de Referência foi juntado às fls. 1947-2021, enviado novamente para apreciação desta Procuradoria.

Por sua vez, a Procuradoria exarou novo pronunciamento, reiterando a necessidade de se realizar adequações do processo, no seguinte sentido – Manifestação nº



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

399/SGAC/PGE/2021:

- A) necessidade de justificativa quanto à reunião de Lotes de serviços díspares entre si, que não havia sido suprido aos autos;
- B) divisão em Lotes pode ser conveniente em virtude das diferentes exigências de habilitação técnica, especialmente porque reforma é considerada obra de engenharia, enquanto manutenção e conservação são considerados serviços de engenharia;
- C) no tocante à não divisibilidade dos Lotes, a exigência de 10% (dez por cento) de patrimônio líquido pode ser fator que reduza extremamente a competitividade;
- D) o mesmo em relação às exigências de qualificação técnico operacional e profissional, recomendando-se a divisão em Lotes de acordo com a complexidade dos serviços;
- E) a estimativa de quantitativos é essencial;
- F) a falta de planejamento e inadequação dos quantitativos pode gerar burla à preservação à economia de escala e esgotamento dos quantitativos realizados em Ata;
- G) a não elaboração prévia do projeto básico indica que o objeto não é padronizável, afastando a possibilidade da contratação nos moldes pretendidos;
- H) ausência de indicação das patologias de cada um dos prédios, inclusive no aspecto quantitativo;
- I) a não aplicação dos benefícios fiscais às microempresas e empresas



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

de pequeno porte não se coaduna com a possibilidade da subcontratação do objeto;

J) adequação dos autos em relação à modelagem constante na Resolução Normativa nº 06/2021.

O processo retorna para apreciação jurídica com novo Termo de Referência e minutas, sem qualquer indicação de correção dos elementos apontados nas Manifestações, em especial: ausência de referência a itens precisos; ausência de quantitativos; ausência de avaliação completa do acervo e das patologias, utilizando-se apenas um parâmetro de referência; manutenção de estabelecimento de valores durante o contrato; ausência de padronização; ausência de elaboração prévia de projeto básico, especificações vagas e imprecisas do que se pretende contratar.

Ademais, alterou-se o valor da pretensa contratação para R\$ 198.587.255,68 (cento e noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), sem indicação do lastro probatório a determinar tais valores, eis que não consta nova elaboração de planilha orçamentária aos autos.

Pois bem. A premente necessidade da análise do processo, bem como a remessa dos autos sem o suprimento dos apontamentos constantes nas Manifestações, indica que a Administração pretende prosseguir com a contratação, ainda que contrariamente aos postulados da Procuradoria.

Destarte, a análise jurídica consistirá na avaliação do instrumento convocatório apresentado, consignando-se, desde já, as notas lançadas nas Manifestações expedidas pelo corpo jurídico do ente.

2.3. DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O pregão é a modalidade de licitação prevista na Lei nº 10.520/2002



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

para aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado do futuro contrato. **Em âmbito federal, foi editado o Decreto Federal 10.024/2019 para regulamentar o pregão, o qual entrou em vigor em 28/10/2019. No Estado de Mato Grosso, o pregão é regulamentado pelo Decreto Estadual nº. 840/2017.**

Nos termos do art. 16, §1º, do Decreto nº 840/2017, “*Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, inclusive serviços comuns de engenharia*”.

O conceito (indeterminado) de “bem ou serviço comum” possui as seguintes características básicas: disponibilidade no mercado (o objeto é encontrado facilmente no mercado), padronização (predeterminação, de modo objetivo e uniforme, da qualidade e dos atributos essenciais do bem ou do serviço) e casuísmo moderado (a qualidade “comum” deve ser verificada em cada caso concreto e não em termos abstratos).

O Decreto nº 10.024/2019, impõe a obrigatoriedade de utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais, trazendo informações sobre normas e procedimentos a serem adotados pela administração pública, nada obstando que referidos procedimentos possam ser adotados pela administração Estadual em licitações envolvendo Fontes próprias de orçamento.

Do mesmo modo, **impõe** a utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, **incluídos os serviços comuns de engenharia**, pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, quando envolver **repasse de recursos da União**, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência disciplinar de forma diversa as contratações com os recursos do repasse (art. 1º, § 3º).

O Decreto estabelece o que se entende por serviço comum de engenharia:



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: (...)

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

Por sua vez, é vedado expressamente a utilização do pregão para a contratação de obras:

Art. 4º O pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

I - contratações de obras; (...)

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do **caput** do art. 3º.

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II; (...)

Compete à área técnica se certificar que os serviços pretendidos se amoldam no conceito **de serviços comuns de engenharia**, conforme descrito no objeto do instrumento convocatório (*registro de preços para eventual contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obras, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada Tabela SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso, para atender as unidades escolares estaduais e sede administrativas vinculadas da Secretaria de Estado de Educação, acrescido de BDI*).

Embora a utilização da modalidade pregão para a contratação de bens/serviços comuns não seja uma obrigatoriedade no Estado de Mato Grosso, depreende-se dos termos do art. 16 do Decreto nº 840/2017 que a sua utilização é recomendada, adotando-se, preferencialmente, a forma eletrônica (art. 1º, § 1º).



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

O colendo TCU entende que serviços comuns de engenharia, como manutenção e conservação prediais podem ser licitados por pregão:

É possível a contratação de serviços comuns de engenharia com base em registro de preços **quando a finalidade é a manutenção e a conservação de instalações prediais, em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira.** **Contudo, o sistema de registro de preços não é aplicável à contratação de obras, uma vez que nesta situação não há demanda de itens isolados, pois os serviços não podem ser dissociados uns dos outros.** Acórdão 3605/2014-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER

Em sendo o caso de obras, em que se denota o caráter complexo do objeto, não é possível a utilização do pregão.

No presente caso, além da modalidade escolhida ter sido o pregão, optou-se pelo procedimento do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, cuja previsão está contida no art. 15, II, da Lei nº 8.666/1993 e nos arts. 52 e seguintes do Decreto Estadual nº 840/2017. Este procedimento evidencia a celeridade, a economicidade e a desburocratização das contratações públicas.

O SRP pode ser definido como procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública seleciona as propostas mais vantajosas, mediante concorrência ou pregão, que ficarão registradas perante a autoridade estatal para futuras e eventuais contratações. É importante ressaltar que o registro de preços não é uma modalidade de licitação, mas, sim, um sistema que visa racionalizar as compras e os serviços a serem contratados pela Administração.

É por esta razão que a Administração, no início do procedimento para aquisição, não precisa comprovar a existência de recursos orçamentários para o pagamento, que somente serão exigidos para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. Isso é o que se extrai dos arts. 2º, §3º e 60, §2º, ambos do Decreto nº 840/2017.

O objetivo do registro de preços é racionalizar as contratações e efetivar



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

o princípio da economicidade. Em vez de promover nova licitação a cada aquisição de produtos e serviços, necessários para o dia a dia da máquina administrativa, a Administração realiza uma única licitação para registrar os preços (formalizando a Ata de Registro de Preços) e realizar, futura e discricionariamente, as contratações.

O Sistema de Registro de Preços está previsto no Capítulo III, do Decreto Estadual nº 840/2017, merecendo atenção os seguintes dispositivos:

Art. 53. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços quando houver recurso orçamentário ou financeiro oriundo de convênios, suficiente para o pagamento de toda a despesa prevista. (...)

O caso em análise foi objeto do Parecer Conjunto CGE/PGE nº 01/2021, a fim de assentar orientação jurídica sobre a melhor forma de viabilizar a execução do objeto *“conservações, reformas e intervenções prediais, por meio de obras e serviços de engenharia, em imóveis públicos do Poder Executivo”* (fls.406-415). Deste, salienta-se:

Pois bem, cabe observar que, no artigo 15 da Lei nº 8.666/93, não há vedação à utilização do SRP em outros tipos de contratações, que não as compras. Assim, na busca pelo conteúdo verdadeiro e integral da norma, permite-se uma interpretação extensiva, já que, conforme as lições clássicas de Carlos Maximiliano, embora o legislador declare apenas um caso especial, a ideia básica deve ser aplicada na íntegra, em todas as hipóteses que na mesma cabem.

Existem muitas obras e serviços de engenharia que, dada a sua natureza comum, demandas frequentes por serviços padronizáveis e sua reduzida complexidade, poderiam, em tese, ser contratadas pelo sistema de registro de preços. Sobre tal prisma,



Governo do Estado de Mato Grosso

PGE - Procuradoria Geral do Estado

o sistema de registro de preços será seguramente cabível no tocante às obras e serviços que possam ser objetivamente definidos, de acordo com as especificações usuais do mercado, que possuam natureza padronizável e baixa complexidade, agregando celeridade, eficiência e economicidade quando do gerenciamento das contratações desses tipos de objetos: menor quantidade de processos licitatórios, maior velocidade de resposta diante de patologias construtivas provocadas pelo uso e intempéries ao longo dos anos, minimizando o agravamento da situação e, ainda, resgatando a funcionalidade integral do prédio público, tornando-o apto a oferecer o melhor desempenho construtivo aos usuários. (...)

2.1. Dos Requisitos específicos referentes à utilização de SRP para realização de conservação e reforma predial por meio de obras e serviços de engenharia

Conforme relatado, tanto a atual jurisprudência dominante quanto a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) asseveram que a Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os requisitos de **padronização do projeto**, ausência de complexidade técnica e operacional, necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Neste ponto, para ser viável o SRP para obras e serviços de engenharia, os serviços e insumos padronizáveis e que possuam demanda frequente precisam ser identificados e terem estimadas as quantidades que podem ser demandadas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Assim, o projeto básico/ termo de referência do SRP para realização de conservação e reforma predial por meio de obras e serviços de engenharia compreende essa relação de serviços (ou insumos) padronizados, comumente necessários às intervenções prediais ao longo da vigência da Ata.

Assim, em que pese viável a utilização do SRP para obras e serviços de engenharia, é necessário: a) que as obras e serviços que possam ser objetivamente definidos; b) baixa complexidade; c) padronização do serviço/ obra; d) identificação das demandas frequentes; e) estimativa dos quantitativos a serem demandados ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Segundo o Tribunal de Contas da União, padronização significa uso de padrões, modelos ou critérios preestabelecidos. (...) É cabível sempre que houver necessidade e conveniência de se estabelecer critérios uniformes para as contratações realizadas pela Administração. Normalmente é aplicável a aquisições de móveis, veículos, máquinas e equipamentos etc, mas pode alcançar obras e serviços. Na hipótese de padronização, a escolha deve ser objetiva e técnica, fundamentada em estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e a requerida satisfação do interesse público. Em quaisquer dos casos, deve a Administração ter por base produto, projeto ou tecnologia integrante



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

do patrimônio público ou ainda de contratações futuras; (...)¹

Sobre a padronização, MARÇAL JUSTEN FILHO² preleciona que, para a concretização da padronização, será adequado constituir uma comissão especial que deverá *“apurar as necessidades administrativas, formular previsão acerca do montante econômico dos contratos futuros e examinar as alternativas disponíveis para a padronização. Se for o caso, deverão ser ouvidas autoridades acerca do assunto. (...) Poderão ser realizados testes das mais diversas naturezas. Será aconselhável ouvir órgãos de classe, sindicatos e representantes de usuários. Enfim, todos os dados possíveis e imagináveis deverão ser considerados.... É indispensável dar ao conhecimento público a existência de um procedimento destinado a promover a padronização”*. O referido procedimento, entretanto, não necessita ser revestido do mesmo formalismo do certame licitatório. Os particulares interessados não apresentam proposta, mas devem ter a oportunidade de demonstrar à Administração Pública as vantagens de seus produtos. Deverá, ainda, ser fixado um prazo dentro do qual se imporá a padronização."

A padronização implica no estabelecimento de critérios uniformes, tendo por base projeto ou estudos que exijam soluções equivalentes do que se pretende contratar.

Conforme se vê no Parecer Conjunto CGE/PGE nº 01/2021, é preciso que a Administração proceda ao levantamento dos serviços e insumos frequentes a serem demandados, o que, ao menos em tese, não foi suprido aos autos, visto que o instrumento convocatório faz designação genérica de 25 (vinte e cinco) itens.

Foi utilizada apenas uma amostra de prédio e as patologias foram identificadas apenas através de questionário enviado aos gestores, conforme se infere do estudo

¹ [Tribunal de Contas da União. Licitações e Contratos. Orientações e Jurisprudência do TCU. 4ª Edição.](http://www.tcu.gov.br/portal/verba/verba.asp?verba=1&verba=1&verba=1)
Disponível em: [fileDownload.jsp \(tcu.gov.br\)](http://www.tcu.gov.br/portal/verba/verba.asp?verba=1&verba=1&verba=1)

² JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004, p. 145.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

técnico de fls. 523-647.

A inserção indiscriminada de itens da Tabela Sinapi desnatura a possibilidade do uso do Sistema de Registro de Preços, conforme a orientação mencionada.

Ademais, o uso indiscriminado de itens, sem estimar os quantitativos, vai de encontro à preservação da economia de escala.

Neste sentido, recomenda-se ao órgão consulente que siga as recomendações constantes da Resolução Normativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado.

2.4. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO A SER ADQUIRIDO

Em relação às características do objeto a ser contratado, oportuno lembrar o disposto no art. 3º, II, da Lei 10.520/2002, *“a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição”*.

Conforme a Súmula TCU nº 177, *“a definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais, das condições básicas da licitação (...)”*.

É responsabilidade do órgão licitante, com base em critérios objetivos, e obedecendo aos parâmetros legais eventualmente existentes, definir os limites da necessidade a ser atendida e a melhor forma de atendê-la, evitando excessivo detalhamento do objeto que seja capaz de gerar direcionamento ou burla ao princípio da ampla competitividade.

Não obstante, deve-se descrever de forma completa as características e requisitos dos materiais e serviços a serem prestados, além das obrigações envolvidas, pois



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

desses elementos depende a boa execução do contrato, o que, ao menos em tese, não é identificado aos autos.

A questão foi devidamente apontada nas Manifestação jurídicas acostadas aos autos.

Segundo a RN do Tribunal de Contas do Estado, os serviços e insumos frequentes devem ser identificados e terem as quantidades estimadas. Sob este aspecto, vejamos o conteúdo do estudo técnico apresentado às fls. 523-647:

"Assim a identificação dos serviços exatos a serem realizados em cada unidade escolar deverá ser feito por levantamento de um fiscal designado pela Superintendência de Obras, que após a vistoria definirá o objeto a ser contemplado na Ordem de Levantamento.

(...) Os itens em destaque não foram objeto do questionário e por este motivo foi estabelecido o mesmo critério sobre a estimativa da frequência de utilização dos serviços, assim se justifica que: (...) "

O que se nota é a generalidade do objeto a ser contratado, eis que não identifica a existência de projeto(s) padronizado(s).

Segundo o estudo apresentado pela CGE em conjunto com a PGE, *"Para efeito de estabelecimento de estimativas de quantitativos e dos correspondentes valores, poderão ser utilizadas as composições representativas indicadas na tabela de referência SINAPI, conforme exemplificado adiante, ou correlações desenvolvidas pela própria Administração, vedadas indicações que representem "verbas" ou "unidades genéricas" desassociadas de unidade de medida que indique com clareza cada serviço padronizável registrado ou que o resultado não represente com clareza cada serviço padronizável registrado ou que o resultado não represente o real valor dos serviços ou insumos a serem contratados."*

Todos os Lotes contam com 25 Itens, todos dotados de generalidade, em contrariedade à proposta mencionada.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

2.5. ASPECTO QUANTITATIVO DA AQUISIÇÃO

Nos termos do art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.666/93, é vedada a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo. Já o art. 15, § 7º, II, estipula que a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas deve dar-se em função do consumo e utilização prováveis, mediante o recurso, sempre que possível, a adequadas técnicas de estimação.

Trata-se de elemento essencial da fase de planejamento da licitação, para a qual o TCU tem dado bastante atenção, como revelam os seguintes julgados:

[...] 1.5.1.4. efetue, tendo por base estudos do provável consumo do objeto licitado, estimativas consistentes de quantitativos que deverão ser adquiridos ao longo da vigência do contrato, nos termos do art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, e faça-as constar do edital da licitação, juntamente com a previsão do valor total a ser contratado; [...] (Acórdão nº 2.986/2009 - Plenário)

[...] 9.1.3.7 justifique, quando da realização de procedimentos licitatórios futuros, no âmbito dos projetos básicos ou dos termos de referência, as estimativas dos quantitativos dos objetos a serem licitados, em atendimento ao disposto no art. 6º, IX, da Lei 8.666/1993; [...] (Acórdão nº 1.936/2009 - Plenário)

[...] 9.7. alertar (...) a Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto às seguintes impropriedades constatadas: 9.7.1. não demonstração, a tempo e de forma inequívoca, no âmbito do processo, da motivação para o quantitativo de licenças adquiridas, comprovando que tal quantitativo seja especificado rigorosamente de acordo com a quantidade de máquinas existentes no órgão e, se for o caso, com suas necessidades futuras, decorrente do descumprimento dos arts. 2º e 50 da Lei nº 9.784/99, o art. 15, § 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e o art. 2º, inciso II, do Decreto nº 2.271/97; [...] (Acórdão nº 2.917/2010 - Plenário)

[...] 9.3.2. em observância aos arts. 14 e 15, § 7º, II, ambos da Lei nº 8.666/93, informar como o órgão estimou o consumo mensal de insumos para a Rede Nacional de Laboratórios, (...) apresentando o histórico de demanda por laboratório/localidade, ou pelo menos o percentual de demanda por unidade da Federação; [...] (Acórdão nº 392/2011 - Plenário)

Outrossim, conforme já dito, é cediço que muitas vezes, o preço do produto pode variar em função da quantidade da aquisição, como ocorre na economia de escala.

Desta forma, fica evidenciada a essencialidade de se fixar a estimativa adequada para propiciar a apresentação de propostas/lances coerentes, visando ao êxito do certame com resultados verossímeis.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

No caso dos autos, acostaram justificativa sobre quantitativo (fls. 2037v-2038), contidos no Termo de Referência, vejamos:

(...)

5.37. Após todas as análises de amostras e ponderações, levantou-se então a metragem total construída das edificações pertencentes a cada lote, sobre este quantitativo foi aplicado o coeficiente de execução anual, cuja definição baseou-se pelo histórico de execuções dos contratos de manutenção predial vigentes nos anos anteriores e na capacidade orçamentária e administrativa da SEDUC.

5.38. Esse coeficiente leva em consideração que para um lote com uma metragem de 100.000,00 m² a SEDUC consegue executar 10% nas unidades localizadas no interior e 20% na região metropolitana, uma vez que as unidades localizadas nos centros urbanos sofrem mais danificações do que as localizadas no interior do estado, estando isso relacionado com os fatores comportamentais e sociais do público usuário, conforme já relatado acima.

5.39. O coeficiente também serviu para limitar o valor da contratação e aproximá-lo de uma realidade exequível, afim de que os preços sejam justos para não afetar na qualidade do serviço. O quantitativo estimado foi pensado na execução para um período de um ano, vez que ao registrar um quantitativo exequível dentro do período do registro a SEDUC pretende evitar a distorção nos valores ofertados pelos particulares.

5.40. Importante salientar que este é o primeiro registro de preços feito pela SEDUC para este tipo de serviço e, portanto, não há parâmetros sólidos para realizar comparações



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

concretas, por esse motivo, nas próximas licitações o coeficiente poderá ser aprimorado ao longo dos anos, pois este é um serviço contínuo e de extrema necessidade à conservação dos edifícios, sem os quais não há como manter as atividades precípuas desta pasta.

Quanto ao tema, recomenda-se uma melhor avaliação da estimativa a ser contratada, com vistas a preservar a economia de escala.

Nesse sentido que a doutrina e o TCU aconselham, ao **recomendar a fixação no edital do SRP não apenas da quantidade máxima dos itens licitados, mas também estabelecer lotes mínimos - é dizer, quantitativo mínimo a ser fornecido a cada pedido - para a obtenção de preços por atacado e, em decorrência, mais favoráveis à Administração.**

Demais disso, esta SGAC reiteradamente tem orientado aos órgãos estaduais que os quantitativos apresentados, seja acompanhados na instrução processual, com relatórios e outros dados objetivos que demonstrem a adequação da aquisição, devendo ser complementada.

Outrossim, a modificação dos valores estimados da pretensa contratação devem ser justificados, eis que ausentes estudos técnicos que subsidiem a alteração.

2.6. PREÇO DE REFERÊNCIA

A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente e proba, e ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial dos itens que servirão como parâmetro na análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances das empresas



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável, em consonância com o art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

O preço obtido em uma licitação e registrado em ata reflete não só o serviço principal, mas todos os serviços acessórios e especificidades do ente que realizou o certame, e o mesmo raciocínio se aplica aos contratos vigentes com outros órgãos e que possuem o mesmo objeto principal.

Por sua vez, a pesquisa do quantitativo é imprescindível à preservação da economia de escala.

No tocante à formação de preço, repisa-se o conteúdo mencionado no corpo do opinativo, acerca da imprescindibilidade de se estimar o valor real dos serviços e insumos a serem contratados.

Ademais, deve ser demonstrado o aumento da composição dos custos estimados para a licitação, visto que, ao menos em tese, os valores têm como base o estudo técnico constante às fls. 523-647 do processo.

Outrossim, tratando-se de contratação que leva por base tabela de referência, o tipo de julgamento proposto no Modelo proposto pela CGE em conjunto com a PGE é o de "maior desconto linear". Senão vejamos:

Desta forma, o preço final de cada item deriva do somatório dos custos referenciais (do sistema de custos Sinapi, por exemplo) e da taxa de BDI. Na modelagem proposta, o menor preço deverá ser obtido pela maior percentual de desconto oferecido pelos concorrentes sobre o preço de referência (Custos Sinapi e BDI de referência).

No caso de Registro de Preços de insumos (materiais, mão de obra e equipamentos), não cabe a aplicação de qualquer taxa de BDI, uma vez que esta será aplicada após a composição do serviço, mantido o percentual de desconto em relação ao orçamento base. (grifo nosso)

Observa-se que o modelo proposto inicialmente não foi contemplado



Governo do Estado de Mato Grosso PGE - Procuradoria Geral do Estado

pela Administração:

15.1. As propostas avaliadas para cada um dos 25 (vinte e cinco) Lotes existentes e será considerada vencedora, a empresa que ofertar o MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE O CUSTO DIRETO (%AC) POR ITEM (LOTE).

15.5. Quando da contratação, o percentual de desconto ofertado sobre a tabela SINAPI e o percentual de BDI deverão, obrigatoriamente, ser replicados a todos os itens, individualmente, que por ventura venham a fazer parte da planilha quantitativa de serviços levantada para cada unidade do município do respectivo Lote, sendo ela **através das composições e insumos SINAPI** vigentes para o Estado de Mato Grosso ou, na ausência destes na composição própria (se for o caso, somente com avaliação e aprovação da FISCALIZAÇÃO) com cotação de mercado.

A fórmula utilizada considera, em todos os casos, o BDI, o que foi expressamente afastado por ocasião do estudo apresentado.

O Edital, neste ponto, adota a perspectiva da CGE e PGE, com adoção do tipo maior percentual de desconto por lote.

Deste modo, recomenda-se a retificação de modo a adequar ao tipo aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

2.7. RESERVA DE COTA PARA ME/EPP

Desde as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014 no Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, a Lei Complementar 123/2006, tornou-se obrigatória a realização de processo licitatório **que assegure tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:**

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);



Governo do Estado de Mato Grosso

PGE - Procuradoria Geral do Estado

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º (Revogado).

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no **caput** deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado);

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

Cabe destacar, contudo, que, na forma do disposto no art. 49 da Lei Complementar 123/2006, as sobreditas licitações diferenciadas não devem ser aplicadas quando:

(a) não houver, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

exigências estabelecidas no instrumento convocatório; ou (b) o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017, item 17.15.3).

No instrumento convocatório trazido à baila, o Item 11 do Termo de Referência aduz que:

"11.2. É permitida a subcontratação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para execução parcial do objeto, até o limite de 30,00% (trinta por cento) do valor total da O.S. (Ordem de Serviço), nas seguintes condições: (...) 11.3 . A subcontratação depende da autorização prévia da Contratante, a quem cumpre avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários a execução do objeto."

A cláusula não se coaduna com a previsão legal do art. 48, II, da Lei Complementar 123/2006.

Isso porque a lei estabelece que cumpre à Administração EXIGIR dos licitantes a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte, não sendo uma mera faculdade, nem questão de escolha livre do licitante vencedor.

O equívoco se mantém no Edital – cláusula 2.4.

Desta forma, recomenda-se a retificação das cláusulas, em atendimento às prescrições legais.

Ainda, considera-se contraditória cláusula 19.5 do Termo de Referência, que aduz a inviabilidade de concessão do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:

19.5 Por conta da natureza dos serviços a serem contratados (serviços que se correlacionam, o que inviabiliza sua divisibilidade); do volume financeiro a ser



Governo do Estado de Mato Grosso

PGE - Procuradoria Geral do Estado

empregado e ainda, pelo volume das exigências técnicas e temporais nas execuções dos trabalhos a serem solicitados não será reservada cota de exclusividade para microempresa e empresas de pequeno porte; o que em nosso entendimento não refletiria em economicidade para o Poder Executivo, pelo contrário, prejudicaria o conjunto proposto nesta contratação, visto que várias empresas trabalhando em uma mesma unidade traria dificuldades no seu gerenciamento administrativo (cronograma de execução, responsabilidades em possíveis atrasos, etc);

19.6 A justificativa vai de encontro ao que preconiza o inciso III do Art. 49 da Lei Complementar 123/06.

O Termo de Referência é contraditório, cabendo ao órgão consulente a correção da falha.

2.8. DIVISÃO EM LOTES

O Tribunal de Contas da União tem assentado entendimento pela necessidade de se parcelar o objeto da licitação, sempre que possível. Sendo inviável aplicar o parcelamento, quer por razões técnicas ou por não atender à economicidade, há de se fazer a adequada justificativa:

O parcelamento proporcionaria melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade na licitação. (TCU, Acórdão 1331/2003 Plenário)

Observe o disposto no art. 15, inciso IV e no art. 23, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93, parcelando as compras sempre que isso se comprovar viável do ponto de vista técnico e econômico, sem prejuízo de atentar para a preservação da modalidade licitatória pertinente à totalidade do objeto parcelado. (TCU, Acórdão 1292/2003 Plenário)

Na lição do TCU:

O parcelamento refere-se à divisão do objeto em parcelas (itens ou etapas), ou seja, em partes menores e independentes. Difere-se de fracionamento, que se relaciona à divisão da despesa para adoção de dispensa ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. (TCU. Licitações & contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. Brasília, 2010, p. 227).



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Assim, é favorável à contratação com o parcelamento em lotes, desde que possível e viável. Se não, conjunta, como ensina Marçal Justen Filho:

O fracionamento [sic, mas referindo-se ao parcelamento] em lotes deve respeitar a integralidade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco da impossibilidade de execução satisfatória. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10. ed. São Paulo: Dialética, 2004, p. 209).

Vê-se, portanto, que é admitida, em determinadas circunstâncias, a contratação na modalidade menor preço global, desde que devidamente justificada, pelo Administrador, a inviabilidade de seu parcelamento:

(...) inclua a justificativa para o parcelamento ou não do objeto, levando em consideração a viabilidade técnica e econômica para tal, a necessidade de aproveitar melhor as potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, conforme a Súmula TCU nº 247 e a Lei nº 8.666/1993, art. 8º c/c art. 23, §§ 1º e 2º. (TCU, Acórdão 2272/2009 Plenário)

É nesse sentido o verbete da Súmula 247 do TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso dos autos, consta justificativa acerca da divisibilidade dos lotes licitados, às fls. 2036-2037, vejamos:

5.22 Considerando as experiências com esse tipo de contratação, com base nos históricos de notificações e problemática enfrentadas, identificou-se a necessidade de ampliação da divisão de lotes, resultando assim nos 25 lotes distribuídos pelas regiões do Estado, alocando de forma mais equitativa as unidades escolares por lote, logo os



Governo do Estado de Mato Grosso

PGE - Procuradoria Geral do Estado

lotes estão divididos objetivando dar maior celeridade na emissão dos ordens de serviço, bem como visa aprimorar o controle por parte da fiscalização.

(...)

5.27 Todos os lotes estão padronizados e contemplam serviços comuns de engenharia, com base na tabela SINAPI, divergindo somente nos quantitativos, pois estes estão estimados conforme o volume de edificações de cada lote, dessa forma os lotes não terão itens em separado para os tipos de serviço uma vez que a natureza do objeto (serviços comuns de engenharia) não permite fazer essa distinção do ponto de vista técnico operacional. É preciso ter em mente a inviabilidade de separar os tipos de serviços, pois embora a SEDUC não possua o diagnóstico inicial de todas as unidades de forma individualizada, este instrumento não atinge um nível de precisão exata, pois durante a execução poderá haver a necessidade da inclusão de novos serviços, pois novas patologias ocultas poderão surgir.

5.28 Dessa forma, dividir os tipos de serviços é inexequível, uma vez que a depender da necessidade, seria necessário emitir Ordens de Serviços a diferentes empresas em quantidades diferentes com preços diferentes, logo o parcelamento da solução que em tese busca gerar economicidade se aplicado no caso em questão traria justamente o contrário, maior gasto e menor controle, o que traria rigidez e burocracia à execução, o que choca de frente com os objetivos do Governo do Estado.

Nessa toada, objetivando minimizar o risco de não conseguir executar o objeto por conta de limites quantitativos e considerando que os itens da tabela SINAPI apresentam padronização de especificação e preço em todos os serviços, decidiu-se por reunir todos os serviços em um único lote para otimizar a execução e atendimento da demanda.

(...)

A opção encontra-se justificada pelo gestor, consoante a determinação da jurisprudência, cabendo a este se responsabilizar pela veracidade das informações.

A ampliação da competição se dá no agrupamento de itens equivalentes dentro do mesmo Lote, buscando a especialização e o fomento à participação de empresas. Sob este prisma, recomenda-se, na medida do possível, a ampliação da participação de interessados.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

2.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL E TÉCNICO PROFISSIONAL

A exigência de capacidade técnico operacional indica a vital importância administrativa de se obter experiência prévia no objeto a ser licitado, minimizando os riscos de uma contratação desvantajosa e prejudicial ao Poder Público. Sob essa perspectiva, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

“A exigência, no edital, de comprovação de capacitação técnica operacional não fere o caráter de competição do certame licitatório.” (REsp 155.861. 1ª T., rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Dje 08.03.1999).

Logo, desde que justificada e desde que se refira às parcelas de maior de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é tida como válida e plenamente exigível. Nestes termos, o Enunciado de Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União:

“para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

São medidas que, em razão de restringir o caráter competitivo do certame, devem guardar estrita relação à garantia do cumprimento das obrigações, devendo ser justificadas pela autoridade competente, bem como guardar similaridade com a complexidade do objeto a ser licitado.

Outrossim, tais exigências devem obedecer aos limites da razoabilidade/proporcionalidade, sob pena de restringir a competitividade, frustrando os princípios licitatórios basilares.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

No caso trazido à baila verifica-se justificativa no Termo de Referência à fl.2037v, vejamos:

5.30. JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.31. Com relação a qualificação técnica das empresas é preciso salientar que a similaridade entre os serviços que se pretende executar, os quais estão demonstrados através das etapas definidas como as de maior frequência de execução, mesmo que em definição sejam desmembrados entre obras e serviços de engenharia, não necessariamente exigem diferentes qualificações técnicas, a correlação dos serviços discriminados exige o mesmo grau de qualificação sendo que estes se tratam de serviços comuns de engenharia sem complexidade específica de execução.

5.32. Com base nas etapas de serviços já demonstradas foram identificados os itens que apresentavam maior grau de relevância e será exigido como critério de qualificação técnica certidões que contenham um quantitativo mínimo de 40% dos serviços de cobertura e instalações elétricas de acordo com o quantitativo estimado para cada lote.

Quanto à exigência de inscrição em entidade profissional, são sintetizados os seguintes entendimentos da doutrina/ jurisprudência:

O art. 30, I, se limita à apresentação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, cuja regulamentação da atividade seja prevista em lei – art. 5º, XIII, CF; É ilegal a exigência de quitação de anuidades junto ao Conselho Profissional competente, visto que o inciso I exige apenas o registro na entidade (Acórdão 1.357/2018 – TCU - Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes);

O registro ou inscrição deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação (Acórdão 2.769/2014 – TCU- Plenário, Acórdão 447/2014 – TCU – Plenário);

Vedada a exigência de registro ou inscrição no local onde será executado o objeto da licitação;

São vedadas exigências cujo atendimento os licitantes tenham que incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato (Súmula 272 do TCU; Acórdãos 481/2004; 1910/2007



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

No tocante à comprovação de aptidão para desempenho (art. 30, II, da Lei 8.666/93), as orientações referentes à exigência de experiência no objeto da licitação, podem ser assim sintetizadas:

A Administração deverá identificar os aspectos mais complexos e diferenciados do objeto licitado, para fins de exigência de experiência prévia anterior;
Para comprovação da capacidade técnico operacional, é válida exigência de quantitativos mínimos em obras/ serviços com características semelhantes devendo guardar proporção com dimensão e complexidade do objeto licitado (S. 263 do TCU);
São desarrazoadas exigências em percentuais mínimos superiores a cinquenta por cento do quantitativo dos itens de maior relevância da obra ou serviço (Acórdão 3.257/2013 – TCU – Plenário);
Não se admite que a experiência prévia seja condicionada a dados geográficos;
Não se pode vedar a somatória de atestados para fins de comprovação de experiência anterior; (Acórdão 1.932/2012 – Plenário – TCU);
A exigência de experiência anterior não pode ser limitada temporalmente (Acórdão 2.205/2014, 2ª Câmara, TCU).

No tocante à exigência do licitante dispor, em seu quadro permanente, profissionais com experiência anterior, sofre limitações pela jurisprudência, quais sejam:

Não se pode exigir que o profissional pertença aos quadros permanentes da licitante antes da data da entrega das propostas (Acórdão 3.014/2015 – Plenário);
É vedada exigência de vínculo permanente, bastando a comprovação de disponibilidade para execução dos serviços, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame (Acórdão 2.913/2014 – Plenário);
O momento para exigência no registro do Crea da localidade da obra é o início da atividade da empresa (Acórdão 966/15 – 2ª Câmara)

Noutro giro, no que se refere às exigências mínimas relativas às instalações, equipamentos e pessoal, são as seguintes orientações:

As exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças só serão devidas pelo vencedor da licitação, dos proponentes cabe tão somente a requisição de declaração de disponibilidade;
Não se pode exigir que máquinas ou pessoal estejam localizadas em certos pontos



Governo do Estado de Mato Grosso PGE - Procuradoria Geral do Estado

geográficos;

As visitas ao local de execução da obra devem ser prioritariamente compreendidos como direito subjetivo da empresa licitante (Acórdão 170/2018 – Pleno – TCU);

Estabelecimento de horário é data única propicia ambiente favorável ao conluio e fraude (Acórdão (3.015/2014 – Plenário –TCU)

Realizando o cotejo entre os ensinamentos e o caso à baila, verifica-se:

I) a visita técnica é opcional, portanto, se coaduna com o entendimento da jurisprudência;

II) o CREA ou CAU exigido é da sede da licitante;

III) o atestado de capacidade técnica é limitado a quarenta por cento da área objeto do contrato, portanto, em consonância com o entendimento do TCU. No entanto, ao se exigir da área total a ser licitada (que se refere a diversos serviços, dotados de generalidade), pode ser considerado desarazoado e, portanto, ilegal;

IV) declaração de disponibilidade profissional não viola os princípios licitatórios, contudo, somente é lícita se referente à atividade regulamentada por lei (em caso de objeto genérico, há dificuldade em se distinguir para quais atividades são necessárias a declaração de disponibilidade);

V) não é possível identificar quais são as alíneas 7.5 e 7.7.2 mencionadas no Termo de Referência, devendo ser retificada para esclarecimento, eis que o instrumento convocatório é vinculante ao universo de licitantes, devendo ser claro e preciso;

VI) a comprovação de vínculo é exigida no momento da assinatura do contrato, sendo, neste ponto, legal.

2.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

Exige-se a comprovação da boa situação financeira da licitante por meio de apresentação de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1,0 (um). **Nos autos consta justificativa para a utilização de tais índices no item 9.2.3.3.1 do Edital.**

Nesse viés, deve-se destacar a Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União:

"A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade".

Nesse sentido, desde que devidamente justificado, **a Administração pode exigir a comprovação de índices contábeis mínimos como critério de avaliação da capacidade financeira do licitante.** Todavia, não pode exigir valores mínimos de faturamento anteriores à adjudicação, bem como índices rentabilidade ou lucratividade, nos termos do art. 31 §§1º e 5º da Lei nº 8.666/93:

Art. 31. (...)

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

(...)

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de **índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório**, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Vale registrar que os dispositivos acima mencionados e o texto da Súmula nº 289 do TCU decorrem do art. 37, XXI, da Constituição Federal, segundo o qual o processo de licitação pública *“somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”*.

Tendo em vista que diferentes índices contábeis podem ser calculados a partir de informações extraídas do Balanço Patrimonial (Índice de Liquidez Geral ILG, de Liquidez Corrente ILC, de Liquidez Seca ILS e de Liquidez Imediata ILM) e que cada objeto possui suas especificidades, optou o legislador pelo não estabelecimento de critério rígido de aferição da idoneidade financeira dos licitantes para assumir as responsabilidades do contrato.

A lei nº 8.666/93 concedeu ao gestor público a possibilidade de eleger, caso a caso, os índices mais adequados à contratação. No entanto, conforme estabelecido na citada Súmula nº 289 do TCU, a exigência dos índices contábeis escolhidos somente se legitimará se houver justificativa no processo de licitação:



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

(...) o fato de a lei não fixar o limite do índice a ser adotado não afasta a responsabilidade do gestor por sua definição, que não pode ser aleatória, nem depender de simples 'palpite' do administrador público. (TCU. Acórdão nº 932/2013 Plenário)

Noutro giro, a escolha administrativa não pode comprometer a competitividade do certame. **Deve o órgão licitante adotar índice que possa ser considerado confiável e que, ao mesmo tempo, possibilite a participação de um número razoável de empresas integrantes do mercado.**

Igualmente, com relação ao Item do Edital, que exige a apresentação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta inicial, caso os índices de saúde financeira não estejam dentro dos parâmetros mínimos, recomenda-se que se analise sua adequação como condição de participação no certame.

Isso porque a exigência de patrimônio líquido mínimo, que tem guarida legal no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei de Licitações e Contratos, tem por objetivo salvaguardar a execução contratual, desde que a execução demande um grande dispêndio financeiro imediato, de modo a demonstrar que a empresa terá capacidade monetária para cumprir suas obrigações contratuais. Deste modo, deve o setor competente analisar se é prudente exigir patrimônio líquido mínimo no presente caso, ou se tal exigência restringiria sobremaneira a competitividade no certame, até porque já consta a exigência das garantias do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

Acerca da exigência da garantia, deve o administrador ter em vista que a lei veda, absolutamente, a exigência de garantia para participação no procedimento de pregão, pois dificulta o acesso ao certame, só podendo ser exigida para fins de assinatura de contrato.

2.11. DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Cumpre neste ponto, verificar o preenchimento dos requisitos legais previstos para o procedimento licitatório.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

A análise jurídica da fase interna, culminando no Edital, na lição de Marçal Justen Filho, destina-se precipuamente a (a) verificar a necessidade e conveniência da contratação de terceiros; (b) determinar a presença dos pressupostos legais para a contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários); (c) determinar a prática dos atos prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos etc.); (d) definir o objeto do contrato e as condições básicas da contratação; (e) verificar a presença dos pressupostos da licitação, definir a modalidade e elaborar ato convocatório da licitação. Especificamente, na fase preparatória, a Administração deve observar os requisitos exigidos pelo art. 3º do Decreto Estadual 840/2017.

Art. 3º Os procedimentos de aquisição de bens e de contratação de serviços e locação de bens móveis e imóveis, serão autuados, protocolados, numerados e devendo ser instruídos em sua fase interna pelo menos com os seguintes documentos:

- I - requisição da área demandante do órgão acompanhado do termo de referência ou projeto básico;
- II - autorização para abertura do procedimento de aquisição;
- III - comprovante de registro do processo no SIAG - Sistema de Aquisições Governamentais;
- IV - preço de referência consistente em comprovada pesquisa de mercado;
- V - indicação dos recursos orçamentários para fazer face a despesa;
- VI - aprovação do CONDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, quando for o caso;
- VII - definição da modalidade e do tipo de licitação a serem adotados;
- VIII - minuta do edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;
- IX - ata de registro de preço (ARP) e respectivos anexos, quando tratar-se de adesão de ARP;
- X - manifestação técnica jurídica conclusiva, devidamente homologado pela autoridade competente do órgão ou entidade interessada;
- XI - checklist de verificação de conformidade da existência dos documentos anteriormente enumerados.

§ 1º Deverão os órgãos e entidades observar e atender ao Decreto vigente que trata dos limites de valores para envio dos procedimentos ao CONDES, contendo no mínimo os documentos descritos nos incisos I, II, III, IV e V deste artigo, acompanhados de checklist de verificação de conformidade lavrado pelo secretário adjunto sistêmico e despacho de encaminhamento da autoridade do órgão/entidade

§ 2º Aprovada pelo CONDES a continuidade do procedimento de aquisição poderá, quando entender tratar de objeto relevante sob o ponto de vista financeiro e social, consignar ressalva de que atendido os incisos do caput deste artigo, o processo deverá ser submetido a Controladoria-Geral do Estado para análise e expedição de recomendações visando contribuir com a conformidade e segurança do feito.

§ 3º Os anexos a que se refere o inciso IX deste artigo são cópia do edital, cópia da ata de registro de preço que será aderida, vantajosidade da aquisição e o documento de aceite da empresa fornecedora e do órgão gerenciador quando se tratar de uma adesão carona a ata de outro órgão ou entidade pública.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Verifica-se o preenchimento do requisito previsto no inciso I, vez que **a área demandante solicitou a abertura do presente procedimento**, encaminhando o respectivo termo de referência às fls.2031-2124, do qual consta, ainda, a justificativa apresentada pela área demandante.

A necessidade da contratação encontra-se justificada no referido termo de referência, conforme se verifica abaixo:

(...)

5.9 A realidade dos prédios da SEDUC é exatamente o contrário, a falta de realização de manutenção preventiva e preditiva comprometeu a estrutura das edificações, ao ponto que, em algumas unidades, devido ao agravamento das patologias apenas reformas poderão saná-las de forma efetiva, para assim trazer segurança aos usuários. Pode-se se verificar então que quanto mais tempo uma edificação fica sem manutenção, maior será o valor gasto em reforma; dependendo do agravamento é necessário até mesmo demolir e construir do zero, o que é muito mais danoso para Administração Pública.

5.10. Logo, a solução desta problemática com a realização de manutenção/reformas é uma corrida contra o tempo, visto que quanto mais tempo delongar, mais gasto a Administração Pública terá. O volume de edificações que estão sem manutenção é muito grande e esta não é uma realidade só da SEDUC, no entanto, contratar na esfera pública é um processo moroso e burocrático e como já demonstrado, os prédios do executivo estadual já estão a muito tempo sem manutenção e a demora na contratação desses serviços pode resultar em prejuízos incalculáveis ao tesouro Estadual, não é para menos que o próprio que o próprio Governador do Estado determinou que Controladoria Geral do Estado e a Procuradoria Geral do Estado estudassem um método em que os órgãos do Estado pudessem contratar esses serviços de forma mais célere.

(...)

5.13 Cabe ressaltar que a deterioração nos prédios da SEDUC se comparados com outras edificações públicas é peculiar a considerar o perfil dos usuários, que em sua maioria, trata-se de crianças e adolescentes envolvidos em um cenário de



Governo do Estado de Mato Grosso

PGE - Procuradoria Geral do Estado

vulnerabilidade social e de diferentes culturas. É possível observar que a deterioração de algumas unidades é maior que outras e são vários fatores que influenciam, as visitas técnicas evidenciam que em escolas de regiões periféricas os prédios estão mais danificados quando comparados com as escolas localizadas nas regiões centrais; os estudantes indígenas, por exemplo, em razão de sua cultura, utilizam a estrutura escolar de diversas formas o que contribui para o desgaste da edificação.

(...)

5.15 Dessa forma, é fundamental a realização periódica de manutenção corretiva e preventiva das unidades escolares, garantindo atendimento recorrente na execução de serviços de manutenção predial, corrigindo as patologias existente e evitando que novas patologias se desenvolvam e, dessa forma, assegurar a integridade da edificação e de seus usuários. Ademais é preciso mudar a atual realidade e oferecer essas intervenções imediatamente no caso de sinistros, as situações inesperadas e urgentes não podem aguardar o trâmite licitatório, pois até a sua conclusão as patologias irão se agravar e causar maiores danos. O Registro de Preço busca sanar esta falha da Administração e conseguir evitar maiores prejuízos, visto que uma vez que a patologia é sanada de imediato a Administração não corre o risco de perder a estrutura e ter que se valer de Dispensas de Licitação para sanar problemas emergenciais. Além disso, solucionar os problemas de imediato pode impedir que seja necessário suspender as atividades escolares e, por consequência, gerar prejuízos ao ano letivo/comunidade escolar, algumas intervenções podem ser feitas em período de férias ou até mesmo durante o período letivo, mas se não executadas podem comprometer a estrutura e ser preciso suspender as atividades para reforma.

Observa-se, conforme justificativa apresentada pela área demandante, que os serviços são essenciais para a continuidade das atividades desenvolvidas por todas as unidades da Secretaria Estadual de Educação, **devidamente justificado, portanto, a necessidade de realização do procedimento em questão.**

Dando prosseguimento, verifica-se que o critério de julgamento das propostas conforme Termo de Referência é o de **MENOR PERCENTAL DE ACRÉSCIMO SOBRE O CUSTO DIRETO (%AC) POR ITEM (LOTE) DE FORMA LINEAR**, às



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

fls.2033v. Consoante mencionado, há recomendação de **ADOÇÃO DO TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, sem incidência do BDI em relação aos insumos, entendimento adotado pela CGE e PGE/MT.

Consta nos autos autorização de abertura do procedimento licitatório pela **autoridade competente (fl. 281) e registro no SIAG deste procedimento (fl. 161).**

A portaria de designação do pregoeiro e equipe de apoio do certame licitatório encontra-se acostada às fls. 437-438.

A lista de checagem mínima foi juntada aos autos (fl. 2194), devendo ser apresentados os documentos faltantes antes de ser publicado o edital de licitação.

Tendo se optado pelo Sistema de Registro de Preços, necessário que o Órgão Gerenciador registrasse a pesquisa de Quantitativo no Portal de Compras do Governo, a teor do art. 58, I, do Decreto Estadual nº 840/2017. Não constam dos autos qualquer comprovante do referido registro da pesquisa de quantitativo.

O § 1º, do art. 57, do mesmo diploma legal, permite que a divulgação da Pesquisa de Quantitativo seja dispensada, **de forma justificada pelo órgão gerenciador**, quando o objeto a ser licitado se trate de demanda específica apenas daquele órgão.

Necessário, portanto, que seja realizada a pesquisa de quantitativo, ou em sendo o caso, seja providenciada a justificativa para dispensa da realização da pesquisa, conforme disposto no referido § 1º, do art. 57, do Decreto Estadual.

Verifica-se, ainda, que o órgão gerenciador fez opção por incluir a possibilidade de Adesão Carona (fl. 2154). Diante disso, convém pontuar o entendimento do colendo TCU:

A inserção de cláusula em edital licitatório prevendo a possibilidade de adesão a ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação ("carona") **exige justificativa específica**, lastreada em estudo técnico



Governo do Estado de Mato Grosso PGE - Procuradoria Geral do Estado

referente ao objeto licitado e devidamente registrada no documento de planejamento da contratação. TCU - Acórdão 311/2018-Plenário.

O órgão gerenciador do registro de preços deve justificar eventual previsão editalícia de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes ("caronas") dos procedimentos iniciais. A adesão prevista no art. 22 do Decreto 7.892/2013 é uma possibilidade anômala e excepcional, e não uma obrigatoriedade a constar necessariamente em todos os editais e contratos regidos pelo Sistema de Registro de Preços. TCU - Acórdão 1297/2015-Plenário.

Impõe-se, assim, que seja **feita justificativa específica sobre este ponto.**

2.12. DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/EMPENHO

Cabe ao órgão licitante atentar-se às exigências da legislação financeira e orçamentária para a pretendida contratação, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, arts. 15 e 16, e à Lei nº 4.320/1964, art. 60, § 2º, e outros semelhantes.

Primeiro, deve haver a competente autorização pelo ordenador de despesa, em que se verifica a existência de recursos orçamentários suficientes para a contratação do objeto (art. 7º, § 2º, III, se obras ou serviços de engenharia, e art. 14 se outras aquisições, ambos da Lei nº 8.666/1993).

Nesse sentido, consta à fl. 2038-v (item 6 do TR) indicação da dotação orçamentária específica para atendimento da demanda - **FONTES 120 e 110.**

Agora, caso a licitação envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa, sua fase interna deve conter, ainda: **(a)** uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e **(b)** declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (LRF, art. 16).



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Serão, assim, consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atenda ao disposto no art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 614/2019, quando envolverem criação, expansão ou aperfeiçoamento da atuação estatal por meio de novos programas, projetos ou ações que acarretem aumento da despesa, se desacompanhados das devidas cautelas.

Deve haver, no processo, declaração do órgão competente, aduzindo se a despesa a ser executada se enquadra nas situações descritas, a exigir, ou não, tais atestados de adequação orçamentária. **Nesse sentido, a referida declaração deve ser providenciada pelo ordenador de despesa.**

Sobre o prévio **empenho**, algumas considerações também são necessárias. Veja-se o que dispõe o art. 2º, *caput*, e § 1º, e art. 3º, V e VI, todos do Decreto nº 840/2017 c/c art. 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 2º Para início de qualquer procedimento, independentemente de valor e da origem, que vise a aquisição de bens, contratação de serviços e locações de bens móveis e imóveis, os órgãos e entidades da Administração Estadual deverão comprovar a existência de recursos orçamentários para o pagamento, preferencialmente através de Pedido de Empenho - PED.

§ 1º Se não for possível a emissão do Pedido de Empenho, somente poderão ser realizadas despesas que estiverem contempladas na Lei Orçamentária Anual-LOA, no Plano de Trabalho Anual - PTA, Convênios firmados ou na Programação Financeira Mensal – SEFAZ”.

(...)

§ 3º Não se aplica o disposto no caput deste artigo às licitações que se destinarem ao Registro de Preços, as quais poderão ocorrer independente da comprovação da existência de recursos financeiros e orçamentários.

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

- I - projeto básico;
- II - projeto executivo;
- III - execução das obras e serviços.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

[...]

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

[...]

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma; [...]

Verifica-se, portanto, que, em se tratando de Registro de Preços, não há necessidade de comprovação da existência de recursos financeiros e orçamentários, autorizando assim a continuidade do presente processo licitatório, nos termos do § 3º do Art. 2º do Decreto nº 840/2017.

2.13. DA EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO CONDES

À luz do Decreto Estadual nº 1.047/2012, a contratação e a assunção de obrigações pelo Poder Executivo estadual, a depender do valor, pode demandar autorização prévia do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado – CONDES, na forma do § 1º e § 2º do art. 1º, ou dever de informação ao CONDES, conforme § 2º-A:

Art. 1º A contratação e assunção de obrigações por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual deverão ser previamente autorizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado - CONDES, que poderá delegar atribuições a um dos seus membros.

§ 1º Inclui-se nessa obrigação:

- I – as licitações para obras, independente da sua modalidade;
- II – as licitações para fornecimento de bens e prestação de serviços, independente da sua modalidade;
- III – a contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- IV – as adesões a atas de registros de preços, inclusive na forma de carona;
- V – (revogado) (Revogado pelo Dec.1.148/12)
- VI – o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores;
- VII – as contratações temporárias;



Governo do Estado de Mato Grosso

PGE - Procuradoria Geral do Estado

VIII – as terceirizações de mão de obra;

IX - os órgãos e entidades de que tratam os Decretos nº 2.595, de 02 de junho de 2010, nº 151, de 21 de fevereiro de 2011, nº 618, de 16 de agosto de 2011, nº 676, de 13 de setembro de 2011 e nº 836, de 21 de novembro de 2011; (Nova redação dada pelo Dec. 1.206/17)

X – qualquer outro ato que ensejar a realização de despesa.

XI – a celebração de todo e qualquer termo aditivo aos contratos de prestação de serviços e fornecimento de bens vigentes, independentemente do exercício em que foram celebrados. (Acrescentado pelo Dec 1.511/12)

§ 2º Exclui-se dessa obrigação as aquisições dispostas no Decreto nº 134, de 17 de fevereiro de 2011, as progressões e promoções de servidores, pagamento de diárias, adiantamentos, tarifas relativas aos serviços de telefonia, fornecimento de água, energia elétrica, as obrigações tributárias e contributivas, serviços da dívida e encargos sociais, bem como as contratações cujo valor anual seja inferior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na situação prevista no inciso I, ou inferior a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), nas situações previstas nos demais incisos do § 1º deste artigo. (Nova redação dada pelo Dec. 1.407/18)

§ 2º-A As contratações cujo valor anual seja igual ou superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na situação prevista no inciso I, assim como as contratações com valor anual igual ou superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e inferior a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) nas situações previstas nos demais incisos do § 1º deste artigo, devem ser informadas ao CONDES assim que autorizadas pelo titular do órgão ou entidade, podendo, a critério do Conselho, serem avocadas para a deliberação de que trata o § 2º. (Acrescentado pelo Dec. 415/2016).

Tendo em vista que a presente contratação se refere a licitação para contratação de serviços, com valor total estimado em **R\$ 198.587.255,68** (cento e noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), observe ser necessária a prévia autorização do CONDES, vez que o caso não se amolda a nenhuma das hipóteses de exclusão, bem como porque, por força do Decreto n. 613/2020 fora revogado o § 4º, do artigo 1º, do Decreto n. 1.047/2012 que excluía a SES/MT de tal obrigação.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

2.14. DA ANÁLISE DA MINUTA CONTRATUAL E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No que tange à **minuta do contrato**, a ser celebrado com o licitante vencedor, deve-se atenção ao disposto no artigo 55 da Lei 8.666/1993:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigibilidade, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A minuta do contrato está de acordo com o estabelecido na Lei 8.666/1993, notadamente em seu art. 55 e inclusas as cláusulas obrigatórias relacionadas no artigo que são inerentes ao objeto licitado em comento.

3. CONCLUSÃO



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Pelo exposto, ratifica-se o conteúdo das Manifestações nº 320/SGAC/PGE/2021 e 399/SGAC/PGE/2021. Ademais, é dever observar:

- a) Necessidade de definição específica do objeto, bem como dos quantitativos a que se pretende licitar;
- b) Definição do aspecto quantitativo da aquisição, que influencia diretamente nos preços a serem praticados pelos licitantes;
- c) Adoção do tipo de julgamento maior percentual de desconto, sem incidência do BDI em relação aos insumos, em congruência com estudo técnico da CGE/PGE;
- d) Realização de estudo técnico em cada uma das unidades a serem contempladas com o futuro contrato de serviço de engenharia, definindo-se com a maior precisão possível quais serão os serviços necessários, a quantidade de mão de obra e de material;
- e) Após definição precisa dos serviços, os orçamentos devem ser realizados com correspondência à tabela SINAPI, a qual também deve ser anexada aos autos;
- f) Retificação do instrumento convocatório quanto à concessão dos benefícios fiscais às microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista a incongruência do Termo de Referência e conteúdo editalício;
- g) Comprovação do registro da pesquisa de quantitativo no portal de compras do governo ou apresentação de justificativa plausível para a ausência;



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

- h) Justificativa para admissão de Adesão Carona;
- i) A observância das considerações a respeito da qualificação técnico profissional e técnico operacional;
- j) Observância das recomendações a respeito da exigência da qualificação econômico financeira;
- k) Promova-se as adequações recomendadas na minuta de edital, de ata de registro de preços e de contrato;
- l) Juntada aos autos da autorização proveniente do CONDES.

É o parecer. À consideração superior.

(assinado digitalmente)

Fernanda Leite Allegrini

Procuradora do Estado de Mato Grosso



SIAG
SISTEMA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS
GOVERNO DE MATO GROSSO

Mapa Comparativo de Média Preço 001

PROCESSO: 0183616/2021 - SEDUC					CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: GLOBAL			
Órgão: SEDUC					Geração do Mapa: TODOS			
Tipo de Julgamento: Maior Desconto								
Item	Qtde	Un.	Código	Descrição	Fornecedor	Origem	Valor Unit.	Valor Total
Lt 001								
1	8.437.153	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	8.437.153,00
TOTAL							1,00	8.437.153,00
Lt 002								
2	9.162.375	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	9.162.375,00
TOTAL							1,00	9.162.375,00
Lt 003								
3	7.786.678	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	7.786.678,00

TOTAL							1,00	7.786.678,00
Lt 004								
4	6.841.609	SV	1102202	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	6.841.609,00
TOTAL							1,00	6.841.609,00
Lt 005								
5	6.323.097	SV	1102202	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	6.323.097,00
TOTAL							1,00	6.323.097,00
Lt 006								
6	5.648.191	SV	1102202	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	5.648.191,00
TOTAL							1,00	5.648.191,00
Lt 007								
7	15.285.296	SV	1102202	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	15.285.296,00
TOTAL							1,00	15.285.296,00
Lt 008								

8	7.171.072	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUIDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	7.171.072,00
TOTAL							1,00	7.171.072,00
Lt 009								
9	4.173.832	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUIDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	4.173.832,00
TOTAL							1,00	4.173.832,00
Lt 010								
10	4.565.967	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUIDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	4.565.967,00
TOTAL							1,00	4.565.967,00
Lt 011								
11	4.959.519	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUIDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	4.959.519,00
TOTAL							1,00	4.959.519,00
Lt 012								
12	10.302.573	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUIDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	10.302.573,00

12	10.302.573	SV	110220 2	APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI. SERVIÇO.				
					TOTAL		1,00	10.302.573,00
Lt 013								
13	11.469.939	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	11.469.939,00
					TOTAL		1,00	11.469.939,00
Lt 014								
14	12.540.018	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	12.540.018,00
					TOTAL		1,00	12.540.018,00
Lt 015								
15	10.425.009	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	10.425.009,00
					TOTAL		1,00	10.425.009,00
Lt 016								
16	9.942.868	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS. CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	9.942.868,00

16	9.942.868	SV	110220 2	DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI. SERVIÇO.				
					TOTAL	1,00	9.942.868,00	
Lt 017								
17	10.145.688	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUIDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	10.145.688,00
					TOTAL	1,00	10.145.688,00	
Lt 018								
18	8.764.071	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUIDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	8.764.071,00
					TOTAL	1,00	8.764.071,00	
Lt 019								
19	11.426.079	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUIDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	11.426.079,00
					TOTAL	1,00	11.426.079,00	
Lt 020								
20	3.888.120	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUIDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	3.888.120,00

20	3.888.120	SV	110220 2	SERVIÇO.				
					TOTAL	1,00	3.888.120,00	
Lt 021								
21	5.981.175	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	5.981.175,00
					TOTAL	1,00	5.981.175,00	
Lt 022								
22	5.365.622	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	5.365.622,00
					TOTAL	1,00	5.365.622,00	
Lt 023								
23	5.898.239	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	5.898.239,00
					TOTAL	1,00	5.898.239,00	
Lt 024								
24	4.316.007	SV	110220 2	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	4.316.007,00

TOTAL						1,00	4.316.007,00	
Lt 025								
25	7.767.058	SV	1102202	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES NA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) VIGENTES, ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, ACRESCIDO DO BDI.	PESQUISA DE PREÇO	Pesquisa de Preço - Processo	1,00	
					RESULTADO		1,00	7.767.058,00
TOTAL						1,00	7.767.058,00	
TOTAL GERAL						198.587.255,00		
Elaborado por: jnascimento						Data: 22/11/2021 16:55		

Resultado do Item

Item	Tipo	Código	Valor de referência unitário	Valor de referência total
1	Lt 001	1102202	1,00	8.437.153,00
2	Lt 002	1102202	1,00	9.162.375,00
3	Lt 003	1102202	1,00	7.786.678,00
4	Lt 004	1102202	1,00	6.841.609,00
5	Lt 005	1102202	1,00	6.323.097,00
6	Lt 006	1102202	1,00	5.648.191,00
7	Lt 007	1102202	1,00	15.285.296,00
8	Lt 008	1102202	1,00	7.171.072,00
9	Lt 009	1102202	1,00	4.173.832,00
10	Lt 010	1102202	1,00	4.565.967,00
11	Lt 011	1102202	1,00	4.959.519,00
12	Lt 012	1102202	1,00	10.302.573,00
13	Lt 013	1102202	1,00	11.469.939,00
14	Lt 014	1102202	1,00	12.540.018,00
15	Lt 015	1102202	1,00	10.425.009,00
16	Lt 016	1102202	1,00	9.942.868,00
17	Lt 017	1102202	1,00	10.145.688,00

Resultado do Item

Item	Tipo	Código	Valor de referência unitário	Valor de referência total
18	Lt 018	1102202	1,00	8.764.071,00
19	Lt 019	1102202	1,00	11.426.079,00
20	Lt 020	1102202	1,00	3.888.120,00
21	Lt 021	1102202	1,00	5.981.175,00
22	Lt 022	1102202	1,00	5.365.622,00
23	Lt 023	1102202	1,00	5.898.239,00
24	Lt 024	1102202	1,00	4.316.007,00
25	Lt 025	1102202	1,00	7.767.058,00

Resultado Geral

Valor total de referência unitário:	25,00
Valor total de referência Total:	198.587.255,00

Observação:

RESULTADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021/SINFRA
Processo Administrativo nº 146434/2021 - SIAG nº 0146434

O Pregoeiro Oficial designado para condução do Pregão nº 011/2021/SINFRA, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preço para futura e eventual contratação de empresas especializadas em serviços de instalação de bueiros de concreto armado ou metálico, de vigas metálicas de pontes mistas, montados sobre pontos ou travessias fluviais como etapa operativa necessária à conservação de trechos de rodovias estaduais, conforme serviços, especificações e quantidades definidas no Termo de Referência, vem a público informar o resultado da Licitação:

LOTE	EMPRESA CLASSIFICADA	CNPJ	VALOR GLOBAL (R\$)	SITUAÇÃO
01	FRACASSADO			
02	PRADO & PRADO LTDA	22.153.183/0001-80	12.096.202,06	ADJUDICADO
03	FRACASSADO			
04	PRADO & PRADO LTDA	22.153.183/0001-80	6.131.135,64	ADJUDICADO
05	FRACASSADO			
06	DESERTO			
07	SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	01.868.396/0001-56	58.302.286,90	ADJUDICADO
08	FRACASSADO			

09	FRACASSADO
10	FRACASSADO
11	FRACASSADO
12	FRACASSADO
13	FRACASSADO

Cuiabá-MT, 08 de fevereiro de 2022.

Lauberto Ferreira da Conceição
 Portaria Conjunta n. 021/2021/SEPLAG/SINFRA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021/SINFRA
Processo Administrativo nº 146434/2021 - SIAG nº 0146434

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e com fulcro no artigo 51, do Decreto Estadual nº 840/2017 c/c inciso VI do art. 43 da Lei 8.666/93, **HOMOLOGA** nos termos do 51 do Decreto Estadual nº 840/2017, o Pregão Eletrônico nº 11/2021/SINFRA, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preço para futura e eventual contratação de empresas especializadas em serviços de instalação de bueiros de concreto armado ou metálico, de vigas metálicas de pontes mistas, montados sobre pontos ou travessias fluviais como etapa operativa necessária à conservação de trechos de rodovias estaduais, conforme serviços, especificações e quantidades definidas no Termo de Referência.

Cuiabá, 25 de fevereiro de 2022.

Marcelo de Oliveira e Silva
 Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

SEDUC

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 002/2022/SEDUC

PROCESSO Nº: 183616/2021/SEDUC.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº: 041/2021/SEDUC.

Pelo presente instrumento, o Estado de Mato Grosso, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, localizada na Rua Engº. Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A - Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.415/0008-10, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Educação **ALAN RESENDE PORTO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 26741539 SEJUSP/MT e inscrito no CPF/MF nº. 012.524.051-11, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) relacionada(s), nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada lote, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas ofertadas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2021**, do tipo **MAIOR DESCONTO POR LOTE, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 183616/2021/SEDUC** independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	VALE RIO VERDE CONSTRUCOES EIRELLI
CNPJ:	08.806.091/0001-69
ENDEREÇO:	Av. Djalma Batista, nº 1719, SI 101-B, 1º Andar, Ed Atlantic Tower / Bairro Chapada / Manaus-AM / CEP: 69.050-010
REPRESENTANTE:	ROGERIO DANTAS GABRIEL CPF: 308.946.112-91 / RG: 837625 SESEG/DF
CONTATO (TELEFONE):	(92) 3236-9520 - (92) 98249-1919
EMAIL:	vrvconstrucoes@yahoo.com.br / rogeriodgabriel@uol.com.br

EMPRESA:	METACON CONSTRUCOES MONTAGENS E COMERCIO LTDA
CNPJ:	00.715.781/0001-09
ENDEREÇO:	Av. Noel Nutels, 41 - Altos / Bairro Cidade Nova / Manaus-AM / CEP: 69.090-000
REPRESENTANTE:	ABNER MARTINIANO BARBOSA CPF: 345.929.622-49 / RG: 9001590 SSP/AM
CONTATO (TELEFONE):	(92) 3641-3777 - (92) 98151-8119 - (92) 98151-8118
EMAIL:	metacon_construcoes@hotmail.com

EMPRESA:	PH CONSTRUCOES EIRELI
CNPJ:	08.691.944/0001-64
ENDEREÇO:	Rua Raimundo Sodré, nº 86, QD 154, CJ CN, ET 2, NC 05 / Bairro: Cidade Nova / Manaus-AM / CEP: 69.095-380
REPRESENTANTE:	PABLO HENRIQUES PONTES FARIAS CPF: 021.255.582-03 / RG: 26040263 SSP/AM
CONTATO (TELEFONE):	(92) 99386-4698
EMAIL:	comercial.phconstrucoes@gmail.com

EMPRESA:	CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI-EPP
CNPJ:	33.075.863/0001-87
ENDEREÇO:	Rua Rui Barbosa, nº 51 / Bairro Centro/ Cidade: Manaus-AM / CEP: 69.010-220
REPRESENTANTE:	FELIPE AUGUSTO SOUZA DE ALBUQUERQUE CPF: 891.754.332-49 / RG: 1839355-1 SSP/AM
CONTATO (TELEFONE):	(92) 98620-0768 / (92) 98178-7006
EMAIL:	Licitacao.01@construtorasoberana.com.br

EMPRESA:	A M I CONSTRUÇOES EIRELI
CNPJ:	36.165.102/0001-04
ENDEREÇO:	Rua Vinte, Q: 35 N: 69 / Bairro: Jardim Vitória / Cuiabá-MT / CEP: 78.055-782
REPRESENTANTE:	BARBARA AMARAL ARRUDA MACIEL CPF: 046.249.221-40 / RG: 038929 CREA-MT
CONTATO (TELEFONE):	(65) 99276-3636 / (65) 99304-5639 / (65) 98468-7270
EMAIL:	eng.amiconstrucoes@gmail.com

EMPRESA:	M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
CNPJ:	22.693.841/0001-64
ENDEREÇO:	Rua Neblina, Nº 01, Quadra 05 / Bairro: Residencial Itamarati / Cuiabá-MT / CEP: 78.058-854
REPRESENTANTE:	MILLAINY DUARTE EZIDORO CPF: 056.036.911-58 / RG: 2615316-5 SSP/MT
CONTATO (TELEFONE):	(65) 3057-4187 / (65) 99305-7280
EMAIL:	Itaconstrutora2@gmail.com

EMPRESA:	TMF CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI
CNPJ:	36.909.349/0001-98
ENDEREÇO:	Rua 50, nº 12, quadra 75 / Bairro: Boa Esperança / Cuiabá-MT / CEP 78.068-450
REPRESENTANTE:	THIAGO RONCHI ADRIEN EUGENIO CPF: 002.837.181-02 / RG: 1335757-3 SSP/MT
CONTATO (TELEFONE):	(65) 3208-5060 / (65) 98411-1751
EMAIL:	tmfcomercio@uol.com.br / thiagoadrien83@gmail.com

EMPRESA:	SOMAVE - CONSTRUTORA LTDA
CNPJ:	11.161.828/0001-48
ENDEREÇO:	Av. Sete de Setembro, 1250 - salas 01 e 03 / Bairro: Centro / Diadema-SP / CEP: 09.912-010
REPRESENTANTE:	VANDERLEI ALVES DA SILVA JUNIOR CPF: 095.462.778-43 / RG: 22.526.951-X SSP/SP
CONTATO (TELEFONE):	(11) 4048-1646 / (65) 99900-8440
EMAIL:	contato@gruposomave.com.br / vanderlei@gruposomave.com.br

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017 Consolidado, Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Decreto Estadual nº 8.199, de 16/10/2006 e, subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. Esta Ata possui o objetivo de “Registro de Preços para eventual contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso, para atender as unidades escolares estaduais e sedes administrativas vinculadas da Secretaria de Estado de Educação, acrescido do BDI”, conforme especificações e quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preço.

LOTE 001 - EMPRESA "VALE RIO VERDE CONSTRUÇOES EIRELLI" - CNPJ Nº 08.806.091/0001-69							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
1	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Aripuana, Castanheira, Colniza, Cotriguacu, Juina, Juruena, Rondolandia	UN	8.437.153,38	1,00	8.437.153,38	14,15%

LOTE 002 - EMPRESA "METAÇON CONSTRUÇÕES MONTAGENS E COMERCIO LTDA" - CNPJ Nº 00.715.781/0001-09

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
2	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alta Floresta, Apiacas, Carlinda, Colider, Nova Bandeirantes, Nova Canaa do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Paranaita	UN	9.162.374,59	1,00	9.162.374,59	15%

LOTE 003 - EMPRESA "P H CONSTRUCOES EIRELI" - CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
3	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Guaranta do Norte, Matupa, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte	UN	7.786.678,90	1,00	7.786.678,90	16,10%

LOTE 004 - EMPRESA "P H CONSTRUCOES EIRELI" - CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
4	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antonio, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, Sao Felix do Araguaia, Sao Jose do Xingu, Serra Nova Dourada, Vila Rica	UN	6.841.609,51	1,00	6.841.609,51	19,06%

LOTE 005 - EMPRESA "CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI" - CNPJ Nº 33.075.863/0001-87

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
5	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Agua Boa, Araguaiana, Araguaína, Campinópolis, Canarana, Cocalinho, Nova Nazare, Nova Xavantina, Novo Sao Joaquim, Querencia, Riberão Cascalheira	UN	6.323.096,90	1,00	6.323.096,90	11,70%

LOTE 006 - EMPRESA "CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI" - CNPJ Nº 33.075.863/0001-87

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
6	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Barra do Garças, General Carneiro, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Ri-beiraozinho, Torixoreu	UN	5.648.191,64	1,00	5.648.191,64	14%

LOTE 008 - EMPRESA "VALE RIO VERDE CONSTRUCOES EIRELLI" - CNPJ Nº 08.806.091/0001-69

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
------	---------------	------------	---------	------------	----------------------	---------------------------	--

8	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Gaucha Do Norte, Paranatinga, Poxoreu, Primavera do Leste, Santo Antonio do Leste, Campo Verde	UN	7.171.071,84	1,00	7.171.071,84	16%
---	---	--	----	--------------	------	--------------	-----

LOTE 009 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" - CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
9	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Guiratinga, Sao Jose do Povo, Tesouro	UN	4.173.831,67	1,00	4.173.831,67	13,51%

LOTE 010 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" - CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
10	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Acorizal, Chapada dos Guimaraes, Jangada, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Rosario Oeste	UN	4.565.966,52	1,00	4.565.966,52	20,10%

LOTE 011 - EMPRESA "M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA" - CNPJ Nº 22.693.841/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
11	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Barao de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Poconee, Santo Antonio do Leverger	UN	4.959.518,10	1,00	4.959.518,10	21,20%

LOTE 012 - EMPRESA "TMF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI" - CNPJ Nº 36.909.349/0001-98

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
12	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Cuiabá - Região Oeste	UN	10.302.572,78	1,00	10.302.572,78	21,75%

LOTE 014 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" - CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
14	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Cuiabá - Região Leste	UN	12.540.017,96	1,00	12.540.017,96	21,62%

LOTE 016 - EMPRESA "CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI" - CNPJ Nº 33.075.863/0001-87

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
------	---------------	------------	---------	------------	----------------------	---------------------------	--

16	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Várzea Grande	UN	9.942.868,42	1,00	9.942.868,42	21,35%
----	---	---------------	----	--------------	------	--------------	--------

LOTE 017 - EMPRESA "SOMAVE - CONSTRUTORA LTDA" - CNPJ Nº 11.161.828/0001-48

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
17	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Várzea Grande	UN	10.145.688,22	1,00	10.145.688,22	21,92%

LOTE 018 - EMPRESA "SOMAVE - CONSTRUTORA LTDA" - CNPJ Nº 11.161.828/0001-48

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
18	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Cáceres, Curvelândia, Glória D' oeste, Lambari D' oeste, Mirassol D' oeste, Porto Esperidião, Rio Branco, Salto do Céu	UN	8.764.070,87	1,00	8.764.070,87	18,68%

LOTE 019 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" - CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
19	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Araputanga, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista do Oeste, Figueirópolis D' oeste, Indaiavá, Jauru, Nova Lacerda, Pontes E Lacerda, Reserva do Cabaçal, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade	UN	11.426.078,88	1,00	11.426.078,88	12,05%

LOTE 020 - EMPRESA "P H CONSTRUÇOES EIRELI" - CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
20	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Barra do Bugres, Brasnorte, Campo Novo do Parecis	UN	3.888.119,88	1,00	3.888.119,88	15,02%

LOTE 021 - EMPRESA "P H CONSTRUÇOES EIRELI" - CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
21	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso, Tangará da Serra	UN	5.981.175,10	1,00	5.981.175,10	15,71%

LOTE 022 - EMPRESA "P H CONSTRUÇOES EIRELI" - CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
22	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alto Paraguai, Arenópolis, Nortelandia, Nova Marilandia, Nova Maringa, Sao Jose Do Rio Claro	UN	5.365.622,00	1,00	5.365.622,00	15,56%

LOTE 023 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" - CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
23	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Ipiranga do Norte, Itanhanga, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato, Sorriso, Tapurah	UN	5.898.239,18	1,00	5.898.239,18	16,50%

LOTE 024 - EMPRESA "METACON CONSTRUÇÕES MONTAGENS E COMERCIO LTDA" - CNPJ Nº 00.715.781/0001-09

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
24	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gauchos	UN	4.316.006,81	1,00	4.316.006,81	8,04%

LOTE 025 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" - CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
25	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Claudia, Feliz Natal, Itauba, Marcelandia, Nova Ubirata, Santa Carmem, Sinop, Uniao do Sul, Vera	UN	7.767.057,98	1,00	7.767.057,98	16,06%

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R\$ 161.407.011,13 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e sete mil e onze reais e treze centavos)

1.2. O desconto de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, manuais, transporte, todas as taxas e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro, e não será considerada nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço não gera a obrigação ao órgão gerenciador do Registro de Preços de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

2.2. Consideram-se participantes da Ata de Registro de Preços as Unidades demandantes que responderam à pesquisa de demanda consolidada nos autos, na fase interna da licitação.

2.3. Excepcionalmente a SEDUC poderá remanejar entre os participantes da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados, desde que devidamente justificado pelo órgão adeso.

A PRESENTE ATA FOI ASSINADA NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2022 E POSSUI VIGÊNCIA DE 12 MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE CIRCULAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 002/2022/SEDUC

PROCESSO Nº: 183616/2021/SEDUC.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº: 041/2021/SEDUC.

Pelo presente instrumento, o Estado de Mato Grosso, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, localizada na Rua Engº. Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A – Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.415/0008-10, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Educação **ALAN RESENDE PORTO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 26741539 SEJUSP/MT e inscrito no CPF/MF nº. 012.524.051-11, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) relacionada(s), nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada lote, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas ofertadas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2021**, do tipo **MAIOR DESCONTO POR LOTE**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 183616/2021/SEDUC** independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	VALE RIO VERDE CONSTRUÇOES EIRELLI
CNPJ:	08.806.091/0001-69
ENDEREÇO:	Av. Djalma Batista, nº 1719, Sl 101-B, 1º Andar, Ed Atlantic Tower / Bairro Chapada / Manaus-AM / CEP: 69.050-010
REPRESENTANTE:	ROGERIO DANTAS GABRIEL CPF: 308.946.112-91 / RG: 837625 SESEG/DF
CONTATO (TELEFONE):	(92) 3236-9520 – (92) 98249-1919
EMAIL:	rvvconstrucoes@yahoo.com.br / rogeriodgabriel@uol.com.br

EMPRESA:	METACON CONSTRUÇOES MONTAGENS E COMERCIO LTDA
CNPJ:	00.715.781/0001-09
ENDEREÇO:	Av. Noel Nutels, 41 – Altos / Bairro Cidade Nova / Manaus-AM / CEP: 69.090-000
REPRESENTANTE:	ABNER MARTINIANO BARBOSA CPF: 345.929.622-49 / RG: 9001590 SSP/AM
CONTATO (TELEFONE):	(92) 3641-3777 – (92) 98151-8119 – (92) 98151-8118
EMAIL:	metacon_construcoes@hotmail.com

EMPRESA:	PH CONSTRUÇOES EIRELI
CNPJ:	08.691.944/0001-64
ENDEREÇO:	Rua Raimundo Sodré, nº 86, QD 154, CJ CN, ET 2, NC 05 / Bairro: Cidade Nova / Manaus-AM / CEP: 69.095-380
REPRESENTANTE:	PABLO HENRIQUES PONTES FARIAS CPF: 021.255.582-03 / RG: 26040263 SSP/AM
CONTATO (TELEFONE):	(92) 99386-4698
EMAIL:	comercial.phconstrucoes@gmail.com

EMPRESA:	CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI-EPP
CNPJ:	33.075.863/0001-87
ENDEREÇO:	Rua Rui Barbosa, nº 51 / Bairro Centro/ Cidade: Manaus-AM / CEP: 69.010-220
REPRESENTANTE:	FELIPE AUGUSTO SOUZA DE ALBUQUERQUE CPF: 891.754.332-49 / RG: 1839355-1 SSP/AM
CONTATO (TELEFONE):	(92) 98620-0768 / (92) 98178-7006
EMAIL:	Licitacao.01@construtorasoberana.com.br

EMPRESA:	A M I CONSTRUÇOES EIRELI
CNPJ:	36.165.102/0001-04
ENDEREÇO:	Rua Vinte, Q: 35 N: 69 / Bairro: Jardim Vitória / Cuiabá-MT / CEP: 78.055-782
REPRESENTANTE:	BARBARA AMARAL ARRUDA MACIEL CPF: 046.249.221-40 / RG: 038929 CREA-MT
CONTATO (TELEFONE):	(65) 99276-3636 / (65) 99304-5639 / (65) 98468-7270
EMAIL:	eng.amiconstrucoes@gmail.com



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

EMPRESA:	M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
CNPJ:	22.693.841/0001-64
ENDEREÇO:	Rua Neblina, Nº 01, Quadra 05 / Bairro: Residencial Itamarati / Cuiabá-MT / CEP: 78.058-854
REPRESENTANTE:	MILLAINY DUARTE EZIDORO CPF: 056.036.911-58 / RG: 2615316-5 SSP/MT
CONTATO (TELEFONE):	(65) 3057-4187 / (65) 99305-7280
EMAIL:	Itaconstrutora2@gmail.com

EMPRESA:	TMF CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI
CNPJ:	36.909.349/0001-98
ENDEREÇO:	Rua 50, nº 12, quadra 75 / Bairro: Boa Esperança / Cuiabá-MT / CEP 78.068-450
REPRESENTANTE:	THIAGO RONCHI ADRIEN EUGENIO CPF: 002.837.181-02 / RG: 1335757-3 SSP/MT
CONTATO (TELEFONE):	(65) 3208-5060 / (65) 98411-1751
EMAIL:	tmfcomercio@uol.com.br / thiagoadrien83@gmail.com

EMPRESA:	SOMAVE – CONSTRUTORA LTDA
CNPJ:	11.161.828/0001-48
ENDEREÇO:	Av. Sete de Setembro, 1250 – salas 01 e 03 / Bairro: Centro / Diadema-SP / CEP: 09.912-010
REPRESENTANTE:	VANDERLEI ALVES DA SILVA JUNIOR CPF: 095.462.778-43 / RG: 22.526.951-X SSP/SP
CONTATO (TELEFONE):	(11) 4048-1646 / (65) 99900-8440
EMAIL:	contato@gruposomave.com.br / vanderlei@gruposomave.com.br

Subjeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Estadual nº 840, de 10/02/2017 Consolidado, Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Decreto Estadual nº 8.199, de 16/10/2006 e, subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. Esta Ata possui o objetivo de “Registro de Preços para eventual contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso, para atender as unidades escolares estaduais e sedes administrativas vinculadas da Secretaria de Estado de Educação, acrescido do BDI” e nesta Ata de Registro de Preço.

LOTE 001 - EMPRESA “VALE RIO VERDE CONSTRUÇOES EIRELLI” – CNPJ Nº 08.806.091/0001-69							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
1	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na	Aripuana, Castanheira, Colniza, Cotriguacu, Juína, Juruena, Rondolandia	UN	8.437.153,38	1,00	8.437.153,38	14,15%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso						
--	---	--	--	--	--	--	--

LOTE 002 - EMPRESA "METAÇON CONSTRUÇÕES MONTAGENS E COMERCIO LTDA" – CNPJ Nº 00.715.781/0001-09

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
2	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alta Floresta, Apiacas, Carlinda, Colider, Nova Bandeirantes, Nova Canaa do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Paranaita	UN	9.162.374,59	1,00	9.162.374,59	15%

LOTE 003 - EMPRESA "P H CONSTRUÇOES EIRELI" – CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a
------	---------------	------------	---------	------------	----------------------	---------------------------	---------------------------------



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

							tabela SINAPI)
3	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Guaranta do Norte, Matupa, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte	UN	7.786.678,90	1,00	7.786.678,90	16,10%

LOTE 004 - EMPRESA "P H CONSTRUÇOES EIRELI" – CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
4	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI	Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antonio, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, Sao Felix do Araguaia, Sao Jose do Xingu, Serra Nova Dourada, Vila Rica	UN	6.841.609,51	1,00	6.841.609,51	19,06%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	(sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso						
--	---	--	--	--	--	--	--

LOTE 005 - EMPRESA “CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI” – CNPJ Nº 33.075.863/0001-87

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
5	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Água Boa, Araguaiana, Araguaína, Campinópolis, Canarana, Cocalinho, Nova Nazare, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Querência, Riberão Cascalheira	UN	6.323.096,90	1,00	6.323.096,90	11,70%

LOTE 006 - EMPRESA “CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI” – CNPJ Nº 33.075.863/0001-87

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
6	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em	Barra do Garças, General Carneiro, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoreu	UN	5.648.191,64	1,00	5.648.191,64	14%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso						
--	---	--	--	--	--	--	--

LOTE 008 - EMPRESA "VALE RIO VERDE CONSTRUÇÕES EIRELI" – CNPJ Nº 08.806.091/0001-69

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
8	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Gaucha Do Norte, Paranatinga, Poxoreu, Primavera do Leste, Santo Antonio do Leste, Campo Verde	UN	7.171.071,84	1,00	7.171.071,84	16%

LOTE 009 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" – CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
------	---------------	------------	---------	------------	----------------------	---------------------------	--



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

9	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Guiratinga, São José do Povo, Tesouro	UN	4.173.831,67	1,00	4.173.831,67	13,51%
---	---	---	----	--------------	------	--------------	--------

LOTE 010 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" – CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
10	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o	Acorizal, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Rosario Oeste	UN	4.565.966,52	1,00	4.565.966,52	20,10%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	Estado de Mato Grosso						
--	-----------------------	--	--	--	--	--	--

LOTE 011 - EMPRESA “M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA” – CNPJ Nº 22.693.841/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
11	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Barao de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Poconeé Santo Antonio do Leverger	UN	4.959.518,10	1,00	4.959.518,10	21,20%

LOTE 012 - EMPRESA “TMF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI” – CNPJ Nº 36.909.349/0001-98

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
12	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de	Cuiabá Região Oeste	UN	10.302.572,78	1,00	10.302.572,78	21,75%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso						
--	--	--	--	--	--	--	--

LOTE 014 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" – CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
14	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Cuiabá - Região Leste	UN	12.540.017,96	1,00	12.540.017,96	21,62%

LOTE 016 - EMPRESA "CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI" – CNPJ Nº 33.075.863/0001-87

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
16	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos,	Várzea Grande	UN	9.942.868,42	1,00	9.942.868,42	21,35%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso						
--	--	--	--	--	--	--	--

LOTE 017 - EMPRESA "SOMAVE - CONSTRUTORA LTDA" – CNPJ Nº 11.161.828/0001-48

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
17	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Várzea Grande	UN	10.145.688,22	1,00	10.145.688,22	21,92%

LOTE 018 - EMPRESA "SOMAVE - CONSTRUTORA LTDA" – CNPJ Nº 11.161.828/0001-48



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
18	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Cáceres, Curvelândia, Glória D'oeste, Lambari D'oeste, Mirassol D'oeste, Porto Esperidião, Rio Branco, Salto do Céu	UN	8.764.070,87	1,00	8.764.070,87	18,68%

LOTE 019 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" – CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
19	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de	Araputanga, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista do Oeste, Figueirópolis D'oeste, Indiavaí, Jauru, Nova Lacerda, Pontes E Lacerda, Reserva do Cabaçal, São José dos Quatro Marcos,	UN	11.426.078,88	1,00	11.426.078,88	12,05%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Sapezal, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade					
--	--	---	--	--	--	--	--

LOTE 020 - EMPRESA "P H CONSTRUÇOES EIRELI" – CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
20	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Barra do Bugres, Brasnorte, Campo Novo do Parecis	UN	3.888.119,88	1,00	3.888.119,88	15,02%

LOTE 021 - EMPRESA "P H CONSTRUÇOES EIRELI" – CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
21	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com	Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso, Tangará da Serra	UN	5.981.175,10	1,00	5.981.175,10	15,71%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso						
--	---	--	--	--	--	--	--

LOTE 022 - EMPRESA "P H CONSTRUÇOES EIRELI" – CNPJ Nº 08.691.944/0001-64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
22	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Alto Paraguai, Arenapolis, Nortelandia, Nova Marilandia, Nova Maringa, Sao Jose Do Rio Claro	UN	5.365.622,00	1,00	5.365.622,00	15,56%

LOTE 023 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" – CNPJ Nº 36.165.102/0001-04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
------	---------------	------------	---------	------------	----------------------	---------------------------	--



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

23	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Ipiranga do Norte, Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato, Sorriso, Tapurah	UN	5.898.239,18	1,00	5.898.239,18	16,50%
----	---	---	----	--------------	------	--------------	--------

LOTE 024 - EMPRESA "METAÇON CONSTRUÇÕES MONTAGENS E COMERCIO LTDA" – CNPJ Nº 00.715.781/0001-09

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
24	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o	Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gauchos	UN	4.316.006,81	1,00	4.316.006,81	8,04%



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

	Estado de Mato Grosso						
--	-----------------------	--	--	--	--	--	--

LOTE 025 - EMPRESA "A M I CONSTRUÇÕES EIRELI" – CNPJ Nº 36.165.102/0001-04							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (sobre a tabela SINAPI)
25	Serviço comum de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com percentual desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada TABELA SINAPI (sem desoneração) vigentes, estabelecida para o Estado de Mato Grosso	Claudia, Feliz Natal, Itauba, Marcelandia, Nova Ubirata, Santa Carmem, Sinop, Uniao do Sul, Vera	UN	7.767.057,98	1,00	7.767.057,98	16,06%

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R\$ 198.587.255,68 (cento e noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta e sete reais, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessento e oito centavos)

1.2. O desconto de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, manuais, transporte, todas as taxas e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro, e não será considerada nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço não gera a obrigação ao órgão gerenciador do Registro de Preços de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

2.2. Consideram-se participantes da Ata de Registro de Preços as Unidades demandantes que responderam à pesquisa de demanda consolidada nos autos, na fase interna da licitação.

2.3. Excepcionalmente a SEDUC poderá remanejar entre os participantes da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados, desde que devidamente justificado pelo órgão adeso.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da **ÓRGÃO**, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

3.2. Após a publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelo órgão.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento desta Ata caberá à SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, por meio da Coordenadoria de Aquisições, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica, nas questões legais, competindo-lhes, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar, ou não, a adesão de órgão não participante deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

4.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de circulação do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo extrato da Ata.

6. DA EFICÁCIA

6.1. O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei Geral de Licitações e Contratos e nos termos do art. 89 do Decreto Estadual n. 840/2017.

7.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.3. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

7.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 8.2 e 8.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Estado de Educação, cabendo ao Secretário de Estado de Educação a decisão sobre o pedido.

7.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

7.7. Fracassada a negociação com a adjudicatária, a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço compatível com o de mercado, as demais empresas classificadas de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, e que atendam as condições editalícias, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso nas negociações.

7.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

7.9. As alterações dos preços registrados, oriundos de revisão, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

7.10. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

7.11. Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

8.1.1. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los e restar inexistosa a negociação com as demais empresas classificadas;

8.1.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.1.3. Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.4. Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

8.1.5. Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

8.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.

8.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado formalmente, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

8.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

8.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

8.6. Caso a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

8.7. O cancelamento do registro de preços será comunicado mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

9.1. As contratações serão formalizadas pelos órgãos e entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93, observadas as disposições constantes na MINUTA DO CONTRATO E TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste instrumento.

9.2. Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

contratos, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

9.3. A adjudicatária vencedora deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/Ordem de Fornecimento.

9.4. Poderá o Termo de Contrato ser substituído pela Ordem de Fornecimento da forma do Parágrafo 4º do Art. 62 da Lei 8666/93, observadas as disposições do Edital de Pregão Eletrônico RP nº 016/2021/SEDUC.

10. DAS PENALIDADES

10. As sanções abaixo delineadas, foram deliberadas com a Procuradoria Geral do Estado e estão padronizadas no Parecer nº. 1380/SGAC/PGE/2019.

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou de **inexecução total do objeto**, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, com as seguintes sanções:

a) **Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas consideração faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contrato;

b) **Multa de:**

b1) 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços ou na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia aplica-se a multa prevista no item b2, ou, a critério da Administração, no caso de execução em atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e aplicação de multa prevista no item b2, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b2) 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso na execução do objeto ou entrega de bens, por período superior ao previsto no item acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b3) 0,5% a 3% sobre o valor do contrato, por dia ou por ocorrência, conforme detalhamento das **tabelas 1 e 2** abaixo. Parágrafo Primeiro: As penalidades de multa de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

c) **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a dois anos;

d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002; ou

d) **Impedimento** de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento no SIAG, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

10.2. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,1% sobre o valor do contrato
2	0,5% sobre o valor do contrato
3	1,0% sobre o valor do contrato
4	1,5% sobre o valor do contrato
5	2,0% sobre o valor do contrato



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

Tabela 2

INFRAÇÃO		
GRAU	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA
05	Expor a risco indevido o patrimônio da Administração, a integridade de terceiros ou seus bens	Por ocorrência
01	Disponibilizar funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	Por funcionário e por dia, limitada a 5%
04	Descumprir normas legais ou infralegais	Por ocorrência
01	Descumprir o prazo de entrega da documentação exigida (garantia contratual, dentre outros)	Por dia e por ordem de serviço, limitada a 3%
02	Deixar de cumprir determinação legal ou instrução complementar do órgão fiscalizador ou deixar de comunicar a Administração acerca de fatos relevantes sobre a execução contratual	Por ocorrência
03	Descumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	Por ocorrência
03	Executar o objeto contratual fora das especificações e parâmetros indicados no Termo de Referência, no projeto básico, no contrato, no edital ou seus anexos sem a existência de aditivo que venha a formalmente modificar ou mencionados instrumentos	Por ocorrência

10.3. A inexecução parcial do contrato estará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 2, respeitada a graduação de infrações, conforme a Tabela 1.

10.4. Caso uma única condita do Particular seja enquadrável em duas ou mais hipóteses distintas para as quais deste Edital preveja penas de aplicação de multa em parâmetros distintos, somente deverá ser aplicada uma multa, aquela cujo valor seja superior ao das demais.

10.5. Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo autuado em volume próprio, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Estadual nº. 7.692/2002 e no Decreto estadual nº. 840/2017.

10.6. Antes de ter início o procedimento de apuração de irregularidade contratual, o servidor responsável pela execução contratual deverá, se cabível, intimar o Contratado para sanar a irregularidade no prazo de 02 (dois) dias úteis.

10.7. Se a irregularidade foi insanável ou não for apropriadamente sanada, o servidor responsável pela execução contratual encaminhará para a autoridade máxima do órgão relatório circunstanciado no qual se indicará:

- a) as irregularidades detectadas;
- b) normas e/ou cláusulas violadas;
- c) provas obtidas;
- d) providências tomadas pelo interessado para a correção das falhas;
- e) sanções aplicáveis, com sugestão de dosimetria, de acordo com as regras fixadas na legislação, Ata de Registro de Preço, edital e contrato.

10.7.1. Recebido o relatório, a autoridade máxima do órgão poderá determinar:

- a) a complementação de informações ou realização de diligências que entender cabíveis;
- b) o arquivamento do relatório, se entender não existir qualquer indício de irregularidade;
- c) a notificação do interessado para, querendo, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

10.7.2. A notificação do interessado deve ser instruída com cópia do relatório detalhado de apuração da infração e decisão da autoridade competente, e deve mencionar, pelo menos:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

- I – a administração do interessado e o nome do órgão ou entidade que está promovendo;
- II – Finalidade da notificação
- III - a data, hora e local em que poderá ter acesso aos autos do processo administrativo relacionado;
- IV – a informação de que processo de apuração da infração terá continuidade independente de sua manifestação;
- V – Indicação dos fatos e fundamento legais pertinentes;
- VI – o prazo para apresentação de defesa;
- VII – todas as informações que sejam relevantes para o entendimento do caso.

10.7.3. A notificação do interessado, será realizada por um dos seguintes meios:

- I – Endereço eletrônico indicado pelo próprio interessado em ato anterior da licitação, contrato ou Ata de Registro de Preço;
- II – Carta registrada, dirigida ao último endereço informado na licitação, contrato ou Ata de Registro de Preço;
- III – Diário Oficial do Estado, se desconhecida a localização do interessado ou impossível realizar a notificação nas formas indicadas nos itens anteriores.

10.7.4. Na defesa, que deverá ser apresentada em 10 (dez) dias úteis após a intimação, o interessado poderá alegar qualquer matéria de defesa pertinente ao fato apurado, bem como apresentar documentos e solicitar a produção de provas necessárias à prova de suas alegações. Devendo a autoridade decidir, motivadamente, a respeito de produção de provas ou pedido de diligências porventura solicitado.

10.7.5. Após a produção das provas e a realização das diligências necessárias, o servidor responsável por acompanhar a execução contratual elaborará novo relatório circunstanciado, enfrentando os argumentos apresentados na defesa e analisando as provas produzidas e remeterá o processo à Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso (PGE/MT) para análise de sua legalidade.

10.7.6. Após a análise da PGE/MT, a autoridade competente decidirá de forma fundamentada sobre a aplicação e dessimetria das sanções previstas em lei, na forma disciplinada neste edital e contrato.

10.8. Para a aplicação das sanções devem ser levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública, o princípio da proporcionalidade, o caráter educativo da pena, a reincidência na prática do ato.

10.9. As sanções de suspensão ou de impedimento do direito de licitar e contratar e declaração de idoneidade, aplicados por quaisquer órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual terão efeitos sobre quaisquer licitações e contratos, inclusive nos casos de renovação, realizados por quaisquer órgãos e entidade do Poder Executivo Estadual.

10.10. Todas as sanções aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/MT.

10.11. Da decisão que aplica a penalidade cabe recurso, por razão de legalidade ou de mérito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ciência da intimação ou publicação da decisão. Nesse caso, a autoridade poderá reconsiderar sua decisão ou mantendo-a, encaminhar o processo administrativo instruído para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.12. Se a sanção for originalmente aplicada pelo Secretário de Estado caberá o recurso ao Governador do Estado. No entanto, se o Secretário de Estado analisar a matéria em grau de recurso administrativo, de sua decisão não caberá recurso dirigido ao Governador.

10.13. A multa aplicada poderá ser descontada por meio da execução da garantia contratual, que se insuficiente o valor poderá ser descontado dos créditos que a CONTRATADA possuir com o Órgão, conforme estabelece artigo 87 §1º da Lei nº. 8666./93.

10.14. Quando a multa não for acobertada pela garantia contratual e o valor do crédito existente for insuficiente para viabilizar o seu pagamento, ficará a CONTRATADA intimada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

10.15. A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação das demais penalidades, e a aplicação de nenhuma penalidade obsta a eventual rescisão do contrato, não tendo as multas caráter indenizatório e seu pagamento não



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente para promover a reparação dos danos causados.

10.16. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores a garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

10.17. Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Educação.

11.2. É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços além do limite de vigência legalmente estabelecido.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

12.1.1. A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

12.2. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2021 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no site da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, Portal de Aquisições, no mesmo link onde é retirado o edital.

12.3. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual nº 840/2017;

13. DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT, 11 de fevereiro de 2022.

ALAN RESENDE PORTO
SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

VALE RIO VERDE CONSTRUCOES EIRELLI
CNPJ Nº 08.806.091/0001-69
ROGERIO DANTAS GABRIEL – CPF: 308.946.112-91 / RG: 837625 SESEG/DF



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

METACON CONSTRUÇÕES MONTAGENS E COMERCIO LTDA

CNPJ Nº 00.715.781/0001-09
ABNER MARTINIANO BARBOSA – CPF: 345.929.622-49 / RG: 9001590 SSP/AM

P H CONSTRUCOES EIRELI

CNPJ Nº 08.691.944/0001-64
PABLO HENRIQUES PONTES FARIAS – CPF: 021.255.582-03 / RG: 26040263 SSP/AM

CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI

CNPJ Nº 33.075.863/0001-87
FELIPE AUGUSTO SOUZA DE ALBUQUERQUE – CPF: 891.754.332-49 / RG: 1839355-1 SSP/AM

A M I CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ Nº 36.165.102/0001-04
BARBARA AMARAL ARRUDA MACIEL – CPF: 046.249.221-40 / RG: 038929 CREA-MT

M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ Nº 22.693.841/0001-64
MILLAINY DUARTE EZIDORO –CPF: 056.036.911-58 / RG: 2615316-5 SSP/MT

TMF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ Nº 36.909.349/0001-98
THIAGO RONCHI ADRIEN EUGENIO – CPF: 002.837.181-02 / RG: 1335757-3 SSP/MT

SOMAVE - CONSTRUTORA LTDA

CNPJ Nº 11.161.828/0001-48
VANDERLEI ALVES DA SILVA JUNIOR – CPF: 095.462.778-43 / RG: 22.526.951-X SSP/SP